



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARCIO BOGAZ TREVIZAN

**GRUPO ESCOLAR MENDES GONÇALVES: vicissitudes no processo de
escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)**

DOURADOS-MS
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Educação

**GRUPO ESCOLAR MENDES GONÇALVES: vicissitudes no processo de
escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Educação da Universidade
Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de
mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Carmo Brazil

DOURADOS-MS
2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

370.981 Trevizan, Marcio Bogaz.
T814g Grupo Escolar Mendes Gonçalves : vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931) / Marcio Bogaz Trevizan. – Dourados, MS : UFGD, 2011.
245f. ; il. color.

Orientadora: Profa Dra Maria do Carmo Brazil.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Educação – Brasil. 2. Escola republicana (1889-1931). 3. Instituição escolar. I. Título.

MARCIO BOGAZ TREVIZAN

**GRUPO ESCOLAR MENDES GONÇALVES: vicissitudes no processo de
escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Brazil (Orientador)
Universidade Federal da Grande Dourados
Presidente Orientador

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Gomes Machado
Universidade Estadual de Maringá

Dr.^a Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados

**DOURADOS – MS
2011**

DEDICATÓRIA

Com admiração e gratidão à professora Dr^a Maria do Carmo Brazil, pela amizade, atenção e exemplar orientação.

GRADECIMENTOS

À Dr^a Maria do Carmo Brazil, que como instrumento nas mãos de Deus, incentivou-me a ingressar na Pós Graduação, dando-me oportunidade de superar limitações, potencializando qualidades e apostando no meu crescimento acadêmico;

À Dr. Alessandra Furtado;

À Dr. Ana Paula Mancini;

À Dr. Maria Cristina Gomes Machado;

Aos demais professores do Programa de Pós Graduação em Educação da UFGD.

À Dom Redovino Rizzardo, meu bispo, pela amizade e incentivo na vida eclesial;

À Adriane Silva Cristine, pelo companheirismo e amizade;

À minha querida família pelo apoio incondicional!

Ao querido seminarista Edielson Bonin de Pádua pelo compromisso com a pesquisa e pela amizade;

À Marcio Beretta Cossato pela constante ajuda e dedicação nas pesquisas;

À Maria do Rosário Moreira Secchi (*In Memoriam*) por tudo!

A CAPES, pelo financiamento da presente pesquisa.

RESUMO

Este trabalho refere-se à investigação acerca da temática história das instituições escolares no Brasil, tomando Mato Grosso como cenário e o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GRMG) em Ponta Porã (MS), como objeto central de análise. O GRMG foi erigido através do Decreto n. 752 de nove de fevereiro de 1927, com o nome de ‘Mendes Gonçalves’ em homenagem ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da Empresa privada Matte Larangeira, doadora do terreno e do edifício. A partir do processo de implantação dos Grupos Escolares no Brasil (1889-1931) procuramos caracterizar o surgimento e o papel de uma unidade institucional orientada pelos ideais proclamados nos primeiros anos da república, no sentido de alcançar a propalada modernização do Estado Nacional. Pautada nos princípios positivistas, nacionalista, liberais e na laicidade absoluta das instituições sociopolíticas e da cultura, o GEMG foi erigido na fronteira Brasil-Paraguai como elo transmissor de ideais modernizadores. Como suporte investigatório, elegemos duas categorias de análise: a política de implantação da instituição na região e sua dinâmica de funcionamento, considerando os distintos sujeitos em suas práticas cotidianas. Estas categorias nos permitiram visualizar o aspecto regional no cenário nacional, a cidade fronteira de Ponta Porã nos primórdios da República, o espaço físico do grupo, os atores sociais no contexto do surgimento dos Grupos Escolares no Brasil. São questões recorrentes ao conceito de cultura escolar, enquanto objeto histórico, cujo apoio foi buscado, sobretudo nas formulações de Julia (2001) e Forquin (1992). No campo da historiografia tomamos como base as abordagens referenciais de Souza (1998), Vidal (2006), Saviani (2007), Nunes (1992), Nosella e Buffa (2002), Siqueira (2000), Sá (2006), Jacomeli (1998), Carvalho (2004), Camargo (2000) entre outras. Além desta produção, recorreremos a variados documentos primários arquivais ou editados [relatórios oficiais, atas do governo do Estado, jornais da época e Relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso] disponíveis nos acervos regionais e locais. Além desta documentação oficial, lançamos mão de preciosas fontes como fotografias, suplementos jornalísticos e papéis avulsos, reunidos no arquivo do GEMG. Parte da historicidade acerca do processo de construção das instalações e das vicissitudes da vida social (comunidade, administração, professores, alunos) e material (instalações, objetos didáticos), durante seu funcionamento, foi conseguida a partir da análise das fontes elencadas. A preocupação com as práticas culturais, enquanto peças constitutivas da sociedade, conduziu-nos às reflexões de Williams (1969), Thompson (1987) e Hobsbawm (2010). Orientados pelo método dialético investigativo, estudamos as ações culturais não apenas como frutos dos fenômenos econômicos, mas, sobretudo como expressões inseparáveis da vida social e política. Nessa esteira, pensamos que a pesquisa sobre o GEMG possa contribuir para o avanço dos estudos históricos acerca da Escola brasileira.

Palavras chaves: Instituição Escolar, Fronteira, Mate Laranjeira

ABSTRACT

This paper relates an investigation into the thematic history of schools in Brazil, looking principally at Mato Grosso, and analyzing specifically the Mendes Gonçalves School Group in Ponta Porã, MS (GEMG). The GEMG was begun because of edict N. 752, February 9th, 1927, adopting the name of Mendes Gonçalves in honor of Comendador Francisco Mendes Gonçalves, president of the private enterprise Mate Laranjeira, who donated the building lot and the building for this school. Beginning with the establishment of School Groups in Brazil (1889-1931), we try to characterize the growth and the roll of an educational institution which is directed toward proclaiming the ideas set forth during the first years of the Republic, aiming at reaching the publicized modernization of the Nation. Related to the positivist, nationalist, liberal and secular principles of the sociopolitical institutions and culture, the GEMG was erected on the frontier between Brazil and Paraguay as a transmitter of modern ideas. To support our investigation, we chose two categories for analysis; the implantation policy of the school in the region, and the dynamics of its functioning, considering the different subjects in their daily practice. These categories permitted us to visualize the regional aspect within the national scene, the frontier city of Ponta Porã in the beginning of the Republic, the physical space of the group and the social actors in the context of the emergence of these School Groups in Brazil. These are recurring questions in the study of school culture, though from a historical objective, whose support was sought, above all, in the formulations of Julia (2001) and Forquin (1992). In the historical aspect we took as a base the references Souza(1998), Vidal (2006), Saviane(2007), Nunes (1992), Nosella e Buffa (2002), Siqueira (2000), Sá (2006), Jacomeli (1998), Carvalho (2004), Camargo (2000) among others. Besides these, we searched through various primary documents, archived or edited, (official accounts, state government acts, newspapers of the period and accounts of the General Director of Public Instruction of Matto Gross) which are available in regional and local libraries. Besides this official documentation, we also referenced precious sources such as photographs, newspaper supplements and flyers, which are gathered in the files of GEMG. Part of the history pertaining to the process of construction of the buildings and the changing fortunes in social life (community, administration, teachers, students) and material used (in the buildings, and didactic aids) during the time this school group was functioning, was gathered from an analysis of the sources already mentioned. A concern for cultural practices, which are part of the society, led us to the reflections of Williams (1969), Thompson (1987) and Hobsbawn (2010). Led by the dialectic investigative method, we studied cultural actions, not only as outcomes of economic phenomena, but, above all, as inseparable expressions of social and political life. Considering all these aspects, we believe that this research into the GEMG can contribute to the advance of historical studies concerning the Brazilian School.

Key words: educational institutions, frontier, Mate Laranjeira.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 Legados	
Familiares.....	3
1.1 Narrativas “à sombra dos ervais”.....	5
1.2 Lembranças da Escola.....	7
2. Anos de formação.....	9
2.1 A construção de um objeto.....	9
2.2 Grupo Escolar Mendes Gonçalves: Pesquisando, relatando, explicando, prestando contas.....	10

INTRODUÇÃO

1 Dimensão do universo de análise (recorte temático, espacial e temporal).....	13
2 A temática e o contexto histórico nacional.....	14
3 A temática e o contexto histórico regional.....	15
4. A problemática e as proposições em torno do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.....	18
4.1 Suporte referencial (métodos e fontes).....	19
5. Estruturação da abordagem (objetivos e disposições dos capítulos).....	20

CAPÍTULO I - GRUPOS ESCOLARES NA HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL BRASILEIRA

1. Cultura escolar e história da educação.....	24
1.1 A escola tomada como objeto de estudo cultural.....	27
2 Instituições escolares na historiografia brasileira: tendências e debates.....	31
2.1 Trabalhos germinais.....	31
2.2 Produção acadêmica sobre os primeiros Grupos Escolares.....	36
3 Grupos Escolares como tema central de pesquisa acadêmica (2000-2009).....	37
3.1 Dissertações e teses defendidas	38
3.1.1 Anos de 2000 e 2001.....	38
3.1.2 Biênio 2002/ 2004.....	40
3.1.3 No biênio 2005/2006.....	41

3.1.4 Anos 2007/2008.....	44
3.1.5 Ano de 2009	47
3.1.6 Ano de 2010	49
3.2 Grupos Escolares do interior brasileiro como objeto de pesquisa.....	51
4 Grupos Escolares como tema periférico em trabalhos acadêmicos (2000-2009).....	52
4.1 Anos de 2000 e 2001.....	53
4.2 Anos de 2002 e 2003.....	54
4.3 Ano de 2004 -2005.....	56
4.4 Anos de 2006 e 2007.....	58
4.5 Ano de 2008 -2009.....	60
4.6 Produção acadêmica sobre Grupos Escolares: Um balanço	63
5. Instituições escolares na historiografia educacional mato-grossense e sul mato-grossense.	65
5.1 A contribuição de Virgílio Correa Filho, Humberto Marcílio e Gervásio Leite....	65
5.2 Estudos sobre Grupos Escolares no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.....	68
5.2.1 Lacunas historiográficas.....	70
5.2.2 Grupos Escolares como objeto de pesquisa na UFGD.....	72
6. Grupo escolar Mendes Gonçalves (GEMG):emerge um objeto.....	75
7. Métodos e fontes	76
7.1 Abordagem metodológica	76
7.2 Fontes históricas.....	77
7.2.1 Ponta Porã e o Grupo Mendes Gonçalves: Escritos memorialísticos.....	77
7.2.2 Documentos regionais.....	78
7.2.3 Imprensa.....	78

CAPÍTULO II - MATO GROSSO E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL SÉCULOS 19 E 20

2 A implantação dos Grupos Escolares no Brasil	80
2.1 Instituições e Poder: Igreja/ Estado e Escola na transição do Império para a República.....	80
2.2 Escola da Corte.....	93
2.3 Grupo Escolar Benjamin Constant no Rio de Janeiro.....	95
2.4 Espaço histórico Republicano.....	96
2.5 O ideário	101
2.6 A criação dos grupos Escolares em São Paulo.....	103
3 A implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso.....	107
3.1 Criação da inspetoria Geral do Ensino – 1922.....	110
3.2 A divisão do Estado de Mato Grosso em Zonas Escolares.....	112
3.2.1 Identificando os Grupos	113
3.3 Grupos escolares centrais	117
3.4 Grupos escolares fronteiriços.....	119

CAPÍTULO III - MENDES GONÇALVES: UM GRUPO ESCOLAR NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL

3 Fronteira Brasil Paraguai.....	122
4 O ouro verde.....	125
4.1 Companhia Mate Laranjeira (1882-1903).....	131
4.2 Laranjeira Mendes & Cia (1903-1929).....	136
4.3 Porfias políticas.....	138
4.4 A Fazenda Campanário	141
5. Ponta Porã: a Cidade e a Escola.....	146
5.1 A formação do povoado e sua toponímia.....	146
5.2 Escolarização republicana	148
6 Crianças brasileiras em escolas paraguaias	152
6.1 As condições da Instrução pública na região	154
6.2 Imprensa e Instrução Pública	156
6.3 Semeando escolas: o empreendimento da Mate Laranjeira.....	158

6.3.1 GEMG – Guairá – PR.....	160
6.3.2 GEMG – Fazenda Campanário -Caarapó, MS.....	161
6.3.3 GEMG de Ponta Porã, MS.....	163
6.4 A instalação do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.....	166
6.4.1 Analfabetismo vergonhoso.....	169
6.4.2 <i>Uns são filhos de Deus outros do Diabo</i>	170
6.4.3 A Inauguração do Grupo	176
6.4.4 Arquitetura Escolar do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.....	180
6.5 Atores sociais do GEMG.....	183
6.5.1 Os Alunos do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.....	184
6.5.2 Professores do GEMG (1930-1931).....	191
6.5.3 Os Diretores do Grupo Escolar Mendes Gonçalves e suas obrigações.....	193
6.5.4 Inspetores Escolares de Ponta Porã	195
7 De Grupo Escolar à Escolas Reunidas.....	196
7.1 Prejuízo aos professores do GEMG.....	199
7.2 Salas mistas no GEMG a partir de 1931.....	201
7.2.1 Dividindo as salas de aula	201
8 Os objetos escolares do Grupo Escolar Mendes Gonçalves	202
8.1 Mobiliário e materiais didáticos.....	203
8.1.2 Remessas antecipadas.....	203
8.1.3. Material didático utilizado no GEMG	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
IV BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Obras ‘clássicas’ sobre Cultura Escolar.....	29
Quadro 2- Trabalhos relevantes sobre Cultura Escolar – Décadas de 1990-2000.....	30
Quadro 3 – Obras clássicas sobre História da Educação Brasileira – 1930-1940.....	32
Quadro 4 – Estudos que tangenciaram a História das Instituições Escolares (HIE), reunidos na temática História e Sociedade – Déc. 1950.. ..	33
Quadro 5 – Obras voltadas especificamente para a temática Instituições Escolares (1961-1979).....	34
Quadro 6 – Textos voltados para a escolarização da produção da pesquisa e a reação à política dos governos militares Déc.1970-1980.	35
Quadro 7 – Obras de referências acerca de Instituições Escolares -1980-1990.....	37
Quadro 8 – Grupos Escolares como tema central em trabalhos acadêmicos –Anos de 2000 e 2002.	39
Quadro 9 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos – Biênio 2002-2004.	40
Quadro 10 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos –2005.....	42
Quadro 11 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos –2006.....	43
Quadro 12 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos –2007.....	45
Quadro 13 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos –2008.....	46
Quadro 14 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos – 2009.....	47
Quadro 14.1 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos – 2009.....	48
Quadro 15 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos – 2010.....	50
Quadro 16– Grupos Escolares como tema periférico -2000-2001.....	53
Quadro 17 – Grupos Escolares como tema periférico -2002-2003.....	55
Quadro 18 – Grupos Escolares como tema periférico 2004-2005.	57
Quadro 19 – Grupos Escolares como tema periférico - 2006-2007.	59
Quadro 20 – Grupos Escolares como tema periférico - 2008-2009.....	61
Quadro 20.1 – Grupos Escolares como tema periférico - 2008-2009.....	62
Quadro 21 – Historiadores diletantes da Educação em Mato Grosso.....	66
Quadro 22 – Estudos sobre Grupos Escolares no MT /MS.	69
Quadro 23 – Grupos Escolares em Mato Grosso 1910-1927.....	71

Quadro 24 – Grupos Escolares em Mato Grosso 1927 a 1955.....	72
Quadro 25 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos desenvolvidos na UFGD –2011.....	74
Quadro 26 – Resultado dos exames finais do GEMG - ano letivo de 1930.....	187
Quadro 27 – Alunos oriundos de famílias tradicionais de Ponta Porã -1930.....	190
Quadro 28 – Professores do GEMG – 1930-1931.....	192
Quadro 29– Despacho de Material Didático ao GEMG.....	204
Quadro 30 – Despacho de Material Didático ao GEMG.	205
Quadro 31 – Despacho de Material Didático ao GEMG.	206

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Proporção de teses e dissertações sobre Grupos Escolares desenvolvidas no país, no período de 2000 e 2009, catalogados banco de teses da CAPES.....	63
Figura 2. Proporção de teses e dissertações sobre Grupos Escolares desenvolvidas por área (Educação e outras áreas) no país, no período de 2000 e 2009, catalogados banco de teses da CAPES.....	64
Figura 3. Proporção de teses e dissertações sobre Grupos Escolares desenvolvidas no país, no período de 2000 e 2009, catalogados banco de teses da CAPES.....	65
Figura 4. Proporção de teses e dissertações sobre Grupos Escolares desenvolvidas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no período de 2000 e 2009, catalogados banco de teses da CAPES.....	69
Figura 5. Proporção de teses e dissertações que tomaram os GE no MT e MS como objeto central de Pesquisa e aqueles que os tiveram como tema periférico, no período de 2000 e 2009, catalogados no banco de teses da CAPES.....	70
Figura 6. Charge da Princesa Isabel comparada a uma ‘louca’ de nome Joana para induzir a opinião pública de que ela estava impossibilitada de assumir o Trono.....	91
Figura 7. Distribuição dos Grupos Escolares pelos municípios do antigo Mato Grosso entre os anos de 1910 e 1927.....	109
Figura 8. Demonstração dos Grupos Escolares localizados na parte central no sul do antigo Mato Grosso – Década de 1920.....	118
Figura 9. Disposição dos Grupos Escolares de Mato Grosso, situados na fronteira com Bolívia e Paraguai. – Década de 1920.....	119
Figura 10. Localização do GEMG, na região de fronteira Brasil Paraguai.....	124
Figura 11. Áreas de ocorrência natural da erva-mate no Brasil.....	126
Figura 12. Área de distribuição dos ervais no Sul do Antigo Mato Grosso.....	128
Figura 13 – Professor Júlio Alfredo Mangini.....	149
Figura 14 Grupos Escolares erigidos pela Laranjeira, Mendes & Cia Laranjeira, Mendes & Cia.....	159
Figura 15- Fotos diversas do Grupo Escolar Mendes Gonçalves – Guaíra – PR.....	161
Figura 16- Fotos diversas do Grupo Escolar Mendes Gonçalves – Guaíra – PR.....	161
Figura 17 – Escola Mendes Gonçalves – Fazenda Campanário (década de 1920).....	163

Figura 18 – Heitor Mendes Gonçalves–Administrador da Laranjeira Mendes & Cia (década de 1920).....	164
Figura 19 – Paulo Wincler – Construtor do GEMG (década de 1920).....	168
Figura 20 - Francisco Mendes Gonçalves (1919).....	173
Figura 21 - Achilles Verlangieri – Diretor do GEMG – 1927.....	173
Figura 22 - Recorte Jornal O Progresso 1927.....	177
Figura 23 -Grupo Escolar Mendes Gonçalves (1925).....	178
Figura 24 – Imagem comparativa entre o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (Ponta Porã, 1925), Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (Corumbá, 1918-1922) e Grupo escolar Correa da Costa (Aquidauana, 1924), respectivamente.....	181
Figura 25 - Planta Atual da Escola Estadual Mendes Gonçalves – Ponta Porã – MS.....	182
Figura 26 - Trabalho infantil nos ervais de Ponta Porã.....	185
Figura 27 – Alunos do GEMG – década de 1920.....	188
Figura 28 - Coleção: Felisberto de Carvalho.....	208
Figura 29 - Coleção: Corações de Crianças - professora Rita de Macedo Barreto.....	210

LISTA DE SIGLAS

CAND - Colônia Agrícola de Dourados

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CIDAL - Colonizadora Douradense Ltda

CRPE - Centro Regional de Pesquisas Educacionais

GE – Grupos Escolares

GEMG - Grupo Escolar Mendes Gonçalves

GTs – Grupos Temáticos

HIE - História das Instituições Escolares

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais

NDHIR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

PCB - Partido Comunista Britânico

SOMECO - Sociedade Melhoramentos e Colonização

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estudos sobre Grupos Escolares por Estado no período de 2000 a 2010.....	14
Tabela 2 – Quantitativo de alunos e alunas matriculados (as) nas escolas de Mato Grosso mato-grossenses no ano de 1926.....	110
Tabela 3– Número de escolas elementares, destinadas as primeiras letras- 1889.....	153
Tabela 4 – Demonstrativo salarial dos funcionários do GEMG – 1926.....	175
Tabela 5 – Demonstrativo salarial dos funcionários do GEMG – 1930.....	175
Tabela 6 – Alunos do Grupo Escolar Mendes Gonçalves – 1930.....	198
Tabela 7 – Alunos das Escola Reunidas Mendes Gonçalves – 1930.....	202

APRESENTAÇÃO

O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO

Qual o objetivo de todos esses exercícios [no processo de construção histórica]? Não é simplesmente descobrir o passado, mas explicá-lo, e ao fazer isso, fornecer um elo com o presente.

Hobsbawm, 1997.

Para Erik Hobsbawm, todo historiador tem “[...] um poleiro particular a partir do qual sonda o mundo” (HOBSBAWM, 1998, p. 245), o que significa que cada um possui um *locus* do qual fala, uma trajetória, que determina suas opções e explicitam o palco no qual sua escrita acontecerá. Segundo ele, é “[...] inevitável que a experiência pessoal desses tempos modele a maneira” (HOBSBAWM, 1998, p. 245) como vemos e refletimos o objeto de pesquisa investigado. Sendo assim, nos propomos apresentar em linhas gerais, os traços mais significativos de nossa trajetória até a concretização da presente pesquisa. Consideramos indispensável apresentar alguns dados sobre o *locus* social do qual falamos, envolvendo, nossa própria trajetória e prática de pesquisa. Temos a expectativa de que, com este breve memorial descritivo, possamos expressar as razões, os significados e as decisões tomadas para organizar a dissertação ora apresentada sob o título “Grupo Escolar Mendes Gonçalves, Vicissitudes da vida social e material da instituição e o contexto de implantação dos grupos escolares no Brasil (1889-1931)”, sob orientação da Prof^a. Dr^a Maria do Carmo Brazil.

Nesse memorial procuramos rememorar pequenos detalhes vivenciados e ainda vivos em nossas lembranças, uma vez que, à luz dos aspectos históricos do Brasil e da região, pareceu-nos importante realçar alguns fragmentos de nossas experiências durante a infância em ambiente familiar e escolar. Quando ainda jovem, optamos por exercer as funções eclesiásticas e, após alcançar a maturidade, decidimos entrelaçar a referida realidade com a trajetória acadêmica. Neste último aspecto, salientamos que os anseios ligados aos estudos foram decorrentes dos projetos eclesiásticos, pois para assumirmos as missões da Igreja fomos moldados para estudar e ensinar. Desde os tempos de seminário, o Bispo diocesano de Dourados Dom Redovino Rizzardo dizia que o nosso trabalho seria o ensino, a educação, sobretudo dos seminaristas. São experiências que, inegavelmente, determinaram parte de nossas decisões.

Além disso, acreditamos ser indispensável apresentar um quadro histórico da região onde nascemos bem como algumas lembranças do espaço de relações cotidianas vivenciadas por nós e por nossos ascendentes entre os anos de 1960 a 2000, em Angélica¹, cidadezinha do sertão sul-mato-grossense, limitada pelos municípios de Rio Brilhante, Ivinhema, Nova Andradina, Deodápolis e Nova Alvorada do Sul.

¹ Angélica, até o ano de 1976, era distrito de Dourados, quando então, no referido ano, foi emancipada tornando-se município.

1. Legados familiares

Escolhemos, como ponto de partida para descrever nossas origens, as procedências espanhola e italiana de nossos pais e avós, ancorados no Brasil em meados de 1910. Segundo o pesquisador Martínez Gonzáles, a imigração espanhola e italiana para o Brasil se insere no contexto geral da imigração entre os anos 1880 e 1930, quando a intensa propaganda efetuada pelo governo brasileiro na Europa garantia a passagem gratuita, entre outros benefícios (GONZÁLES, 2000, p. 240-241). Cláudio Aguiar infere que os espanhóis foram de fluxo imigratório, após os italianos e portugueses, sendo impelidos a migrar para o Brasil em virtude das graves crises de subsistência que assolavam algumas comunidades, principalmente Andaluzia e Galícia (AGUIAR, 1991, p. 18-19).

Os italianos começaram a imigrar em número significativo para o Brasil a partir da década de 1870, sendo impulsionados pelas transformações socioeconômicas em curso no Norte da Itália, que afetaram sobretudo a propriedade da terra. A referida migração foi oficialmente legalizada pelo governo de ambos os países em 1888, quando o Brasil, diante da superação da mão de obra escravizada, foi em busca de mercados e trabalhadores que mantivessem funcionando a estrutura econômica do país baseada na lavoura do café. As primeiras levas de italianos se radicaram no sul do Brasil, entretanto, foi o Estado de São Paulo que mais recebeu imigrantes atraídos pelos subsídios oferecidos pelo governo, que tinha como meta a captação de mão de obra para as lavouras de café.

Para João Fábio Bertonha, a grande emigração italiana de 1870 foi produto do processo de desenvolvimento do capitalismo que determinou a unificação política italiana e a entrada da nação no mercado internacional, motivada pela industrialização e modernização da agricultura (BERTONHA, 2005, p. 82).

No contexto das migrações espanholas e italianas, se inserem nossos ascendentes que, em busca de melhores condições de vida, se radicaram no interior do Estado de São Paulo e, adquirindo pequenas propriedades, se consolidaram como agricultores de café. Contudo, na década de 1960, impulsionados pela política varguista

de ocupação do Centro-Oeste brasileiro, mudaram-se para o município de Angélica², sul do antigo Estado de Mato Grosso, adquiriram terras, cultivaram café e extraíram madeira para a queima em carvoarias e comercialização do carvão no Estado de São Paulo.

Nascido em 1980 na cidade de Ivinhema, somos o filho mais velho de um pequeno núcleo familiar constituído por Patrícia Bogaz Trevizan (irmã), por Antônio Trevizan (pai) e Antônia Bogaz Trevizan (mãe). Unidos pelo laço matrimonial contraído em 1977 e pelos filhos nascidos dessa união, durante vários anos os principais membros da família seguiram lutando por melhores condições de vida como pequenos agricultores de café. Entretanto, em virtude da crise no campo ocasionada pelas mudanças na economia do país e pelo enfraquecimento da produção cafeeira, todos se mudaram para a cidade e passaram a viver das rendas oriundas da produção de gado de corte e leiteiro, aliado a outras atividades informais. Hoje, já na velhice, vivem na cidade de Angélica e colhem os frutos de uma vida de duros esforços e de conquistas alcançadas com desprendimento.

Os escritos de Alice Lori Gressler e Lauro Joppert Swensson (1988), ajudaram-nos a compreender parte do quadro migratório ocorrido na região, tanto no século 19, quanto no século 20. Segundo os autores, nas primeiras décadas do século 20, uma “[...] nova e poderosa corrente povoadora deslocou-se, a princípio de São Paulo [...] para a região Centro-Oeste, atingindo notadamente todo o Estado de Mato Grosso do Sul” (GRESSLER e SWENSSON, 1988, p.31), passando a agir como frente pioneira. A “corrente povoadora” a qual se referem, se insere no movimento de ocupação do Centro-Oeste e Norte do Brasil, denominada de “Marcha para o Oeste”, projeto empreendido pelo Presidente Vargas, entre as décadas de 1930 e 1940. Essa política visava a ocupação de grandes faixas de terras consideradas inexploradas dentro das fronteiras políticas do governo federal. Para a pesquisadora Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira (2007), a “Marcha para o Oeste” caracterizou-se como “um movimento da nação a procura do alargamento do território nacional e do aumento da produtividade, com a ideia de conquista do espaço físico” (OLIVEIRA, 2007, p. 2) que geraria maior riqueza para o país.

² O município de Angélica foi desmembrado da cidade de Dourados por meio da Lei nº 3.691, de 13 de maio de 1976, tendo como limites os municípios de Rio Brillhante, Ivinhema, Nova Andradina, Deodápolis e Nova Alvorada do Sul.

1.1 Narrativas “à sombra dos ervais”

Vale lembrar que o centro-sul brasileiro caracterizou-se historicamente como a região dos ervais. No sul do antigo Mato Grosso, a erva-mate era encontrada de forma densa, nos vales do rio Ivinhema, Brilhante e Dourados, revestindo também toda a região da bacia do Amambai e as elevações da serra de Maracaju. No sul do Brasil os ervais ocuparam tanto as serras, como as vertentes dos rios, as encostas, planícies e campos, conforme evidenciou o geógrafo José Veríssimo da Costa Pereira (1970): “[a erva mate] espontam constituindo a vegetação média... a partir da encosta da Serra do Mar até a descida para o leito do Paraná abarcando, assim, todo o interior do estado...” (PEREIRA, 1970, p. 388).

Conhecida como “ouro verde”, a erva-mate representou grande parte da economia brasileira, aspecto que ensejou o surgimento de inúmeras empresas privadas de extração, como foi o caso da Companhia Mate Laranjeira, que atuou fortemente no sul do antigo Estado de Mato Grosso. A esse respeito discorreu o historiador mato-grossense Virgílio Correa Filho, na conhecida obra à “Sombra dos Ervais”, publicada em 1925. Essa obra é de inegável importância à medida que ajuda a compreender parte da construção identitária regional, no contexto da Primeira República. Essa identidade foi erigida a partir dos valores da elite regional, calcados na defesa da fronteira oeste brasileira, desde o período colonial e na valorização do papel de Mato Grosso na história brasileira.

Segundo o pesquisador Omar Daniel (2009, p. 23-24), na década de 1920 o Brasil era considerado o maior exportador de erva-mate para a Argentina. À época já estava consolidada a expansão e o fortalecimento da Companhia Mate Laranjeira, a ponto de tornar-se a maior detentora de extração no sul de Mato Grosso, “responsável pela fundação de cidades, vilas e até escolas”. Mas a penosa extração dos ervais mato-grossenses se fez à custa da superexploração da mão de obra disponível na região, envolvendo homens, mulheres e crianças.

Esse empreendimento de capital privado da Mate Laranjeira permaneceu inabalável até a década de 1940 quando Getúlio Vargas, então presidente da República brasileira, desenvolveu a política de interiorização do Brasil, criando, entre outras metas, a Colônia Agrícola de Dourados, visando o fomento de um núcleo populacional para povoar a área de fronteira entre Brasil e Paraguai e minar a empresa Mate

Laranjeira, detentora do monopólio do extrativismo de erva-mate na região desde meados de 1880.

Conforme os escritos de Lori Alice Gressler e Luiza Mello Vasconcelos, em 1943, quando da criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND), inúmeras outras companhias de colonização privadas compraram extensas áreas de terras não cultivadas do Estado ou de particulares e subdividiram-nas em lotes de aproximadamente 30 hectares.

Assim surgiram, nos anos 50, os centros de colonização da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso que comprou do tcheco Jean Bata 6.000 km² de terras, hoje ocupadas pelos municípios de Bataiporã, Anaurilândia e Bataguçu [...] Companhia Moura Andrade, responsável pelo aparecimento da cidade de Nova Andradina e pelo loteamento das terras localizadas nas altas bacias dos rios Samambaia, São Paulo, São Bento e Inhanduí-Guaçu, da Sociedade Melhoramento e Colonização S/A (SOMEÇO), que adquiriu em 1962, 80.000 alqueires em terras dos atuais municípios de Ivinhema [...]. Companhia Vera Cruz, instalada em 1953 no município de Naviraí, a qual vendeu grande número de lotes para a implantação de novos cafezais (GRESSLER e SWENSSON, 1988, p.33).

Concernente ao processo de ocupação do sul do antigo Estado de Mato Grosso, Paulo Roberto Cimó (2008), recorrendo aos trabalhos de Alvanir de Figueiredo (1968), menciona que na região de Dourados, as iniciativas federais, representadas pela CAND, perderam espaço para companhias colonizadoras de particulares, tais como a “[...] Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, [...] e [...] Sociedade Melhoramentos e Colonização [SOMEÇO]” (FIGUEIREDO, 1968 *apud* QUEIROZ, 2008, p.52).

Como já assinalado, a década de 1950 foi marcada pela intensificação do deslocamento de paulistas e paranaenses rumo a algumas regiões do sul do antigo Estado de Mato Grosso na esperança de adquirir terras a um preço inferior comparado aos preços das terras de São Paulo e Paraná. Neste contexto, em meados de 1953, se deu a colonização de Angélica, tendo como dirigentes Renê Neder e Rachid Neder, moradores de Campo Grande, antigo Estado de Mato Grosso. Tendo em vista a ocupação do lugar, ambos se mudaram para o referido povoado e fundaram a CIDADAL - Colonizadora Douradense Ltda, e conseguiram, junto à Prefeitura de Dourados, a autorização para povoar a região do Porto Angélica.

Neste cenário marcado pela ação da Empresa Mate Laranjeira e pela atuação da CIDADAL, crescemos ouvindo “causos” a respeito da erva-mate; de como a referida empresa tinha explorado a região; de populações indígenas que habitaram o lugar; da utilização da mão de obra infantil nos árduos trabalhos de extração, narrativa que vai ao

encontro das observações de Hélio Serejo (1999) a respeito. Enfim, apesar de não presenciar tais fatos, ficamos atentos às memórias dos idosos com os quais convivemos, memórias que marcaram profundamente nossa infância. Sem os idosos, lembra Ecléa Bosi, o processo de educação torna-se incompleto, pois a função social da memória é lembrar e a velhice “[...] é o momento de desempenhar a alta função da lembrança” (BOSI, 2007, p. 81).

Assim, no ano de 1963, quando nossa família mudou-se para Angélica, estavam vivos na lembrança dos moradores os fatos relativos ao extrativismo da erva mate, sob o monopólio da Empresa Mate Laranjeira. De acordo com os relatos memorialísticos de Inivaldo Gisoato, a Companhia explorou intensamente a região até 1945, quando a erva-mate entrou gradativamente em crise no mercado internacional, enfraquecendo a produção local. Além disso, a empresa cedeu às pressões do Governo de Vargas e decidiu abandonar a região.

Segundo Gisoato (2010), o nome da cidade ‘Angélica’ refere-se ao nome de uma senhora responsável pelos negócios da Mate Laranjeira na região.

O lugar ganhou o codinome de Porto Angélica, porque no escritório da Mate Laranjeira, ficava uma jovem senhora por nome de Angélica que era filha de um dos donos da companhia, era ela quem recebia os compradores, cuidava dos negócios da cia na região, como recebia bem os negociantes que por ali passavam pela sua simpatia e pela beleza, as pessoas passaram a se referir ao local como Porto da Angélica (GISOATO, 2010, p. 10).

Durante a infância, ouvimos de avós, pais e amigos, “causos” de quanto era abundante as “matas de erva mate” na região de Angélica, de como os ervais no Estado de Mato Grosso cobriam extensas áreas e, de acordo com Serejo (2004, p. 34), “os ervais nativos eram opulentos e se estendiam por léguas e léguas”. Contavam, inclusive, que uma das famílias que trabalhavam em nossas terras, produzia o próprio mate para o consumo, denotando, com isso, que aquela região fora terra de intensa extração vegetal de erva-mate e havia sido marcada pela presença de árvores, ainda utilizadas para a extração artesanal de erva.

1.2 Lembranças da escola

Quanto às memórias relativas à escola, era comum ouvir os relatos familiares sobre o ensino no Grupo Escolar. Do pai, na cidade de Macolbal e da mãe, no Grupo Escolar do Cam-Cam, região rural da cidade de Santa Fé do Sul, ambos localizados no

interior paulista. O nosso letramento iniciou-se já com o ensino fundamental – séries iniciais, quando fomos matriculados numa escola rural denominada comumente de “Grupo”, apesar de não sê-lo, de fato, uma vez que a estrutura “Grupo Escolar” já estava extinta por meio da Lei Federal nº 5.692/71. Contudo, no imaginário familiar dos membros de nossa casa e na dos colegas, referíamos-nos à Escola Municipal Rural Jerônimo Inácio Ribeiro como ‘Grupo’, sendo essa escola constituída de uma única sala multisseriada, de 1ª a 4ª séries.

Desse período são vivas as lembranças de como fomos alfabetizados: Filho de uma professora de escola rural que, após um curto período de atuação, casou-se, deixou o trabalho e recolheu-se aos afazeres internos da família, porém, sobressaindo a condição de “professora” e esse aspecto ensinou que ela alfabetizasse seus filhos. Assim, fomos alfabetizados bem cedo: aos quatro anos de idade já sabia ler, escrever e, como dizia nossa mãe, “já sabia números de 1 a 100”.

Quando chegamos à escola, sentíamos-nos entediado, pois as primeiras instruções que a professora Maria, uma senhora negra, gentil e atenciosa, ensinava aos demais, já nos eram obsoletas.

Igualmente vivas na memória são as lembranças dos colegas de sala, das brincadeiras durante o “recreio” e da merenda escolar – saborosa e, de modo especial, as almôndegas em molho, muito comum naquela época. Entretanto, ficaram também as lembranças negativas do professor que, ao assumir a sala em virtude da enfermidade da professora Maria, de forma rigorosa, e até agressiva, conduzia sua aula. Lembro-me de quando ele nos castigava com uma espécie de palmatória (vara de bambu) quando estávamos com as unhas sujas e mãos mal lavadas. Importante ressaltar que tais averiguações ocorriam uma vez por semana, logo após o recreio, momento em que todas as crianças brincavam no pátio da escola e que, por se rural, não possuía calçamento. Quando o mesmo passava em revista, éramos obrigados a colocar as mãos sobre a carteira e o professor batia sobre nossos dedos com a vara de bambu, castigando-nos por não estarmos como ele gostaria. Outros castigos eram frequentemente aplicados, tais como ajoelhar-se em milho ou tampinhas de garrafa quando não conseguíamos resolver exercícios ou quando conversávamos durante a aula. Isso tudo ocorria nos idos da década de 1980.

2. Anos de formação

Aos 16 anos decidimos entrar no seminário, contrariando a vontade dos pais. O fato de sermos filho de família católica tradicional permitiu que, desde tenra idade, frequentássemos cotidianamente o mundo eclesiástico. A postura dos religiosos e a maneira como lidavam com o mundo da cultura e com a religião em si nos atraiu. De modo especial, fomos seduzidos pela filosofia, pelo desejo de perseguir a verdade, pelas ideias humanistas cristãs, como horizonte de realização pessoal e como projeto de vida.

A partir do ingresso no seminário, nos detivemos a estudar durante vários anos Filosofia e Teologia, disciplinas que nos ajudaram a conhecer em profundidade a cultura ocidental e as bases sobre as quais se estabeleceu o pensamento científico do século 20. Tais conhecimentos, aliados às lembranças que nutriram nosso imaginário infantil, desembocaram, anos mais tarde, no contexto no qual se desenvolveu o presente objeto de estudo.

Sendo nossa trajetória marcada pela vida eclesiástica, mundo eminentemente construído sob relações hierárquicas, o interesse pela história das instituições fluiu na vida acadêmica. Nesta perspectiva, no ano de 2008, prestamos a seleção para aluno especial na disciplina *Instituições e Poder*, do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

2.1 A construção de um objeto

Ao iniciar os estudos, imediatamente atentamos para a Escola como uma instituição secular que atravessou todas as transformações advindas das mudanças de épocas e permaneceu como o núcleo formador do homem moderno e, no caso do Brasil, como formador do cidadão republicano. De modo especial, despertou nosso interesse os Grupos Escolares, instituições erigidas pela República para serem os propagadores da civilização ou, conforme assevera Souza (1998, p. 13), “concebidos para serem os pilares da República [...] onde se reverenciavam as autoridades políticas do novo regime e se cultuavam os símbolos nacionais: bandeira, escudo e hino”.

Para dar concretude ao objetivo de investigar os Grupos Escolares, nos inscrevemos no processo seletivo para o Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Nas viagens de estudos

preliminares a Ponta Porã contávamos, quase sempre, com a companhia da professora Maria do Rosário Moreira Secchi, hoje já falecida. Com essas visitas ao Grupo Escolar visávamos à construção do objeto de pesquisa. Como estratégias de ação, recolhemos materiais necessários para levantar as hipóteses e, firmes na busca de um objetivo, foi possível esboçar um anteprojeto de pesquisa contemplando o GEMG - Grupo Escolar Mendes Gonçalves, de Ponta Porã - MS.

Ao realizar a prova escrita (eliminatória), exame de proficiência em língua estrangeira (espanhol) e a entrevista, fomos admitidos na seleção de 2008 para fazer parte do PPG/Educação, como aluno regular, na linha História, Memória e Sociedade da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

2.2. Grupo Escolar Mendes Gonçalves: Pesquisando, relatando, explicando, prestando contas...

Ao iniciar os estudos no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados e ao mergulharmos em nosso objeto de pesquisa, o GEMG, fizemos diversas viagens a Ponta Porã com o intuito de vasculhar material capaz de dar suporte à nossa pesquisa. Em contato com a escola, adentramos no universo do arquivo escolar que não se revelou atraente em virtude de conter ínfimos materiais concernentes à gênese da escola.

Apesar de existir uma vasta documentação, esta se restringe ao período de 1944 até os dias atuais, dado que a escola ainda está em funcionamento com o nome de Escola Estadual Mendes Gonçalves. Segundo a atual dirigente, a ausência de documentação do início do funcionamento da instituição se deve à queima de “coisas velhas” por ocasião de uma “limpeza” dos arquivos da escola, realizada em gestões anteriores. Sendo assim, partimos em busca de outros lugares e pessoas que nos pudessem fornecer indícios do Grupo Escolar nos seus primeiros anos de funcionamento.

Após diálogos com ex-alunos, levando em conta que os mais idosos frequentaram o GEMG depois de 1930, obtivemos pistas quase apagadas sobre a situação inicial da unidade institucional de ensino. Sendo assim, angustiados e necessitados de material empírico para sustentar as hipóteses iniciais, nosso destino passou a ser os arquivos públicos de Cuiabá (MT), como o Núcleo de Documentação e

Informação Histórica Regional (NDHIR), da Universidade Federal de Mato Grosso e o Arquivo Público da referida cidade. O contato com o mundo institucional e arquivístico de Cuiabá foram de muito proveito, não apenas pelo material encontrado, mas também pelo contato com professores preocupados com a mesma temática, com destaque para Nicanor Palhares Sá, que nos recebeu e inseriu-nos no mundo dos arquivos cuiabanos e nos forneceu material para a pesquisa, e para a professora Elizabeth Madureira Siqueira, responsável pela editora da UFMT, que se colocou à disposição para o que fosse necessário em virtude da nossa pesquisa.

No NDHIR destacamos a presença da professora Nileide de Souza Dourado, sempre atenta e disponível às necessidades dos visitantes. No arquivo Público de Cuiabá fizemos uma grande descoberta que mudou os rumos da nossa pesquisa: um antigo relato do professor Franklin Cassiano da Silva, Diretor Geral da Instrução Pública de Mato Grosso, datado de 15 de abril de 1931, mencionando a transformação do Grupo Escolar Mendes Gonçalves em Escolas Reunidas. O processo de transformação do GEMG iniciou-se em meados de 1930 e foi concluído em 1931, motivo pelo qual nosso recorte temporal não terminou no final da primeira república, como seria natural, mas avança até o ano de 1931.

Após várias viagens a Cuiabá e dias de pesquisas intensas, deparamo-nos com documentos referentes aos primeiros anos de funcionamento da instituição, que nos forneceram informações preciosas sobre alunos, professores, diretores, situação econômica da instituição, mobiliário, material didático e escolar, entre outros. Os principais documentos arrolados foram: *Diário de entrada e saída do almoxarifado Geral da instrução pública de Mato Grosso; ofícios dos diretores destinados ao Secretário Geral da Instrução Pública do Estado; Jornais da época; Mensagens de Presidente do Estado de Mato Grosso*, dentre outros que serão mencionados no decorrer do trabalho. Após coletar a documentação e fontes iconográficas, o material foi todo digitalizado, dado que a condição de conservação dos documentos não permitia a reprodução, catalogação, impressão e digitação. Esse procedimento determinou a consolidação de um arquivo pessoal que utilizamos para dar início ao trabalho de análise e redação do presente texto. Nesta perspectiva, a dissertação que segue é fruto de um longo e árduo trabalho e, também, a expressão do nosso empenho e comprometimento com a pesquisa científica.

Ivinhema, 19 de março, outono de 2011

INTRODUÇÃO

[Cabe à comunidade historiadora] escrever história como trabalho de um tipo específico de profissional,... é atividade que possui exigência e servidões inevitáveis – formação específica, familiaridade com uma certa prática, obediência a regras ditadas pelo ofício....[cabe] reconhecer ou não como de história os textos que assim se auto-intitulam.

Francisco Falcon, 1998.

1. Dimensão do universo de análise (recorte temático, espacial e temporal)

A presente dissertação é fruto do trabalho de investigação empreendida no período de 2009-2011 junto à linha de pesquisa de História da Educação, vinculada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Ciente da carência de estudos sobre instituições escolares e da necessidade de fazer avançar as pesquisas acadêmicas voltadas para o campo da história da educação, elegemos o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG), de Ponta Porã - MS, como objeto de análise.

A necessidade de conhecer o processo de implantação das instituições escolares nas áreas internas do Brasil, e de oferecer historicidade a elas, despertou nosso interesse em lançar esforços nessa direção. O arco temporal que elegemos para esta investigação – 1889-1931 – explica-se pela intenção de discutir o processo de institucionalização do ensino primário na região, como parte do projeto de modernização do Estado republicano brasileiro. No presente trabalho, não tivemos a pretensão de analisar todo o material arrolado, mas apenas aqueles dados que consideramos indispensáveis para a compreensão do GEMG. Nosso intuito foi apresentar ao leitor as diversas fontes documentais que cercam nosso objeto de estudo.

A abordagem se inicia em 1889, ano de perspectivas de mudanças no cenário educacional brasileiro em virtude da transição do Império para a República, perpassa os eventos que redundaram na chamada Revolução de 1930, episódio anunciador de nova etapa de mudanças no quadro econômico, político e sócio-cultural brasileiro. O recorte pesquisado culmina no ano de 1931, momento em que o GEMG foi transformado em “Escolas Reunidas”, em virtude de não possuir o número de alunos suficiente para manter-se como Grupo Escolar. O Estado de Mato Grosso exigia a frequência de pelo menos 250 alunos, enquanto o GEMG contava com 154, número bem aquém da média necessária para o funcionamento. O período em estudo, 1889-1930, foi marcado pela consolidação do poder das oligarquias agrárias – grupo político que vinha se afirmando social e economicamente no controle político nacional desde o século 19 – e pelas investidas liberais em favor da educação pública, vista como veículo propagador dos princípios republicanos e como instrumento necessário à construção da nação. Vem a propósito lembrar que, segundo Souza (1998, p. 15), os republicanos “[...] mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de

consolidação do novo regime, mas a regeneração da nação”. Por ser um dos instrumentos de consolidação da República, o Estado levou à prática as providências concretas de construção de edifícios escolares, as instalações e o aparelhamento dos mesmos. No caso do GEMG, a particularidade da instituição consiste em ser erigida pela iniciativa privada, Empresa Mate Laranjeira, que doou o terreno, construiu o edifício e aparelhou o Grupo Escolar, apenas deixando ao Governo de Mato Grosso a administração - que desde o início foi marcada pela precariedade de materiais escolares e pelo desinteresse por parte das autoridades estaduais.

2. A temática e o contexto histórico nacional

A transformação das províncias em Estados, estabelecendo a Federação como forma de organização do País (art. 1º da Constituição de 1891), pouco alterou o sistema educacional tradicional, pois se manteve descentralizado, ou seja, a Instrução Pública ficava sob a responsabilidade e a cargo de cada Estado e a educação, como um todo, à mercê das circunstâncias políticas e econômicas, cujos prejuízos eram agravados pela disparidade entre os sistemas escolares existentes no país. Entretanto, presenciavam-se, nos primeiros anos da República, os anseios de mudanças por parte da intelectualidade brasileira traduzida na releitura de clássicos da filosofia como *O contrato Social* (1762), de Jean Jacques Rousseau, *De la démocratie* (1840), de Alexis de Tocqueville, dentre outros. Esses pensadores foram tomados como referência para se repensar o modelo educacional deixado pelo Império.

Para intelectuais e críticos do processo educacional, tais como Rui Barbosa, Benjamim Constant e Manoel Bonfim, a educação era o meio pelo qual se conseguiria elevar o Brasil ao desenvolvimento e à construção de uma identidade nacional. Contudo, esta deveria ser laica e obrigatória, pois somente por meio da educação das camadas populares se conseguiria um povo esclarecido e que contribuiria para o futuro da República.

O novo sistema primava pela racionalidade científica e pela laicidade da escola, aspectos defendidos pelos expoentes da intelectualidade da época que viam a educação como um caminho à modernidade e ao engajamento no processo civilizador, conforme observou a pesquisadora Melissa Toffani Magalhães Vendramim. O ideário Republicano foi concebido como “[...] crença no poder redentor da educação” (SOUZA,

1998, p. 27). A “instrução”, ao ser vista como elemento formador do indivíduo e criadora do homem moral, engendrou um amplo projeto civilizador, com destaque para a educação popular, cuja meta era visivelmente destinada a atender interesses políticos (SOUZA, 1998, p. 27).

O otimismo na educação passou a ser a tônica do discurso republicano, manifestado na fundação de escolas primárias, na preocupação com os índices de analfabetismo - que chegavam ao cúmulo de 85% em todo o território nacional no ano de 1890 - e com a formação de professores. A superação do analfabetismo passou a ser uma meta político-social do projeto republicano, considerando que a Constituição de 1891 estabelecia a igualdade perante a lei, o reconhecimento dos direitos do cidadão (liberdade, propriedade e segurança individual), eleições diretas, com voto não secreto para os maiores de 21 anos, com exceção de analfabetos, mendigos, praças e religiosos com votos de obediência. Era, portanto indispensável investir na instrução primária para viabilizar a participação de um maior número de pessoas nas eleições, ou, em síntese, era a “[...] escola da República e para a República” (SOUZA, 1998, p. 27-28). Ainda investindo no mesmo tema, Ribeiro (2003) destaca que a falida estrutura educacional deixada pelo império “[...] sugeria aos republicanos positivistas uma reversão urgente nessa esfera, pois a educação pública seria uma das possibilidades para a criação de uma identidade nacional, nos moldes da nova forma de governo” (RIBEIRO, 2003, p. 691).

Foi com essa lógica que, em 1893, emergiram os Grupos Escolares nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, dentro de um projeto educacional que visava a reunião das escolas isoladas, segundo a proximidade entre elas. A organização das escolas em grupo fazia parte de um novo modelo de instituição, composta e organizada de acordo com a racionalidade científica.

3. A temática e o contexto histórico regional

No âmbito das múltiplas circunstâncias que marcaram o processo de institucionalização do ensino primário no país, idealizada pelo projeto de modernização do Estado republicano brasileiro, os Grupos Escolares foram também criados em Mato Grosso como peças intrínsecas de reforma social e de difusão da cultura popular.

Nessa perspectiva, o processo de implantação dos grupos na região fez parte da política administrativa do Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do antigo

Estado de Mato Grosso. No intuito de modernizar o Estado e de expandir os ideais republicanos, reformulou o sistema de ensino mato-grossense e procedeu à implantação dos Grupos Escolares, segundo o modelo já concebido e concretizado no Estado de São Paulo. Por meio da resolução "nº. 508, de 16 de outubro de 1908, foi autorizada a criação de várias escolas e três grupos escolares, sendo dois na capital e um em Corumbá" (SILVA, 2006, p. 217). O primeiro Grupo Escolar criado foi denominado 'Escola-Modelo Barão de Melgaço', implantado em 3 de setembro de 1910, ficando sob a direção do professor Leowigildo Martins Mello. Em 1911, o Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa, por meio do Decreto nº. 297, criou os Grupos Escolares de São Luiz de Cáceres, Poconé, Vila do Rosário e Corumbá e, em 1912, criou os Grupos de Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã. Os Grupos Escolares representavam um sistema de ensino ordenado e de caráter estatal, constituído por um programa enciclopédico, de acesso obrigatório e universalizado.

Inserido num processo de modernização, Mato Grosso se colocaria no mesmo nível das demais unidades da federação brasileira e, à luz do pensamento liberal e positivista, foram erguidos os Grupos escolares em Mato Grosso apostando na eficiência do sistema educacional, parâmetro considerado indispensável para a formação do cidadão republicano. E foi nesse cenário que surgiu, por iniciativa privada da Empresa Mate Laranjeira, a unidade institucional Mendes Gonçalves, em Ponta Porã, no sul do antigo Estado de Mato Grosso.

Com base em Virgílio Correa Filho, nas obras *A sombra dos herveas Mattogrossenses* (1925) e *Ervais do Brasil e ervateiros* (1957), investigamos a gênese da Empresa Mate Laranjeira e sua influência no sul do antigo Estado de Mato Grosso. As origens da Empresa estão ligadas aos trabalhos de demarcação da fronteiras entre Brasil e Paraguai após a Guerra do Paraguai (1864-1870).

No ano de 1874, ao findar os trabalhos demarcatórios, Thomas Laranjeira, gaúcho da cidade de Bagé, permaneceu em Mato Grosso e iniciou a exploração de erva-mate nativa, coadjuvado por auxiliares vindos do Rio Grande do Sul. Em 1882, Laranjeira legalizou seus trabalhos, obtendo do Império o decreto nº. 8.799 que lhe concedia o privilégio de exploração da erva-mate nos terrenos devolutos da fronteira até a cabeceira do rio Iguatemi. A partir de 1883, a empresa ganhou força com a entrada dos acionistas Joaquim Murtinho e Francisco Murtinho e essa aliança de capital fez nascer a Companhia Mate Laranjeira, que passou a elaborar e exportar a erva, com

exclusividade para a firma Francisco Mendes & Companhia, de Buenos Aires – Argentina.

De origem argentina, a Sociedade Comercial Francisco Mendes e Companhia tinha como objetivos a industrialização e a venda da erva-mate recebida do Brasil e do Paraguai. Sua fundação data do ano de 1874 quando o português natural da Ilha da Madeira e radicado no Rio de Janeiro, desde os cinco anos de idade, Francisco Mendes Gonçalves inaugurou o empreendimento.

No ano de 1892, Thomas Laranjeira associou-se a Francisco Mendes Gonçalves, dando origem à Sociedade Laranjeira Mendes & CIA, tornando-se dona dos bens no Brasil, Paraguai e Argentina. Entretanto, a referida empresa não teve vida longa, vindo a desmembrar-se em 1929, dando origem à Companhia Mate Laranjeira S/A, com sede no Rio de Janeiro, e a Empresa Mate Laranjeira, sediada na cidade de Buenos Aires, na Argentina.

Após a sua criação, no final do século 19, a Empresa Mate Laranjeira iniciou a fundação de algumas escolas, contudo, ressalte-se que esse aspecto da referida instituição era periférico às suas atividades, dado que as escolas erigidas tinham como função a instrução de primeiras letras dos filhos dos funcionários.

A título de informação, cabe o registro de que, ao longo do processo investigatório e de elaboração da dissertação, nos deparamos com outro Grupo Escolar Mendes Gonçalves, erigido no mesmo município (Ponta Porã), mais precisamente na fazenda Campanário, no ano de 1918. Curiosamente a pesquisa também revelou a existência de outra unidade escolar, presente na cidade de Guairá, Paraná, sob a denominação de Escola Francisco Mendes Gonçalves, erigida em meados de 1913. Vale lembrar que a região de Guairá foi amplamente explorada no escoamento da produção de erva-mate vinda de Ponta Porã. Foram utilizados os canais de navegação dos cursos d'água que deságuam no rio Paraná, como rio Amambaí, Iguatemi, Dourados, Brilhante e Ivinhema, para exportar a erva para a Argentina. Além disso, para promover rapidez e eficiência, o transporte do produto era desviado por terra, no trecho entre Guairá e Porto Mendes, região na qual o rio Paraná não oferecia condições de navegação em virtude das Sete Quedas.

Surgiu daí a nossa intenção em oferecer visibilidade à educação em Mato Grosso, tomando o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG), em Ponta Porã - MS, como objeto central de análise. Procuramos, com essa investigação, deslocar a atenção

da história educacional dos grandes centros urbanos para a história da escola no interior do centro-oeste do país.

4. A problemática e as proposições em torno do Grupo Escolar Mendes Gonçalves

Pautado nos princípios positivistas, nacionalista, liberais e na laicidade absoluta das instituições sociopolíticas e da cultura, o Grupo Escolar Mendes Gonçalves foi erigido na fronteira Brasil-Paraguai como elo transmissor de ideais modernizadores, durante o governo de Mário Correa da Costa, Presidente do Estado de Mato Grosso, através do Decreto nº. 752, de 1927, com o nome de 'Mendes Gonçalves', em homenagem ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da Empresa privada Mate Laranjeira, doadora do terreno e do edifício.

Dentre as principais indagações em torno de nosso objeto podemos destacar: Quais as principais transformações educacionais ocorridas no modelo republicano que estiveram vigentes na referida instituição escolar? Quem eram seus artífices? Quem eram as crianças que frequentavam essa escola? Seriam crianças oriundas do campo? Algumas seriam de nacionalidade paraguaia, considerando que a instituição localizava-se na fronteira do Brasil com o Paraguai? Quais as condições econômicas dessas crianças? Quais os traços dos alunos que frequentavam a escola? Que papel desempenhou a arquitetura da referida instituição como manifestação dos ideais republicanos? Em que medida os espaços físicos da instituição em questão acompanharam as estruturas arquitetônicas dos demais Grupos Escolares implantados no Brasil durante a propagação do ideal republicano na primeira metade do século 20, mesmo a referida instituição estando localizadas numa região de fronteira (Brasil/Paraguai)? A configuração física da instituição em questão mostrava-se adequada ao seu pleno funcionamento? Que interesses educacionais a Mate Laranjeira tinha para promover a construção de uma escola no centro de produção de erva mate, em Ponta Porã?

Entre as proposições para nossas indagações destaca-se o fato de que os mais remotos recantos do país, inclusive as localidades de fronteira, foram alcançados pelo modelo de escola republicana, os grupos escolares, alterando o perfil da escola local, os programas de ensino e suas particularidades regionais. Nesse sentido, para delinear as características prováveis do nosso objeto, reunir dados explicativos e nortear nossa

investigação, elegemos duas categorias de análise: a política de implantação da instituição na região e sua dinâmica de funcionamento, considerando os distintos sujeitos em suas práticas cotidianas. Estas categorias nos permitiram visualizar o aspecto regional no cenário nacional, a cidade fronteiriça de Ponta Porã nos primórdios da República, o espaço físico do grupo, os atores sociais no contexto do surgimento dos Grupos Escolares no Brasil.

4.1 Suporte referencial (métodos e fontes)

Consideramos as questões recorrentes sobre o conceito de cultura escolar, enquanto objeto histórico, cujo apoio foi buscado, sobretudo nas formulações de Forquin (1993) e Julia (2001). No campo da historiografia tomamos como base as abordagens referenciais de Jacomeli (1998), Nunes (1992), Nosella e Buffa (2002), Sá (2006), Saviani (2007), Siqueira (2000), Souza (1998), Vidal (2006), entre outras. Do ponto de vista da historiografia regional sobre o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, encontramos menções na tese de Doutorado de Carla Villamaina Centeno, intitulada “[...] Educação e Fronteira com o Paraguai na Historiografia Mato-grossense (1870-1950)”, na qual a autora mencionou o GEMG, ao se referir de forma tangencial às escolas existentes na região da fronteira Brasil-Paraguai e também encontramos referências ao GEMG no artigo da professora Regina Tereza Cestari, intitulado ‘Política educacional mato-grossense: o processo de implantação dos grupos escolares em municípios do Sul do Estado (1910 -1930)’, quando a autora menciona os Grupos Escolares erigidos no Sul do antigo Estado de Mato Grosso, no período de 1910 a 1930.

Além dessas produções supracitadas, recorremos ao variados documentos oficiais primários, arquivais ou editados [*relatórios oficiais, atas do governo do Estado, jornais da época e Relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso*], disponíveis nos acervos regionais e locais e, ainda, lançamos mão de preciosas fontes como fotografias, suplementos jornalístico se papéis avulsos, reunidos no arquivo do GEMG. Logo, parte da historicidade acerca do processo de construção das instalações e das vicissitudes da vida social (comunidade, administração, professores, alunos) e material (instalações, objetos didáticos), durante seu funcionamento, foi conseguida a partir da análise das fontes elencadas.

Seguindo as observações de Diana Vidal (2005), registradas na obra ‘Culturas Escolares’, o exame dos documentos arrolados pôde revelar parte do passado da instituição, caracterizar a criança que frequentava essa escola, o perfil docente e a relação urbana desses atores sociais com a escola.

A preocupação com as práticas culturais enquanto peças constitutivas da sociedade nos conduziu às reflexões de Raymond Williams, sobretudo em sua obra *Cultura e Sociedade* (1969), em Edward Palmer Thompson, *A formação da classe operária inglesa* (1987) e nas obras de Eric Hobsbawm, tais como *A Era Das Revoluções* (1962), *A Era dos Extremos* (1994) e *Sobre História* (1990). Esses autores nos ajudaram a discutir o conceito de cultura material, classe social e sociedade. Orientados pelo método dialético investigativo, procuramos analisar as ações culturais não apenas como frutos dos fenômenos econômicos, mas, e sobretudo, como expressões inseparáveis da vida social e política. Mediante o exposto, acreditamos que a pesquisa sobre o GEMG pode contribuir para o avanço dos estudos históricos acerca da Escola Brasileira.

5. Estruturação da abordagem (objetivos e disposições dos capítulos)

Baseado nas considerações apresentadas, este trabalho buscou identificar o papel político, social e econômico do Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG) na região, durante as primeiras décadas do século 20; oferecer historicidade ao processo de construção das instalações do Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG), entre 1924 e 1926, e discutir as vicissitudes da vida social e material (instalações, material didático, administração, professores, alunos) do Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG) durante seu processo de funcionamento, entre os anos de 1927 a 1931, considerando a sua transformação de Grupo Escolar para Escolas Reunidas.

As preocupações delineadas até aqui deram origem ao tema *Grupo Escolar Mendes Gonçalves: Vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil - Paraguai (1889-1931)*, enfatizando a trajetória histórica da instituição escolar, com destaque aos atores sociais em suas relações cotidianas.

Para atingir os objetivos propostos, a presente dissertação foi desenvolvida em três capítulos. No capítulo I, *Os Grupos Escolares na Historiografia Educacional Brasileira*, fizemos menção aos primeiros trabalhos que desenvolveram a temática

‘cultura escolar’. Em seguida catalogamos os primeiros trabalhos de pós-graduação desenvolvidos sobre instituições escolares no Brasil, de modo geral, e no antigo Estado de Mato Grosso, de modo particular. Em seguida, catalogamos as teses e dissertações que abordaram os Grupos Escolares no cenário brasileiro e, de forma particular, no Estado de Mato Grosso. Percutamos as pesquisas contidas no Banco de Teses da CAPES desde o ano 2000 até 2009. Dentre os textos arrolados, foram considerados os que trataram a temática de forma direta e os que a mencionaram de forma periférica. Também realizamos um levantamento dos trabalhos sobre Grupos Escolares, desenvolvidos no decorrer de 2010, porém, ainda não catalogados no banco de teses da CAPES. Para dar visibilidade à produção regional sobre o tema, fizemos um levantamento dos artigos publicados em revistas e eventos, cujas reflexões no campo da história da educação tomaram os Grupos Escolares no antigo Mato Grosso como objeto de análise.

No capítulo II, *Mato Grosso e o processo de implantação dos Grupos Escolares no Brasil séculos 19 e 20*, abordamos o espaço histórico Imperial, palco onde se desenvolveram as bases do Estado Republicano, implantado em 1889, e a situação educacional do país em meio às movimentações, desde o final do período imperial até o início do período republicano. Descrevemos brevemente a instalação da Escola da Corte e o Grupo Escolar Benjamin Constant, ambos no Rio de Janeiro. Com o objetivo de compreender o espaço histórico após a proclamação da República, aprofundamos o entendimento dos princípios propagados pelo ideário republicano, a materialização dos mesmos no sistema educacional brasileiro e a concretização do ideário por meio da criação dos primeiros Grupos Escolares nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Para dar visibilidade aos grupos escolares mato-grossenses, realizamos a contextualização do referido Estado no cenário nacional, ressaltando os interesses que os governantes de então nutriam para o fortalecimento regional, tendo em vista que buscavam equiparar Mato Grosso aos estados mais desenvolvidos do Brasil. Em seguida, desenvolvemos o cenário das relações de poder no estado, abordando as principais figuras da política, do sistema educacional, dentre outros envolvidos no palco de consolidação dos grupos escolares mato-grossenses.

A fim de aprofundar a temática respeitante aos grupos escolares no Estado, abordamos brevemente a constituição de cada Grupo até 1927 e, posteriormente, contextualizamos os Grupos Escolares instalados nas cidades centrais do Estado e

aqueles fronteiriços, isto é, instalados em cidades que faziam fronteira com outros países vizinhos ao Brasil.

No capítulo III, *Mendes Gonçalves: Um Grupo Escolar na Fronteira Oeste do Brasil*, contextualizamos o povoado ponta-poranense, tomando como ponto de referência a composição do cenário no qual se desenvolveu a vila de Ponta Porã; abordamos a composição populacional da referida localidade, os nativos, paraguaios, gaúchos e outros entrantes; analisamos o papel de Francisco Mendes Gonçalves, sócio fundador da Empresa Mate Laranjeira, os agentes dessa Companhia e sua ação extrativista no sul do antigo Estado de Mato Grosso, bem como seu protagonismo na construção e manutenção do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

Refletindo a realidade educacional no Município de Ponta-Porã, abordamos os aspectos sociais e econômicos da cultura GEMG, tendo como pano de fundo a situação educacional regional, como as escolas rurais, escolas isoladas, os ervais como escola, a instrução pública sob o olhar da sociedade civil e a ação da imprensa, o jornal ‘*O Progresso*’, durante os anos de 1923 a 1927.

No sentido de perscrutar a materialização do *Grupo Escolar Mendes Gonçalves* e a cultura escolar gerada a partir da instalação e funcionamento do mesmo, abordamos as precárias condições da vida escolar de Ponta Porã, juntamente com o processo de construção do GEMG, considerando as condições materiais, tais como instalações, material didático, material escolar, trazendo uma reflexão sobre a desintegração do Grupo e sua redução a Escolas Isoladas, em 1931.

Para a construção do enredo, buscamos a relação cotidiana dos atores sociais que compuseram a instituição, materializada na população, na direção da Instrução Pública e do Grupo Escolar Mendes Gonçalves, nos professores e alunos, enquanto protagonistas do sistema educacional de Ponta Porã e produtores de cultura escolar. Nesta perspectiva, e compartilhando da assertiva de Jean Claud Forquim, inferimos que “[...] educação e cultura aparecem como as duas faces, rigorosamente recíprocas e complementares, de uma mesma realidade: uma não pode ser pensada sem a outra...” (FORQUIM, 1993, p. 14). Ou seja, entendemos que as pesquisas sobre grupos escolares devem vir permeadas de reflexões sobre a cultura escolar para então dar conta de explicar parte do processo de institucionalização da escola primária no Brasil em suas múltiplas facetas. (SOUZA e FARIA FILHO, 2006, p.45).

CAPÍTULO I

GRUPOS ESCOLARES NA HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Entre os canteiros mais recentes [da história] encontra-se o da historiografia. Durante muito tempo considerada como um simples inventário desprovido de interesse, a historiografia é atualmente objeto de novas pesquisas que realçam os diferentes modos de escrever a história conforme as épocas.

Marie-Paule Caire-Jabinet, 1994.

A necessidade de se considerar a história sociocultural da escola, de conhecer suas relações internas, com destaque para seus aspectos culturais envolvendo as práticas e saberes escolares, nos levaram a catalogar as principais obras de Forquin (1992), Júlia (2001), Chervel (1998), e Frago (2001) a fim de contextualizar nossas reflexões, embora estes autores apresentem posições distintas no que se refere às concepções de cultura escolar. Por caminhos metodológicos distintos, os referidos autores entendem que o pesquisador deve priorizar as práticas (Júlia) e saberes escolares (Chervel) nas análises acerca da cultura escolar (Julia e Chevel). Forkin (1993) acredita que a cultura escolar é construída a partir do desenrolar dos programas, diretrizes oficiais, apetrechos didáticos, normatizações e outros mecanismos destinados ao controle interno da escola. A esses elementos apontados por Forkin, Viñao Frago (2001) acrescenta as manifestações dos fazeres cotidianos ocorridos nas instituições educativas (FRAGO, 2001, p.29).

Desse debate sobre a forma como os sujeitos se movimentam, se apropriam e representam a cultura no interior da escola participam pesquisadores como Rosa Fátima de Souza, Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes Faria Filho, entre outros, dos quais nos valem para discutir nosso objeto, cujo recorte envolve a história da educação brasileira no período republicano, da história e da historiografia da implantação dos grupos escolares e da escola primária no Brasil.

1 Cultura Escolar e história da educação

Para Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal, o debate relacionado à cultura emergiu na década de 1970, de modo especial a partir de uma intelectualidade marxista que via os fundamentos constitutivos da sociedade a partir das práticas culturais, econômicas e sociais (Cf. FARIA FILHO, Luciano Mendes VIDAL Et alli, 2004, p. 141).

Contudo, essa maneira de proceder teve suas bases consolidadas a partir dos conflitos gerados durante a década de 1950, envolvendo intelectuais do marxismo inglês, no interior do Partido Comunista Britânico (PCB). No ano de 1952, historiadores como, Christopher Hill, Edward Palmer Thompson, George Rudé, Eric Hobsbawm e Rodney Hilton, fundaram *Past and Present*, Revista que representou de modo organizado, as novas tendências de valorização da dimensão social e econômica na História. A Revista representava um veículo de difusão dos trabalhos produzidos a

partir de um mesmo programa de ação e ideias em relação ao materialismo histórico, clássico modelo teorizado por Marx no século 19. Foi na *Past and Present* que Edward Palmer Thompson, publicou os primeiros artigos enfocando aspectos culturais da sociedade inglesa, tais como *A sociedade inglesa no século XVIII: luta de classes sem classes?* e *A Economia moral da multidão*.

A visão tradicional de marxismo que, antes do *Past and Present* preconizava a economia como a base determinante e linear da cultura e da política, passou ser repensada. O universo cultural dos homens, conforme as análises de José D'Assunção Barros (2003) se deslocou da dimensão superestrutural para ser interpretado como “parte integrante do ‘modo de produção’, e não como um mero reflexo da infraestrutura econômica de uma sociedade” (BARROS, 2003, p. 148). Fortemente criticado, o modelo esquemático foi deixado para trás para dar lugar às interpretações capazes de apreender a totalidade da vida social.

Segundo a pesquisadora Alessandra Frota de Schueler, ainda integrantes do PCB, vários intelectuais criticavam a posição ambígua de Stalin em relação ao nazismo nos acontecimentos da guerra de 1940 e discordavam dos métodos políticos e autoritários do comunismo estatal, dentro e fora do Partido Comunista soviético. Para Schueler (2007), as “[...] políticas dogmáticas seguidas pelos demais partidos europeus, execrando de seus quadros as possíveis divergências e as críticas às direções encaminhadas, levaram à formação de um grupo descontente, o qual crescia [...] na década de 1950” (SCHUELER, 2007, p. 6). Sendo assim, em 1956, “[...] um número ilimitado de membros” (SCHUELER, 2007, p. 6) pediram seu afastamento do PC, rompendo com a ortodoxia. Entre eles, Dorothy e Edward Thompson, Perry Anderson, E. Hobsbawm. Segundo Schueler (2007) “[...] era o fim da historiografia produzida em torno da *Past and Present*, mas era também o nascimento da *New Left Review* e da nova esquerda marginal” (SCHUELER, 2007, p. 6).

Este episódio envolvendo o rompimento da intelectualidade marxista inglesa com a arraigada ortodoxia oriunda da União Soviética ensejou a constituição de um núcleo de estudos voltado para explicar o capitalismo a partir de uma nova perspectiva dialética. Emergia assim a vertente historiográfica conhecida como "Escola Britânica" ou "Escola Inglesa" aglutinando historiadores de orientação marxista. Segundo Barros (2011), Todos eles viviam em países ligados ao Reino Unido. Muitos viviam na Inglaterra, tal como Eric Hobsbawm (ainda vivo), Edward Thompson (1924-1993) e Christopher Hill (1912-2003), e

havia outros, como o australiano Gordon Childe (1892-1957), que viviam em outros países ligados à comunidade britânica.

Thompson um dos expoentes intelectuais mais brilhantes da nova tendência da historiografia inglesa ofereceu lições significativas sobre a forma de ler, escrever e pensar a história. Seus estudos, cujo foco ligava-se à questão classe operária, propagaram a noção de que os aspectos culturais (instituições, tradições, valores, criações) eram tão determinantes na vida da sociedade, quanto o aspecto econômico, considerando o universo sócio-cultural.

De acordo com Lynn Hunt, na obra *A Nova História Cultural*, Thompson deu ao modelo marxista de análise, um novo impulso. Sua atenção voltou-se para o aspecto cultural, preenchendo assim, parte do universo material que não foi abordado por Marx. Hunt, lembra que Thompson considerou “[...] Marx silencioso particularmente no que diz respeito às mediações morais e culturais” (HUNT, 2006, p. 68). Segundo a autora, referente às suas controvérsias teóricas com Marx, Thompson avançou no pensamento, considerando a superestrutura, além do sentido que Marx lhe atribuiu. Sendo assim, Marx “[...] [rejeitou] explicitamente a metáfora de *base superestrutura* e [procurou] examinar o modo como essas experiências materiais são abordadas culturalmente” (HUNT, 2006, p. 68). Dentre as obras de Thompson (1924-1993) destacamos aquelas que de forma emblemática contribuíram para os estudos culturais numa perspectiva dialética: *A Classe Operária Inglesa* (1963); *A Miséria da teoria ou um planetário de erros* (1978) e *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional* (1991).

Nas décadas de 1950 e 1960, Eric Hobsbawm também se projetou como autor de relevantes pesquisas sobre as classes populares, focalizando os trabalhadores e camponeses, frente ao processo de expansão do capitalismo moderno. Nos seus escritos utilizou fontes primárias variadas, tais como literatura de cordel, depoimentos de aldeões e camponeses, iconografia e música.

A contribuição de Hobsbawm para os estudos culturais se deu por meio de diversas obras, dentre elas citamos: *A Era das Revoluções* (1962); *Os Trabalhadores: Estudos Sobre a História do Operariado* (1964); *A Invenção das Tradições* (1983); *Mundos do Trabalho* (1984); *Sobre História* (1990); *A Era dos Extremos* (1994); *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo* (1994), dentre outras. A obra de Hobsbawm nos ofertou uma possibilidade análise histórica por meio dialética da

totalidade, postulando investigações sobre as ações humanas em suas múltiplas relações (trabalho, relações políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas). Para Hobsbawm (2001) “[...] A concepção materialista da história é a base da explicação histórica, mas não a explicação histórica em si” (HOBSBAWM, 2001, p.9), pois por meio do processo dialético, é necessário considerar também o indivíduo nas suas relações com o meio, com a sociedade, com o trabalho e com a cultura produzida por ele, dado que esta interfere no processo de produção e por sua vez este interfere na cultura. Dessa forma, o olhar mais amplo sobre a materialidade possibilita perceber o processo de transformação do *modo de viver* dos homens.

Na década de 1950, o militante socialista, Raymond Williams, educador e professor gaulês, publicou seus primeiros trabalhos sobre Cultura, desenvolvendo uma nova compreensão sobre o tema e rejeitando a concepção elitista do termo. Nos seus escritos, cultura é vislumbrada como ‘ordinária’ dado que está em toda sociedade, em toda mente, e não pode ser isolada como tal. Segundo a pesquisadora Sônia Maria da Silva Araujo, cultura para Raymond Williams, “[...] articula instituições, imiscui-se na política, faz girar capital, promove valores e contesta outros valores, enfim, faz parte da vida cotidiana e participa da vida de todos nós” (ARAUJO, 2000, p. 6). Dentre seus trabalhos, consideramos aqueles que de forma explícita desenvolveu o referido tema, a saber: *Moving from High Culture to Ordinary Culture* (1958); *Culture is Ordinary* (Ensaio - 1958); *Television, Technology and Cultural Form* (Ensaio – 1974); *Cultura e Sociedade: 1780-1950* (1958); *O Campo e a Cidade* (1973); *Cultura* (1981); *The Uses of Cultural Theory* (Ensaio – 1986).

1.1 A Escola tomada como objeto de estudo cultural

Os historiadores Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Raymond Williams, dentre outros, estão na gênese dos estudos culturais, sendo numa perspectiva inglesa, os promotores, da história vista a partir de baixo. De forma concreta, seus estudos influenciaram os campos da sociologia, história, psicologia, filosofia e a educação. Para Filho e Vidal *Et alli*, (2004), as contribuições desses expoentes foram apropriadas “[...] pelo campo da educação também de maneira variada, incitando os educadores a reconhecer a existência de uma cultura escolar que demandava investigação” (FILHO, VIDAL Et alli, 2004, p. 141). A partir de então, a escola tomada

como objeto de estudo cultural, tornou-se uma constante em diversas áreas da pesquisa no Brasil.

Segundo Filho e Vidal *Et alli*, (2004) um dos primeiros artigos sobre cultura escolar data de 1990 e foi desenvolvido por André Chervel, sob o título *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*, no qual defendeu a capacidade da escola em produzir uma cultura específica, original, única.

Em 1991 José Mário Pires Azanha, apoiado em Thompson (1963) e Williams (1969), publicou *Cultura Escolar brasileira: um programa de pesquisas*, tornando-se referência nessa temática. O artigo “[...] partia de uma interrogação sobre a crise em educação e propunha um inventário das práticas escolares, de maneira a realizar um mapeamento cultural da escola, atento à sua constituição social” (FILHO, VIDAL *Et alli*, 2004, p. 141). O trabalho de Azanha (1991) foi fruto do grupo de pesquisa da USP, tendo como participantes as professoras Marta Carvalho, Maria Cecília de Souza, dentre outros.

Jean Claud Forquin no ano de 1992 no livro *Escola e Cultura*, fruto de sua tese de Doutorado, e no artigo *Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmica sociais*, considerou a cultura escolar como seletiva, no que se refere à cultura social, e derivada, quanto “[...] à sua relação com a cultura de criação ou invenção das ciências fontes” (FILHO e VIDAL *Et alli*, 2004, p. 146). Como cultura escolar Forquin (1992), entende o conjunto de características que formam o cotidiano escolar. Na sua compreensão, a cultura é vista como “[...] um mundo humanamente construído, mundo das instituições e dos signos no qual, desde a origem, se banha o indivíduo humano, tão somente por ser humano, e que constitui como que sua segunda matriz” (FORQUIN, 1993, p. 168).

Em 1993, Dominique Julia, publicou *A cultura escolar como objeto histórico*, voltando seu interesse para as culturas infantis, parte integrante da cultura escolar. Julia convidava os historiadores da educação a observarem as práticas cotidianas e o funcionamento da escola; entendia que era importante enfatizar, não somente normas, mas também as práticas escolares. De forma objetiva propunha uma ampliação das fontes escolares, não se fixando somente aquelas tradicionais. Segundo Filho e Vidal *Et alli*, (2004), “[...] há aproximadamente dez anos, a categoria cultura escolar vem subsidiando as análises históricas e assumindo visibilidade na estruturação propriamente dita de eventos do campo” (FILHO e VIDAL *Et alli*, 2004, p. 142). No ano de 2003, a

cultura escolar, como objeto de pesquisa, recebeu impulso com o 1º Seminário sobre Cultura Escolar, organizado por Rosa Fátima de Souza e Vera Valdemarin.

No final da década de 1990, os trabalhos de André Chervel e Jean Claud Forquin (Quadro 1) figuram como aqueles que mereceram a atenção dos estudiosos brasileiros no que se refere à cultura escolar.

Suas pesquisas foram precursoras no processo de investigação da cultura escolar enquanto objeto histórico, conforme revela o Quadro 1, o qual foi organizado levando em o ano de publicação e a sinopse dos mesmos.

Quadro 1- Obras ‘clássicas’ sobre Cultura Escolar

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Jean Claud Forquin	<i>Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.</i>	1993.	Editora Artes Médicas	Analisa os diferentes autores que buscaram responder questões relacionadas ao ensino, conteúdos, conceito de seleção implicada no currículo e o processo de desigualdade social.
André Chervel	<i>La culture scolaire – une approche historique</i>	1998	Editora Belin	Discute a cultura escolar a partir das disciplinas escolares, argumentando que a escola constitui o lugar de criação das disciplinas.

Fonte: Conteúdo da obra de André Chervel (1998) e Jean Claud Forquin (1993).

As obras clássicas, de Chervel (1998) e Forquin (1993) influenciaram na consolidação do Grupo Temático História da Educação na ANPEd em 1984, “[...] nos Programas de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC – SP)” (VIDAL, 2005, p. 23). Conseqüentemente os escritos em Educação no Brasil seguiram esta tendência, elegendo a cultura escolar como caminho de investigação para perscrutar as instituições escolares.

Referente às teses e dissertações sobre cultura escolar produzidas nas décadas de 1990-2000, pontuamos os escritos de Antônio Vinao Frago Diana Gonçalves Vidal, Irlen Antônio Gonçalves, Marilena Aparecida Jorge Guedes de Camargo e Tarcísio Mauro Vago (Quadro 2), a saber:

Quadro 2- Trabalhos relevantes sobre Cultura Escolar – Décadas de 1990-2000

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Antônio Vinao Frago	<i>Alfabetização na sociedade e na história</i>	1993	Editora Artes Médicas	Analisa o analfabetismo levando em conta seus aspectos históricos e suas conexões com os processos sociais.
Tarcísio Mauro Vago (Tese)	<i>Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1897-1920).</i>	1999	USP	Problematiza o movimento de afirmação de uma nova cultura escolar em Belo Horizonte nas duas primeiras décadas do século XX, especialmente após a reforma do Ensino Primário promovida pelo governo mineiro em 1906.
Marilena. Aparecida Jorge Guedes de Camargo (Tese)	<i>Coisas velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar no Instituto de Educação Joaquim Ribeiro de Rio Claro (1928-1958).</i>	1997	USP	Aborda a história das práticas escolares a partir de álbuns de fotografias, bordados, desenhos, e pinturas, que traziam consigo elementos da própria vida da autora. O livro é “[...] uma investida pioneira no campo da história cultural das práticas escolares” (CAMARGO, 2000, p. 9).
Irlen Antônio Gonçalves	<i>A produção da cultura escolar em Minas Gerais: práticas de professoras/es e alunas/os da escola primária.</i>	2004.	Editora Educação em Foco.	Discute a cultura escolar formada nas escolas primárias de Minas Gerais nas três primeiras décadas do século 20. A análise das práticas escolares das professoras e alunos implicou problematizar as questões relacionadas à constituição da cultura escolar, tendo como pano de fundo o cotidiano da instituição.
Diana Gonçalves Vidal (Tese - Livre Docência)	<i>Culturas escolares: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século 19).</i>	2005	Editora Autores Associados	O objeto de estudo é o ensino da leitura e da escrita na escola primária brasileira e francesa do final do século 19. Visa compreender a singularidade dos processos educativos ocorridos em cada país, apresentando a instituição escolar como <i>locus</i> singular de produção de cultura.

Fonte: Conteúdos dos trabalhos de Diana Vidal (2005), Vinão Frago (1993), Irlen Gonçalves (2004), Marilena Camargo (1997) e Tarcísio Mauro Vago (1999).

Teses, dissertações e outras produções elencadas no Quadro 1 e 2, acerca da cultura escolar se projetaram e se consolidaram no cenário nacional brasileiro como

referenciais históricos indiscutível como instrumento de análise acerca da escola brasileira em suas múltiplas facetas.

2 Instituições Escolares na historiografia brasileira: tendências e debates

Segundo os pesquisadores Paulo Nosella e Ester Buffa, os estudos sobre instituições escolares tiveram sua origem a partir do interesse da comunidade acadêmica pelas pesquisas sobre Instituições. Do ponto de vista da História da Educação tais pesquisas são recentes, desenvolveram-se, sobretudo, a partir da década de 1990. Entretanto, a temática “instituições escolares” já era uma preocupação para alguns autores da década de 1930 e 1940.

Para trilhar o caminho percorrido pela historiografia da história da educação brasileira e mato-grossense ousamos catalogar aqueles trabalhos que de forma germinal foram dando corpo e materializando as pesquisas sobre instituições escolares

2.1 Trabalhos germinais

O primeiro trabalho que tivemos notícia acerca da História das Instituições Escolares (HIE), data do ano de 1933, do pesquisador Afrânio Peixoto, intitulado Noções de História da Educação, que influenciado pelo movimento da Escola Nova, tinha como objetivo aperfeiçoar cultural e profissionalmente os professores. (Quadro 3)

Quadro 3 – Obras clássicas sobre História da Educação Brasileira – 1930-1940.

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA / INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Afrânio Peixoto	<i>Noções de História da Educação</i>	1933	Editora Nacional	A obra destinada a professores apresenta a história da educação de forma evolucionista, descrevendo os processos educacionais desde os nativos, passando pelas civilizações antigas, medievais, modernas e contemporâneas. Enfatiza o processo educacional nos EUA e na América latina. A educação brasileira é apresentada no fim do volume, dividida em dois capítulos: Brasil e Escola Nova.
Primitivo Moacyr	<i>A Instrução e o Império</i> (Subsídios para a história da educação no Brasil 1823 – 1853). Vol. 1.	1936	Editora Nacional	O objeto de análise do autor é o período entre 1823 e 1853, contudo, aborda as atividades dos jesuítas e da administração de Dom João VI.
Primitivo Moacyr	<i>A Instrução e o Império</i> (Subsídios para a história da educação no Brasil 1854 – 1889). Vol. 2.	1937	Editora Nacional	Analisa as principais reformas educacionais ocorridas no período de 1854 a 1888, dentre outros.
Primitivo Moacyr	<i>A Instrução e o Império</i> (Subsídios para a história da educação no Brasil 1854 – 1889). Vol. 3.	1938	Editora Nacional	Apresenta uma vasta documentação na qual analisa genericamente os diversos setores do sistema educacional do Império (normal religioso, jurídico, politécnico, médico, artístico e profissional).
Primitivo Moacyr	<i>A instrução e as províncias</i> (Subsídios para a história da educação no Brasil 1834 – 1889). Das Amazonas as Alagoas. Vol. 3.	1939	Editora Nacional	Contém grande compilação documental sobre a história do ensino nas províncias do Brasil Imperial. Seu enfoque recai sobre o ensino, os exames escolares e as instituições literárias, culturais e científicas.
Primitivo Moacyr	<i>A instrução pública no Estado de São Paulo: 1890-1893</i> (Vol. 1)	1942	Editora Nacional	Remete-nos aos anos iniciais da primeira década republicana (1890-1893). Centra na análise do ensino da capitania e da província de São Paulo ao longo dos períodos colonial e imperial. Na sequência apresenta o ensino normal a partir de 1890; a reforma do ensino de 1891, a Lei do ensino público de 1892 e o Regulamento do ensino datado do mesmo ano.
Primitivo Moacyr	<i>A instrução pública no Estado de São Paulo. São Paulo: 1890-1900</i> (Vol. 2).	1942	Editora Nacional	Centra sua atenção ao Estado de São Paulo no período de 1893 e 1900, abordando o ensino primário, normal, secundário, politécnico, médico, profissional, jurídico, agrícola e artístico e seus respectivos regulamentos. Enfoca também os Projetos administrativos referentes a educação, as despesas com a instrução pública, as instituições educacionais da época, dentre outros.

Fonte: Conteúdos dos trabalhos de Afrânio Peixoto (1933) Primitivo Moacyr (1936, 1937, 1938, 1939 e 1942).

A preocupação destes primeiros trabalhos escritos por Afranio Peixoto e Primitivo Moacyr reduzia-se a descrever a situação do ensino no país, mostrando apenas os aspectos organizacionais das instituições. Nas décadas de 1930-1940 não há evidências de que havia interesses pela cultura escolar..

Paulo Nosella e Ester Buffa dão conta de que, efetivamente, os primeiros trabalhos sobre instituições escolares, desenvolveram-se nas décadas de 1950 e 1960 (Quadro 4 e 5), momentos em que as abordagens , ainda incipiente, surgiram na “[...] antiga Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 5075).

A análise da vida material das instituições escolares recebeu impulso a partir de 1955, na gestão de Anísio Teixeira, quando foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, um dos cinco Centros de Pesquisa criados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) que formariam futuramente a UNESP. Contudo, as instituições escolares eram perscrutadas a partir do viés tradicional da dialética, levando em conta os aspectos econômicos como predominantes no processo de estruturação e consolidação das mesmas.

Quadro 4 – Estudos que tangenciaram a História das Instituições Escolares (HIE), reunidos na temática História e Sociedade – Déc. 1950.

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Luiz Alves de Mattos	Primórdios da Educação no Brasil: o período heróico (1549-1570).	1958	Gráfica Editora Aurora, 1958	Faz uma—análise dos trabalhos dos missionários jesuítas no período da colonização, de modo especial, a catequização. Aborda temas como o plano educacional do padre Manoel da Nóbrega, o colégio dos meninos da Bahia e São Vicente, a obra de José de Anchieta e de Vicente Rijo, dentre outros aspectos do período colonial.
Fernando de Azevedo	<i>A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura brasileira.</i>	1958	Editora Melhoramentos	Analisa nossas manifestações culturais a partir do ponto de vista da educação; Segundo o autor, o caráter coletivo e as suas tendências, a sociedade as exprime por meio da educação “[...] que não somente constitui um dos aspectos mais característicos, mas é o próprio veículo da cultura e da civilização” (AZEVEDO, 1958, p.35).

Fonte: Conteúdos dos trabalhos de Fernando de Azevedo (1958) e Luiz Alves de Mattos (1958).

Durante este período, “[...] o grande tema de pesquisas [...] foi educação e sociedade” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 5075), conforme procuramos evidenciar nos trabalhos catalogados no Quadro 4.

Na década de 1960, foram produzidos trabalhos significativos voltados especificamente para as Instituições Escolares, contudo sua visibilidade era bastante tímida, dada a efervescência da temática história e sociedade. Como lembra a pesquisadora Leonor Tanuri, destes tempos são as obras de José Ferreira Carrato, Maria Aparecida Bauab e Leonor Tanuri. No Quadro 5, listamos obras pontuais sobre IHE, nas quais é possível observar uma preocupação por conhecer os espaços escolares, a maneira como a escola se estruturava e influenciava a vida da sociedade ao seu redor. Estas obras ainda orientavam-se pelo método dialético tradicional.

Quadro 5 – Obras voltadas especificamente para a temática Instituições Escolares 1961-1979.

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
José Ferreira Carrato	<i>As Minas Gerais e os primórdios do Caraça</i>	1961	Companhia Editora Nacional	Fruto da tese de doutoramento que versou sobre as origens do Colégio Caraça, situado na cidade do Caraça, Minas Gerais. O colégio foi aberto oficialmente no começo de 1821, e manteve suas atividades até 1968 quando um incêndio destruiu as antigas instalações do colégio, levando ao seu fechamento. Apresenta enfoque voltado para a história cultural e para a história da educação.
José Ferreira Carrato	<i>Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais</i>	1968	Companhia Editora Nacional	Analisa a sociedade colonial mineira para perscrutar as razões que levaram a fundação do seminário de Mariana. Segundo o autor as motivações para a ereção da instituição estão ligadas a precariedade da instrução nas Minas Gerais e ao desejo da Igreja Católica de formar um clero nativo.
Leonor M. Tanuri	<i>O ensino normal em São Paulo (1890-1930)</i>	1979	USP	Discorre sobre a estrutura didática da Escola Normal Paulista e as reformas pelas quais a mesma passou através das sucessivas reformas educacionais. Discute temas como o currículo, duração do curso e sua articulação com as demais modalidades de ensino.

Fonte: Conteúdos dos trabalhos de José Ferreira Carrato (1961, 1968) e Leonor M. Tanuri (1979).

Os estudos de Nosela e Buffa (2005) revelam que o período de 1970 e 1980 foi caracterizado por uma escassa produção acerca da temática “instituições escolares.” Inferem os autores, que o tema quando não estava ausente nas discussões, apareciam

apenas como pano de fundo de outros aspectos da história educacional. À época desenvolvia-se nos Programas de Pós Graduação, em Educação, temáticas que recaiam sobre “a escolarização da produção da pesquisa e a reação à política dos governos militares” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 5075). Deste período apresentamos as contribuições de Jorge Nagle, Jamil Cury e Marta Maria Chagas de Carvalho.

Quadro 6 – Textos voltados para a escolarização da produção da pesquisa e a reação à política dos governos militares Déc.1970-1980.

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Jorge Nagle	<i>Educação e Sociedade na Primeira República</i>	1974	Editora da Universidade de São Paulo	Análise do cenário educacional brasileiro a partir do advento do Estado Republicano. Ressalta as condições sociais econômicas e políticas da sociedade da época; destaca a passagem do cenário agrário comercial para o urbano industrial e o surgimento da sociedade de classes.
Jamil Cury	Ideologia e Educação brasileira	1978	Autores Associados,	Seu objetivo é procurar ordenar uma série de debates que se travaram em torno do tema Educação entre 1930-1934 no Brasil. Coloca em evidência o papel da educação na sociedade brasileira, demonstrando como as proposições ideológicas nascem da própria prática social que as determina.
Marta Maria Chagas de Carvalho (tese)	<i>Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 – 1931).</i>	1986	EDUSF	Analisa o trabalho na Associação Brasileira de Educação entre os anos de 1924 a 1931. Apresenta uma nova forma de proceder dentro das pesquisas históricas em educação. Apresenta proposta de interlocução da educação com a história, apontando uma tendência para a nova história cultural, especialmente a de Roger Chartier na sua noção de representação.

Fonte: Conteúdos dos trabalhos de Jorge Nagle (1974), Jamil Cury (1978) e Marta Maria Chagas de Carvalho (1986).

Somente a partir da década de 1990, com a consolidação da Pós Graduação em Educação Brasileira, acentuou-se o debate em torno da temática “Instituições Escolares”. A esse respeito Délcio Gatti Júnior, afirmou categoricamente que o desenvolvimento da pesquisa referente às instituições escolares, foi impulsionado pelo “crescimento do número de grupos de pesquisa, eventos e periódicos científicos dedicados especificamente à temática” (GATTI JÚNIOR, 2002 p. 173). Neste período

se desenvolveram os trabalhos germinais voltados para cultura escolar, tomando os Grupos Escolares como objeto de pesquisa, com destaque para os escritos de Rosa Fátima de Souza e Luciano Mendes de Faria Filho.

Os primeiros trabalhos sobre Grupos Escolares, de acordo com Souza (2006), surgiram na década de 1990, “[...] como fruto do movimento de duas temáticas [...] de investigação para os quais se voltaram os historiadores: a história das instituições educativas e o interesse pela cultura escolar” (SOUZA (2006), p. 22).

2.2 Produção acadêmica sobre os primeiros Grupos Escolares:

Para Souza e Filho (2006), pode-se dividir a produção acadêmica sobre Grupos Escolares em duas modalidades: a) Trabalhos em âmbito geral - voltados para a caracterização deste tipo de escola primária e a sua implantação em cada Estado; b) Estudos de natureza monográfica – voltados para a história institucional dos primeiros, ou do primeiro Grupos Escolares de determinada região.

Luciano Mendes de Faria Filho, Maria R. M. Jacomeli, Rosa Fátima de Souza, Clarice Nunes, Cynthia Greive Veiga e Diana Vidal apresentam-se como os mais destacados estudiosos que se debruçaram sobre instituições escolares republicanas do final da década de 1980 e da década de 1990 conforme dispõe o Quadro 7.

Quadro 7 – Obras de referências acerca de Instituições Escolares -1980-1990

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Luciano Mendes de Faria Filho (tese)	<i>Dos pardieiros aos palácios: Forma e cultura escolares em Belo Horizonte</i> (1906-1918).	1996	USP	Focaliza a educação pública primária na cidade de Belo Horizonte no período de 1906-1918. Considerando os conceitos de representação em Roger Chartier, procura dar visibilidade à trajetória da organização da escola primária em Belo Horizonte, ressaltando os diferentes ,
Rosa Fátima de Souza (tese)	<i>Templos de civilização: Um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo</i> (1890-1910)	1996	Editores UNESP	Investiga os primeiros grupos escolares do Estado de São Paulo, a partir da perspectiva da História Cultural.
Diana Vidal (tese)	<i>O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal</i> (1932-1937).	1995	USP	Analisa o cotidiano das normalistas cariocas através do levantamento de fontes dos arquivos administrativos e educacionais do Rio de Janeiro. Enfoca a gestão de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira, como um segundo recorte. Estabelece a relação entre as práticas do Instituto de Educação carioca e as ideias da Escola Nova.
Maria R. M. Jacomeli (tese)	<i>A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República</i> 1891-1927	1998	UNICAMP	Discute a instrução pública primária no Estado de Mato Grosso na Primeira República (1891-1927), com destaque para as reformas de 1891, 1896 e 1910.

Fonte: Conteúdos dos trabalhos de Luciano Mendes de Faria Filho (1996), Rosa Fátima de Souza (1996), Diana Vidal (1995), Maria R. M. Jacomeli (1998).

Nos trabalhos elencados no Quadro 7, observa-se que no final da década de 1980 e durante a década de 1990 havia a latente preocupação com a cultura escolar gestada nas escolas desde o período imperial. Os temas predominantes nestas pesquisas recaíram sobre práticas escolares, imaginário escolar, questões de gênero, arquitetura escolar, dentre outros.

3 Grupos Escolares como tema central de pesquisa acadêmica (2000-2009)

Em busca de mapear os trabalhos referentes aos Grupos Escolares na historiografia brasileira, analisamos dissertações e teses que abordaram o tema no cenário brasileiro, de modo geral, e de forma particular, no Estado de Mato Grosso.

Foram arrolados os trabalhos contidos no Banco de Teses da CAPES desde o ano 2000 até 2009 e teses e dissertações sobre Grupos Escolares defendidas no ano de 2010, contudo ainda não disponíveis no Banco de Teses da CAPES. Dentre os trabalhos catalogados, foram considerados os que abordaram a temática de forma direta e os que a mencionaram de forma periférica de modo que facilitasse a visualização panorâmica e, sobretudo, a compreensão do universo temático das questões propostas à investigação e do recorte temporal delimitado. Ressaltamos que os trabalhos que tiveram os Grupos Escolares como tema central e os que os tiveram como tema periférico, abordaram de forma direta ou indireta a cultura escolar como pano de fundo.

3.1 Dissertações e teses defendidas

3.1.1 Anos de 2000 e 2001

Após análise e catalogação do material correspondente aos anos de 2000 e 2001, observamos que dos cinco trabalhos arrolados, conforme Quadro 8, apenas dois são dissertações de Mestrado e três são teses. A pequena quantidade de trabalhos referentes aos Grupos Escolares, segundo Alessandra de Sousa dos Santos e Mara Regina Martins Jacomeli se deve ao desinteresse, ou apenas ao esquecimento do tema, ou ainda por ser considerado “[...] um objeto de pesquisa sem importância” (SANTOS e MARA, p. 2).

Quadro 8 – Grupos Escolares como tema central em trabalhos acadêmicos – Anos de 2000 e 2002

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Maria Luíza Trouche Jordão Sertório (Dissertação)	<i>Grupo Escolar Thiago Costa - A Educação Pública Estadual em Vassouras: 1940 – 1953.</i>	2000	USS	Ressaltou a importância GE Thiago Costa na cidade de Vassouras e a sua ação educacional na década de 1940, como instrumento de inserção social e aprimoramento da juventude.
Og Natal Menon (tese)	<i>A Educação Escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República.</i>	2000	PUC - SP	Estudo sobre duas instituições Escolares uma erigida no período Imperial e outra no Período Republicano.
Sonia Regina Martim (Dissertação)	<i>A Escola primária em Osasco - 1900/1949: da Escola preliminar mixta da Estação de Osasco ao Grupo Escolar Marechal Bittencourt.</i>	2000	PUC - SP	Buscou dar historicidade ao processo educacional primário na cidade de Osasco, detendo-se de forma específica no Grupo Escolar Marechal Bittencourt.
Antonio de Pádua Carvalho Lopes (tese)	<i>Superando a Pedagogia Sertaneja: Grupo Escolar, Escola Normal e Modernização da Escola Primária pública piauiense (1908-1930).</i>	2001	UFC	Análise da constituição da Escola Normal, dos Grupos Escolares em sua relação com os Governos Estaduais e Municipais e com a sociedade piauiense.
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (tese)	<i>Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba</i>	2001	UNICAMP	Análise do processo de implantação e expansão da educação pública primária na cidade da Paraíba durante os anos de 1849 a 1949. Dividiu sua abordagem em dois momentos: ‘Era das Cadeiras Isoladas, “Era dos Grupos Escolares”’.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Apesar do silêncio historiográfico acerca do tema Grupos Escolares, o Quadro 8 revela que em muitos estados brasileiros estas instituições começaram a ser vistas como fonte histórica de sabedoria escolar, como *locus* de efervescência republicana, ideias-chaves que impulsionaram a pesquisa. Nesta perspectiva, os Estados contemplados com pesquisas sobre Grupos Escolares durante o referido biênio, foi São Paulo, Minas Gerais, Paraíba e Piauí.

3.1.2 Biênio 2002/ 2004

Concernentes ao ano de 2002 a 2004, as pesquisas relacionadas aos Grupos Escolares, foram bastante reduzidas, sendo quatro dissertações e apenas duas teses referentes ao tema. Pelo observado nos trabalhos de Mestrado e Doutorado a produção acadêmica se centrou nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso.

Quadro 9 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos – Biênio 2002-2004

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Luciana Beatriz de Oliveira Bar Carvalho (Dissertação)	<i>A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha/MG, 1911-1929).</i>	2002	UFU	Apreende o processo de constituição do Grupo Escola Júlio Bueno Brandão, no período de 1911 e 1929, em Uberabinha-MG.
Rosinete Reis (Dissertação)	<i>Palácios da Instrução. Institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)</i>	2003	UFMT	Análise da estrutura e organização da escola primária pública no Estado de Mato Grosso durante os anos de 1910 e 1927.
Denise Gomes de Barros Rosa (Dissertação)	<i>Gênese da Educação Escolar em Botucatu (1860-1915).</i>	2004	UNIMEP	Estuda a implantação de três escolas, o Grupo Escolar dr. Cardoso de Almeida; a Escola Normal dr. Cardoso de Almeida e o Colégio dos Anjos.
Luiz Carlos Falsarella (Dissertação)	<i>Gestão Escolar, Relações estabelecidas entre a Direção e o Corpo Docente do Grupo Escolar Municipal Noturno de Sorocaba (1937 – 1959).</i>	2004	UNISO	Analisa as relações estabelecidas entre as duas primeiras gestões da direção do Grupo Escolar Municipal Noturno de Sorocaba com o corpo docente do Grupo Escolar voltado ao ensino de jovens e adultos trabalhadores.
Gizele de Souza (tese)	<i>Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929</i>	2004	PUC - SP	Examina a constituição de uma forma escolar infantil e primária, por meio do estudo da cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná entre 1900 e 1929.
Irlen Antônio Gonçalves (tese)	<i>Cultura Escolar, Práticas e Produção dos Grupos Escolares em Minas Gerais (1891-1918).</i>	2004	UFMG	Explica parte do processo de consolidação da escola primária no Estado de Minas Gerais e a passagem da organização do modelo escolar das escolas isoladas para os Grupos Escolares.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Para Rosa Fátima de Souza e Luciano Mendes de Faria Filho (2006), a produção acadêmica brasileira referente aos Grupos Escolares, tem um caráter regional, isto é, as pesquisas sobre Grupos Escolares têm privilegiado as primeiras instituições escolares erigidas nas cidades, demonstrando uma “[...] grande preocupação com as origens, isto é, momento da implantação dessa modalidade de escola primária em cada estado [...]” (SOUZA e FILHO, 2006, p. 22). Ao que nos parece, os trabalhos acadêmicos da primeira década do século 21, percorreram esse caminho, e trouxeram para o cenário nacional, pesquisas significativas, conforme se observa no Quadro 9.

3.1.3 No biênio 2005/2006

O período de 2005 e 2006 foi marcado por um considerável aumento nos trabalhos de Pós Graduação que tomaram os Grupos escolares como objeto de pesquisa, sendo seis as dissertações e três as teses sobre o tema, conforme podemos observar no Quadro 10 e Quadro 11.

Quadro 10 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos –2005

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Ana Zélia Maria Moureira (Dissertação)	<i>Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “[...] Augusto Severo”- Natal/RN (1908-1913).</i>	2005	UFRN	Estuda o Grupo Escolar Augusto Severo, localizado na cidade de Natal, primeira construção edificada em 1907, como estabelecimento de ensino primário do Rio Grande do Norte, no processo de reestruturação do ensino público republicano.
Emilene Fontes de Oliveira Xavier (tese)	Cultura Brasileira e a Memória da Construção da Identidade Nacional no Grupo Escolar Leônidas de Matos (1937-1945).	2005	UFMT	Aborda o tema da cultura brasileira e da identidade nacional veiculadas por meio da escola, investigando as diferentes concepções existentes no projeto nacional de formação do “[...] novo cidadão brasileiro”, durante os anos de 1937 e 1945. Seu objeto de pesquisa foi o Grupo Escolar Leônidas de Matos, criado em 1932 na cidade de Santo Antonio de Leverger – MT.
Jane de Bezerra Souza (Dissertação)	Picos e a consolidação de sua rede escolar: do Grupo Escolar ao Ginásio Estadual.	2005	UFPI	Investiga o processo de consolidação da rede escolar na cidade de Picos, Piauí durante os anos de 1929 e 1949 visando compor a trajetória do ensino primário na cidade. No ano de 1929 foi fundado o Grupo Escolar Coelho Rodrigues e no ano de 1949 surgiu o Ginásio Picoense. Segundo a autora, também foi abordado o ensino municipal e o privado, focalizando a fundação de UNIS. Outras instituições de ensino, tais como o Grupo Escolar Landri Sales e o Instituto Monsenhor Hipólito.
Jardel Costa Pereira (Dissertação)	Grupo Escolar de Lavras: produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907-1918)	2005	UNESP - Araraquara	Estuda a educação pública primária no Estado de Minas Gerais, no período dos primeiros anos ao final da segunda década do século 20, época em que foi instalado o primeiro Grupo Escolar da cidade de Lavras.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Quadro 11 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos –2006

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Ana Célia Oliveira (Dissertação)	Grupo Escolar Municipal Noturno de Sorocaba (1937 – 1945).	2006	UNISO	Esboça a instituição, bem como a caracterização do perfil de seu corpo discente dentro do contexto sócio-político e econômico da sociedade sorocabana.
Crislane Barbosa de Azevedo (Dissertação)	Cultura Escolar e Civilização: Grupos Escolares em Sergipe (1911 / 1930).	2006	UFRN	Pesquisa sobre o ideário modernizador do governador de Sergipe, Graccho Cardoso, por meio do seu projeto educacional reformador de 1924. Buscou as “[...] representações e apropriações sobre educação e modernidade presentes na administração Graccho Cardoso e seus efeitos sobre a instrução pública primária, enfatizando os grupos escolares” (AZEVEDO, 2009, p. 5).
Paulo Rogério Stella (tese)	<i>Ordem? Qual ordem?</i> A circulação de valores em um arquivo de correspondências de um grupo escolar (1905-1911).	2006	PUC - SP	Estudo discursivo de seis Livros de Registro da Correspondência da Escola Complementar e Grupo Escolar de Itapetininga. Buscou a relação entre a aparente estabilidade apresentada na linguagem dos Livros de Registro de Correspondência e aspectos de instabilidade subjacentes, decorrentes da mudança de regime político de Império para a República no Brasil no final do século XIX e início do XX.
Rita de Cassia de Souza (tese)	<i>“Não Premiarás, não castigarás, não ralharas...”</i> dispositivos disciplinares em Grupos Escolares de Belo Horizonte (1925-1955).	2006	USP	Análise dos mecanismos disciplinares utilizados nos Grupos Escolares de Belo Horizonte no período em que a referida cidade era considerada como a ‘capital pedagógica do Brasil’, com Reformas Educacionais baseadas no movimento escolanovista.
Geraldo Gonçalves de Lima (Dissertação)	O Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio Minas Gerais (1912-1930): ensaios de uma organização do ensino público primário.	2006	UFU	Estuda o Grupo Escolar Honorato Borges, da cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais no período de 1912, momento em que a instituição foi criada, até 1930, época no qual o prédio foi concluído para abrigar a instituição de forma definitiva.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Pelo analisado, constatamos que entre os anos de 2005 e 2006, os Estados da Federação que tiveram Grupos Escolares investigados foram São Paulo, Minas Gerais, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte e Mato Grosso. Interessante notar que com o passar dos anos pesquisadores começam a vasculhar diferentes Estados em busca de instituições que marcaram a consolidação do ensino primário em diferentes regiões do país.

3.1.4 Anos 2007/2008

Os anos de 2007 a 2008 foram marcados por onze dissertações dedicadas aos GE, contudo, não encontramos nenhuma tese de Doutorado que abordasse o assunto de forma direta, conforme pode ser observado no Quadro 12, denotando um relativo desinteresse por parte dos pesquisadores, doutorandos ou orientadores, a respeito do tema.

Quadro 12 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos –2007

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Najar Roberto Porcel (Dissertação)	<i>República e Educação: as imagens arquitetônicas e jornalísticas do Grupo Escolar: Barão de Monte Santo (Mococa-SP).</i>	2007	UNICAMP	O objeto central do trabalho foi o edifício do Grupo Escolar Barão de Monte Santo, construído no final do século 20, em Mococa, Estado de São Paulo e as interações ente o período republicano e a educação.
Rosângela Maria Castro Guimarães (Dissertação)	<i>Templo do Bem: o Grupo Escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908-1918)</i>	2007	UFU	O objeto de análise da pesquisa foi o primeiro Grupo Escolar erigido na cidade de Uberaba no período de 1908 à 1918. Discute também o Grupo como Escolar também foi palco de manifestações de contradições de época, promovidas pelo movimento republicano e por especificidades da sociedade local.
Ana Claudia Sousa Rodrigues (Dissertação)	<i>Grupo escolar Dr. Almeida Vergueiro (1912-1915): a escolarização da infância em Espírito Santo do Pinhal, São Paulo.</i>	2007	USP	Explica parte do processo de construção do Grupo Escolar Almeida Vergueiro e o “[...] significado para a população local do investimento em um modelo de escola pública, primária símbolo da educação moderna e espaço de formação do cidadão.”
Lan Reinaldo da Costa (Dissertação)	<i>O Grupo Escolar na fazenda Amália: contribuições para a história da instituição entre 1942 e 1966.</i>	2007	USP	Propôs dar historicidade ao Grupo Escolar da Fazenda Amália, na cidade de Santa Rosa do Viterbo, Estado de São Paulo, durante as décadas de 1942 e 1966.
Welbert Feitosa Pinheiro (Dissertação)	<i>De Tamboril a Isaías Coelho: A Educação dos Mestres Escola ao Grupo Escolar (1935 a 1970).</i>	2007	UFPI	Mapeamento do percurso educacional desenvolvido pelos mestres escola e professoras leigas que estiveram a frente da Escola Isolada e Escola Reunida do antigo povoado Tamboril (PI), nos espaços da casa escola e do salão escola. A pesquisa destacou também a presença do Grupo Escolar Daniel Gomes, na década de 1970, no cenário urbanístico da cidade de Isaías Coelho.
Rosinete Maria dos Reis (Dissertação)	<i>Palácios da Instrução: Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927).</i>	2007	UNICAMP	Análise das reformas educacionais ocorridas no período de 1910 e 1927 centrando-se na construção da cultura escolar dos grupos escolares, principalmente em sua arquitetura e metodologia.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Quadro 13 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos –2008

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Fernanda Cristina Campos da Rocha (Dissertação)	<i>A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/Sabará.</i>	2008	UFMG	Buscou investigar a Reforma João Pinheiro a partir dos impasses dos alunos em concluir o primário em quatro anos e da grande retenção no 1º ano do curso, no Grupo Escolar Paula Rocha, da cidade de Sabará (MG), entre 1907 e 1916.
Katia Maria Ferreira Barreto (Dissertação)	<i>Representações da EEFM (Monsenhor Catão Porfírio Sampaio em Itapagé – CE: Memórias do ‘Grupão’ (1936-1978).</i>	2008	UFC	Estudo sobre a Escola criada pelo padre Catão Porfírio Sampaio no ano de 1928. Discute a representatividade dessa escola para a educação do município de Itapagé, visto que essa escola foi a primeira instituição de ensino oficial do município.
Léia de Cassia Langnor e Sousa (Dissertação)	<i>A educação pública de Itapeva - SP: da gênese ao Grupo Escolar Coronel Acácio Piedade (Séculos XIX e XX).</i>	2008	UNISO	Construção histórica do Grupo Escolar Coronel Acácio Piedade, anteriormente denominado Grupo Escolar de Faxina; analisa seu papel na formação cultural e educacional da cidade de Itapeva - SP e suas ligações com as questões políticas e socioeconômicas envolvidas em âmbito regional, de 1900 a 1918.
Tania Bernadete Serafim Búrigo (Dissertação)	<i>Grupo Escolar Professor Padre Schüller – Educação e Memória em Cocal do Sul – Santa Catarina.</i>	2008	UNICAMP	Estudo histórico do Grupo Escolar localizado no município catarinense de Cocal do Sul.
Marcio Brasil (Dissertação)	<i>O Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo e a escolarização de vila Macuco.</i>	2008	UCS	Proposta de dar historicidade ao Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo, por meio da busca e a análise de documentos do cotidiano escolar, no período de 1915 à 1953, momento que a instituição teve como seu primeiro diretor José Olivar da Silva. Visou contribuir para a compreensão da infância em Vila Macuco, bairro operário da cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Os trabalhos de Mestrado dos referidos anos, se concentraram na análise de GE localizados nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso e Piauí. O aumento do número de dissertações é possível que se tenha dado em

virtude de nos últimos anos, ter havido crescente interesse pela temática da HIE, com foco regional.

3.1.5 Ano de 2009

Os trabalhos desenvolvidos no ano de 2009 investigaram GE dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Minas Gerais, Paraná e Sergipe. Concernente a produção acadêmica de 2009, nos programas de Mestrado, observamos que houve uma queda no número de pesquisas concluídas, em relação aos anos de 2007 e 2008. Nos Programas de Pós Graduação que dispõe do nível de Doutorado, a melhoria apareceu de forma acanhada, apenas com um trabalho defendido pelo pesquisador Carlos Edinei de Oliveira da Universidade Federal de Uberlândia.

Quadro 14 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos - 2009

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Adalgisa Silva Rodrigues (Dissertação)	<i>Educação de Jovens e Adultos: Memórias do Grupo Escolar noturno Visconde de Nacar em Maringá (1947-1958) .</i>	2009	UEM	Discute a memória e a história da educação de jovens e adultos, do Grupo Escolar noturno Visconde de Nacar. Estuda o movimento de constituição da modalidade de educação básica e pública para jovens e adultos, por meio de um recorte regional, Maringá, no período de 1947-1958.
Anne Emilie Souza de Almeida Cabral (Dissertação)	<i>A Difusão do Ideário Escolanovista em Grupos Escolares Sergipanos (1934-1960) .</i>	2009	UFS	Análise do processo de difusão do ideário da Escola Nova no cotidiano dos grupos escolares sergipanos, do ano de 1934 até 1960.
Cibele Introvino Ritt (Dissertação)	<i>Da Escola Isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, PR – 1947 a 1971 .</i>	2009	UEM	Investigou sobre o processo de escolarização primária em Campo Mourão-PR, a partir da história do Grupo Escolar Marechal Rondon.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Quadro 14.1 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos – 2009

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Jardel Costa Pereira (Dissertação)	<i>Grupo Escolar de Lavras: Produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907-1918).</i>	2009	UFMG	Abordou a educação pública primária mineira no século 20 tendo como ponto de partida a implantação dos Grupos Escolares em Minas Gerais.
Vivia de Melo Silva (Dissertação)	<i>Grupo Escolar Solon de Lucena: um novo modelo de Escolarização primária para a cidade de Campina Grande-PB (1924-1937).</i>	2009	UFPB	Estudo do processo de constituição da memória histórica do primeiro grupo escolar da cidade de Campina Grande, o Grupo Escolar Solon de Lucena no período de 1924 até 1937.
Eduardo Ferreira da Cunha (Dissertação)	<i>Grupo escolar Palácio da Instrução de Cuiabá (1900-1915): arquitetura e pedagogia.</i>	2009	UFMT	Tomou como objeto de sua pesquisa, o “Palácio da Instrução” erigido na cidade de Cuiabá e inaugurado no ano de 1914. Neste edifício funcionaram o Grupo Escolar Barão de Melgaço e a Escola Normal Pedro Celestino, destinada a formação de normalistas para atuarem nas escolas do Estado de Mato Grosso.
Arlene da Silva Gonçalves (Dissertação)	<i>Os Grupos escolares no estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950).</i>	2009	UCDB	Discute a introdução dos Grupos Escolares no Sul do Estado de Mato Grosso e de modo especial discutir o processo de implantação do Grupo Escolar de Campo Grande.
Carlos Edinei de Oliveira (tese)	<i>Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil (1964 - 1976).</i>	2009	UFU	Análise da questão educacional durante o período de povoamento do Estado de Mato Grosso a partir da década de 1960 bem como as relações existentes entre migração e escolarização no Estado de Mato Grosso, discutindo as categorias de Tempo, espaço, aluno e professor das instituições escolares de Tangará da Serra, MT.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

As dissertações desenvolvidas durante o ano de 2009 foram sete e as teses se reduziram a apenas uma, conforme pode ser observado no (Quadro 14 e 14.1), o que aponta um desinteresse crescente pela temática, apesar da importância e relevância dos Grupos Escolares no cenário nacional e regional.

3.1.6 Ano de 2010

As dissertações produzidas nos Programas de Pós Graduação em Educação, durante o ano acadêmico de 2010, ainda não foram disponibilizados no Banco de Teses da CAPES, o que impossibilita a quantificação dos trabalhos produzidos sobre Grupos Escolares. Entretanto, das pesquisas concluídas, tivemos acesso a três dissertações de Mestrado, investigando os Grupos existentes no Estado do Paraná, conforme pode ser observado no Quadro 15:

Quadro 15 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos -- 2010

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Lucia Mara de Lima Padilha (Dissertação)	<i>Ideário Republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907).</i>	2010	UEPG	O objeto de estudo foi o Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, inaugurado na cidade de Palmeiras, Estado do Paraná no ano de 1907. O objeto de estudo se insere no contexto de implantação dos Grupos Escolares em âmbito nacional; a partir da análise do material coletado, constatou-se que diferentemente dos discursos da época, a instalação do grupo escolar em questão, se deu de forma lenta e atrelada aos interesses das classes dominantes.
Vitorina Cândida Corrêa Bertonha (Dissertação)	<i>Da Escola Isolada ao Grupo Escolar: o processo de escolarização primária em Sarandi-PR (1953-1981)</i>	2010	UEM	A Dissertação objetivou dar historicidade a primeira escola primária oficial, do patrimônio de Sarandi, norte do Estado do Paraná, denominada de “Escola Isolada de Sarandi”, no movimento de criação, consolidação do município e contexto de implantação dos Grupos Escolares no Brasil.
Thais Bento Faria (Dissertação)	<i>Em traços de Modernidade: a história e a memória do Grupo Escolar “Hugo Simas” (Londrina-PR, 1937-1972)</i>	2010	UEM	O Trabalho teve como objetivo reconstruir a história e a memória do Grupo Escolar Hugo Simas, instalado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, no período de 1937 a 1972.
Francinaide de Lima Silva (Dissertação)	O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908-1928): vinte anos de formação de professore	2010	UFRN	Tem por objeto de estudo o Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, primeira instituição do gênero no Estado do Rio Grande do Norte. Analisa a prática Pedagógica, modelo de educação primária e de experimentação dos formandos da Escola Normal de Natal entre 1908 e 1929.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Os trabalhos desenvolvidos neste período se concentraram em investigar GE situados no Estado do Paraná, evidenciando um interesse crescente pela pesquisa sobre HIE naquele Estado. Segundo a pesquisadora Maria Isabel Moura Nascimento, desde 2007 está em desenvolvimento o projeto de pesquisa “Reconstrução histórica das Instituições Escolares Publicas do Estado do Paraná”, objetivando dar historicidade as Instituições Escolares daquele Estado erigidas no período de 1900 a 1950. Para

Nascimento (2009), a pesquisa foi organizada pelos GTs do HISTEDBR do Paraná, em encontro realizado em 2007, que contou com a presença dos coordenadores dos GTs vinculados a UEPG, UEM, PUCPR, UNICENTRO, UNIOESTE e UNICs. Sendo assim, é possível, que os trabalhos catalogados no Quadro 15, estejam inseridos no projeto de mapeamento das instituições escolares paranaenses, dado que os Programas de Pós Graduação que os motivaram (UEM e UEPG), fazem parte do mesmo.

3.2 Grupos Escolares do interior brasileiro como objeto de pesquisa

Para as pesquisadoras Alessandra de Souza dos Santos e Mara Regina Martins Jacomeli, “apesar dos esforços coletivos e individuais que propõe desenvolver pesquisas sobre grupos escolares [...] ainda é insignificante o número de instituições que são/foram objetos de análise” (SANTOS e JACOMELI, p. 12). A fim de dar visibilidade aos Estados que foram contemplados com as pesquisas sobre Grupos Escolares apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 1 – Estudos sobre Grupos Escolares por Estado no período de 2000 a 2010

ESTADOS	TESES	DISSERTAÇÕES
Minas Gerais	2	7
Paraíba	1	1
Piauí	1	2
Paraná,	1	5
Mato Grosso	2	3
São Paulo	2	8
Mato Grosso do Sul		1
Ceará		1
Santa Catarina		1
Rio Grande do Norte		1
Sergipe		2
Rio de Janeiro		1
TOTAL GERAL= 33		

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Dos Estados da Federação brasileira, o que mais possui trabalhos referentes aos Grupos Escolares é São Paulo, com oito dissertações de Mestrado e duas teses de

Doutorado. Ocupando a segunda posição está Minas Gerais com sete dissertações e duas teses. Em terceiro lugar o Estado do Paraná com cinco dissertações e uma tese doutoral. Em quarto lugar figura Mato Grosso com três dissertações e duas teses; em quinto lugar Piauí com duas dissertações e uma tese; em sexto, Paraíba com uma Dissertação e uma tese, seguido de Sergipe com duas dissertações. Com apenas um trabalho de Mestrado cada, figuram em sétimo lugar os Estados de Mato Grosso do Sul, Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Tocantins e Rio Grande do Sul, aparentemente não possuem trabalho de Pós Graduação *stricto sensu* sobre os Grupos Escolares.

4 Grupos Escolares como tema periférico em trabalhos acadêmicos (2000-2009)

A diversidade de trabalhos catalogados durante a primeira década do século 21 evidencia uma série de enfoques metodológicos e históricos. Para Santos e Jacomeli (2006), ao se pesquisar um “tema como ‘grupos escolares’ não se pode afirmar que todas as pesquisas terão o mesmo resultado, já que existem várias interpretações para esse mesmo objeto, além de possuírem especificidades próprias que os distinguem” (SANTOS e JACOMELI, 2006, p. 3). Nesta perspectiva, tendo analisado os trabalhos que tomaram os Grupos Escolares como tema específico de trabalho, perscrutamos também, aquelas dissertações e teses que apesar de não se deterem nos Grupos Escolares como objeto de pesquisa, perpassaram a referida temática. Em muitos casos, quando os pesquisadores se debruçam em analisar o ensino primário brasileiro, torna-se quase que impossível não se esbarrar na criação de Grupos Escolares, dada sua difusão pelo país durante o período de sua vigência e dado a influência que os mesmos exerceram no ensino primário desde a proclamação da República em 1889 até 1970 com a sua abolição, por meio da Lei 5692/71.

4.1 Anos de 2000 e 2001

No ano de 2000 e 2001, os trabalhos que perpassaram a temática ‘Grupos Escolares’ somaram cinco pesquisas, sendo quatro teses e apenas uma Dissertação, conforme pode se observado Quadro 16.

Quadro 16– Grupos Escolares como tema periférico -2000-2001

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇ ÃO	CONTEÚDO
Eliane Terezinha Peres (tese)	Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir - a Escola como oficina da vida: Discursos Pedagógicos e Práticas Escolares da Escola Pública.	2000	UFMG	Aborda as bases do modelo educacional implantado no Estado do Rio Grande do Sul, e de forma circunstancial adentra a temática dos Grupos Escolares.
Paulo de Nóbrega (Dissertação)	Ensino público, nacionalidade e controle social: política oligárquica em Santa Catarina na Primeira República: 1900-1922.	2000	UFSC	Aborda as questões relativas às reformas do ensino público no Estado de Santa Carina, durante a Primeira República. centrou-se discussões em torno das políticas educacionais oligárquicas vigentes no período citado.
Heloisa Occhiuzze dos Santos (tese)	Municipalização do Ensino em São Paulo: Vicissitudes do Ideário de Anísio Teixeira .	2000	USP	Perscruta a trajetória de Anísio ao longo das suas atividades na vida pública, objetivando a investigação do ideário pedagógico municipalista por ele delineado. Sua abordagem perpassa ações marcantes vinculadas ao processo de democratização das oportunidades educacionais no estado de São Paulo, como : a criação dos grupos escolares em 1893, das Delegacias de Ensino em 1920 e das Divisões Regionais do Ensino em 1969.
Lilian Rose Margotto (tese)	A Psicologia Chega à Escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (São Paulo -1890-1930).	2001	USP	Investigação sobre a forma pela qual se deu a apropriação da psicologia pelos autores que escreviam nos periódicos paulistas destinados aos professores durante a Primeira República.
Valkley Xavier Teixeira de Holanda (tese)	A Expansão do Ensino no Rio Grande do Norte (1910-1920): Presença de professoras.	2001	UFRN	Estudo sobre a participação das normalistas no processo de expansão do ensino público primário no Rio Grande do Norte no período compreendido entre 1910 e 1920.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Na perspectiva de José Luis Sanfelice, a produção de um trabalho historiográfico sobre instituições escolares serve para interpretar o “[...] sentido daquilo que elas formaram, educaram, instruíram, criaram e fundaram [...]” (SANFELICE, 2006, p.24-25). Sendo assim, os trabalhos catalogados no Quadro 16, apesar de não se deterem nos GE como objeto de pesquisa, possibilitaram conhecer os cenários no qual se desenvolveu parte do processo educacional nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, contribuindo de forma determinante para o mapeamento daquelas instituições escolares que forjaram o desenvolvimento do processo educacional republicano.

4.2 Anos de 2002 e 2003

Com relação às pesquisas no campo da história da educação desenvolvidas nos anos de 2002 e 2003, foram encontradas quatro dissertações, cuja abordagem apenas tangenciaram o tema GE, conforme pode ser observado no Quadro 17.

Quadro 17 – Grupos Escolares como tema periférico -2002-2003

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Antônia Simone Coelho Gomes (Dissertação)	Templo do Saber: a consagração da Escola Estadual Melo Viana em Carangola - Minas Gerais.	2002	UFRJ	Discute o processo de destaque da Escola Estadual Melo Viana, na cidade de Carangola.- Analisou nesse processo as múltiplas apropriações e transmissões de saberes que se expressam na escrita escolar.
Fernanda Mendes Resende (Dissertação)	O Domínio das coisas: o método intuitivo em Minas Gerais nas primeiras décadas Republicanas.	2002	UFMG	Discorre sobre o método de ensino-aprendizagem denominado 'Método Intuitivo no Estado de Minas Gerais'. Investigou a divulgação e apropriação do referido método, enfatizando os primeiros anos da República brasileira. Os grupos escolares são apontados como o <i>locus</i> onde se desenvolveu o método intuitivo e não como objetos de investigação em si mesmos.
Rita de Cassia Gallego (Dissertação)	Uso(s) do tempo: a organização das atividades de professores e alunos nas escolas primárias paulistas (1890-1929)	2003	USP	Investigação sobre o processo de construção da arquitetura temporal das escolas públicas primárias do Estado de São Paulo nas décadas de 1890 e 1929. Apesar de focar a escola republicana em São Paulo, não tem como foco de pesquisa os Grupos Escolares, contudo segundo enfatiza “[...] a dinâmica da construção da arquitetura temporal das escolas públicas, sem deixar de considerar a importância dos grupos escolares.
Jean Carlos Moreno (Dissertação)	Inventando a Escola, Inventando a Nação: Discursos e práticas em torno da escolarização o paranaense (1920-1928).	2003	UFPR	Estudou as Intervenções sobre a Instrução Pública paranaense, no período de 1920 e 1928. Seu objeto principal foi as práticas e discursos dos Diretores da Instrução Pública, César Prieto Martinez (1920-24) e Lysimaco Ferreira da Costa (1924-28). Os Grupos Escolares aparecem no texto para mencionar o amplo projeto de civilidade que representavam para a República nas décadas de 1920.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Em 2002, sobressaiu-se apenas o trabalho de Antônia Simone Coelho Gomes desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, acerca do tema GE. Em 2003 encontramos três dissertações relevantes para o avanço da historiografia brasileira, mas sem aprofundar a temática ligada à questão dos Grupos Escolares. A ênfase recaiu sobre aspectos diversos da HIE, ajudando a compreender os diferentes caminhos que a pesquisa percorre para oferecer dar historicidade a diferentes instituições escolares,

surgidas nos primeiros anos da república. Os trabalhos se concentraram em investigar instituições dos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

4.3 Ano de 2004 -2005

Nos anos de 2004 e 2005 as pesquisas sobre HIE se concentraram nos Estados do Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo, dando visibilidade a diversos aspectos do universo das instituições escolares erigidas no período republicano. Neste biênio foi possível localizar cinco trabalhos dedicados ao campo da História da Educação, conforme se observa no Quadro 18.

Quadro 18 – Grupos Escolares como tema periférico 2004-2005

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Maricilde Oliveira Coelho (Dissertação)	<i>Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910).</i>	2004	UFPA	Investigação sobre as estratégias utilizadas pelo governo republicano do Estado do Pará, para alcançar a formação moral e cívica do aluno da escola primária paraense nas duas primeiras décadas após a proclamação da república.
Fausto Antonio Ramalho Tavares (Dissertação)	<i>Na marcha do Ensino. A Organização Burocrática do Ensino Estadual no São Paulo Republicano : 1892 – 1910.</i>	2004	USP	Estudo sobre a organização do ensino estadual de São Paulo no período de 1892 e 1910, ao longo do qual, foi posto em prática, um processo de racionalização administrativa, através da construção dos grupos escolares num número de 38 em 1898 para 72 em 1906.;
Cristiane dos Santos Souza (Dissertação)	<i>A mulher professora na instrução pública de Curitiba (1903-1927): um estudo na perspectiva de gênero.</i>	2005	UFPR	Objetivou a análise do debate acerca da condição da mulher professora vinculada à Instrução Pública de Curitiba, no início do século XX. Menciona os (1903-1927).
Elaine Catia Falcade Maschio (Dissertação)	<i>A constituição do processo de escolarização o primária no município de Colombo - Paraná (1882-1912).</i>	2005	UFPR	Mapeamento do ensino entre os anos de 1882, momento da abertura da primeira escola pública por intermédio dos primeiros imigrantes italianos que ali se estabeleceram, até o ano de 1912. Neste ano ocorreu o surgimento do primeiro grupo escolar da região.
Manoel Pereira da Rocha Neto (tese)	<i>A Educação da Mulher Norte-Rio-Grandese, segundo Júlia Medeiros (1920-1930)</i>	2005	UFRN	Estuda o perfil biográfico e práticas da professora e jornalista Júlia Medeiros, no município de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte entre 1920 e 1930.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

No ano de 2004 foram defendidas duas dissertações, sendo uma voltada para a análise das estratégias para a formação do cidadão republicano no Estado do Paraná e

outra para perscrutar a organização do ensino estatal em São Paulo, tendo como pano de fundo os GE. As dissertações defendidas em 2005 tomaram como local de pesquisa o Estado do Paraná, sendo uma dedicada a análise da mulher professora em Curitiba e outra para analisar a formação da primeira escola da cidade de Colombo. A tese do mesmo ano teve como foco a biografia da professora *Norte-Rio-Grandese* Júlia Medeiros.

4.4 Anos de 2006 e 2007

Nos anos de 2006 e 2007, detectamos dois trabalhos acerca da História da Educação, em nível de Mestrado, uma defendida em 2006 e outra em 2007. As teses somaram um total de cinco, sendo três referentes a 2006 e duas a 2007. Em relação aos anos de 2004 e 2005, houve um ligeiro aumento no número de teses defendidas nos programas de Pós Graduação, evidenciando um maior interesse por temáticas relacionadas às Instituições Escolares, conforme se observa no Quadro 19.

Quadro 19 – Grupos Escolares como tema periférico - 2006-2007

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Amada de Cássia Campos Reis (Dissertação)	<i>História e memória da educação em Oeiras-PI.</i>	2006	UFPI	Discorre sobre história e memória da educação da cidade de Oeiras Estado do Piauí, considerando sua realidade educacional entre as décadas de 1830 até 1950.
Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel Silva (tese)	<i>De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927).</i>	2006	UFMT	Examina aspectos da infância brasileira, principalmente a mato-grossense; as várias representações sociais em luta na época. Tece considerações envolvendo cultura escolar, tais como o tempo, espaço, saberes e métodos. Buscou, também, indícios para a construção da identidade da criança-aluno dos grupos escolares, perscrutando suas características; o acesso à escola; permanência e problemas com o fracasso escolar.
Paulo de Nóbrega (tese)	<i>Poder Oligárquico, Nacionalização de imigrantes e Ensino Público: Modernização do ensino primário em Santa Catarina (1910-1930).</i>	2006	UFSC	Discute o processo de expansão da Escola Pública Catarinense, na Primeira República e como este fenômeno serviu à manipulação das populações dos municípios, introjetando concepções a serviço das lideranças políticas locais e estaduais.
Sonia Regina Martim (tese)	<i>A Escola Secundária e a Cidade: Osasco - Movimentos Sociais</i>	2006	PUC/SP	Estudo acerca a escola secundária de Osasco, nascida em 1950, no período noturno do prédio em que funcionava o Grupo Escolar Marechal Bittencourt. Discute as relações estabelecidas entre escola, seus sujeitos e os movimentos sociais vivenciados à época.
Alessandro Guimarães Pereira (Dissertação)	<i>Arquitetura escolar: Notas comparativas sobre projetos em São Paulo e Brasília.</i>	2007	UNB	Estudo comparativo da arquitetura escolar de dois centros educacionais, localizados nas cidades de São Paulo, Grupo Escolar de Nova Utinga e Brasília, Centro Educacional de Brasília.
Miriam Fabia Alves (tese)	<i>Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República.</i>	2007	UFMG	Discute as relações entre a elite política goiana e a escolarização no período da primeira república.
Juliana Cesario Hamdan (tese)	<i>Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907-1937)</i>	2007	UFMG	Investigação sobre as concepções educacionais de <i>Firmino Costa</i> , por meio da análise dos textos de sua autoria classificados em três períodos distintos.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Os Estados pesquisados no biênio 2006-2007 foram, Goiás, Mato Grosso, Piauí, São Paulo, Santa Catarina e o Distrito Federal, com temas pesquisados diversificados, tais como Pensamento Pedagógico, História e Memória, Escolarização da Infância, Escola e Movimentos Sociais, Arquitetura Escolar, Ensino Primário e Representações da Escolarização. A diversidade das temáticas evidencia o universo plural no qual a História da Educação se ancora para perscrutar a história da Escolarização no Brasil

4.5 Ano de 2008 -2009

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por um baixo índice em trabalhos de Mestrado relacionado às instituições escolares ou mais especificamente Grupos Escolares. De acordo com o banco de teses da CAPES referente ao ano de 2008, apenas uma Dissertação sobre HIE, abordou o tema GE. Em relação aos trabalhos de Doutorado que trataram, ainda que de forma periférica sobre GE, foram catalogadas cinco teses, sendo três referentes a 2008 e apenas uma a 2009, conforme se pode analisar no Quadro 20.

Quadro 20 – Grupos Escolares como tema periférico - 2008-2009

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Aura Maria Fernandes Moreira (Dissertação)	<i>A Escola Estadual Capistrano de Abreu - Guarulhos e a cartilha Sodré.</i>	2008	PUC/SP	Apresenta registro documental do primeiro Grupo Escolar de Guarulhos, no período de 1913 e 1950.
Antonia Simone Coelho Gomes (tese)	<i>Álbuns de pesquisa: práticas de escrita como expressão da escolarização da infância (1930-1950).</i>	2008	UFMG	Discute a forma como as práticas de escrita operaram como instrumento de produção de uma infância escolarizada, promovendo um deslocamento do lugar social de criança. Basea-se na análise de 50 álbuns de pesquisa que reúne poesias, cópias de lições, ditados, recortes de jornais e composições que tinham como objetivo proporcionar aos alunos a prática da escrita.
Clarice Nascimento de Melo (tese)	<i>Participação das Mulheres na História da Escola Mista no Pará - 1870/1901.</i>	2008	UFRN	Problematiza a história da escola mista no Pará (1870 a 1901), destacando a participação de mulheres que a construíram.
Rogéria Moreira Rezende Isobe (tese)	<i>Educação e civilização no sertão: práticas de constituição do modelo escolar no triângulo mineiro (1906-1920).</i>	2008	PUC/SP	Discute as “[...] lutas de representações e as ações dos sujeitos escolares na interlocução com outros agentes e instituições sociais envolvidas no movimento de produção do modelo escolar no período de 1906 a 1920 [no Triângulo Mineiro]” (ISOBE, 2008).

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Quadro 20.1 – Grupos Escolares como tema periférico - 2008-2009

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Crislane Barbosa de Azevedo (tese)	<i>O ideário modernizador do Governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a Reforma da Instituição Pública de 1924 em Sergipe.</i>	2009	UFRN	Análise do pensamento modernizador do Governador Graccho Cardoso (1922-1926) no Estado de Sergipe, por meio do projeto educacional por ele implementado, no ano de 1924.
Maria Aparecida de Souza Gerken (tese)	<i>Entre bandeiras, árvores e bonecas: festas em escolas públicas primárias em Minas Gerais (1906-1930).</i>	2009	UFMG	Analisa as festas escolares de 1906 a 1930, realizadas em instituições públicas de ensino primário no Estado de Minas Gerais, problematizando os sentidos a elas atribuídos.
José Augusto Ramos da Luz (tese)	<i>Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928).</i>	2009	UFBA	Analisa o papel do ensino primário no Estado da Bahia na década de 1920, de modo especial entre 1924 e 1928, abordando como a educação foi vista pelos governadores em suas mensagens e como as crises econômicas, as transformações sociais e políticas, que antecederam o governo de Góes Calmon, refletiram nos embates políticos e na prática dos professores.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Os diversos trabalhos sobre História da Educação brasileira no referido biênio abordou temas como a institucionalização do ensino primário, práticas escolares e culturas escolares. Tais enfoques foram desenvolvidos a partir de experiências escolares oriundas da Bahia, Minas Gerais, Para, Sergipe e São Paulo. A novidade sobre as pesquisas consiste em aparecer no cenário nacional, trabalhos relevantes sobre História da Educação, oriundos de Sergipe, Bahia e Pará, locais em que esta temática recentemente começou a se desenvolver.

4.6 Produção acadêmica sobre Grupos Escolares: Um balanço

No que se refere à produção historiográfica realizada nos Programas de Pós Graduação em Educação do país, arrolamos, numa seleção inicial o quantitativo de trabalhos que tomaram os Grupos Escolares como objeto de estudo, e aqueles que elegeram outras temáticas para pesquisa, contudo perpassaram o assunto sobre Grupos Escolares.

Levando em conta que o total de trabalhos arrolados no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) foi de 67, e que a soma dos escritos que abordaram os *Grupos Escolares* como tema central, foi um total de 39, objetivamente tais pesquisas equivalem a aproximadamente 57% do total das teses e dissertações catalogadas no período do ano 2000 até 2009. As demais 28 pesquisas que correspondem a 43% do total catalogado desenvolveram-se outras temáticas, denominada por nós de “Temas Periféricos” ’ entretanto perpassam o assunto sobre ‘Grupos Escolares’. A figura 1 apresenta de modo ordenado o balanço da pesquisa.

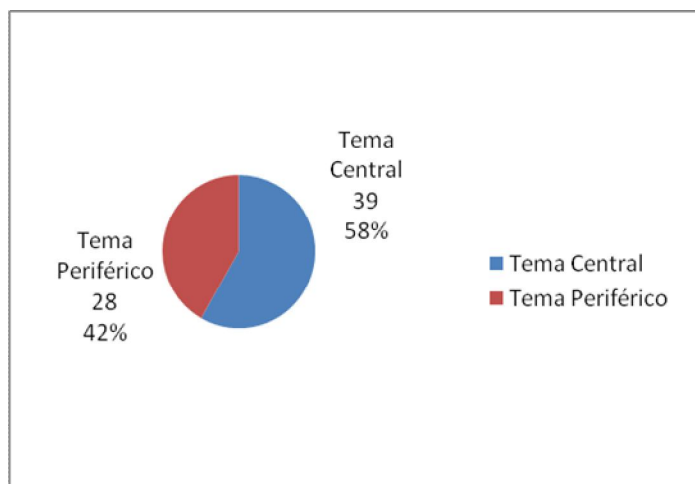


Figura 1. Proporção de teses e dissertações sobre Grupos Escolares desenvolvidas no país, no período de 2000 e 2009, catalogadas no banco de teses da CAPES.

Uma vez sabido o total de dissertações que estudaram ‘Grupos Escolares’, nos propomos a investigar a origem da área da produção. Das 39 dissertações que abordaram os Grupos Escolares como tema central, 36 figuraram dentro da área

específica de Educação, correspondendo a aproximadamente 93% das dissertações catalogadas.

A Figura 2 demonstra que os outros 8%, correspondem a dissertações e teses que abordaram a temática, contudo pertencem a outros Programas de Pós Graduação, senão vejamos: 1 Dissertação no Programa de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande no Norte – UFRN, da pesquisadora Ana Zélia Maria Moureira intitulada *Um espaço pioneiro de modernidade educacional: grupo escolar “Augusto Severo”- Natal/RN (1908-1913)*; 1 tese no Programa de Pós Graduação em Lingüística da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP do pesquisador Paulo Rogério Stella denominada *Ordem? Qual ordem? A circulação de valores em um arquivo de correspondências de um grupo escolar (1905-1911)*.; 1 Dissertação no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Severino Sombra – USS, desenvolvida pela pesquisadora Maria Luíza Trouche Jordão Sertório com o título *Grupo Escolar Thiago Costa - A Educação Pública Estadual em Vassouras: 1940 – 1953*.

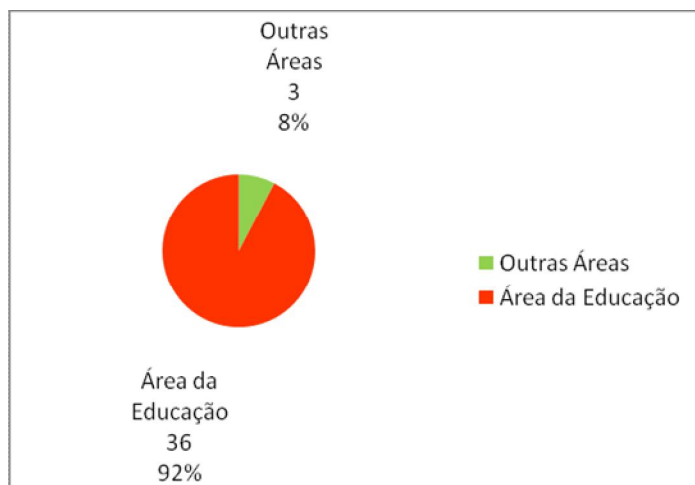


Figura 2. Proporção de teses e dissertações sobre Grupos Escolares desenvolvidas por área (Educação e outras áreas) no país, no período de 2000 e 2009, catalogados banco de teses da CAPES.

Dado que o número de trabalho arrolados no banco de teses da CAPES foi de 67 trabalhos, e a soma dos escritos que abordaram a referida temática de forma periférica foi de 28, verifica-se que estes correspondem a aproximadamente 43% do total das monografias coletadas. Dos 28 trabalhos que mencionam os Grupos Escolares

de forma periférica, 27 são da área específica da educação, e apenas um de Outros Programas.

A Figura 3 aponta que os trabalhos da área de Educação correspondem a aproximadamente 96% das dissertações catalogadas. Os outros 4%, corresponde especificamente a Dissertação do Programa de Mestrado de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, do pesquisador Alessandro Guimarães Pereira intitulada *Arquitetura escolar: Notas comparativas sobre projetos em São Paulo e Brasília*.

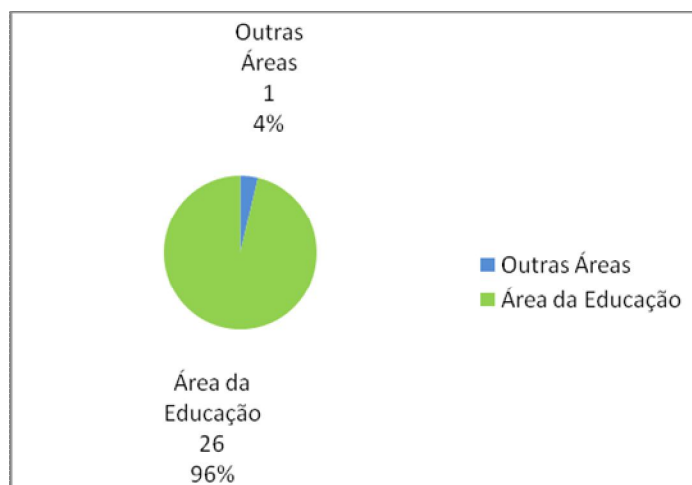


Figura 3. Proporção de teses e dissertações sobre Grupos Escolares desenvolvidas no país, no período de 2000 e 2009, catalogados banco de teses da CAPES.

5. Instituições Escolares na historiografia educacional Mato-Grossense e Sul Mato-Grossense

5.1 A contribuição de Virgílio Correa Filho, Humberto Marcílio e Gervásio Leite

No Estado de Mato Grosso, as primeiras obras que tratam sobre questões educacionais, nos remetem a meados da década de 1920. A esse respeito, o pesquisador Gilberto Luiz Alves, infere que os principais historiadores mato-grossenses, que merecem referência são “[...] Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Humberto Marcílio, Gervásio Leite, Rubens de Mendonça e Carlos Francisco Moura” (ALVES, 2006, p. 14). Dentre os autores citados, optamos em destacar Virgílio Correa Filho, Humberto Marcílio e Gervásio Leite (Quadro 21):

Quadro 21 – Historiadores diletantes da Educação em Mato Grosso

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Virgílio Corrêa Filho	Questões de ensino (Monografias Cuiabanas)	1925	Publicações avulsas	A obra intitulada <i>Questões de ensino</i> , é um estudo devotado à educação em Mato Grosso. Virgílio Corrêa Filho quem, pela primeira vez veiculou, a idéia de inexistência de documentos acerca da instrução mato-grossense, nos arquivos que reuniam fontes referentes ao período colonial. “[...] Emudecem de todos os arquivos coloniais, quando consultados a respeito da instrução em Mato Grosso: praticamente nada havia que merecesse referência” (CORRÊA FILHO, 2002, p. 15).
Humberto Marcílio	História do Ensino em Mato Grosso	1963	Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado	O objetivo do autor foi analisar os desdobramentos da educação no Mato Grosso, no período colonial. Tendo realizado pesquisas no Arquivo Público de Mato Grosso, sua principal contribuição reside em registrar, na íntegra, documentos do período colonial, referentes à instrução pública mato-grossense, contudo nos seus escritos deplora a parca documentação existente nos arquivos locais.
Gervásio Leite	Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso	1970	Editores Rio Bonito	A obra faz um balanço de um século do ensino primário no Estado de Mato Grosso. O autor inicia seus apontamentos desde a época imperial até desenvolver grande parte da obra debruçando-se sobre a República. O que o motivou a escrever o volume, segundo ele mesmo, foi a “[...] causa do abandonado ensino primário em Mato Grosso.” A obra analisa os regulamentos da Instrução Pública do referido Estado e as normas educacionais dele oriundas.

Fonte: Conteúdos da obra de Virgílio Correia Filho (1925), Humberto Marcílio (1963) e Gervásio Leite (1970).

Conforme denota o Quadro 21, uma das iniciativas germinais e de significativa importância no que se refere às temáticas educacionais no antigo Mato Grossos foi elaborado por Virgílio Corrêa Filho em 1925. Na obra *Questões de Ensino*, ao afirmar que não houve instrução pública no Mato Grosso Colonial, Virgílio o fez, por não

existir catalogação dos documentos referentes ao período, tese atualmente contestada. Em seus escritos, o autor apenas descreveu os fatos ligados a educação, sem analisá-los, nem buscar uma conexão entre as ações educacionais locais com as orientações da Coroa Portuguesa, ou com as chamadas reformas pombalinas.

Na seqüência destacou-se a obra de Marcílio Humberto, redigida a pedido da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Cuiabá, tendo como objetivo versar sobre a história do ensino em Mato Grosso. O autor apresenta em seu trabalho, a história da educação em Mato Grosso, dividida em períodos: colônia e império. Para Marcílio, embora a Capitania de Mato Grosso tenha adquirido vida administrativa a partir dos achados auríferos, somente em 1772 dá os primeiros passos no sentido da criação de aulas régias e escolas de primeiras letras. A dificuldade de acesso e má organização dos documentos no Arquivo Público de Mato Grosso, sobretudo, no período colonial, foram, segundo o autor, um dos grandes óbices a sua pesquisa. Cabe ressaltar, que atualmente o Arquivo Público de Mato Grosso, possui infra-estrutura capaz de atender satisfatoriamente aos pesquisadores, e a seção de documentos referentes a educação em Mato Grosso, é uma das mais organizadas.

Posteriormente, tivemos contato com o trabalho do pesquisador Gervásio Leite, datado de 1971, que novamente abordou a temática do ensino em Mato Grosso, contudo seu olhar dirigiu-se para a história do ensino primário, sua estruturação e difusão pelo Estado.

Referente à década de 1980, nos deparamos com a Dissertação da pesquisadora Maria Benício Rodrigues, desenvolvida no ano de 1987 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo como tema *Educação Escolar como instrumento de mediação na relação estado/povo: a reforma Mato-Grossense em 1910 – fase de implantação*.

A partir de nossas pesquisas, inferimos que estes primeiros trabalhos, são os precursores da historiografia educacional mato-grossense, pois antecedem inclusive a implantação do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso no ano de 1989. Após a implantação do PPG em Educação na UFMT, diversos outros trabalhos foram realizados por pesquisadores em outras universidades brasileiras, versando sobre a educação em Mato Grosso. Dentre eles, identificamos a Dissertação de Mestrado da pesquisadora Mara Regina Martins Jacomeli, *A instrução publica primaria em Mato Grosso na Primeira Republica: 1891-1927*. Neste trabalho

Jacomeli(1998) tem como objeto de estudo, a instrução primária pública mato-grossense durante a primeira República (1891-1927).

Em pesquisa realizada sobre a historiografia educacional dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1987 e 2009, as pesquisadoras Maria do Carmo Brazil e Alessandra Furtado deram visibilidade aos diversos estudos existentes a respeito das instituições escolares mato-grossenses e sul mato-grossense. As análises de Brazil e Furtado (2010) dão conta de que posteriormente apareceram no campo da historiografia da educação, outras temáticas de importância para o avanço dos estudos educacionais regionais, tais como história do ensino, e história das disciplinas escolares em instituições de ensino no antigo Mato Grosso.

5.2 Estudos sobre Grupos Escolares no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

O estudo sobre os Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, se insere na perspectiva dos trabalhos desenvolvidos sobre instituições escolares no cenário nacional e regional. A fim de verificar os trabalhos de Pós Graduação que desenvolveram o tema Grupos Escolares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tomamos como base as teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses da CAPES entre os anos de 2000 e 2009, sendo um número de 67 trabalhos entre Mestrado e Doutorado. Com base nos resumos das teses e dissertações disponibilizados no *site* da CAPES, verificamos que 6 trabalhos abordaram a temática concernente aos Grupos Escolares nos referidos Estados. Nesta perspectiva, os trabalhos que envolvem o antigo Estado de Mato Grosso, correspondem a 9% das dissertações catalogadas, conforme pode ser observado na Figura 4. Outros 91% correspondem a trabalhos sobre Grupos Escolares que desenvolveram trabalhos em outras partes do Brasil.

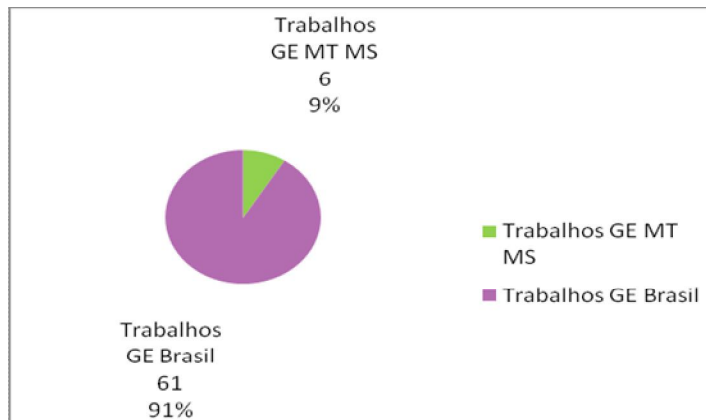


Figura 4. Proporção de teses e dissertações sobre Grupos Escolares desenvolvidas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no período de 2000 e 2009, catalogadas no banco de teses da CAPES.

O número de pesquisas que abordou a temática Grupos Escolares nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2009 foi extremamente baixo em relação ao cenário nacional, denotando inexpressivo interesse pelo tema, por parte dos pesquisadores. Destacamos no Quadro 22, esboçado a seguir, os trabalhos que abordaram o tema *Grupos Escolares* nos referidos Estados.

Quadro 22 – Estudos sobre Grupos Escolares no MT /MS

CAPES 2000-2009
1. Emilene Fontes de Oliveirar Xavier (2005 - Doutorado): <i>Cultura Brasileira e a Memória da Construção da Identidade Nacional no Grupo Escolar Leônidas de Matos (1937-1945)</i> .
2. Rosinete Maria dos Reis (2007- Mestrado): <i>Palácios da Instrução: Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927)</i> .
3. Eduardo Ferreira da Cunha (2009 - Mestrado): <i>Grupo escolar Palácio da Instrução de Cuiabá (1900-1915): arquitetura e pedagogia</i> .
4. Arlene da Silva Gonçalves (2009 - Mestrado): <i>Os Grupos escolares no estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)</i> .
5. Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel Silva (2006 - Doutorado): <i>De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)</i> .
6. Carlos Edinei de Oliveira (2009- Doutorado): <i>Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil (1964 -1976)</i> .

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

Dos trabalhos elencados no Quadro 22 apenas 4 pesquisas abordaram os Grupos Escolares dos referidos Estados como ‘Tema Central’ de investigação, totalizando 67% das dissertações arroladas, os outros 33% se detiveram nas temáticas Escolarização da Infância e Instituições Escolares de forma geral, Vejamos:

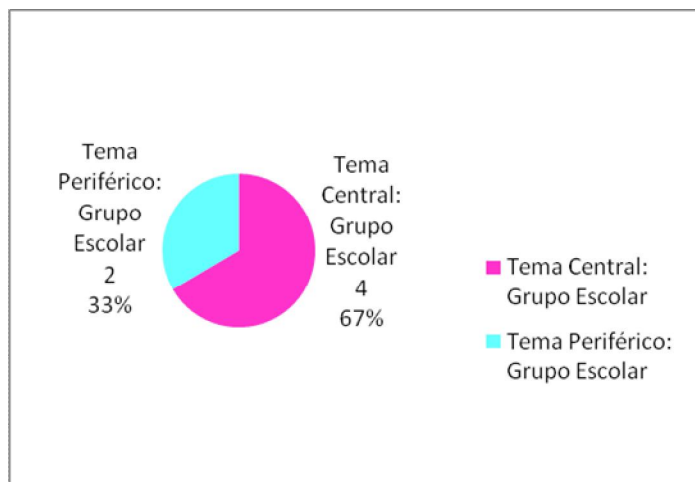


Figura 5. Proporção de teses e dissertações que tomaram os GE no MT e MS como objeto central de Pesquisa e aqueles que os tiveram como tema periférico, no período de 2000 e 2009, catalogados no banco de teses da CAPES.

Dos trabalhos mencionados no Quadro 22, que tratam os Grupos Escolares mato-grossenses e sul mato-grossenses, detectamos que apenas 1, teve como objetivo estudar Grupos Escolares, correspondendo a 25% dos trabalhos catalogados. Trata-se da Dissertação de Mestrado da pesquisadora Arlene da Silva Gonçalves, defendida no ano de 2009, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com o tema *Os Grupos escolares no estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)*.

5.2.1 Lacunas historiográficas

No Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, existem diversos GE à espera de pesquisadores capazes de lhes dar historicidade. No período de 1910 e 1927, foram instalados 12 GE no Antigo Estado de Mato Grosso, dos quais 6 estão situados na região do atual Estado de Mato Grosso do Sul, conforme pode-se observar no Quadro 23.

Quadro 23 – Grupos Escolares em Mato Grosso 1910-1927

Nome	Cidade	Ano
Escola Modelo Barão de Melgaço	Cuiabá – 1º Distrito	1910
Grupo Escolar Senador Azeredo	Cuiabá – 1º Distrito	1910
Grupo Escolar Dom Pedro II	Cuiabá – 2º Distrito	1912
Grupo Escolar General Caetano de Albuquerque	Poconé	1912
Grupo Escolar Costa Marques (Espiridião Marques)	São Luiz de Cáceres	1912
Grupo Escolar Esperidião Marques	Rosário do Oeste	1912
Grupo Escolar Luiz de Albuquerque	Corumbá	1912
Grupo Escolar Dr. Joaquim Murtinho	Campo Grande	1912
Grupo Escolar Afonso Pena	Três Lagoas	1922
Grupo Escolar General Caetano Pinto	Miranda	1924
Grupo Escolar Antônio Correa	Aquidauana	1924
Grupo Escolar Mendes Gonçalves	Ponta Porã	1927

Fonte: Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso, dos anos de 1912, 1924, 1927.

No Quadro 24, pode-se observar que de 1927 a 1955, foram criados outros 13 Grupos Escolares, dos quais 9 estão localizados no atual Estado de Mato Grosso do Sul. Dentre esses GE, apenas o Grupo Escolar Joaquim Murtinho em Dourados e Campo Grande, forma objeto de pesquisa de Programas de Pós Graduação.

Quadro 24 – Grupos Escolares em Mato Grosso 1927 a 1955

Nome	Cidade	Ano ou Década
Grupo Escolar Isaac Póvoas	Cuiabá	1930
Grupo Escolar Américo Brasil	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
Grupo Escolar Alzira de Lacerda Magalhães	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
Grupo Escolar Leônidas de Matos	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
Grupo Escolar de Amambaí General Mallan	Campo Grande	1939
Grupo Escolar de Herculânea	Herculânea (Coxim)	1940
Grupo Escolar João Fernandes	Maracajú	1940
Grupo Escolar José Garcia Leal	Paranaíba	1945 (47)
Grupo Escolar Felipe de Brum	Amambai	1950
Grupo Escolar Joaquim Murtinho	Dourados	1950
Grupo Escolar do Vale Sidrolândia	Sidrolândia	1950
Grupo Escolar Vespasiano Martins	Campo Grande	1955
Grupo Escolar Nicolau Fragelli	Campo Grande	1955

Fonte: Mensagem de Presidente de Estado dos anos de 1924, 1945, 1950, 1955. Quadro organizado por TREVIZAN, Marcio Bogaz, 2010.

Levando em conta os Grupos criados até 1955, temos aproximadamente 16 Grupos Escolares situados no território do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Até o presente momento, apenas uma Dissertação de Mestrado desenvolveu o tema Grupos Escolares no Sul do Antigo Estado de Mato Grosso, trata-se do trabalho da professora Arlene da Silva Gonçalves (UCDB), intitulado *Os Grupos escolares no estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)*. Outras três dissertações estão em andamento na UFGD, conforme pode se observar no Quadro 25.

5.2.2 Grupos Escolares como objeto de pesquisa na UFGD

O Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado da UFGD foi recomendado pela Capes no ano de 2007. Inaugurou suas atividades em março de 2008 a partir da área de concentração "História, Políticas e Gestão da Educação", constituída por duas Linhas de . Pesquisa, a saber: Políticas e Gestão da Educação e História da Educação, Memória e Sociedade. Esta última passou a ser sustentada pelo Grupo História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), o qual criado no ano de

2008 com a meta incentivar estudos e pesquisas em História e Historiografia da Educação. Segundo as informações fornecidas pelo *site* do Programa:

O Grupo [GEPHEMES] dedica-se à: geração de inventário de fontes de História da Educação da região do Mato Grosso do Sul; recuperação da história das instituições de ensino fundadas na região; estímulo à Linha de pesquisa História e Historiografia da Educação Brasileira, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da UFGD; geração de estudos monográficos sobre a realidade educacional da região da grande Dourados e sua interligação com a educação nacional; geração de artigos sobre a educação nacional e regional, para publicação em periódicos da área de Educação e História; difusão do interesse e do estudo da História da Educação brasileira a partir, principalmente, das fontes primárias.

(Cf <http://www.ufgd.edu.br/faed/Mestrado-educacao>).

Vencidos os três anos de funcionamento, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD, produziu 12 dissertações, das quais seis foram dedicadas à Linha de História da Educação, Memória e Sociedade sem que nenhum dos trabalhos tivesse privilegiado os Grupos Escolares como objeto de Pesquisa. No entanto, três dissertações sobre Grupos Escolares encontram-se em fase conclusão, com previsão de para os próximos dias. Trata-se dos trabalhos de Adriane Cristine Silva, de Juliana da Silva Monteiro e da presente Dissertação. O primeiro dedica-se explicar parte da História das Instituições Escolares em Mato Grosso, tomando o Grupo Escolar Esperidião Marques, localizado em Cáceres, cidade do extremo oeste brasileiro, localizada a 20 quilômetros da Bolívia. O segundo refere-se a um estudo sobre o Grupo Escolar Tenente Aviador Antonio João, erigido na década de 1950, em Caarapó, localizada na cidade de Caarapó, MS. E o terceiro, discorre sobre o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, criado na cidade de Ponta Porã, MS, na fronteira com o Paraguai. São estudos sobre Grupos Escolares implantados em região de fronteira, cujas peculiaridades são descritas e analisadas pelos pesquisadores já referidos.

Quadro 25 – Grupos Escolares como tema central em Trabalhos acadêmicos desenvolvidos na UFGD –2011

AUTOR	TÍTULO	ANO	EDITORA/ INSTITUIÇÃO	CONTEÚDO
Adriane Cristine Silva	<i>Grupo Escolar Esperidião Marques: Uma contribuição para os estudos das Instituições Escolares em Mato Grosso – 1910 -1947.</i>	2011 (Dissertação)	UFGD	Análise que envolve as dimensões históricas da escola e da cidade, sobretudo nas formas de representação municipal e sua localização em área de fronteira (Brasil-Bolívia), no período compreendido entre 1910-1947, com para o atores sociais em suas ações cotidianas.
Juliana da Silva Monteiro	<i>Cultura Escolar: A institucionalização do Ensino Primário no sul do antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antonio João em Caarapó, MS (1950-1974)</i>	2011 (Dissertação)	UFGD	A análise incide especificamente sobre a cultura escolar, as práticas e representações do Grupo Escolar Tenente Aviador Antonio João, no município de Caarapó, MS no período de 1950-1974.
Marcio Bogaz Trevizan	<i>Grupo Escolar Mendes Gonçalves: Vicissitudes da vida social e material da instituição e o contexto de implantação dos grupos escolares no Brasil – 1889-1931</i>	2011 (Dissertação)	UFGD	O trabalho objetiva discutir o cenário da Educação em Mato Grosso no processo de implantação dos Grupos Escolares no Brasil – 1889-1931 e caracterizar o papel político, social e econômico do Grupo Escolar Mendes Gonçalves em Ponta Porã, localizado na Fronteira Brasil- Paraguai, durante as primeiras décadas do século 20.

Fonte: Informações fornecidas pelos Mestrandos Adriane Cristine Silva, Juliana da Silva Monteiro e Marcio Bogaz Trevizan.

Os trabalhos esboçados no Quadro 25 se inserem no projeto *Tempos de Escola Moderna no sul do antigo Mato Grosso: Análise comparada do processo de transição do modelo escolar confessional católico para o ideário iluminista republicano - 1889-1950*, coordenado pela professora Dr.^a Maria do Carmo Brazil e Dr.^a Ana Paula Mancini, ambas docentes do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade

Federal da Grande Dourados. O objetivo do projeto é investigar os Grupos Escolares criados no sul do antigo Mato Grosso, avaliando desde sua estrutura material até as formas de organização didática.

6 Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG): emerge um objeto

Realizado esse balanço historiográfico ressaltamos que nossa pesquisa vem contribuir para fomentar a discussão e a análise no campo da História da Educação, mais especificamente em torno da História das Instituições Escolares, que estuda o movimento de criação dos Grupos Escolares no Brasil. Nossa reflexão gira em torno do Grupo Escolar Mendes Gonçalves, surgido distante dos grandes centros urbanos, contudo, devido sua particularidade ligada à localização geográfica, área de fronteira, este objeto traz na sua gênese e desenvolvimento, aspectos históricos e culturais únicos, dado o ambiente no qual as relações escolares se desenvolveram e dado a pluralidade das relações de poder no contexto no qual a instituição foi inserida.

Nosso trabalho, árduo por natureza, não foi desenvolvido por curiosidade ou por deleite pessoal, mas pela necessidade de se conhecer aspectos da história educacional sul mato-grossense desconhecidos no cenário regional e nacional. Escolas em áreas de fronteiras constituem um tema de alta relevância para o desenvolvimento do Programa de Pós Graduação, nível de Mestrado, pelo fato de ser um programa novo e por estar sediado numa Universidade localizada em região de fronteira, como é o caso da Universidade Federal da Grande Dourados, sediada nas cercanias da nação paraguaia.

Do balanço historiográfico realizado, observamos que nenhum trabalho postado no Banco de Teses da CAPES no período de 2000 a 2009, abordou as relações entre Escola Republicana e Fronteiras. Vale ressaltar que há lacunas, silêncios historiográficos que precisam ser quebrados para fazer avançar os estudos escolares em Mato Grosso do Sul, dado que pouquíssimas Instituições Escolares foram eleitas como objeto de análise, seja em área de fronteira, seja em áreas que compreendem o território do Estado de MS como um todo.

Nossa pesquisa surge no cenário acadêmico como uma contribuição sociocultural na medida em que nos propomos a analisar o GEMG nos seus aspectos

culturais, econômicos e sociais, com o fito de dar visibilidade à escola na cidade fronteiriça de Ponta Porã, num momento em que ainda as pesquisas sobre instituições escolares se voltam para as instituições erigidas nas principais cidades do país, ou para aquelas escolas que apesar de estarem localizadas em lugares menores, tiveram grande destaque por sua atuação em determinados temas, a exemplo, do Liceu Cuiabano, situado em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso e o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, estabelecido em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

No nosso caso, partimos de uma instituição desconhecida, no sertão mato-grossense, surgida nos idos da década de 1920, para analisar sua influência na consolidação do sistema escolar na fronteira Brasil-Paraguai. Sendo assim, o desenvolvimento do presente trabalho e os resultados alcançados justificam o investimento pessoal, acadêmico, institucional e social, porque traz para a discussão a história vivida nos rincões, distantes das efervescências educacionais e políticas da Primeira República.

7 Métodos e Fontes

7.1 Abordagem metodológica

A abordagem do objeto de análise – Grupo Escolar Mendes Gonçalves em Ponta Porã (1889-1931) – foi orientada pelo método dialético investigativo que descreve o particular à luz do contexto econômico, político, social e cultural. A preocupação com as práticas culturais, enquanto peças constitutivas da sociedade, conduziu-nos às reflexões de Raymond Williams, sobretudo em sua obra *Cultura e Sociedade* (1969), de Edward Palmer Thompson, no livro *A formação da classe operária inglesa* (1987) e Eric Hobsbawm, *A Era das Revoluções* (2010). Estes autores nos ajudaram a discutir o conceito de cultura material, classe social e sociedade, cujas abordagens foram orientadas pelo método dialético investigativo, analisando as ações culturais não apenas como resultado dos fenômenos econômicos. Como suporte teórico para análise da cultura escolar tomamos Jean Claud Forquim (1993) e Diana Gonçalves Vidal (2005). Concernente aos aspectos da história da educação, o estudo se desenvolveu, tomando como base as abordagens realizadas por Rosa Fátima de Souza

(1998); Diana Vidal (2006); Dermeval Saviani (2007); Clarice Nunes (1992) e Ester Buffa (2002).

7.2 Fontes históricas

Segundo o historiador francês March Bloch, o conhecimento do passado se dá de forma indireta, dado que existe uma impossibilidade do historiador averiguar e ele “[...] próprio constatar os fatos que estuda” (BLOCH, 2002, p. 69). Recorrendo a François Simiand, Bloch (2002), infere que o conhecimento histórico se dá por meio de vestígios, de marcas perceptíveis deixadas aos sentidos “[...] por um fenômeno em si mesmo impossível de captar” (BLOCH, 2002, p. 72). Em busca dos ‘vestígios’ nos deparamos com uma vasta documentação referente aos Grupos Escolares em Mato Grosso, de modo geral, e de modo particular ao Grupo Mendes Gonçalves na cidade de Ponta Porã. Nossa pesquisa orientou-se pela leitura e análise das fontes recolhidas tais como Ofícios, Relatórios, Mensagens de Presidente de Províncias, Mensagens de Presidentes de Estado, Decretos, Jornais, Petições. Boletins de informações escolares, Regulamentos da instrução Pública do Estado de Mato Grosso, Requerimentos, Diários de entrada e saída do almoxarifado central da Instrução Pública de Mato Grosso, Leis, Resoluções, documentos da Assembléia Legislativa Provincial, fotografias, diários de classe, dentre outros. Os documentos citados acima se encontram no Arquivo Público de Mato Grosso e no Centro de Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso. Trata-se de materiais produzidos durante o século 19 e 20, inseridos dentro do contexto de implantação dos Grupos Escolares no antigo Estado de Mato Grosso

7.2.1 Ponta Porã e o Grupo Mendes Gonçalves: Escritos memorialísticos

Para Carla Monteiro da Souza, os memorialistas, por meio da narrativa contam a vida vivida em sociedade. “[...] As suas narrativas são, [...] tramas tecidas pela memória e pela linguagem, nas quais sempre aparecem os “espaços” e os “lugares” vividos e ocupados, as pessoas, as relações, os sentimentos e os estranhamentos...” (SOUZA, 2010, p. 2).

Para ampliar o olhar sobre a complexidade das tramas sociais, relatadas nas obras dos memorialistas mato-grossenses, recorreremos a obra *Homens de aço: a luta nos ervaais de Mato Grosso* de Hélio Serejo; *Angélica história de um povo* de Inivaldo

Gisoato; *Resenha Histórica de Mato Grosso* de Pedro Ângelo Rosa; *Ponta Porã: Fronteira sem limite! Um olhar de Gratidão* de Maria Aparecida Sella e *Fronteiras guaranis* de José de Melo e Silva. Os referidos escritos nos forneceram informações pontuais acerca da vida social e material no sul do antigo Estado de Mato Grosso, nas três primeiras décadas do século 20. Segundo a pesquisadora Isabel Camilo de Camargo, “[...] os limites desse material podem ser superados na medida em que são lidos buscando analisar com as lentes da História, cujo procedimento de análise não dispensa a discussão crítica dos fatos” (CAMARGO, 2010, p.47).

7.2.2 Documentos regionais

Concernente aos documentos regionais, recorreremos aos ofícios do Secretário da Assembléia Legislativa provincial de Mato Grosso, (1835, 1857 e 1860), do Diretor da Instrução Pública de Mato Grosso (1906, 1911, 1915, 1916, 1918, 1922, 1927, 1930, 1931) e outros oriundo dos Grupos Escolares de Campo Grande, Cuiabá, Ponta Porã e Santo Antônio do Rio Abaixo. Quanto aos Relatórios, nos deparamos com aqueles enviados pelo Presidente da Província mato-grossense (1854, 1859, 1860); pelos remetidos pelos Presidentes do Estado de Mato Grosso (1899, 1908) e com aqueles apresentados pelos Diretores Gerais da Instrução Pública de Mato Grosso (1902, 1909, 1912, 1913, 1922, 1931, 1942).

7.2.3 Imprensa

Referente aos jornais, utilizamos o Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso do ano de 1927 e o jornal ‘O Progresso’ dos anos de 1923, 1924, 1925 e 1927. Ambos periódicos forneceram dados precisos sobre a realidade educacional da cidade de Ponta Porã, e contribuíram de forma decisiva para conhecermos o cenário da instrução pública no sul do antigo Estado de Mato Grosso. Para Antônio Nóvoa (2002), ao analisar a imprensa como fonte, o historiador apreender “discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente” (NÓVOA, 2002, p.11). Nesta perspectiva, a imprensa se torna um instrumento importante para se perscrutar a multiplicidade do cotidiano sociocultural, pois as informações veiculadas pelos periódicos evidenciam o dia a dia de

determinada sociedade. Para Clarice Pavan Chiareli, “os jornais [...] podem expressar os valores e direcionar, informar – educando/manipulando, o indivíduo para um determinado sistema de organização social” (CHIARELI, 2007, p. 120). No caso do GEMG, os jornais possibilitaram analisar o processo de construção do Grupo Escolar e as relações de poder que se desenvolveram ao redor da instituição escolar.

CAPÍTULO II

MATO GROSSO E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL SÉCULOS 19 E 20

A criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar estão condicionados por uma determinada sociedade que, por sua vez, é influenciada por rumos que a escola venha tomar.
NOSELLA E BUFFA, 2005

2 A implantação dos Grupos Escolares no Brasil

Para compreendermos o processo de implantação dos GE no Estado de Mato Grosso, é de fundamental importância observar como se deu o surgimento e a consolidação desta modalidade de ensino no cenário nacional. De acordo com os pesquisadores Rosa Fátima de Souza e Luciano Mendes de Faria Filho, os Grupos Escolares constituíram uma modalidade de escola primária com novas perspectivas, com uma organização escolar mais complexa racional e moderna. Implantados no Brasil em meados do século XX, durante o início do período Republicano, aos poucos os Grupos Escolares se transformaram no tipo predominante de escola elementar “[...] encarnando o sentido mesmo da escola primária no país” (SOUZA, 2006, p. 21).

2.1 Instituições e Poder: Igreja/ Estado e Escola na transição do Império para a República

Durante o período colonial a Igreja Católica no Brasil, viveu sob o regime do Padroado, que consistia na submissão da Igreja ao Rei de Portugal. A partir do século 15, acordos sucessivos entre a Coroa Portuguesa e a Santa Sé, deram corpo e forma ao referido Regime. Para a historiadora Carla Denise Martin, foi em 1552 que o “[...] Papa Adriano concedeu a Dom João III a dignidade de Grão Mestre da Ordem de Cristo que se transmitiu a todos os seus sucessores, e, conseqüentemente, todos os direitos eclesiásticos sobre as terras a serem descobertas” (MARTINS, 1992 p. 163). Após a expedição das Bulas Papais *Romanus Pontifex* e *Inter Coetera*, que confiaram ao Rei de Portugal o direito de construir igrejas, mosteiros e enviar religiosos para as missões, tornou-se atribuições da Coroa, criar-lhes condições de trabalho, sobrevivência, residência e prover as despesas do culto, tanto em Portugal como nas terras que lhe pertenciam. Para Alípio Casali, tais acordos dispuseram as bases para a implantação do Regime de Padroado no Brasil, que perdurou de 1552 à 1889, com poucas alterações (CASALI, 1995, p. 38).

Com a vinda da família real para o Rio de Janeiro em 1808, completou-se o cenário no qual se desenvolveu o Império do Brasil. Em novembro de 1807 a corte portuguesa viu-se obrigada a fugir para o Brasil para não sucumbir às tropas de Napoleão; estima-se que por volta de 15 mil pessoas ancoraram na costa brasileira,

acompanhando Dom João VI, sua esposa Carlota Joaquina e sua Mãe Dona Maria I. Trouxeram consigo tudo quanto podiam como livros, jóias, ouro, deixando Portugal acéfalo e a mercê das tropas francesas. Segundo o pesquisador Francisco Iglesias, a presença da corte portuguesa no Brasil impulsionou a fundação de “[...] instituições culturais [...] e estabelecimentos que poderiam assemelhar-se a instituições de ensino superior” (IGLESIAS, 2007, p. 432). Com relação ao ensino de primeiras letras, as iniciativas da Coroa Portuguesa no Brasil, foram praticamente nulas.

Com o retorno da Família Real para Portugal em 1821 e a conseqüente Independência do Brasil em 1822, Dom Pedro I, outorgou a primeira Constituição Brasileira em 1824, inspirada na Carta Magna francesa. Na constituição imperial o catolicismo foi declarado religião do Estado, adquirindo um caráter quase que exclusivista.³ Henrique Cristiano José Matos argumenta que “[...] do ponto de vista eclesiástico, a união de Igreja-Estado na Carta Magna de 1824 revela-se uma aliança híbrida, contendo em si um profundo paradoxo, origem de intermináveis tensões” (MATTOS, 2002, p. 31). Esse paradoxo refere-se à circunstancia cultural do século 19 que segundo ele já não mais admitia um exclusivismo religioso, dado que o espírito da época a consagrava “[...] como um dos seus mais caros princípios a liberdade de consciência e de expressão” (MATOS, 2002, p. 31). Para o pesquisador Marcos Antonio de Almeida, a partir do século 18, o Estado tomou para si a “[...] função do pastoreio não mais com características religiosas, mas estritamente política” (ALMEIDA, 2006, p. 6).

A respeito da escola, a constituição de 1824, por meio do artigo 179, parágrafo 32, garantiu ensino básico e gratuito para todos os cidadãos do Império. Como cidadãos brasileiros eram considerados aqueles do sexo masculino e livres.

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação. II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio. III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil. IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela

³ Assim reza o artigo 5º da Constituição de 1924: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.”

continuação da sua residencia. V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião (CONSTITUIÇÃO, 1924, Art. 179, parágrafo 32).⁴

Neste período, o ensino não era considerado obrigatório, fato que eximia o Estado de providenciar escolas para todas as crianças em idade escolar. Os deputados cônegos Januário da Cunha Barbosa, José Cardoso Pereira Mello e Dr. Antonio França, encaminharam a Assembléia Geral do Império um projeto de lei, que visava a criação de escolas de primeiras letras em todo o império. O projeto foi publicado em 15 de outubro de 1827 sob a forma de Decreto e em seu artigo 1º determinava a criação das instituições de ensino primário em todas as cidades, vilas e lugares populosos. Nelas deveria se ensinar a ler, escrever, as quatro operações de aritméticas, a prática de quebrados, decimais e proporções, noções gerais de geometria prática, o ensino de gramática da língua portuguesa, os princípios da moral cristã e a doutrina da Igreja Católica.

No século 19, segundo Matos (2002) difundiram-se no Império do Brasil, os ideais que inspiraram a revolução Francesa. Sendo assim, tornou-se o principal objetivo das mentes esclarecidas da época garantir a liberdade e os direitos democráticos por meio de uma constituição, que limitasse o poder do monarca e conferisse voz ao povo mediante uma representação nacional. Thompson (2004) menciona que “[...] a Revolução Francesa estabeleceu um precedente mais amplo: uma nova constituição regida à luz da razão e derivada de primeiros princípios que, lançava às sombras as formas velhas, inadequadas, proibitivas, da tradição, lei e estatuto” (THOMPSON, 2004, p. 96).

Referente ao ensino, a constituição de 1824, não contemplou grandes avanços, contudo em 1º de outubro de 1828, foi dado as Câmaras Municipais, o direito de inspecionar as escolas primárias, mas em geral o controle se restringia a registrar a frequência dos professores à Escola, afim de que pudessem receber o salário devido. Em meados de abril de 1868, por meio da Lei 54 o Império instituiu a liberdade de ensino primário e secundário, deixando assim, a iniciativa privada livre para construir colégios e estruturar modelos educacionais. Neste período, como iniciativa privada, existiam duas forças de princípios antagônicos, contudo, em diversas circunstâncias unidas por interesses conjuntos: a Igreja Católica e a Maçonaria.

⁴ No decorrer da dissertação, as citações de textos de documentos antigos conservarão a grafia da época.

Na Igreja, surgiram duas vertentes opostas, os Liberais e os Ultramontanos. O grupo denominado de *Liberais* tinha como expoente Pe. Antônio Feijó e era formado em boa parte por padres do clero paulista entre 1826 e 1842. Feijó defendia a criação de uma Igreja brasileira, desatrelada de Roma e tendo como centro de comando um Concílio Nacional, política essa fundamentalmente regalista⁵ e apoiada no padroado.

Acreditavam que a renovação da instituição eclesiástica deveria partir do Império, pois em virtude do regime de padroado o imperador possuía prerrogativas necessárias para fazer as mudanças cabíveis. Tais questões desembocaram no Chamado '*Cisma de Feijó*' que consistiu no quase rompimento formal do Império do Brasil com o Papa Gregório XVI, em virtude da não aceitação por parte de Roma, da nomeação do Padre Antônio Maria de Moura, em 1833, como Bispo do Rio de Janeiro.

Roma não confirmou a nomeação do referido Bispo por se tratar de um sacerdote regalista e que apoiou a campanha de abolição do Celibato Sacerdotal. O Império do Brasil, segundo Mattos (2002), “[...] interpretou a recusa do Papa como uma violação do Artigo 102 da Constituição de 1824 que estabelecia o direito do Imperador nomear os Bispos brasileiros” (MATTOS, 2002, p. 65).

Depois de sete anos de conversas entre Brasil e Roma, como nenhuma das instâncias cedia, o Padre Antonio Maria apresentou sua renúncia ao Império, por carta datada de 1º de outubro de 1838. Sendo assim, a questão estava dissolvida, dado que a parte interessada na confirmação da Santa Sé havia renunciado ao Episcopado proposto pelo Império.

De outro lado, temos um clero *ultramontano*, de caráter conservador, formalmente ligados a Roma, obedientes a Santa Sé, contrários a abolição do celibato, favoráveis a centralização da Igreja na Pessoa do Papa, com preocupações voltadas para questões doutrinárias, disciplinares da própria Igreja, e de orientação monárquica. Tal vertente surgiu em meados do século 19, com o governo do Papa Pio IX (1846-1878), que centralizou o governo da Igreja em Roma e caracterizou este período por um combate contra as tendências liberais e laicais do momento.

No ano de 1864, o referido Papa emitiu a Encíclica *Quanta Cura* acompanhada do Sílabo, catálogo de 80 condenações do mundo moderno, acirrando ainda mais as posições do clero *ultramontano* em confronto com o *Liberal*. Com o advento do

⁵Regalismo: sistema político que sustentava o direito que tinham os Reis de interferir na vida interna da Igreja.

Concílio Vaticano I que declarou o Dogma da Infallibilidade Papal e a ocupação dos Estados Pontifícios em 1870 pelas tropas da unificação italiana, fortaleceram-se as ideias centralizadoras na Igreja do mundo todo e de modo especial no Brasil.

Para o historiador Marcos Antonio de Almeida, a Igreja era um poder político-religioso ao lado de outros poderes também políticos, que buscaram se estabelecer e foram “[...] descortinando as etapas de um Brasil em processo de busca de autoafirmação” (ALMEIDA, 2006, p. 6-7).

Com base nas referências de Thompson (1981), analisamos o conflito entre o clero liberal e o conservador, como gerador das condições históricas nas quais ambos os setores se desenvolveram. É importante ressaltar que os valores que o clero liberal e conservador traziam incrustados, “[...] são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias” (THOMPSON, 1981, p. 194). Segundo Thompson (1981) “[...] tais valores se consolidam a partir das normas e regras aprendidas por meio do ‘habitus’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata” (THOMPSON, 1981, p. 194).

Como comunidade imediata de cada setor, identificamos as figuras carismáticas que nutriam os valores tanto no setor conservador quanto no liberal. Podemos considerar tais questões clericais na perspectiva da materialidade, da tensão entre processo e estrutura. Os liberais na ótica do processo da mobilidade social e os conservadores na dimensão da estrutura, da conservação de normas e tradições antigas.

No caso eclesiástico conservador, buscava-se uma identidade que se organizasse a partir de dentro, a fim de enrijecer a estrutura eclesiástica para suportar os conflitos do momento e aparentar forte diante dos adversários da Igreja. Curiosamente, as ideias ultramontanas encontraram respaldo nas intenções centralizadoras do segundo Imperador do Brasil. De acordo com Mattos (2002), existia um paralelismo entre as metas da Igreja ultramontana e do Estado Imperial, isto é “[...] o fortalecimento do poder interno das Instituições, concentrado na pessoa de seu chefe” (MATTOS 2002, p. 75) em oposição àqueles setores que poderiam enfraquecer o poder de ambos.

Thompson (2004) comentando a subserviência da Igreja Anglicana, para com o Rei da Inglaterra e a oposição de ambos às mudanças na estrutura social, conclui que a junção dos mesmos se constitui em precauções para que ambos os poderes não fossem derrotados pelos movimentos contrários a monarquia. Nas palavras de Thompson

(2004), “[...] o Bispo de Lincoln [Inglaterra] viu aí uma ameaça mais tenebrosa ainda ‘os mesmos meios poderiam ser empregados com igual eficácia para minar e derrubar o estado e a Igreja” (THOMPSON, 1981, p. 44). No caso brasileiro consolidou-se uma Igreja atrelada ao Império, contudo descontente com este. Entretanto, era melhor para a Igreja estar perto e manter os privilégios de religião oficial do Estado e consolidar a unidade do Império com o Papa, a romper com o Imperador e correr o risco do mesmo aceitar a fundação de uma Igreja Nacionalista e conseqüentemente avessas ao Império, e se consolidar setores clericais anti-monarquistas.

[...] Enquanto Igreja Oficial, ela [Igreja Anglicana] tinha a tarefa específica em relação às almas dos pobres – em verdade, o dever de lhes inculcar as virtudes da obediência e da laboriosidade (THOMPSON, 1981, p. 37-38).

No caso brasileiro a Igreja Católica tinha a missão de manter os setores da sociedade, fiéis e obedientes ao Imperador, dado que desta obediência também dependia a continuação de seu domínio enquanto religião oficial do Império. Para atingir tais fins, dentre outros, utilizava a escola como meio de doutrinação para manter o poder político da monarquia. Dado que o pensamento *ultramontano* se fortaleceu no clero, começaram a surgir vozes eclesiais que buscavam, nas palavras de André Luis Caes, “[...] defender o direito da Instituição (Igreja Católica) frente ao Império, e, também frente ao pensamento liberal e anticlerical que nesse momento já articulavam suas críticas à presença da Igreja no cenário político” (CAES, 2002, p. 88).

Sem demoras, a Igreja Ultramontana buscou libertar-se das amarras do Império e ao invés de subjugar-se a ele, afrontou-o exigindo sua liberdade de ação. No clero, os liberais aos poucos foram anulados pelos conservadores, sendo assim perderam força política sendo relegados às vilas distantes dos grandes centros e a trabalhos sem valor político.

Diante do Império o problema que a Igreja, na sua maioria absoluta conservadora, se colocava, consistia em definir as competências de cada Poder, dado que os Bispos não admitiam mais serem tratados como simples funcionários do Império. Conscientes da influencia que exerciam na sociedade imperial começaram a exigir a liberdade de ação nas Dioceses, reafirmando a autoridade Episcopal junto ao Imperador e criticando abertamente ao Galicanismo,⁶ mas sempre favoráveis a Monarquia, dado

⁶ Por Galicanismo se entende a interferência da esfera civil em questões de ordem religiosa.

que era o regime ideal para a Igreja. Sem perceber, minavam a fonte que lhes dava sustentabilidade enquanto religião de Estado.

Conseqüentemente a Corte começou a vigiar a ação da Igreja, por meio do Ministério de Justiça e assuntos Eclesiásticos e passou a boicotar o seu crescimento, por meio da diminuição de investimentos nos seminários, nas casas religiosas e conseqüente diminuição da cônica⁷ dos clérigos. Aqui se observa uma série de forças sociais que agiam num movimento antagônico, isto é, ora a Igreja defendia os valores do Império, dado que dele dependia, ora buscava corroê-lo a fim de libertar-se e conquistar sua independência de ação, e subjogá-lo.

Em meados de 1870, a Igreja Católica intensificou a Instrução e a instalação de novos colégios, de forma particular os internatos, construídos em praticamente todas as sedes das circunscrições eclesiásticas. Destinavam-se as populações carentes e em grande parte à instrução das classes mais abastadas a fim de continuar sua hegemonia entre a classe dominante. Do outro lado, a Maçonaria aliada aos ideais revolucionários, tais como a liberdade de pensamento, ideais republicanos, dentre outros, intensificou sua atuação entre as classes mais pobres da população brasileira, erigindo e mantendo escolas, buscando assim, consolidar uma base com pensamento distinto dos governantes e tendo em vista a liberdade de pensamento, de ensino e a construção de uma nova concepção de governo, de vertente republicana. Para a Maçonaria, segundo o pesquisador Alexandre Barata, a “[...] universalização do ensino primário laico era o principal remédio para combater os adversários do progresso, os partidários da ignorância, do fanatismo e da intolerância” (BARATA, 1994, p. 95). Nesta perspectiva, um dos principais meios utilizados para a difusão do secularismo⁸, foi a construção de escolas para as classes populares. Para alcançar este fim, em 1872 foi fundada na cidade do Rio de Janeiro uma Loja responsável pelo setor de construção e manutenção de escolas, com o nome de Vesper.

As relações conflituosas entre Igreja e Regalismo chegaram ao auge na chamada *Questão Religiosa* (1872-1875). Como cenário de fundo temos um conflito entre Maçonaria e Igreja, disputando os espaços sociais de poder. Para entendermos a

⁷ Valor Monetário devido aos padres em virtude dos trabalhos ordinários realizados; espécie de salário.

⁸ O secularismo é uma política de separação entre religião e Estado, a partir da idéia de que os sacerdotes e as instituições religiosas não devem ter poder político nem influenciar nas leis.

atitude eclesiástica, é preciso notar que a Santa Sé havia proibido os Maçons participarem da Igreja, dado que aos olhos do Vaticano, eram considerados perigosos por difundirem ideias contrárias as eclesiásticas.

O embate direto com a Maçonaria iniciou em 3 de março de 1872, quando a Loja Grande Oriente da rua do Lavradio, Rio de Janeiro, festejava seu Grão Mestre, o Visconde do Rio Branco, chefe do governo Imperial. Na ocasião o padre Almeida Martins discursou exaltando o Visconde e sua atuação junto ao Governo. A imprensa local publicou o fato, e Dom Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro interveio. Nas palavras de Dom Macedo, o Bispo “[...] viu-se na obrigação de suspender de ordens o padre maçom, o que gerou uma campanha maçom contra a Igreja católica na imprensa de todo o Brasil” (OLIVEIRA, 2003, p. 3).

Como já nos referimos anteriormente, se consolidou duas vertentes explicitamente antagônicas. De um lado temos a Igreja Ultramontana fiel a Roma, crítica do Regalismo, contudo atrelada a Monarquia, e de outro a Maçonaria, identificada com os liberais, apoiada por amplos setores do Império e provedora de grandes feitos em prol do Republicanismo embrionário.

De acordo com Mattos (2002), em dezembro de 1872 o Bispo de Olinda Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, seguindo as orientações da Santa Sé, mandou expulsar de algumas Irmandades de sua diocese os integrantes declaradamente maçons. O mesmo fez Dom Macedo Costa na Diocese do Pará. Buscando salvaguardar seus direitos, os maçons recorreram ao Imperador que deu ganho de causa aos maçons. Em 22 de Dezembro de 1873 o Tribunal de Justiça emitiu o mandato de prisão a Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, que foi julgado em 18 de fevereiro de 1874 e condenado a quatro anos de reclusão com trabalhos forçados na Fortaleza de São João no Rio de Janeiro. Dom Macedo Costa foi condenado em seguida, e preso na mesma fortaleza. Em virtude dos protestos, Dom Pedro achou por bem comutar a pena em simples prisão e em setembro de 1876 o primeiro, Ministro Duque de Caxias, assinou a anistia dos dois bispos.

O historiador Barata (1994), infere que a *Questão Religiosa* consolidou a ação da Maçonaria no Brasil e mobilizou toda a organização Maçônica, para que através da imprensa e do Parlamento, desencadeassem uma “[...] verdadeira luta contra os adversários da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa, enfim, do liberalismo” (BARATA, 1994, p. 84).

A atitude de condenação de Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e de Dom Macedo Costa, vistas na perspectiva de Hobsbawm (2010), são atitudes de controle dos setores conservadores, isto é controle dos que atacavam a Maçonaria e as ideias liberais, e ao mesmo tempo uma tentativa de agradar os setores iluministas da sociedade brasileira. Para Hobsbawm (2010) os Monarcas, adotavam slogans do iluminismo buscando tirar proveito da situação, isto é, se beneficiarem econômica, política e socialmente e ao mesmo tempo manter intacta a Monarquia. Contudo, apenas mascaravam seus interesses tradicionais, com adornos iluministas.

Naquela época, os príncipes adotavam o slogan do "iluminismo" do mesmo modo como os governos de nosso tempo, por razões análogas, adotam slogans de "planejamento"; e, como em nossos dias, alguns dos que adotavam slogans em teoria muito pouco fizeram na prática, e a maioria dos que fizeram alguma coisa, estava menos interessada nas ideias gerais que estavam por trás da sociedade "iluminada" (ou "planejada") do que na vantagem prática de adotar os métodos mais modernos de multiplicação de seus impostos, riqueza e poder. Reciprocamente, as classes médias e instruída e as empenhadas no progresso quase sempre buscavam o poderoso aparelho central de uma monarquia 'iluminada' para levar a cabo suas esperanças. Um príncipe necessitava de uma classe média e de suas ideias para modernizar o seu Estado; uma classe média fraca necessitava de um príncipe para quebrar a resistência ao progresso, causada por arraigados interesses clericais e aristocráticos (HOBSBAWM, 2010, p. 50).

A Igreja ao enfrentar a Monarquia, entrou numa situação contraditória, pois ao invés de protegê-la contra seus inimigos, os republicanos e os liberais, acirrou as críticas de diversos setores sociais ao Império. Tais fatos expuseram aos liberais a fraqueza das autoridades monárquicas para manter a ordem no interior do país e conseqüentemente fortaleceu as críticas e afrontas a Monarquia.

Apesar das desavenças, o Estado Imperial e a Igreja continuaram a se manifestar a favor da continuidade de união entre os dois poderes, pois o Império tinha na Igreja a força que legitimava seu poder, elemento fundamental para a estabilidade política. A Igreja por sua vez entendia a separação Igreja – Estado como um dos graves erros apontados pelo Papa Pio IX no Syllabus e via no Estado o seu protetor para mantê-la como religião oficial do Estado brasileiro. Em conclusão, ambos os poderes se beneficiavam da aliança.

Neste cenário Caes (2002) enfatiza que os liberais se aproveitaram do momento para demonstrar a fragilidade da Monarquia e sua incapacidade de conduzir o Império com estabilidade. Temiam que a Igreja se fortalecesse, pois a viam como um

poder espiritual que desafiava as leis constitucionais e em virtude do seu caráter supranacional, ameaçava a soberania do Estado. Além disso, não admitiam que ela continuasse com privilégios junto ao Estado, dado que numa sociedade civil, democrática e livre, todos são iguais perante a Lei.

De acordo com Barata (1994), Saldanha Marinho, liberal clássico, como jornalista do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Comércio* publicou sob o pseudônimo de Ganganeli, vários artigos onde defendia a liberdade de consciência e a separação entre Igreja e Estado, pois para os liberais somente assim se encontraria uma solução para a crise. Destaca ainda que o Regalismo, estruturado a partir da noção de subordinação da Igreja ao poder do Estado, entrava em choque com os pressupostos fundamentais do pensamento liberal. Saldanha Marinho ressaltava que a Maçonaria não podia ficar indiferente aos interesses que contribuiriam para o bem geral da nação, sendo assim, considerava seu dever propagar a liberdade de conhecimento, a educação livre e racional, o divórcio, o registro civil, defender a secularização dos cemitérios e promover a absoluta liberdade de culto, princípios que a igreja combatia veementemente. Sendo assim, temos um confronto aberto entre Maçonaria e Igreja. Para Barata (1994) a Maçonaria foi a principal organização que contribuiu para a instituição de uma sociedade secularizada no Brasil. Todavia, não se limitou a combater o conservadorismo católico, mas contribuiu na construção e financiamento das escolas, na imprensa e no parlamento. Para a Maçonaria, o que estava em jogo era a capacidade de influenciar a estruturação da sociedade brasileira, barrando o ultramontanismo católico.

Barata (1994) sugere que a instalação de escolas maçônicas era uma prática largamente utilizada na “[...] Europa pela Maçonaria francesa. No Brasil, esse engajamento começou a partir de 1870, atingindo seu apogeu no início do século 20” (BARATA 1994, p. 95). Financiada pela Maçonaria, foi construída uma rede de escolas primárias e bibliotecas com o intuito de difundir a educação laica e projetar a Maçonaria como a herdeira “[...] das luzes, libertadora da consciência dos homens e fiel escudeira no combate às trevas, representadas pelo fanatismo da Igreja Católica” (BARATA, 1994, p. 95). Desse modo, a Maçonaria fomentou de forma lenta e gradativa, uma nova concepção de sociedade, avessas a Igreja e a Monarquia e promotora dos ideais iluministas. Vale ressaltar que Igreja e Maçonaria, apesar de cultivarem ideais opostos, pertenciam a mesma classe social, sendo ambas pertencentes aos setores burgueses da sociedade brasileira.

A partir de 1870, cresceram as críticas eclesiásticas à Monarquia regalista, contudo a Igreja era favorável a um terceiro Reinado presidido pela princesa Izabel, abertamente católica e seu esposo Conde d'Eu. Em 29 de julho de 1888, o jornal *A Ventarola* trouxe uma charge da princesa na qual ela foi comparada a uma 'louca' de nome Joana e supostamente impossibilitada de assumir o Trono, dado que se ocupava com a Religião.



Figura 6. Charge da Princesa Isabel comparada a uma 'louca' de nome Joana para induzir a opinião publica de que ela estava impossibilitada de assumir o Trono.

Fonte: Jornal *A Ventarola*, 29 de julho de 1888.

Nas palavras de Mattos (2002), “[...] os liberais e republicanos denunciavam exatamente o ‘clericalismo’ dessa filha de Dom Pedro II” (MATTOS, 2002, p.245). Em virtude do entrincheiramento da Igreja a favor da Monarquia, os republicanos assumiram aspectos nitidamente anticlericais. Do outro lado, cresceu o temor da Igreja em ver maçons e positivistas declarados, assumindo cargos de extrema importância no Império e “[...] [...] dispostos a pôr fim no edifício sacral da nação” (MATTOS, 2002, p.245). De forma tardia, o Brasil foi tragado pelas Revoluções européias que tiveram como principais centros “[...] França e Inglaterra” (HOBSBAWM, 2004, p. 48).

O objetivo dos ‘iluminados’ era “[...] libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam” (HOBSBAWM, 2004, 48), de forma concreta “[...] [...] do tradicionalismo ignorante da Idade Média, [...] da superstição das igrejas [...], da

irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes [...] ou algum outro critério irrelevante” (HOBSBAWM, 2004, 48). Para Hobsbawm (2004), os esclarecidos ingleses “[...] [...] se organizavam por toda parte em lojas de franco-Maçonaria, onde as distinções de classe não importavam e a ideologia do iluminismo era propagada com um desinteressado denodo” (HOBSBAWM, 2004, 48).

Em 15 de novembro de 1889 um golpe militar pôs fim aos 67 anos de regime monárquico no Brasil. Os setores católicos ultramontanos⁹ ficaram atônitos, pois foram pegos de surpresa, apesar de assistirem a uma crescente antipatia à figura do Monarca. Diante da nova realidade os setores católicos se questionavam acerca de como ficaria a situação da Igreja perante o Estado Republicano.

Rapidamente a Igreja se organizou e começou a opor-se a separação entre Estado e Igreja, contudo admitia uma revisão nas relações entre ambos, dado que ela mesma batalhava por sua liberdade de ação em relação ao Estado, abominando o regalismo com o qual o Império brasileiro a governava. Contudo, apesar da tentativa de diálogo do clero com a República, o fato se consumou em 7 de janeiro de 1890 quando Rui Barbosa apresentou o projeto ao Ministro do Governo Provisório que o aprovou no mesmo dia, por meio do Decreto 119-A.

O referido documento foi o ponto de partida para as posições do Novo Regime em relação às questões religiosas. A partir de então a Igreja se reorganizou com vistas a uma Pastoral de ação Coletiva que se consolidou na reunião de março de 1890, na cidade de São Paulo.

De acordo com Mattos (2002), a partir do plano de ação conjunta de toda a Igreja do Brasil, os bispos motivaram os setores eclesiásticos a “[...] apreciar positivamente a liberdade garantida pelo Decreto de 7-1-1890 e a lutar para que esta liberdade se torne efetiva e completa!” (MATTOS, 2002, p.261).

De acordo com Caes (2002), após a proclamação da República e separação dos poderes eclesiásticos e civis, a Igreja adotou uma política de se defender dos ataques que sofria dos pensadores contrários à sua atuação social e buscou reconquistar a influência de que antes já gozara no contexto religioso, social e político. Para isto, a Instituição religiosa utilizou-se da escola, da imprensa, jornais e revistas, a fim de alertar os fieis acerca dos erros difundidos pelos liberais, referente à sua doutrina, moral

⁹ Na Igreja do Brasil o termo *ultramontanus* designava o setor que não aceitava submeter-se a autoridade do Imperador e plasmava a autonomia da Igreja frente à autoridade civil.

e costumes. Segundo Caes (2002), a partir das novas investidas eclesiais, os fiéis católicos deveriam combater a favor da Igreja, para impedir que “[...] os inimigos, o protestantismo, o espiritismo, a Maçonaria, o liberalismo, o anarquismo, a ciência laica, entre outros, penetrassem nas estruturas da nossa sociedade” (CAES, 2002, 154).

Uma das grandes lutas educacionais da Igreja com o Regime Republicano foi para que o Estado salvaguardasse o Ensino Religioso nas escolas públicas. Segundo José Murilo de Carvalho, as mudanças ocorridas na passagem do Império para a República, “[...] foi uma época caracterizada por grande movimentação de ideias em geral importadas da Europa. Na maioria das vezes eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica” (CARVALHO, 1989, p. 42). Nestes tempos “[...] liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas” (CARVALHO, 1989, p. 42).

Um dos principais instrumentos de difusão das ideias liberais eram as escolas, que tendo maçons no governo, como promotores da renovação social, educacional e governamental, não demoraram em consolidar um ideário educacional que fosse expressão dos ideais republicanos, isto é, os GE.

2.2 Escola da Corte

A expansão do ensino primário no Brasil exigiu o cuidado para com a formação dos professores. Contudo, a instalação de Escolas Normais no Brasil se deu de forma lenta e gradativa. Por meio da lei nº 10 de 10 de abril de 1835 foi criada a primeira escola normal do Brasil, na cidade de Niterói, capital da província do Rio de Janeiro, visando a formação de professores. Também as províncias de Pernambuco, São Paulo, Alagoas, Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina, tomaram a mesma iniciativa, buscando “[...] qualificar e dar idoneidade aos mestres” (BASTOS, 2005, p. 33).

Em 1854, o Governo Imperial criou por meio do decreto n. 1331 – A, o Conselho de Instrução Pública do Município da Corte e estabeleceu medidas com a finalidade de desenvolver, elevar e fiscalizar o ensino público. De acordo com a pesquisadora Yolanda Lima Lôbo (2009), somente a partir de 1874 é que se iniciou uma política de expansão do ensino primário e foram criadas dez escolas públicas de instrução primária de 1º grau no Município da Corte.

De acordo com Lôbo (2009), somente a partir de 1874 é que se iniciou uma política de expansão do ensino primário e foram criadas dez escolas públicas de instrução primária de 1º grau no Município da Corte.

No ano de 1876, por meio do Decreto nº 6379, de 30 de novembro, o Ministro do Império, José Bento da Cunha e Figueiredo, por ordem do Governo Imperial, criou duas escolas normais no Município da Corte, sendo uma destinada para professores, em regime de externato e outra dedicada para professoras de instrução primária, contudo em regime de internato. Por meio do decreto de 19 de abril de 1879, o Ministério do Império reformou o ensino primário e tornou a instrução primária obrigatória para as crianças de ambos os sexos, abaixo de catorze anos. O mesmo documento introduziu no programa de Estudo da Escola da Corte, as disciplinas de Latim, Inglês, Alemão, Italiano e Retórica (Cf. ALMEIDA, 2000, p.181- 186).

Em meados de 1889, o interesse das Províncias pela instrução pública era diminuto, pois o Império contava com apenas 250 mil alunos matriculados nas escolas primárias, sendo que a população em idade escolar era de cerca de 2 milhões, tendo como base uma população de aproximadamente 14 milhões (Cf. BASBAUM, 1981, p. 194).

Segundo a pesquisadora Lúcia Bastos Pereira das Neves, as escolas normais tinham como objetivo principal “ [...] ensinar como se ensina e destinavam-se a preparar candidatos ao magistério público, explicitando-se que não devia servir de meio para que adultos analfabetos, [...], procurassem prosseguir em seus estudos” (NEVES, 2002, p. 236). Neves (2002), afirma que tais escolas, inspiradas na Escola Modelo Francesa, tiveram suas origens no século 18 e objetivavam oferecer um curso primário pautado em disciplinas necessárias para esta etapa do conhecimento.

A primeira cadeira ocupava-se de língua portuguesa, religião e pedagogia; a segunda, de aritméticas e geometria; e a terceira, de história e geografia, geral e do Brasil. Para o sexo feminino, a última acrescentava ainda atividade de corte, costura e bordados. No final do século XIX, revelando a influência do cientificismo e do positivismo, alguns educadores insistiram na inclusão do francês, da filosofia e das ciências físicas e naturais (VAINFAS, 2002, p. 236).

A Escola Normal da Corte, foi criada por meio do Decreto nº 7.684, de 6 de março de 1880, sendo seu primeiro diretor Benjamin Constant.

Por conseguinte, sua criação é resultado de extinção de duas outras escolas, sendo que, do Instituto Comercial, recebe professores para nela servir, e da extinta Escola Normal Livre do Município da Corte, a experiência mutante de

sua curta existência. A reunião dos destroços dessas escolas de natureza distintas forma a base, o ponto de partida para a construção do estabelecimento de ensino, classificado como de caráter profissional numa época em que a noção de 'profissão' (ou ofício) traduz uma visão de sociedade em harmonia com a preponderância do trabalho artesanal e do comércio, em conformidade com a sociedade brasileira do século XIX (CHAVES, 2009, p. 83).

Inicialmente funcionou em espaço cedido pelo Colégio Pedro II, tendo como seu principal objetivo preparar os professores primários de 1º e 2º graus, tendo como base o ensino gratuito para ambos os sexos. As disciplinas ofertadas na Escola da corte eram Francês, Português, Geografia, Cosmografia, História Universal, Geografia e História do Brasil, Elementos de Ciências Físicas e Naturais, de Fisiologia, Higiene, “[...] Princípios de Direito Natural e Público, Instrução Religiosa, Pedagogia e Prática do Ensino Primário” (MANCINI, 2005, p. 55).

2.3 Grupo Escolar Benjamin Constant no Rio de Janeiro

O Grupo Escolar denominado de Benjamim Constant foi criado em 23 de janeiro de 1897 na Capital do Império, Rio de Janeiro e foi instalado no prédio da Escola Municipal de São Sebastião, erigida em 04 de Agosto de 1872 pela Câmara municipal da cidade do Rio, município da Corte em homenagem ao Padroeiro da cidade do Rio De Janeiro. Segundo as pesquisadoras Ariella Lúcia Sachertt Seki e Maria Cristina Gomes Machado, “[...] Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi o autor responsável pela Reforma de Instrução Pública de 1890” (SEKI e MACHADO, 2008, p. 2). Filho de Leopoldo Henrique de Magalhães e de Bernardina Joaquina da Silva Guimarães, nasceu em 8 de outubro de 1836, no Porto de Méier, freguesia de São Lourenço, município de Niterói. Foi professor de matemática elementar aos alunos da Escola Politécnica durante o ano de 1854. De acordo com o pesquisador Nelson Garcia de Nogueira, no ano de 1858, Benjamin formou-se em Engenharia na Escola Militar do Rio e em seguida, cursou ciências físicas e matemáticas (Cf. NOGUEIRA, 1936, p. 6). Em 1869 foi nomeado diretor do Instituto dos Meninos Cegos e, em 1880, atuou como professor da Escola Normal, assumindo em seguida a direção da mesma. Com a proclamação da República em 1889 foi nomeado ministro de Guerra, e em seguida, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criados em 23 de abril do mesmo ano. Segundo José Murilo de Carvalho, Constant era o grande divulgador dos ideais liberais, era “[...] o apóstolo da Juventude reformista carioca” (CARVALHO, 1990, p.

40). Para a pesquisadora Ilzani Valeira dos Santos, embora a idéia republicana fosse criar uma nova estrutura escolar, “[...] houve aproveitamento dos investimentos educacionais realizados no Império” (SANTOS, 2008, p. 2), contudo havia uma revitalização dos prédios com o intuito de apagar a memória do período monárquico.

2.4 Espaço histórico Republicano

O século 19 foi marcado pelo surgimento de grandes linhas de pensamento, tais como o positivismo, o socialismo e o republicanismo, que produziram mudanças no seu tempo e influenciaram as gerações posteriores. Em virtude da superação do regime Monárquico no qual se encontrava à Europa, surgiram novas ideias que apoiadas nos princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, buscavam responder aos anseios e afirmações “[...] de uma nova burguesia, ligada ao comércio, à indústria e às profissões liberais” (BARBOSA, 2004, p. 2). Thompson (2004), comentando a Revolução Francesa infere que Jhon Thelwall, teórico jacobino inglês, durante os anos de 1795 e 1796 definiu claramente uma avaliação inglesa dos acontecimentos ocorridos na França. Assim discursou Thelwall (1795-1796):

O que eu louvo, na Revolução Francesa, é isso: Que, como princípio dessa Revolução, sustentou-se e propagou-se que antigos abusos não se convertem, pela sua antiguidade, em virtudes... que o homem tem direitos que não podem ser anulados por nenhum estatuto ou costume... que o pensamento deve ser livre... que seres intelectuais estão capacitados para o uso dos seus intelectos... que uma ordem da sociedade, por mais tempo que seja culpada de pilhagem, não tem direito de esmagar e oprimir as outras partes da comunidade... Estes são os princípios que admiro e que me fazem, apesar de todos os seus excessos, exultar com a Revolução Francesa (THOMPSON, 2004, p, 174).

Tais ideais chegaram ao Brasil a partir das migrações de estrangeiros e dos alunos brasileiros que tendo se formado em universidades européias, em países como Portugal, França, Inglaterra, absorveram ideias liberais, e ao retornarem para o Império do Brasil, se empenhavam em transformar a realidade local. Dentro deste cenário se desenvolveram fortes grupos de oposição aos regimes e poderes constituídos. Segundo a pesquisadora Betânia Laterza Ribeiro, o fim do Império e a instalação da República representaram a vitória da chamada burguesia urbana brasileira que se insurgindo contra o Império e seus dirigentes, contestaram a “[...] estrutura social e econômica fundamentada na monocultura latifundiária, estruturada e mantida a partir do trabalho

escravo” (RIBEIRO, 2003, p. 691). Para Carvalho (1989), a década que antecedeu a República apresentou uma série de transformações no Brasil, de modo especial na cidade do Rio de Janeiro. Em virtude de abrigar a sede do Império brasileiro, sofreu as conseqüências da efervescência política própria da época.

Como a maior cidade e capital econômica, política e cultural do país, o Rio de Janeiro não poderia deixar de sentir, em grau mais intenso do que qualquer outra cidade, as mudanças que vinham fermentando durante os últimos anos do Império e que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República. A mudança de regime, com todas as expectativas que trazia e também com todas as dificuldades que implicava, como que projetou luz intensa sobre as novas realidades, tornando a vivência delas também mais intensa e mais difundida. De uma maneira ou de outra, para melhor ou para pior, grande parte dos fluminenses foi pela primeira vez envolvida nos problemas da cidade e do país (CARVALHO, 1989, p. 16).

Carvalho (1989) infere que tais mudanças alteraram a fisionomia do Rio de Janeiro, de modo especial no que concerne ao aspecto populacional, fazendo com que a população da cidade carioca praticamente duplicasse. Houve assim, um desequilíbrio entre os sexos, 56% de homens e 44% de mulheres, caindo o número de matrimônios.

Outro problema foi o aumento das massas em ocupações degradantes não remuneradas ou mal pagas, as quais Carvalho (1989) chega a compará-las às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século 19 e que Thompson (2004) as classifica de turbas. De acordo com Carvalho (1987), a população considerada perigosa no Rio de Janeiro era formada por,

[...] ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptores, pivetes. E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República. Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais das cidade Velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriagues, jogo. Em 1890, estas contravenções eram responsáveis por 60% das prisões de pessoas recolhidas à casa de detenção (CARVALHO, 1989, p. 18).

Dado ao crescente processo de industrialização do país, a melhoria dos meios de transportes, a chegada das ferrovias e a mecanização de muitas lavouras de café no Oeste Paulista, os novos proprietários começaram a exigir uma política que estivesse adaptada às suas necessidades e já não mais admitiam a política centralista e rural que o

Império praticava. Na medida em que tais problemas foram se intensificando, iam surgindo clubes e associações que tinham afinidade com o ideal Republicano. Sendo assim em 3 de dezembro de 1877, Liberais históricos, radicais e republicanos uniram-se e fundaram no Rio de Janeiro o ‘Clube Republicano’ e em seguida o Jornal ‘A República’ que foi o responsável pelo documento chamado ‘Manifesto’, que de autoria controversa, foi atribuído a Quintinho Bocaiúva, Salvador Mendonça e Saldanha Marinho.

O ‘Manifesto’ foi publicado no primeiro número do Jornal ‘A República’ e o texto reivindicava a autoridade advinda do povo, considerando ilegítima qualquer outra. Nas vésperas da proclamação da República, o movimento contava com 77 jornais e 273 clubes em todo país. “[...] Mas enquanto a elite participava ativamente das mudanças políticas, a população permaneceu alienada do processo” (CLARK, 1996, p. 2).

Para a professora Melissa Toffani Magalhães Vendramin, a Monarquia começou a ser vista com desconfiança, sem credibilidade, como “[...] antiquada frente aos novos valores que permeavam o ideário político e social brasileiro. O descontentamento intensificava-se [...] no surgimento de revoltas, levantes, conjuras que abalaram esse período” (VENDRAMIM, 2009, p. 40).

Entretanto, para Basbaum (1975), a República não foi fruto dos movimentos revoltosos, dado que eram localizados e não tinham expressão nacional, mas sim um processo que teve seu início a partir da crise açucareira que levou aquela aristocracia a um enfraquecimento político e econômico, na medida em que se fortalecia a produção de café. Com uma nova classe respaldada pelo lucro cafeeiro, surgiu um novo grupo dominante, mais forte, influente e esclarecido. Aliado a esses fatores, segundo Vendramim (2009), temos um grupo de intelectuais que propõe a instauração de um Estado Republicano.

Uma vez estabelecido a ordem republicana, na forma de governo federalista, ampliou-se o poder das oligarquias locais, que deram as cartas no jogo dos Estados e Prefeituras. Apesar de o regime instalado ser presidencialista e de tendência liberal e democrático, foi dominado por forças oligárquicas dos Estados mais ricos, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O povo como tal, estava distante do processo de decisão nas eleições, eram simples massa de manobra. Para Carvalho (1987) em termos concretos, permaneceu o fato de que os republicanos não conseguiram a adesão da parcela majoritária da população pobre e negra.

Silva Martins, ao acompanhar o conde d'Eu em sua viagem ao norte do país em 1889, experimentaria mais uma vez, em Salvador, a ira da população negra. Põe ele e pela República manifestarem-se apenas os estudantes da Faculdade de Medicina local. A simpatia dos negros pela Monarquia refletiu-se na conhecida ojeriza que Lima Barreto, o mais popular romancista do Rio, alimentava pela República. Neto de escravos, filho de um protegido do visconde de Ouro Preto, o romancista assistira, emocionado, aos sete anos, às comemorações da Abolição e às festas promovidas por ocasião do regresso do imperador de sua viagem à Europa, também em 1888. Em contraste, vira no ano seguinte seu pai, operário da Tipografia Nacional, ser demitido pela política republicana. Irritava-o, particularmente, a postura do Barão do Rio Branco, a quem acusava de renegar a parcela negra da população brasileira. [...] Não seria, ao meu ver, exagerado supor que a reação popular a certas medidas da administração republicana [...] tenham sido em parte alicerçada na antipatia pelo novo regime (CARVALHO, 1989, p. 31).

Carvalho (1989) entende que por meio da revolta da parcela pobre da população do Rio de Janeiro e de outros rincões do país em relação à República, se “[...] confirma o abismo existente entre os pobres e a República e abre fecundas pistas de investigação sobre um mundo de valores e ideias radicalmente distintos do mundo das elites e do mundo dos setores intermediários” (CARVALHO, 1989, p. 31). Na cidade do Rio de Janeiro, as turbas foram desfeitas, muitos capoeiras foram deportados para Fernando de Noronha.

Em termos concretos, a prevenção republicana contra pobres e negros manifestou-se na perseguição movida por Sampaio Ferraz contra os capoeiras, na luta contra os bicheiros, na destruição, pelo prefeito florianista Barata Ribeiro, do mais famoso cortiço do Rio, a Cabeça de Porco, em 1892 (CARVALHO, 1989, p. 30).

Em termos comparativos, a atitude dos Republicanos assemelha-se a atitude da Coroa inglesa, em querer reprimir os operários que se rebelavam contra o regime, evidentemente em ordem inversa, isto é, os pobres brasileiros eram simpatizantes da Monarquia enquanto os opressores eram Republicanos que pregavam a democracia, mas lutavam para se livrar do segmento visto como escória social, os pobres e negros. A atitude do novo regime brasileiro foi idêntica a da Coroa britânica, quando se sentindo pressionada pelas turbas tomavam precauções para barrá-las. Nas palavras de Thompson (2004) em torno da classe Operária Inglesa: “[...] as autoridades eram obrigadas a formar quartelamentos e tomar precauções contra a multidão revolucionária” (THOMPSON, 2004, p. 84).

Diante do cenário de implantação da República brasileira, a utilização da obra de Edward Palmer Thompson, como referencial teórico encontra sua limitação, pois a República do Brasil foi fruto das lutas de uma parcela do segmento dominante e não conquista dos setores populares. Esta realidade se evidencia quando observamos que os republicanos eram distantes das classes populares e ao nascer da República agiram como algozes das camadas populares.

Nesta perspectiva, recorremos a Hobsbawm (2004) que considerava os líderes iluministas como prováveis membros dos escalões médios da sociedade. Para ele, a ordem social que surgiria após a Revolução Francesa foi de matiz capitalista e burguesa.

A partir da nossa leitura, inferimos que os pobres brasileiros foram massa de manobra, tanto dos “[...] republicanos” como dos monarquistas e que de fato a gênese do pensamento revolucionário no Brasil, brotou das classes abastadas da sociedade que já não aceitavam o modelo governamental vigente e buscavam impor seus modelos esclarecidos.

Após a proclamação da República, de acordo com Carvalho (1989), o problema central da República brasileira consistia em organizar um instrumento de poder que substituísse os moldes imperiais e conferisse ao Estado brasileiro estabilidade.

Durante quase dez anos de República, as agitações se sucediam na capital, havia guerra civil nos estados do sul, percebiam-se riscos de fragmentação do país, a economia estava ameaçada pela crise do mercado do café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa. Para os que controlavam o setor mais poderoso da economia (exportação) e para os que se preocupavam em manter o país unido, tornava-se urgente acabar com a instabilidade política. [...] A maneira indireta de neutralizar a capital e as forças que nela se agitavam era fortalecer os estados, pacificando e cooptando suas oligarquias. [...] A solução, para Campos Sales, era formar então um grande partido de governo com sustentação nas oligarquias estaduais. O próprio presidente resumiu claramente seu objetivo: ‘É lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União.’ E prosseguindo: ‘A política dos estados [...] é a política nacional (CARVALHO, 1989, p. 32-33).

A partir de um cenário de instabilidade política e de profundas renovações materiais sociais é que o regime republicano veio gerar na sociedade brasileira um sentido de pertença ao novo regime e utilizando-se da Escola passou a nutrir nos indivíduos a admiração e o entusiasmo pelo republicanismo.

2.5 O ideário

Na transição entre Império e República, presenciava-se, da parte dos intelectuais brasileiros, um movimento de releitura de clássicos da filosofia como ‘O Contrato Social’ (1762) de Jean Jacques Rousseau, *De la démocratie* (1840) de Alexis de Tocqueville, dentre outros. Estes pensadores foram tomados como referências para se repensar o modelo educacional deixado pelo Império.

Para republicanos como Rui Barbosa, Benjamim Constant e Manoel Bonfim, a educação era o meio pelo qual se conseguiria elevar o Brasil ao desenvolvimento e a construção de uma Identidade Nacional. Contudo, esta deveria ser laica e obrigatória, pois somente por meio da educação das camadas populares se conseguiria um povo esclarecido e que contribuiria para o futuro da República.

Paulo Corrêa Mourão destaca que na mentalidade positivista da época, a separação entre Igreja e Estado, propunha a constituição de um Estado agnóstico, sem portanto reconhecer a “[...] existência do Ser Supremo” (MOURÃO, 1962, p. 131). O novo sistema primava pela racionalidade científica e pela laicidade da escola. Nas palavras de Vendramim (2009), “[...] Na virada do século, esses intelectuais tomaram a educação como um caminho para o salto: do atraso para a modernidade, o ensino revestiu-se de um caráter civilizador” (VENDRAMIM, 2009, p. 40).

O ideário Republicano foi gestado, nas palavras de Rosa Fátima de Souza, como “[...] crença no poder redentor da educação” (SOUZA, 1998, p. 27). Compreendia-se a ‘instrução’ como elemento formador do indivíduo e criadora do homem moral pela qual se tornaria cidadão. Souza (1998) destaca que “[...] articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo” (SOUZA, 1998, p. 27).

Logo após a proclamação da República, vê-se um tempo de otimismo na Educação, na medida em que ocorre a fundação de escolas primárias; a preocupação com os índices de analfabetismo que chegavam ao cúmulo de 85% em todo o território nacional no ano de 1890, e com a formação de professores. Segundo Souza (1998), “[...] um amplo projeto civilizador foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social” (SOUZA, 1998, p. 27). Necessidade “política” pelo fato de ser indispensável a alfabetização para participar das eleições

diretas, dado que tornava a educação primária uma urgência para o futuro da República; e “social” porque indispensável para desenvolver o projeto de construção da identidade do povo brasileiro.

Neste sentido, ela se articula com o processo de evolução da sociedade rumo aos avanços econômico, tecnológico, científico, social, moral e político alcançado pelas nações mais adiantadas, tornando-se um dos elementos dinamizadores dessa evolução. Por outro lado, responsabilizada pela formação intelectual e moral do povo, a educação popular foi associada ao projeto de controle e ordem social, a civilização vista da perspectiva da suavização das maneiras, da polidez, da civilidade e da dulcificação dos costumes. A questão é importante tendo em vista que tais representações constituiriam o substrato sobre o qual se articularam e se desenvolveram as políticas educacionais do país nas primeiras décadas deste século. Explicam, outrossim, o sentido da política de educação pública implementada pelos republicanos no Estado de São Paulo ao assumirem o poder com o novo regime instaurado em 1889. A escola Pública emerge dos sentido dessa relação intrínseca- é uma escola para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e consolidação do novo regime; é a escola da República e para a República (SOUZA, 1998, p. 27- 28).

Ribeiro (2003) destaca que a decadente estrutura educacional deixada pelo Império “[...] sugeria aos republicanos positivistas uma reversão urgente nessa esfera, pois a educação pública seria uma das possibilidades para a criação de uma identidade nacional, nos moldes da nova forma de governo” (RIBEIRO, 2003, p. 691).

Na constituição de 1891, o sistema educacional permaneceu descentralizado, ficando a Instrução Pública por conta de cada Estado. Para Otaíza de Oliveira Romanelli (2007) a educação foi colocada a mercê das circunstâncias políticas e econômicas, aprofundando a disparidade entre os sistemas escolares estaduais. Em 1893 surgiram os Grupos Escolares na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, no intuito de reunir as escolas isoladas, segundo a proximidade entre elas. A implantação do modelo paulista e fluminense ensejou um novo modelo escolar no início da República. A organização das escolas em grupo fazia parte de um novo modelo de instituição composta e organizada de acordo com a racionalidade científica.

2.6 A criação dos grupos Escolares em São Paulo

A origem dos Grupos escolares Paulistas remonta às chamadas Escolas Centrais, existentes na Alemanha, Bélgica, Portugal e França. Segundo Souza (1998), tais instituições demonstravam “[...] excelentes vantagens pela perfeita distribuição do

trabalho, instalação em edifícios apropriados e por contarem com numerosos professores” (SOUZA, 1998, p. 45).

O processo de reestruturação da instrução pública paulista na passagem da Monarquia para a República, mais especificamente na Reforma empreendida por Caetano de Campos em 1890, objetivou a renovação dos métodos pedagógicos e a formação dos professores, tendo como fundamento a aquisição da prática de novos fundamentos pedagógicos. Antônio Caetano de Campos com a Reforma que levou seu nome institucionalizou o método intuitivo, baseado no educador americano John Dewey e defendido pelo Movimento dos Pioneiros da Educação Nova. Caetano, junto a outros intelectuais constituiu a primeira Escola Normal de São Paulo a partir dos métodos modernos baseados na Escola Americana.

A primeira Escola Modelo paulista em seu início funcionou nos fundos da igreja da Ordem Terceira do Carmo, foi instalada na Rua da Boa Morte, nº 39; inaugurada em 16 de junho de 1890 e dirigida pelo próprio Caetano de Campos. De 1891 a 1983 passou pela gerência da instituição duas diretoras, a primeira foi a senhora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, a segunda, Márcia Browne assumiu a direção das seções masculina e feminina.

Segundo Souza (1998), em 1893 a escola contava com um corpo docente de sete professores e na seção masculina funcionavam todos os anos do curso preliminar e a “[...] seção feminina com o 1º, 2º e 3º anos. Dois anos depois, o quadro encontrava-se completo, com um professor para cada um dos anos do curso preliminar de cada seção, inclusive o 5º ano” (SOUZA, 1998, p. 41).

No ano de 1894, em 1º de outubro, a Escola Normal foi elevada ao título de Grupo Escolar e passou a ser denominada de Grupo Escolar do Carmo. Segundo Souza (1998), tais instituições demonstravam “[...] excelentes vantagens pela perfeita distribuição do trabalho, instalação em edifícios apropriados e por contarem com numerosos professores” (SOUZA, 1998, p. 45). Inicialmente, a população e os próprios governantes confundiram os termos Grupo Escolar, Escola Modelo e Escolas Reunidas, contudo com o passar do tempo os foram se esclarecendo e cada modalidade escolar foi se consolidando de forma gradativa, tanto na prática, como nos documentos e na aceção dos termos.

De acordo com o deputado Gabriel Prestes, para se efetivar as Escolas Centrais bastaria reunir num só prédio as escolas que funcionavam num mesmo bairro, fato que

facilitaria a fiscalização pelo Governo e promoveria vantagens econômicas e pedagógicas, considerando que ficaram reunidas num só edifício dezenas de crianças, concentrariam os professores e diminuiriam os gastos com a manutenção de diversos estabelecimentos educacionais.

A criação das escolas centrais é colocada como uma questão simples e decorrente do processo de reforma, bastando reunir em um só prédio as escolas já existentes em uma localidade. Dessa forma, foram criados os grupos escolares, por via de um artifício legal segundo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar, o governo poderia autorizá-las a funcionar em um só prédio. A denominação 'grupo escolar' foi preferida a 'escolas centrais', ratificando o sentido mesmo da reunião de escolas, e aparece um ano depois no regulamento da instrução pública. De acordo com esse regulamento, nos lugares em que, em virtude de densidade da população, houvesse mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade escolar, o Conselho Superior poderia fazê-la funcionar em um só prédio para esse fim construído e adaptado. Tais escolas teriam a designação de Grupo Escolar com a sua respectiva designação numérica em cada localidade. Poderiam também receber denominações especiais em homenagem aos cidadãos que concorressem com donativos para a reunião de escolas. Dessa forma, o governo estimulava a contribuição dos particulares em troca da homenagem pública (SOUZA, 1998, p. 47).

Cada Grupo Escolar poderia ser formado a partir de 4 até 10 escolas isoladas, os professores seriam escolhidos na proporção de 1 para cada grupo de 40 alunos e o diretor seria nomeado pelo Governador, dentre o corpo docente do Grupo Escolar, tendo como critério, que o mesmo fosse diplomado pela Escola Normal. O curso preliminar contaria com 4 salas para cada sexo, correspondendo ao 1º, 2º, 3º e 4º anos preliminares, podendo funcionar no mesmo Grupo Escolar, escolas do sexo masculino e feminino.

A implantação dos Grupos Escolares reafirmou o princípio de igualdade entre os sexos ao estabelecer igual número de classes para meninos e meninas, no entanto, impediu a co-educação. [...] essas escolas decorriam de um expediente administrativo e configuravam-se em uma solução para a escolarização de crianças em localidades onde era insuficiente o número de alunos de um e outro sexo para formar uma escola. [...] O programa de ensino dos grupos escolares foi, inicialmente, o mesmo estabelecido para as demais escolas primárias, compreendendo um programa enriquecido e enciclopédico, com a inclusão de novas matérias e procedimentos didáticos (SOUZA, 1998, p. 47-48).

Segundo o Decreto n. 248, de 26 de setembro de 1894, as disciplinas oferecidas nos primeiros grupos escolares compreendiam: leitura e dedução de princípios de gramática, caligrafia e escrita, geometria, cálculo aritmético de números inteiros e frações, geometria, sistema métrico decimal, desenho livre, educação cívica, prática

moral, noções de geografia geral e geografia do Brasil, cosmografia, física, química, história natural, leitura da vida dos grandes homens, música, exercícios militares e ginásticos e trabalhos manuais apropriados aos meninos e meninas, levando em conta a idade.

Para Souza (1998), inicialmente os Grupos Escolares representavam somente mais uma modalidade escolar em meio às demais escolas primárias paulistas e as existentes em outros Estados. Contudo, em pouco tempo foram organizados documentos internos que norteavam a vida destas instituições. O regimento de 1894 obrigava os Grupos Escolares a aderirem o método de ensino e organização das escolas modelo do Estado de São Paulo.

Assim, a Escola Modelo incorporou o duplo sentido de seu caráter modelar: constituiu o modelo a ser seguido pelos alunos da Escola Normal e o paradigma a partir do qual deveriam se organizar e pautar-se todas as escolas preliminares do Estado. Constituíram também exemplares consoantes à qualidade administrativa e pedagógica do ensino. Encontravam-se configuradas, assim, a estrutura e a organização da escola graduada de nível primário no Estado de São Paulo. A nova modalidade de escola primária nasceu como adaptação de um modelo, um arremedo tosco do que vinha sendo praticado como escola graduada ou escola central. O espírito que animou o grupo escolar foi inicialmente a reunião de escolas até consolidar uma certa unidade e organicidade que transformaria as escolas reunidas em classes e salas de aula e o grupo escolar numa escola primária una (SOUZA, 1998, p. 49).

O modelo escolar proposto pelos Grupos Escolares, não tardou em consolidar-se; dado que se constituía numa nova modalidade organizacional, administrativa e pedagógica inovadora apropriada para os tempos Republicanos, sua estrutura consolidou-se em poucos anos. Nesta época no Estado de São Paulo, os Grupos Escolares se espalharam rapidamente, constituindo-se numa instituição educacional própria de centros urbanos, que captava um grande número de alunos e vultosos investimentos financeiros. Nesta perspectiva as escolas isoladas, instaladas em pequenos vilarejos e na zona rural, tornou-se sucateada, pois os investimentos governamentais na sua grande maioria eram destinados aos Grupos, permanecendo as mesmas com “[...] carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para os professores” (SOUZA, 1998, p. 51).

No período de 1894 a 1896 foram inaugurados os seguintes Grupos Escolares no Estado de São Paulo: Grupo Escolar Cesário Motta, inaugurado em 15 de outubro de 1894 na cidade de Itu; Grupo Escolar Luiz Leite, inaugurado em 4 de outubro de 1894

no município de Amparo; Grupo Escolar de Iguape, instalado em 7 de janeiro de 1894, em Iguape; Grupo Escolar Dr. Flamíniolessa, instalado em 24 de janeiro de 1895 na cidade de Guaratinguetá; Escola Modelo da Luz, inaugurada em 1º de fevereiro de 1895, sendo o primeiro edifício projetado para essa modalidade de escola primária na cidade de São Paulo e posteriormente denominada de Grupo Escolar Prudente de Moraes; Grupo Escolar Gabriel Prestes, instalado em 1º de junho de 1895 em Lorena; Grupo Escolar Dr. Cerqueira César, criado em 9 de novembro de 1894, na cidade de Paraibuna; Grupo Escolar de Pindamonhangaba instalado em 24 de janeiro de 1895 em Pindamonhangaba; Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro, criado em 9 de novembro de 1894 e instalado em 24 de novembro de 1895 na cidade de São Luiz do Paraitinga; Grupo Escolar de Tatuí, instalado em 21 de março de 1898 em Tatuí; Grupo Escolar Carlos Porto instalado em 1º de outubro de 1895 na cidade de Jacareí; Grupo Escolar Dr. José Guimarães Jr, inaugurado em 1º de julho de 1895 em Ribeirão Preto. Souza (1998) infere que inicialmente a implantação dos Grupos Escolares não foi bem recebida pela população de algumas cidades, pois a reunião das escolas isoladas provocava um distanciamento maior entre as residências das crianças e os estabelecimentos educacionais.

3 A implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso

O processo de implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso fez parte da política administrativa do Presidente do Estado, Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa. No intuito de modernizar o Estado e de expandir os ideais republicanos, o Governador reformulou o sistema de ensino mato-grossense e procedeu à implantação dos Grupos Escolares, segundo o modelo já concebido e concretizado no Estado de São Paulo.

No curto Governo que foi de 12 de outubro de 1908 a 15 de agosto de 1911, foi organizado o sistema educacional público por meio da Instrução Pública n. 508, datada de 16 de outubro de 1908. Esse fato acabou por criar mais escolas primárias isoladas e reagrupando outras nos chamados Grupos Escolares, conforme observou a pesquisadora Elizabeth Poubel e Silva: “[...] Foi então que, por meio do Decreto n. 258, de 20 de agosto de 1910, valendo-se do art. 3º da Lei n. 508, Pedro Celestino criou dois grupos escolares na Capital, sendo um no primeiro distrito e o outro no segundo” (SIVA, 2006, p. 218). Ao seguir seu objetivo, o Presidente do Estado de Mato Grosso, conseguiu, no ano de 1908, elevar o número das escolas isoladas de 42, e no ano de 1909, para 104. Esses feitos fizeram parte da sua política de instrução popular e de progresso social.

Os primeiros Grupos instalados no Estado de Mato Grosso foram erigidos por ordem do presidente de Estado Cel. Pedro Celestino, Decreto n. 258 de 20 de agosto de 1910, sendo um na cidade de Cuiabá e outro no distrito do Porto, também no município de Cuiabá. Para dar início às atividades dos Grupos, organizar o ensino público e o normal, o presidente do Estado trouxe de São Paulo dois normalistas. A esse respeito Silva (2006) registra que “[...] a direção do 1º Grupo Escolar, [...] foi confiada ao professor Leowigildo Martins, e a do 2º distrito [...] ao professor Gustavo Kulhmann” (SILVA, 2006, p. 219) ambos normalistas vindo ao Estado a pedido do Presidente de Mato Grosso.

No mesmo ano, o Presidente do Estado criou a Escola Normal em Barão de Melgaço, com a finalidade de transformá-la em modelo para os Grupos Escolares e preparar os professores para dirigir e ministrar o ensino reformado segundo o ideal da República. Este aspecto foi destacado pela pesquisadora Rosinete Reis na seguinte passagem: “[...] A escola modelo era composta de 10 classes e funcionava inicialmente em regime de cinco anos; compreendia o curso elementar (4 anos) e o complementar (1 ano); e era dividida em seções masculinas e femininas” (REIS, 2006, p. 207). Esta

afirmação leva-nos a entender que o sistema educacional implantado no Estado, primava pela disciplina, pela cultura e representava de forma objetiva uma renovação em termos de estrutura material e de ensino.

Nas primeiras décadas da República, sobretudo, entre os anos de 1910 e 1930, o processo educacional no Mato Grosso, como nos demais estados brasileiros era incerto e defasado, caracterizado pela precariedade de professores, material e estrutura escolar. Esse quadro ensejou a criação dos grupos escolares como forma de superação dessas dificuldades e como expressões e agentes difusores do movimento de modernização da educação primária em Mato Grosso, conforme observaram as pesquisadoras Neide Stein e Silvia Brito (Cf. STEIN, & BRITO, 2006, p. 3).

Nesse cenário, em 1911, o Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa, por meio do Decreto n. 297 criou os Grupos Escolares de São Luiz de Cáceres, Poconé, Vila do Rosário e Corumbá. A seguir, a partir de 1912, com o objetivo de expandir o projeto educacional republicano para o sul do antigo Estado de Mato Grosso, foram criados os grupos de Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã.

Ao analisar o processo de organização do trabalho didático no sul de Mato Grosso, as pesquisadoras Stein e Brito destacaram seu “[...] alto custo de sua instalação e manutenção” (Cf. STEIN, & BRITO, 2006, p. 3). Este aspecto ensejou que os Grupos Escolares “[...] fossem criados apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso” (Cf. STEIN, & BRITO, 2006, p. 3). A esse respeito refletiu a pesquisadora Regina Tereza Cestari de Oliveira, que viu os grupos escolares como criação oriunda “[...] da reunião de escolas isoladas e agrupadas pela proximidade, sob única direção” (OLIVEIRA, 2009, p. 115).

Em 1927, o Estado de Mato Grosso contava com 11 Grupos Escolares instalados em todo o seu território, sendo dois na capital e um em cada uma das seguintes cidades do interior e Sul do Estado: Poconé, Cáceres, Rosário-Oeste, Corumbá, Miranda, Aquidauana, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã. No mapa que se segue é possível verificar a localização dos mesmos no território do antigo Estado de Mato Grosso, contudo, na sua configuração atual, isto é, dividido entre Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.¹⁰

¹⁰ O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado, a partir da divisão do estado de Mato Grosso, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. A instalação do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul ocorreu em primeiro de janeiro de 1979.

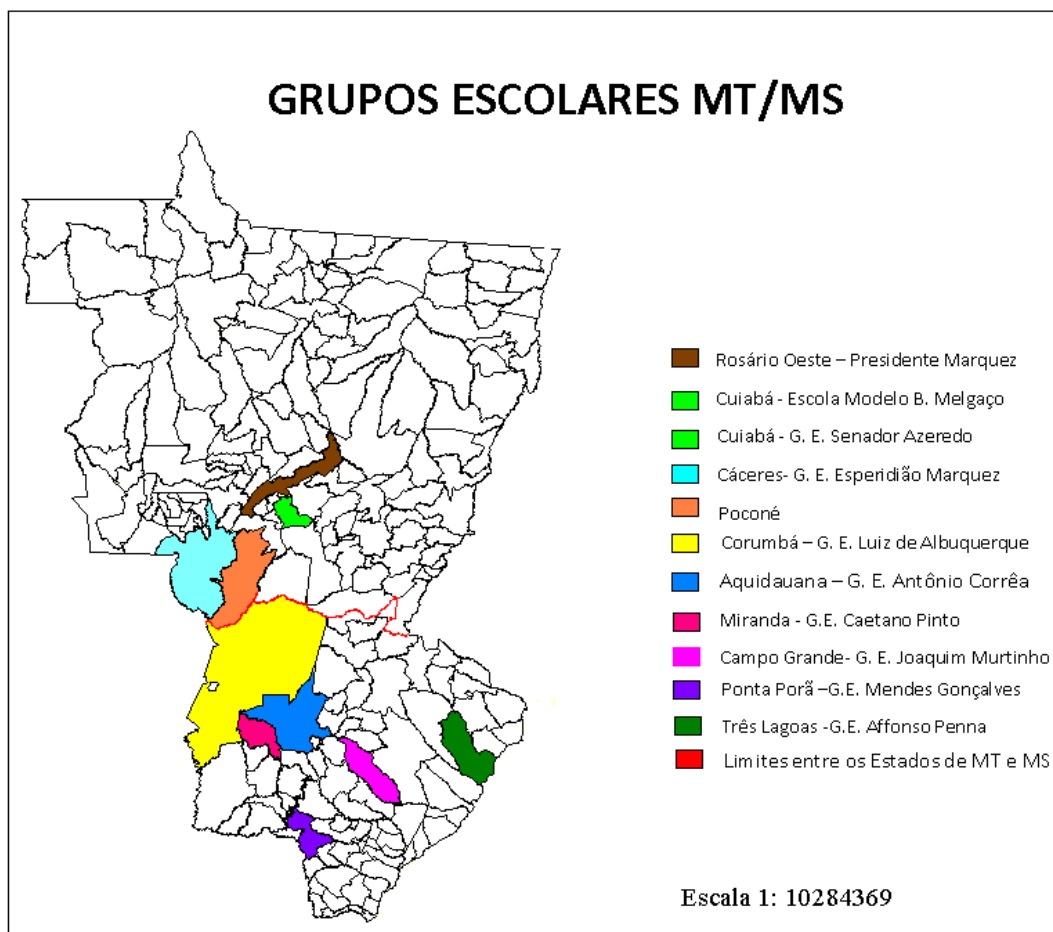


Figura 7. Distribuição dos Grupos Escolares pelos municípios do antigo Mato Grosso entre os anos de 1910 e 1927. Material delineado em mapa com divisão político-administrativa contemporânea e editado por Marcio Bogaz Trevisan (2011)

Segundo a Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso, no ano de 1927 foram matriculados nas escolas mato-grossenses o total de 2712 alunos de ambos os sexos. Contudo na referida listagem não constavam os alunos do Grupo Escolar de Ponta Porã, como se evidencia na tabela 2:

Tabela 2 - Quantitativo de alunos e alunas matriculados (as) nas escolas de Mato Grosso mato-grossenses no ano de 1926

Escolas	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Total
Capital- Escola Modelo Barão de Melgaço	386	392	778
Capital- G. E. Senador Azeredo	179	235	414
C. Grande- G. E. Joaquim Murinho	148	128	276
T. Lagoas- G.E. Affonso Penna	123	140	263
Corumbá – G. E. Luiz de Albuquerque	78	171	249
Aquidauana- G.E. Antonio Corrêa	100	93	193
Poconé	61	98	159
Rosário Oeste – G. E. Presidente Marquez	68	68	136
Miranda- G. E. Caetano Pinto	77	45	122
Cáceres- G. E. Esperidião Marquez	59	62	121
Ponta Porã – G. E. Mendes Gonçalves	-	-	-
Total	1280	1432	2712

Fonte: Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso 1928. Organizado por: TREVIZAN, Marcio Bogaz.

Os alunos de Ponta Porã, não figuraram na referida listagem, em virtude do diretor do Grupo Escolar Mendes Gonçalves, Achilles Verlangieri, não ter enviado informações escolares para o Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, conforme relata a Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso de 1928.

3.1 Criação da inspetoria Geral do Ensino – 1922

Em 3 de setembro de 1921, o Dr. Estevão Alves Correa foi afastado do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública e foi nomeado para tal função o Dr. Cesário Alves Correa, o qual herdou de seu antecessor um sistema educacional de pouca eficiência, com necessárias e urgentes medidas reparadoras. O Presidente do Estado de Mato Grosso, na Mensagem Dirigida à Assembléia em 13 de maio de 1922 informou aos deputados os altos custos que a Instrução pública despendia aos cofres públicos, embora, o Estado obtivesse pouco proveito do investimento feito na educação das crianças. Os baixos rendimentos educacionais eram frutos das irregularidades existentes na administração das escolas, e da pouca freqüência dos alunos. Na mesma Mensagem,

o Presidente Pedro Celestino Corrêa Costa mencionou a existência de 153 escolas isoladas no Estado, sendo cinco delas localizadas no município de Ponta Porã, as quais careciam de estabelecimentos educacionais capazes de suprir as necessidades. O povo já havia pedido a instalação de um Grupo Escolar, mas a solicitação não tinha sido atendida, razão pela qual pairava na localidade o caos educacional, seja pela falta de escolas, de material didático, seja pela ineficiência dos professores.

Na tentativa de solucionar os problemas educacionais que eram uma realidade em todo o Estado de Mato Grosso, o Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa Costa, utilizando-se da Lei 845, artigo 22 parágrafo 29, determinou a criação da inspetoria geral de ensino cuja função era fiscalizar os diversos estabelecimentos de ensino espalhados pelo Estado, fossem eles estaduais, municipais ou particulares. Segundo as palavras do próprio Pedro Celestino, a necessidade da criação da Inspeção se deu em virtude da “[...] falha, [...] no funcionamento de várias escolas do Estado, devida ao desamor dos respectivos docentes ao ensino, pela ausência de exatidão nos dados estatísticos concernentes á matricula, a freqüência e ao aproveitamento dos alumnos” (MENSAGEM, 1922, p. 18). Na continuidade da argumentação o Presidente de Estado afirmava ser “[...] a falta de esclarecimento fidedignos relativos á regularidade dos trabalhos escolares e de vida da instrucção publica, em Matto Grosso” (MENSAGEM, 1922, p. 13), uma das causas principais da ineficiência do ensino Matogrossense.

A criação da Inspeção Estadual de Ensino representou um grande passo na consolidação e difusão do ensino primário no Estado de Mato Grosso, apesar de ser praticamente impossível, naquela época, solucionar os problemas educacionais de então. No ano de 1922, o Estado investiu na construção de vários Grupos Escolares e na reestruturação de escolas isoladas existentes pelo território mato-grossense, contudo sentia os sérios problemas pelas quais passava o processo de escolarização do Estado. Segundo Centeno (2007), no ano de 1923, o presidente do Estado Pedro Celestino Correa da Costa reconhecia a necessidade de implantação desses institutos, mas, como não dispunha de recursos para atender a tais reivindicações, sugeriu que fosse aumentado o número de escolas isoladas.

3.2 A divisão do Estado de Mato Grosso em Zonas Escolares

O *Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública*, professor Franklin Cassiano da Silva, redigido no ano de 1931, e apresentado ao Secretário Geral do Estado, Leônidas Antero de Mattos, atesta que o então Estado de Mato Grosso foi dividido em duas zonas escolares, por meio do Decreto nº 750 de 22 de Abril de 1927, com o fito de melhor fiscalizar os estabelecimentos escolares.

A zona ao sul do Estado ficou a cargo do professor José Rodrigues Barbosa, e a outra ao norte, sob responsabilidade do inspetor Alexandre Magno Addor. Contudo, no mesmo Relatório, ficaram evidenciadas dificuldades diversas no que tangia a fiscalização das escolas, tais como distâncias a serem percorridas pelos inspetores e a falta de professores qualificados para o magistério. A divisão do Estado de Mato-Grosso em zonas escolares significou um avanço do ponto de vista administrativo, contudo esbarrou em entraves políticos regionais e na impossibilidade de fiscalizar o Estado, dado as distâncias.

Na mensagem de Presidente de Estado do ano de 1937, há registro sobre a escolha dos Inspectores Escolares durante os anos após o surgimento das zonas. Consta no documento que as zonas foram feitas por conveniência dos partidos situacionistas, no interior do Estado. Daí se deduz que os cargos de inspetores escolares recaíam na pessoa dos chefes políticos locais, muitos dos quais não possuíam nenhuma competência e às vezes eram até analfabetos.

No que se refere aos inspetores regionais, o documento registra que salvo exceções, eram escolhidos entre aqueles de baixa cultura e capacidade técnica. A mesma circunstância foi observada por Cestari E Gonçalves (2007) no artigo *A Educação Primária no Sul do Estado de Mato Grosso: organização e expansão dos grupos escolares em Campo Grande - 1910-1950*.

No ano de 1930, o Presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Aníbal Toledo, na *Mensagem de Presidente de Estado* mencionou que o Grupo Escolar de Ponta Porã funcionava em “[...] prédio construído especialmente para fins educacionais” (MENSAGEM, 1930, p. 41). Na verdade, consta na referida *Mensagem*, que apenas Ponta Porã, Corumbá e Cuiabá possuíam prédios construídos especificamente para funcionar como Grupos Escolares, posto que nas demais localidades as instituições funcionavam em prédios alugados pelo estado. Na mesma Mensagem, o Dr. Aníbal

Toledo afirmou que apenas os Grupos Escolares e Escolas isoladas, situados nos centros urbanos e nas vilas principais, ofereciam um ensino que se podia aproveitar.

Estou finalmente convencido de que o que se aproveita de facto no nosso ensino primário é a parte ministrada pelos grupos escolares e pelas escolas isoladas situadas nos centros urbanos das cidades e villas principaes. Os das escolas ruraes e ambulantes é quase todo inefficiente, e a despesa respectiva inútil. Por isso, estou deliberado a não prover as escolas ruraes e ambulantes que fôrem se vagando e a tratar de crear immediatamente grupos e escolas reunidas onde quer que se tornem necessários (MENSAGEM, 1930, p. 42).

Ao acusar a ineficiência das escolas rurais o referido presidente apontava a necessidade de se aumentar o número de Grupos Escolares e Escolas Isoladas, de qualidade, nas regiões que necessitassem.

3.2.1 Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso

Para conhecermos os GE no antigo Estado de Mato Grosso, faz-se necessário recorreremos brevemente ao processo de instalação de cada instituição, lembrando que estes foram erigidos nas principais cidades do Estado no período de 1910 a 1927.

a) Rosário

O Grupo Escolar Presidente Marques da cidade de Rosário do Oeste foi criado pelo Presidente de Estado de Mato Grosso Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, por meio do decreto n.º 297 de 17 de janeiro de 1912. O prédio onde a instituição foi instalada era a antiga residência do Comendador Gabriel de Moraes e Souza, rico fazendeiro da região.

b) Cuiabá

1. Grupo Escolar Escola Modelo Barão de Melgaço

Segundo Silva (2006), o primeiro Grupo Escolar a funcionar no Estado de Mato Grosso, foi inaugurado em 3 de setembro de 1910 em Cuiabá, mediante o Decreto n.º. 258, de 20 de agosto, que regulamentou a Lei n.º. 508 e conferiu a este tipo de estabelecimento, em caráter provisório, “[...] o regulamento e o programa adotados no

Estado de São Paulo” (SILVA 2006, p. 218). Como primeiro diretor foi nomeado o professor Leowigildo Matins Mello, normalista, vindo de São Paulo para atuar na organização do Ensino mato-grossense. O Grupo Escolar denominado de Escola Modelo Barão de Melgaço, “[...] funcionou com duas finalidades: a de ser modelo para as demais escolas do estado e de servir de prática para os normalistas em formação” (SILVA 2006, p. 217).

2. Grupo Escolar Senador Azeredo

O segundo grupo escolar no Estado de Mato Grosso foi instalado por ordem do Governador Pedro Celestino da Costa, no 2º Distrito de Cuiabá, denominado de Distrito do Porto. Silva (2006) aponta que a ereção da instituição se deu por meio da resolução n.º 508 de 16 de outubro de 1908 e recebeu o nome de Senador Azeredo. A inauguração ocorreu em 10 de setembro de 1910, tendo como primeiro diretor o professor Gustavo Kuhlmann (SILVA, 2006, p. 218).

c) Cáceres

No dia 24 de setembro de 1913, foi realizada a solenidade de lançamento da pedra fundamental do edifício do Grupo Escolar Costa Marques. O prédio foi construído no período de 1913 e 1920 em estilo neoclássico, com fachada artisticamente composta de colunas alternadas com grandes janelas. Foi entregue pela construtora ao Estado de Mato Grosso em 28 de Novembro de 1921, contudo foi recebido pelo Estado sem as obras terem sido findadas. De acordo com a Mensagem de Presidente do Estado de Mato Grosso de 13 de maio de 1922, o Governo do Estado resolveu fazer o recebimento do referido “[...] edifício nessas condições, mandando descontar das ultimas quantias a pagar ao constructor pelo Thesonro a importancia de 2.000\$000, para ser empregado nas obras, que ainda faltavam para a alludida conclusão” (MENSAGEM, 1922, p. 66). As pesquisadoras Silva e Brazil (2010) apontam que em 5 de junho de 1924 o Grupo Escolar Costa Marques passou a designar-se Grupo Escolar Esperidião Marques, por decreto n.º. 669 do Presidente de Estado de Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa.

d) Poconé

O Grupo Escolar Caetano de Albuquerque, foi criada em 17 de janeiro de 1912, por meio do Decreto nº 297/1912, com denominação de Grupo Escolar de Poconé. Aos 18 de julho de 1938 recebeu nova denominação com o Decreto Interventorial nº 177 passando a ser denominado de Grupo escolar General Caetano de Albuquerque. De acordo com a pesquisadora Luciana Vicência do Carmo de Assis e Silva, inicialmente o Grupo estava localizado na Rua Salvador Marques, “[...] sendo transferido para prédio próprio no ano de 1950” (SILVA, 2009, p. 2).

e) Corumbá: Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

O Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, foi construído entre 1918 e 1922, pelo engenheiro Dr. Miguel Carmo de Oliveira e pelo construtor José Antônio Marinho. Foi instalado por meio do Decreto Presidencial n. 669, de 5 de junho de 1924 e recebeu a denominação de Luiz Albuquerque, em homenagem ao fundador da cidade de Corumbá. Segundo o pesquisador Divino Marcos de Sena (2006), o Grupo foi edificado no centro da cidade, em frente a Praça da República e próximo a Igreja de Nossa Senhora da Candelária; inserido naquele espaço como uma escola tipicamente urbana, tornou-se um dos mais significativos prédios públicos da época.

De acordo com o relatado da Mensagem de Presidente do ano de 1922, as obras de construção do Grupo Escolar de Corumbá, foram contratadas no valor de 183.500\$000. Desde a sua fundação, funcionaram as quatro séries primárias. Entre os anos de 1924 e 1930 havia aulas no período matutino e vespertino, entretanto a partir da década de 30, as aulas passaram a ser ministradas apenas no período vespertino. Para Sena (2006), a existência de dois turnos, “[...] neste momento, deveu-se ao fato de o edifício não estar concluído e por falta de mobiliário. [...] A precariedade organizacional do Luis de Albuquerque [...] levou a essas adaptações iniciais em sua forma de funcionamento” (SENA, 2006, p. 29). Entre 1924 e 1925, a falta de mobiliário, de material didático e de professores constituíram-se num dos principais problemas para a sobrevivência dos GE. Isso se dava em virtude das poucas receitas públicas destinadas a educação, impossibilitando a implantação das inovações surgidas no campo educacional. Conforme relata Sena (2006), o material didático utilizado no Grupo se resumia ao giz, quadro negro e ao livro didático, que deveria ser comprado, contudo,

poucos o faziam em virtude das condições financeiras. Geralmente os conteúdos eram copiados na lousa ou ditado aos alunos.

f) Aquidauana

Elevado à vila em 15 de agosto de 1892 e à categoria de município em 16 de julho de 1918, Aquidauana teve o seu primeiro Grupo Escolar, criado em 10 de Março de 1924. O referido Grupo recebeu o nome de Antônio Correa da Costa mediante o decreto n. 660 de 5 de junho de 1924 por ordem do Presidente de Estado de Mato Grosso, Pedro C. Corrêa da Costa.

g) Miranda

O Grupo Caetano Pinto de Miranda foi inaugurado no dia 10 de Março de 1924. Recebeu o referido nome em homenagem ao Marquês de Vila Real da Praia Grande, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador da província de Mato Grosso no período de 6 de Novembro de 1796 a 15 de Agosto de 1803. A cidade de Miranda recebeu o referido nome em homenagem ao mencionado comendador. Segundo a mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso do ano de 1924, o referido Grupo Escolar, foi instalado em edifício cedido pela municipalidade.

h) Campo Grande

A criação do Grupo Escolar de Campo Grande foi autorizada pelo Executivo do Estado de Mato Grosso, por meio da Resolução n°. 616, de 17 de julho de 1912. Entretanto, segundo as pesquisadoras Arlene da Silva Gonçalves e Regina Tereza Cestari de Oliveira (2006), o referido estabelecimento educacional foi instalado em 13 de junho de 1922, por efeito da Resolução n°. 866, de três de junho de 1921. Gonçalves e Cestari (2010), inferem que o Grupo Escolar funcionou inicialmente em uma “[...] casa alugada na avenida Afonso Pena” (GONÇALVES, 2010, p. 4), sendo transferido definitivamente para o prédio, na mesma avenida, em 18 de julho de 1923.

i) Ponta Porã

O Grupo Escolar de Ponta Porã foi erigido pelo Presidente do Estado de Mato Grosso, Mario Correa da Costa em 09 de fevereiro de 1927, por meio do Decreto n. 752 e recebeu o nome de ‘Mendes Gonçalves’ em homenagem ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da Empresa Mate Laranjeira, doadora do edifício. A inauguração se deu em 05 de julho de 1927, contudo, devido à falta de professores qualificados, a falta de material didático e de mobiliário escolar adequado, o ensino encontrava-se defasado e em condições precárias. Apesar das dificuldades pelas quais o Grupo passava, o mesmo conseguiu subsistir até meados de 1931, quando foi reduzido a Escola Reunida.

j) Três Lagoas

Em 18 de Julho de 1919 o Estado de Mato Grosso encomendou a construção do Grupo Escolar da cidade de Três lagoas, sendo estimado o valor das obras do prédio na importância de 86:999\$406 e o prazo estipulado, por meio de contrato, de seis meses para a entrega do edificio finalizado. O Grupo Escolar foi inaugurado no dia 13 de junho de 1922 e recebeu o nome de Affonso Pena.

3.3 Grupos escolares centrais

De acordo com os dados pesquisados, os Grupos Escolares centrais no estado de Mato Grosso, se localizavam nas cidades de Cuiabá e Corumbá. Na Capital, existia a Escola Modelo Barão de Melgaço e o Grupo Escolar Senador Azeredo, ambos localizados na zona urbana, e em Corumbá o Grupo Escolar Luiz Albuquerque, erigido em 1924. Segundo o pesquisador Gilberto Luiz Alves, Corumbá, no início do século 20, era considerado um lugar estratégico, pois era o principal entreposto comercial de Mato Grosso; por volta de 1914 em seu porto atracavam “[...] navios de médio calado, procedentes de Buenos Aires, Montevideú e Assunção” (ALVES, 2003, p. 70). Ressaltamos que o Alves (2003) está entre os principais pesquisadores que deram início ao processo de escrita da história da educação mato-grossense.

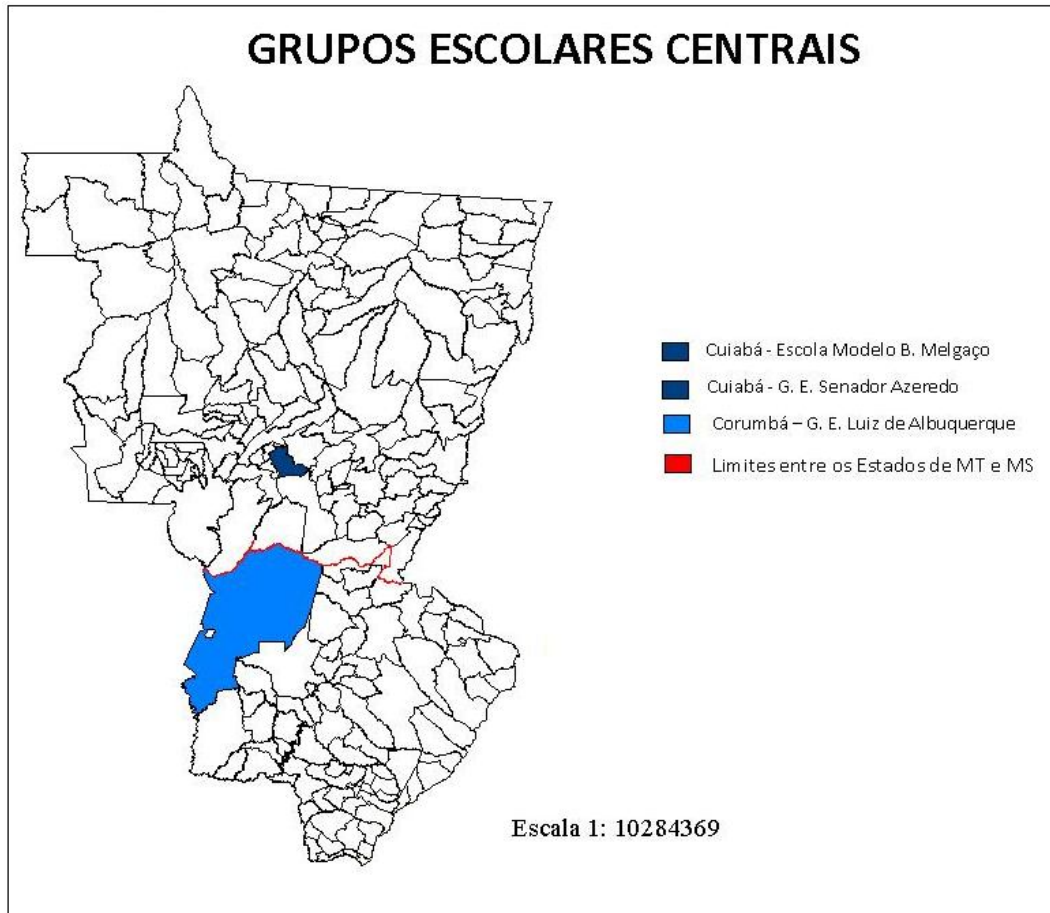


Figura 8. Demonstração dos Grupos Escolares localizados na parte central no sul do antigo Mato Grosso – Década de 1920. Material delineado em mapa com divisão político-administrativa contemporânea e editado por Marcio Bogaz Trevizan (2011)

Na Figura 8 se observa a existência de Grupos Escolares nas regiões centrais do antigo Estado de Mato Grosso, denotando o investimento do governo nos locais mais desenvolvidos do Estado. Os Grupos Escolares de Cuiabá e Corumbá foram autorizados pelo governo Pedro Celestino Correa da Costa em 16 de outubro de 1908, por meio da resolução n. 508. Efetivamente passaram a funcionar em 1910, como Grupo Escolar Escola Modelo Barão de Melgaço, Grupo Escolar Senador Azeredo e 1912 Grupo Escolar Luiz de Albuquerque. A iniciativa do Governo em erigir estas instituições de ensino, se deu em virtude de visarem o desenvolvimento destas regiões e de colocá-las na vanguarda, no que tangia aos métodos de ensino modernos. Souza (1998) lembra que “[...] um amplo projeto civilizador foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social” (SOUZA, 1998, p. 27).

3.4 Grupos escolares fronteiriços

Os Grupos Escolares em região de Fronteira, denominados por nós, de ‘Grupos Fronteiriços’ são aqueles que durante a sua vida útil, estiveram localizados nas divisas entre o Brasil e países vizinhos. No caso do antigo Estado de Mato Grosso, os principais Grupos situado em região de Fronteira eram o Grupo Escolar Luiz Albuquerque, situado na Cidade de Corumbá, o Grupo Escolar Espiridião Marques, na cidade de Cáceres, ambos na fronteira Brasil e Bolívia e o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, da cidade de Ponta Porã, fronteira Brasil Paraguai.

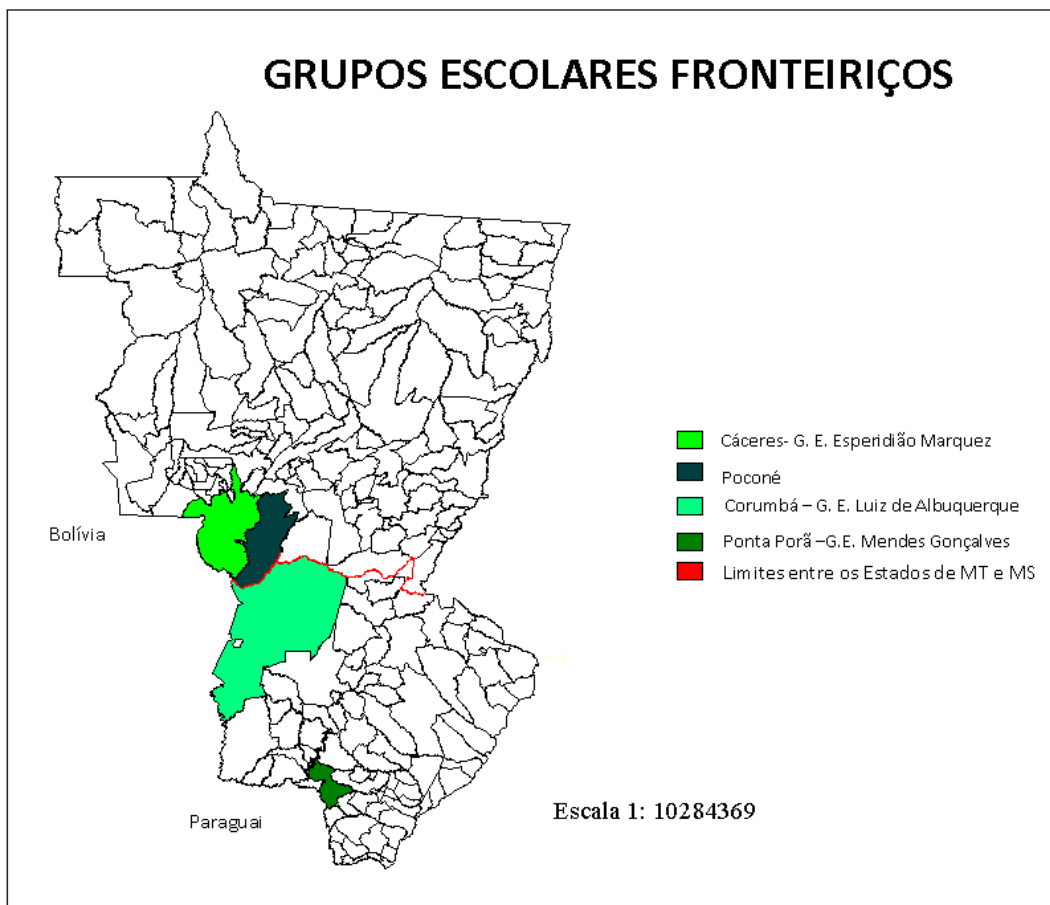


Figura 9. Disposição dos Grupos Escolares de Mato Grosso, situados na fronteira com Bolívia e Paraguai. – Década de 1920. Material delineado em mapa com divisão político-administrativa contemporânea e editado por Marcio Bogaz Trevizan (2011).

A partir das pesquisas constatamos que a clientela desses grupos era formada por alunos brasileiros e paraguaios, brasileiros e bolivianos, formando um sistema educacional com características transnacionais. Centeno (2007) registra que no caso do Grupo Escolar e das demais escolas de Ponta Porã, estas “[...] atendiam às crianças fronteiriças, inclusive as brasileiras” (CENTENO, 2007, p, 26).

Capítulo III

MENDES GONÇALVES UM GRUPO ESCOLAR NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL

Ponta Porã quer e precisa progredir. Tem esse direito. Mas não nos esqueçamos de que é pela educação e instrução de nossos filhos que a vida se pode modificar entre nós, dando-nos aquilo a que a terra tem direito. Com analfabetos, enquanto os tivermos na pavorosa porcentagem por que os contamos e os vemos ir aumentando diariamente entre nós, jamais se passará de uma pobre cidade perdida nos confins de uma vasta região inculta, alimentando pretensões insustentáveis, e injustificáveis perante a nossa cultura.

Jornal O Progresso 1924.

3 A Fronteira Brasil Paraguai

Para discutir o conceito de “Fronteira” recorreremos às contribuições de Lia Machado, Maria Lúcia Torrecilha, Eric Hobsbawm, André Roberto Martim e De Certeau. Cada autor analisa o conceito de fronteira numa perspectiva, contudo, suas colocações são complementares, oferecendo-nos instrumental para compreender essa realidade complexa e, a partir dela, estabelecer relações com o processo educacional implantado em Ponta Porã, nas primeiras décadas do século 20.

A palavra ‘Fronteira’ origina-se do latim *frons* ou *frontis*, que significa ‘frente’, ‘frontaria’, ‘face’ de uma coisa. Para a pesquisadora Lia Machado, a origem histórica da referida palavra não estava associada a “nenhum conceito legal e [...] não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado” (MACHADO, 2000, p. 8-9). Para Machado (2000), “a fronteira é lugar de comunicação e troca” na qual “os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação de facto, potencialmente conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos” (MACHADO, 2000, p. 8). Segundo a pesquisadora Maria Lúcia Torrecilha (2004), a definição de fronteiras foi fundamental para a estruturação da soberania dos Estados Modernos, evitando os litígios por posses de terras e tranquilizando as populações que habitam as áreas limítrofes entre dois Estados soberanos.

Hobsbawm (2010) menciona que

o típico Estado moderno, [...] é uma área ininterrupta e territorialmente coerente, com fronteiras claramente definidas, governada por uma só autoridade soberana e de acordo com um só sistema fundamental de administração e de leis (HOBSBAWM, 2010, p. 149).

Por seu turno, André Roberto Martim (1997) expõe que os Estado Modernos têm necessidades de limites precisos onde possam exercer sua soberania, “não sendo suficientes as mais ou menos largas faixas de fronteira. Assim, hoje, o ‘limite’ é reconhecido como linha e não pode, portanto, ser habitada” (MARTIM, 1997, p. 47). Para Martim (1997, p. 47), a área de fronteira pode ser ocupada, dado que “ocupando uma faixa, constituiu uma zona muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de estado vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio”.

Na perspectiva de Michael de Certeau (2003), a fronteira é um terceiro entre dois, “pois, ao mesmo tempo que separa, ela cria comunicação, tornando-se um ponto de passagem, um portal que abre e fecha, de acordo com os interesses de quem ‘autoriza’ as entradas e saídas”. E o mesmo autor ainda assevera que “no interior das fronteiras já está o estrangeiro, exotismo ou *sabbat* da memória, inquietante familiaridade. Tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para seu outro” (CERTEAU, 2003, p. 215). Em outras palavras, a fronteira é o lugar de troca no qual os “diferentes” interagem e se enriquecem reciprocamente. É o *locus* no qual acontece uma troca cultural intensa. Na perspectiva de Raymond William, cultura é entendida como algo ordinário, o produto de pessoas, o todo de um homem, sua experiência pessoal e social.

A Fronteira Brasil-Paraguai, entendida como espaço geográfico, durante o período estudado, referia-se ao extremo sul do antigo Estado de Mato Grosso e compreendia os Municípios de Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Ponta Porã, Maracaju, Entre Rios (Rio Brilhante) e Nioaque, áreas palco dos conflitos da Guerra do Paraguai durante os anos de 1865-1870. Após o término desses conflitos, por meio do Tratado dos Limites de 1872, artigo 1º, os limites entre os dois países ficaram assim definidos:

O território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda (TRATADO DOS LIMITES, 1872, Art. 1º).

A extensão dos limites entre os dois países é de 1.365,4 quilômetros. Em sua extensão total, a linha limite percorre 928,5 km por rios e 436,9 km por divisores de águas. Sua demarcação foi iniciada em 1872, tendo a frente dos serviços o Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão (mais tarde Barão de Maracaju) e o paraguaio Domingo Antônio Ortiz. A esse respeito, Gressler e Swensson (1981) registram que os trabalhos demarcatórios tiveram início em 16 de agosto de 1872, na cabeceira do Apa, seguindo a “colocação de marcas de pedra e cal nas cabeceiras dos principais rios divisores e de postes nos pontos intermediários até Guaíra, onde os trabalhos foram concluídos [...] no dia 24 de outubro de 1872” (GRESSLER e SWENSSON, 1981, p. 28).

A fim de assinalar de forma manifesta a nova área limítrofe, foram erigidos seis marcos principais, sendo três na região do rio Apa e mais três divisores de águas nas serras de Amambaí e Maracaju. Dessa comissão fizeram parte, como provedores de víveres para a comissão demarcatória, Thomas Laranjeira e Francisco Mendes Gonçalves, futuros fundadores da Companhia Mate Laranjeira.

Vale lembrar que, tendo a referida região pertencido ao Paraguai, tinha uma cultura paraguaia que, a partir de então, passava a pertencer territorialmente ao Império do Brasil apenas como realidade territorial. Contudo, efetivamente do ponto de vista da cultura brasileira, era uma realidade estranha. Nesse caso, a nova fronteira entre Brasil e Paraguai se constituiu, nas palavras de De Certeau (2003, p.215), em uma “transgressão do limite, [...] ela representa a partida, a lesão de um estado, a ambição de um poder conquistador, ou a fuga de um exílio, de qualquer maneira a ‘traição’ de uma ordem”.

Nosso objeto de pesquisa, o GEMG, está situado a 269 metros da Fronteira Brasil-Paraguai na área de fronteira entre Ponta Porã, BR, e Pedro Juan Caballero, PY, sendo palco de intensa troca cultural (Figura 10)



Figura 10. Localização do GEMG, na região de fronteira Brasil Paraguai. Material delineado em mapa com demarcação contemporânea e editado por Marcio Bogaz Trevizan (2011)

O GEMG situa-se na área de fronteira seca, localizada a duas quadras, na cidade de Pedro Juan Caballero, local de fácil acesso e de livre trânsito entre a população de ambos os países.

Segundo o pesquisador Carlos de Meira Mattos, as fronteiras terrestres são de “tipologias diversas, predominando as fronteiras naturais e as artificiais” (MATTOS, 1990, p. 71). De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, a área de fronteira é entendida como sendo “a faixa de até 150 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 20). O atual Estado de Mato Grosso do Sul, sul do antigo Estado de Mato Grosso, tem quatro centros urbanos que fazem contato fronteiriço contíguo: “Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai); Coronel Sapucaia (Brasil) e Capitan Bado (Paraguai); Sanga Puitan (Brasil) e Sanga Puitã (Paraguai); Paranhos (Brasil) e Ipê Juhi (Paraguai)” (TORRECILHA, 2004, p. 57).

4 O ouro verde

A *ilex paraquarienses*, conhecida comumente como erva-mate, pertence à família *Aquifoliaceae*, classificação elaborada no ano de 1822, pelo naturalista francês August de Saint Hillaire. De acordo com o mapeamento realizado por Moacir José Sales Medrado (1986), a erva-mate era abundante no Brasil, no Paraguai e Argentina, abrangendo uma área de 540.000 km² situados entre as latitudes de 21° e 30° sul e longitudes de 48°30' e 56°10' oeste, com altitudes variáveis entre 500 e 1000m, tendo ocorrência de ervais menores em pontos isolados e fora dos referidos limites (MEDRADO et alli. 2000, p. 26).

Nos relatos tradicionais de Virgílio Correa Filho (1957), encontrava-se a erva-mate nos “Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Minas, com uma área considerável” (Figura 11), (CORREA FILHO, 1957, p. 11).



Figura 11. Áreas de ocorrência natural da erva-mate no Brasil (Oliveira e Rotta, 1985 citado por DANIEL, 2009, p. 50).

Conforme o pesquisador Luis Rogério Cassian (2003), estudos atuais afirmam que a referida erva era abundante na região Centro-Norte do Rio Grande do Sul, em grande parte do Estado de Santa Catarina, no Centro-Sul e Sudoeste do Paraná, e no sul do antigo Estado de Mato Grosso, tendo ocorrência de pequenas manchas de ervais em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda, o mesmo pesquisador assim descreve a árvore da *ilex paraquarienses*:

O aspecto e o porte da árvore de erva-mate [...] se assemelham à laranjeira. O caule é um tronco de cor acinzentada, geralmente com 20 a 25 cm de diâmetro, podendo chegar a 50 cm. Apresenta os ramos cilíndricos ou subcilíndrico, cinzentos [...] A altura é variável [...] podem atingir até 15 m de altura, mas geralmente quando podadas, não passam de 7 metros. Porém em sistemas agrícolas atuais com adensamento de podas, a altura não passa a 2m (CASSIAN, 2003, p. 5).

Além das características físicas da planta, Cassian (2003, p. 5) explica que sua ocorrência se dá em região de clima subtropical temperado, ocorrendo também no clima

úmido, temperado ou subtropical com período de inverno seco. Os nativos guaranis tradicionalmente utilizavam a erva-mate para o preparo do mate (bebida a base de água e folhas de erva-mate macerada). O memorialista pontaporanense Hélio Serejo (1984, p. 30) lembra em seus escritos, que quando os espanhóis e os Jesuítas tomaram conhecimento sobre o uso da erva-mate pelos indígenas, inicialmente tiveram uma postura de desconfiança e proibiram o uso da mesma, argumentando que “[...] essa ‘folha’ tornava o índio ‘dono da floresta’ de espírito altamente belicoso, daí a condenação de seu uso sob qualquer forma pela sociedade da época, insuflada pelos jesuítas”

O próprio Serejo dá conta de que a mudança de mentalidade só veio a partir do momento em que os religiosos descobriram que a erva-mate consumida pelos indígenas, lhes tornava mais resistentes aos trabalhos: “[...] Anos depois os próprios integrantes da Companhia de Jesus reconhecendo o erro em que estava incorrendo – recomendaram o seu uso, por ser uma planta útil ao homem e que até medicinal era” (SEREJO 1984, p. 30).

No ano de 1588, se iniciaram os estudos sobre a erva-mate no continente sul americano e em 1618 já era comprovado os efeitos “[...] da ‘folha’ que produzia forças, possibilitando ao silvícola, carregar às costa, as ‘braçadas’ de folhas, de muitas léguas de dentro da mata...” (SEREJO 1984, p. 31). Os jesuítas a partir de então passaram a estimular a colheita de erva e a plantação de ervais. Paulo Roberto Cimó Queiroz (2009, p. 2) observou que “[...] tendo sido esse hábito adotado pelos conquistadores europeus, formou-se na América Ibérica um amplo mercado consumidor, inicialmente abastecido pela produção do Paraguai e mais tarde, [...] século XIX, [...] pela produção brasileira.”

Dado que as sementes não germinavam por si só, em virtude de um revestimento *coriáceo*, os referidos religiosos descobriram uma técnica para fazê-las germinar. Segundo Serejo (1984), os catequistas sabiam que várias espécies de aves comiam as sementes, e que o aparelho digestivo das mesmas rompia o revestimento *coriáceo* da semente, contudo sem danificá-las, o que permitia que as mesmas germinassem nos costumeiros pousos de aves, formando pequenos ervais esparsos.

A esse respeito, o pesquisador Jorge Zbigniew Mazuchowski (1989), destaca que o fruto da *Ilex Paraquariensis* quando maduro é de cor vermelho arroxeado, atraindo “[...] os pássaros que deles se alimentam, expelindo as sementes envolvidas em

dejeções favorecendo a disseminação das plantas” (MAZUCHOWSKI, 1989, *apud* CASSIAN, 2003, p. 5).

Na região sul do antigo Estado de Mato Grosso, os ervais nativos cobriam desde a foz do rio Pardo, no rio Paraná, passando pelas Sete Quedas, percorrendo a linha fronteira com o Paraguai até Ponta Porã e Serra de Maracaju até os limites atuais do Município de Sidrolândia, daí pelo rio Pardo até sua foz no rio Paraná. Também existiam em menor escala, na região entre as serras da Bodoquena e Maracajú, em parte do território que hoje corresponde ao Município de Porto Murtinho (Figura 12).

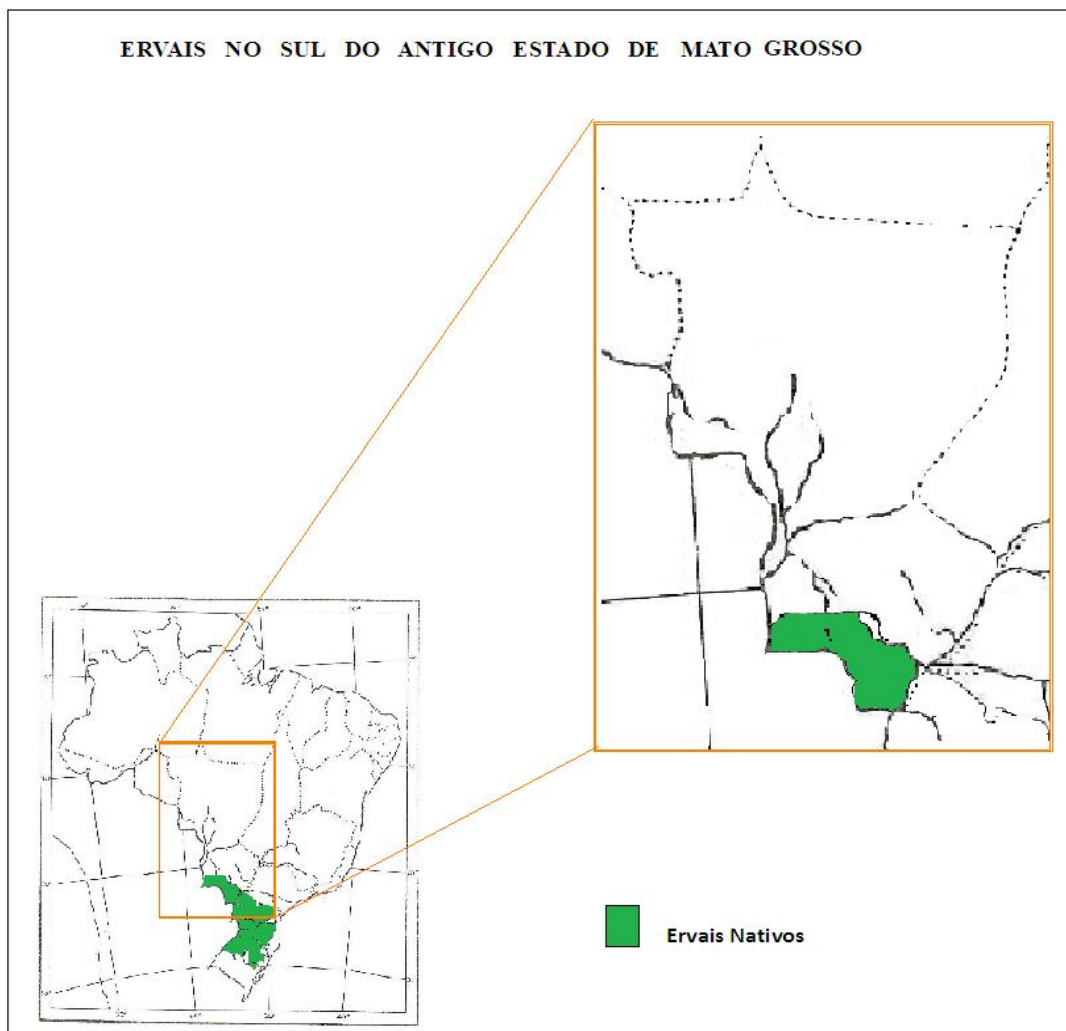


Figura 12. Área de distribuição dos ervais no Sul do Antigo Mato Grosso

Fonte: CORREA FILHO (1953, p. 9), Adaptado por TREVIZAN, Marcio Bogaz 2011.

As terras destinadas ao Brasil correspondem inclusive a uma parte do sul do antigo Estado de Mato Grosso, que durante o período colonial faziam parte da província

jesuítica do Itatim, criada em 1607 com o intuito de catequizar os nativos e organizá-los em reduções ou missões.

Segundo o pesquisador Paulo Alberto Tomazinho (1981), foi com os missionários espanhóis, utilizando-se dos trabalhos dos nativos aldeados, que teve início a exploração da erva-mate em moldes comerciais, voltada para o consumo do Paraguai e da Argentina. Para Alvanir de Figueiredo (1968), em princípios do século XVIII, as missões já exportavam cerca de 50 mil arrobas de ervas anuais para Assunção, Santa Fé e Corrientes.

Expulsos do Sul do Brasil, após a invasão das reduções de Guairá pelos bandeirantes paulistas em 1629 sob o comando de Antonio Raposo Tavares, os jesuítas espanhóis e os indígenas catequizados se radicaram na região do Itatim em 1631. A esse respeito o pesquisador Neimar Machado de Souza infere que “[...] geograficamente, o Itatim limitava-se ao norte pelo rio Taquari, ao sul pelo rio Apa, a leste pela Serra de Maracajú e a oeste pelo rio Paraguai. Atualmente, encontra-se dentro do Estado de Mato Grosso do Sul” (SOUZA 2005, p. 2).

As reduções visavam livrar os nativos dos comendadores¹¹, e para o sustento da população, utilizavam-se da agricultura, pecuária e extração de erva – mate. Souza (2005) infere que a erva-mate se tornou uma atividade extremamente lucrativa para os Jesuítas:

Nas missões jesuíticas, se desenvolveu um verdadeiro império da erva-mate com que os ervateiros espanhóis não conseguiam concorrer. Foi nas missões jesuíticas que surgiram os primeiros ervais plantados [...]. As autoridades coloniais, após 1620, baixaram uma "ordenança" proibindo os jesuítas de exportarem quantidade superior a 12.000 arrobas anuais; tal situação gerou um contrabando (comércio ilícito), pois, especialmente no Paraguai, a erva determinava inclusive o câmbio e capitalizava as reduções. Cada arroba de erva beneficiada valia um "peso oco"; e três pesos correspondiam a um peso de prata. Todas as transações comerciais eram feitas desta forma (Cf. SOUZA, 2002, p. 26).

A partir da instalação das missões jesuíticas na região do Itatim, houve uma mudança nas condições da vida material dos nativos, pois estes ao invés de continuarem caçadores coletores, passaram a trabalhar para as missões, sendo uma boa “[...] parte dos homens das aldeias [...] retirados para o trabalho dos ervais” (SOUZA, 2005, p. 4). Para Souza (2005), a fundação das reduções na região do Itatim (1631) insuflou o início

¹¹ Encomienda: espécie de escravidão dos nativos na qual os colonos eram obrigados a lhes dar apenas alimentação, vestimenta e a catequese, tendo em troca a prestação de serviço dos mesmos.

das “[...] lutas entre encomendeiros espanhóis, bandeirantes lusitanos e jesuítas espanhóis pela alma e mão-de-obra dos índios itatines” (SOUZA, 2005, p. 4).

Com o enrijecimento da Coroa espanhola em relação às reduções jesuíticas na área do Itatim, estas foram obrigadas a pagar impostos para continuar o trabalho com os nativos e livrá-los dos comendeiros, instalados próximos ao Rio Miranda, nas cercanias do povoado de San Tiago de Xerez, dentro do Itatim.

Souza (2005) explica que surgiu daí a “[...] necessidade das missões de [...] comercializar a erva-mate para garantir o pagamento de impostos coloniais e garantir a liberdade dos índios da encomienda” (SOUZA, 2005, p. 4). As referidas reduções foram abandonadas pelos padres em 1648 em virtude dos ataques dos bandeirantes paulistas.

A esse respeito Tomazinho (1981) salienta que “[...] após os ataques dos bandeirantes e, conseqüente desarticulação do império guaraníco, aquela produção [...] de coleta comercial [...] foi substituída pelo extrativismo de auto-consumo tão somente” (TOMAZINO, 1981, p. 27). Neste contexto, vê-se que a região do sul do Antigo Estado de Mato Grosso já possuía uma história de extração da erva-mate, tendo como protagonistas os nativos e os padres jesuítas.

Segundo pesquisador Omar Daniel (2010), no final do século 19, a erva-mate brasileira, conhecida comumente como “mate paranaguá” foi considerado de qualidade inferior ao produzido no Paraguai.

No entanto, ao longo do tempo especialmente após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o produto foi sendo substituído. A erva-mate passou a ser chamada de “ouro verde”, pois grande parte da economia brasileira era movida por esse produto, ensejando a criação de várias empresas de extração, sendo a de maior valor e domínio a Companhia Mate Larajeira que atuou fortemente no sul do Estado de Mato Grosso (DANIEL, 2010, p. 21-22).

A atuação da Empresa Mate Laranjeira se localizou nas terras brasileiras, adquiridas do Paraguai após a demarcação das fronteiras. Após o final da Guerra (1870), no processo de demarcação da área da nova fronteira, o Paraguai perdeu uma extensão territorial de em média 142.500 quilômetros quadrados, transferidos ao Brasil e a Argentina.

Vale ressaltar que Empresa Mate Laranjeira, apesar de forte, foi apenas mais uma a explorar a região. Nas palavras de Queiros (2009), “muitos estudiosos têm sido levados a confundir [...] a história da economia ervateira sul-mato-grossense com a

história da Empresa, como se fossem ambas uma só e mesma coisa” (QUEIROS, 2009, p. 6).

4.1 Companhia Mate Laranjeira (1882-1903)

Segundo pesquisador Valdir Gregory e Erneldo Schallenberger, o ciclo de exploração da erva-mate, conduzido pela Mate Laranjeira, têm origem com os desdobramentos da guerra da Tríplice Aliança.

Francisco Mendes Gonçalves nasceu em 18 de julho de 1847 na Ilha da Madeira, Portugal, numa aldeia de nome Campanário. Era filho do Dr. José Ricardo de Freitas e D. Leocádia Carolina Gonçalves de Andrade. Seu pai era formado em Medicina e exercia sua função de médico na referida ilha. No exercício de sua profissão vieram várias vezes ao Brasil, pois como médico atuava em vapores que cruzavam os oceanos rumo ao Brasil. Nestas viagens aproveitava para visitar seu cunhado, Dr. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, “[...] irmão de sua esposa e 5º Bispo da Província de São Paulo” (PANEGIRICO, 1941, p. 10).

Ao aceitar o convite de seu tio Bispo de São Paulo e capelão mor do Império do Brasil, Ricardo Antônio Mendes de Gonçalves, mudou-se para o Brasil e tornou-se um comerciante próspero. Após o falecimento de seu pai, fez vir de Portugal, sua mãe e seus irmãos mais jovens.

Ao iniciar a Guerra do Paraguai Ricardo Antônio Mendes de Gonçalves acompanhou o Exército brasileiro como fornecedor de alimentos e levou consigo, como ajudante, Francisco Mendes Gonçalves, que fez amizade com oficiais brasileiros, argentinos e com Thomás Laranjeira, que ajudava no fornecimento de víveres para o exército. Ao findar da Guerra, Francisco Mendes Gonçalves e Tomaz tiveram a “[...] idéia de um empreendimento comercial para explorar o intercambio de produtos agrícolas e extrativos entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina” (PANEGIRICO, 1941, p. 11).

No ano de 1872 foi assinado o tratado de Paz e Limites entre o Império do Brasil e a República Paraguaia. A fim de demarcar as novas fronteiras entre os dois países, foi composta uma Comissão de brasileiros e paraguaios que realizou a demarcação no período de 1872 a 1874. Desta comissão fazia parte Thomas Larajeira e

Ernesto Paiva ambos empregados dos fornecedores de mercadorias para a equipe demarcatória (Cf. ROSA, 2004, p. 19).

Segundo Rosa (2004) ao findar os trabalhos demarcatórios, “[...] estavam os pagamentos em atraso, [...]. Então o patrão, [...] para liquidação de contas, propôs repartir entre eles o pouco dinheiro de que dispunha na ocasião, entregando-lhes três carretas com bois e uma casa em Porto Alegre.

Ernesto Paiva, como estava noivo, ficou com a casa e retornou para Porto Alegre. Thomas Laranjeira recebeu três carretas com bois e permaneceu na fronteira “[...] na elaboração da erva-mate, para o que foi ao Rio Grande do Sul, de lá trazendo os auxiliares de que necessitava, para organização dos trabalhos” (ROSA, 2004, p. 20). Gressler e Swensson (1981) destacam que Thomas Laranjeira, ao conhecer o “[...] mercado consumidor de erva-mate no sul do continente; da existência de enorme ervais inexplorados na região de fronteira [...] e da ocorrência de [...] mão-de-obra [...] resolveu permanecer e iniciar a industrialização da erva” (GRESSLER e SWENSSON, 1981, 28).

Segundo Queiroz (2009) no Sul do antigo Estado de Mato Grosso, os ervais estavam situados em áreas “[...] devolutas, de modo que as concessões para exploração consistiam em contratos, aliás temporários, de arrendamento (e não de venda) [...] (QUEIROZ, 2009, p. 2).

Vale frisar ainda, que esta região era habitada “[...] esparsamente por populações indígenas e, de modo ainda mais esparsa, por não-índios (sendo considerada na verdade um sertão bruto)” (QUEIROZ, 2009, p. 2). A primeira concessão foi obtida em 1882 por Thomas Laranjeira e obteve sua concessão graças às relações de amizade que estabelecera com os dirigentes da província de Mato Grosso. A esse respeito Queiroz (2009) comenta:

De fato, Laranjeira era amigo também, coincidentemente, do primeiro governador nomeado para Mato Grosso após a instauração da República, e por esse meio obteve do governo federal provisório, já em junho de 1890, direitos exclusivos sobre a exploração de uma vastíssima área, que abrangia quase toda a região ervateira do estado [...] em junho do ano seguinte, Laranjeira obteve também autorização para organizar, sob a denominação de Companhia Mate Laranjeira, uma sociedade anônima que teria como principal finalidade explorar a referida concessão (Decreto n. 436C, de 4.7.1891) (QUEIROZ, 2009, p. 3).

Gressler e Swensson (1981) destacam que o sucesso do empreendimento veio rápido, dado que em 1880 a Empresa já contava com 250 mineros para a preparação e transporte da erva-mate. Os primeiros empregados de Thomás foram “[...] João Lima, gerente, Antônio Inácio da Trindade e Francisco Xavier Pedroso, compradores de gado, e Gabriel Machado, encarregado da fazenda Santa Virgínia, abastecedora de gado aos ranchos ervateiros” (ROSA, Apud, Figueiredo 1968, Apud, GRESSLER e SWENSSON, 1981, p. 28).

A partir de 1883, a Empresa ganhou força com a entrada dos acionistas Joaquim Murtinho e Francisco Murtinho; a união de capital fez nascer a Companhia Mate Laranjeira, que passou a elaborar e exportar a erva, com exclusividade para a firma Francisco Mendes & Companhia, de Buenos Aires.

A Sociedade Comercial Francisco Mendes e Companhia, de origem argentina, tinha como objetivo a industrialização e a venda da erva-mate recebida do Brasil e do Paraguai, sendo fundada em 1874, por Francisco Mendes Gonçalves. De acordo com Gregory e Schallenberger (2008), no início das operações comerciais da Empresa Mate Laranjeira em 1883, a produção de erva-mate era escoada partindo de Ponta Porã alcançando Conceição no Paraguai, de onde seguia pelo rio Paraguai até Buenos Aires.

Após o ingresso dos irmãos Murtinho, como sócios da Empresa, deu-se a construção de um porto, denominado de Porto Murtinho, localizado no sudoeste do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

A partir de então a erva-mate destinada a exportação passou a ser levada até a referida localidade, percorrendo mais de 300 quilômetros de estradas. Paulo Alberto Tomazinho (1981) comenta que “[...] na estrada carreteira para Porto Murtinho, onde viajavam as tropas, foram construídos grandes armazéns e depósitos em Limeira, Margarida, Perdido e São Roque que serviriam como ponto de abastecimento e recursos às tropas” (TOMAZINHO, 1981, p. 43). Contudo, o sistema de transporte envolvia numerosa equipe para que pudesse funcionar, aspecto que causou transtornos administrativos envolvendo as grandes distâncias, gastos excessivos com as tropas e demora da viagem, cujo tempo de percurso podia durar até um mês.

Diante desse quadro, os administradores da Companhia Mate Laranjeira, buscaram outra via para o escoamento da produção; passaram a utilizar os canais de navegação dos cursos d’água que deságuavam no rio Paraná, como rio Amambaí, Iguatemi, Dourados, Brilhante e Ivinhema.

Além disso, desviavam-se por terra no trecho entre Guaíra e Porto Mendes, região na qual o rio Paraná não oferecia condições de navegação em virtude das Sete Quedas, promovendo rapidez e eficiência de transporte.

A Companhia Mate Laranjeira foi efetivamente erigida em 5 de setembro de 1891, na cidade do Rio de Janeiro, sendo constituída por 15.000 ações no valor de 3 mil contos de réis cada. Na mesma data foi fundado o Banco Rio Branco que recebeu 14.540 ações, sendo o Mantenedor da mesma Companhia. A partir de então a ação de Francisco Mendes Gonçalves, Thomás Laranjeira e demais sócios se converteu numa ação Empresarial. Objetivamente, não encontramos ações individuais dos mesmos, mas ações corporativas nas quais a Empresa absorveu para si a figura dos indivíduos. Sendo assim, ao se tratar de questões relativas à exploração ervateira, ônus e bônus para a região de Ponta Porã, não entram em evidência os indivíduos, mas a Empresa e seus dirigentes locais.

Queiroz (2009) destaca que apesar da referida Empresa ter assumido diversas configurações e denominações no decorrer da sua história, ela ficou conhecida historicamente pelo nome adotado no ato de sua fundação em 1891, Companhia Mate Laranjeira, mantendo seu domínio nos ervais do sul do antigo Estado de Mato Grosso até meados da década de 1940. Dado que a extração da erva-mate era o negócio mais lucrativo no sul do Estado de Mato Grosso, e que tinha um mercado consumidor seguro, a Companhia Mate Laranjeira passou a investir em grandes infra-estruturas de extração e transporte da erva na região.

No processo produtivo, as relações de trabalho entre os patrões e os chamados *mineros* eram as piores possíveis. Ao que indicam nossas leituras, os nativos eram vistos como mão de obra barata, semi-escravizada. A esse respeito, Ferreira (2007) infere que estes eram vistos pelos empreendedores do mate, como “[...] um recurso disponível para ser explorados” (FERREIRA, 2007, p. 56).

Sob a ótica dos prespostos da Cia Matte parece que era considerado legítimo apropriar-se da mão-de-obra indígena, da mesma maneira que apropriavam de seus ervais nativos. Os índios eram, também, nativos e parece que foram percebidos como parte da natureza e não como homens portadores de cultura diferenciada. Incorporá-los ao trabalho da erva poderia até ser percebido como uma contribuição para encaminhá-los no processo civilizador, forçando-os a se incluírem numa atividade econômica (FERREIRA, 2007, p. 56).

Para fazer funcionar o processo produtivo da extração da erva-mate, a Empresa recrutava mão de obra barata no Paraguai, chegando “[...] a mobilizar milhares de trabalhadores, dentre os quais a maioria era constituída pelos [...] indígenas e principalmente paraguaios” (QUEIROZ, 2009, p. 4). Ao que tudo indica o pagamento para o trabalhador em geral era desonesto, com certeza a situação deveria ser mais desfavorável para o nativo devido ao preconceito que sofria (Cf. FERREIRA, 2007, p. 56).

Para fins de escoamento da produção, a Companhia Mate Laranjeira adquiriu no ano de 1902 os direitos sobre o Porto Mojoli, outrora pertencente ao argentino Francisco Mojoli, que operava no comércio de madeiras na região. Tais acontecimentos culminaram na montagem da infra-estrutura portuária e de transporte, promovendo o surgimento da ferrovia Porto Guaíra a Porto Mendes, antigo Porto Mojoli.

A mudança da rota das exportações da erva-mate, do “[...] rio Paraguai para o rio Paraná, fez surgir o núcleo populacional que deu origem a Guaíra atual” (GREGORI & SCHALLENBERGER, 2008, p. 192-193). Estes autores sustentam que em meados de 1902, na região de Guaíra, começaram a ser construídas casas para abrigar trabalhadores ligados à Companhia Mate Laranjeira. As atividades da Empresa envolviam operários que trabalhavam na construção das estradas, sendo instalados na Vila Mazón, e os que laboravam no porto Mojoli, nas oficinas e carpintarias habitaram a Vila Y nas cercanias do futuro povoado de Guaíra. Contudo com o aumento dos empregados da Companhia, as vilas se fundiram num único núcleo populacional que futuramente se transformaria em Guaíra.

Quanto a Escola para os nativos, era inexistente, pois sendo parte integrante da natureza, não era necessário educá-los, a não ser que fosse um meio efetivo para subjugar-los. De forma concreta, as crianças indígenas não precisam ir para escola, pois sendo considerados naturais, eram apenas educadas para o trabalho. Contudo, as populações indígenas e paraguaias não eram totalmente passivas ao processo de exploração, dado que era prática comum o castigo corporal aplicado em determinadas circunstâncias da vida cotidiana. Centeno (2007), ao comentar os relatos memorialísticos de Hélio Serejo, destaca alguns instrumentos de tortura, tais como o Tronco, o *Mborerí-piré*, ou *Teyú-Ruguay* definido como um “[...] [...] terrível chicote feito, em largas tiras, com couro de anta [...] poderosa arma para vingança e castigo nos ervais” (SEREJO, 197-d , p. 22, Apud CENTENO 2007B, p. 6). Serejo menciona que o

“[...] corpo do peão surrado por ele [*Mborerí-piré*, ou *Teyú-Rugway*] externamente, não deixa qualquer espécie de marca ou sinal, porém, internamente, feria gravemente e arrebatava órgãos” (SEREJO, 197-d , p. 22, Apud CENTENO 2007B, p. 6).

4.2 Laranjeira Mendes & Cia (1903-1929)

Nos primeiros anos de atuação da Mate Laranjeira, Thomás Laranjeira empreendeu uma política de diálogo, mantendo boas relações com os pequenos produtores. Seu propósito era fazer com que toda essa produção convergisse para suas mãos, para então exportar o produto a preços melhores ao mercado internacional. A esse respeito Queiroz (2009) faz a seguinte reflexão: “[...] pode-se supor que o próprio Laranjeira se colocasse não apenas como produtor mas também [...] como intermediário entre a zona de produção e os mercados consumidores” (QUEIROZ, 2009, p. 16). De outro modo a ação de Thomás Laranjeira atuou como um aglutinador dos pequenos produtores, de forma a mantê-los atrelados ao seu domínio.

Contudo, esta postura razoavelmente tolerante com os pequenos proprietários não durou muito tempo. Após a consolidação da Companhia Mate Laranjeira, momento em que o empreendimento de Thomás Laranjeira adquiriu um caráter Empresarial, houve uma radicalização das relações com os migrantes que se tornaram pequenos proprietários. “[...] Em outras palavras, ao antigo interesse no monopólio comercial se equiparava em importância, agora, o interesse também no monopólio da produção, de modo a maximizar o retorno dos investimentos realizados” (QUEIROZ, 2008, p. 16). Neste período abstrai-se a figura de Thomas Laranjeira e entra em ação o corporativismo empresarial que desejava obter lucro a qualquer custo.

No ano de 1903, o Banco Rio Branco foi liquidado e juntamente com ele a Companhia Mate Laranjeira, “[...] cujo acervo foi adquirido, pelo menos formalmente, por Thomás Laranjeira” (QUEIROZ, 2009, p. 4). Neste mesmo ano, houve a fusão entre os bens da extinta Companhia Mate Laranjeira e a Empresa argentina Francisco Mendes & Cia, formando a sociedade *Laranjeira Mendes & Cia*, dona dos bens no Brasil, Paraguai e Argentina com sede na cidade de Buenos Aires. Conforme Queiroz (2009), a Empresa permaneceria com a sede na Argentina até a sua dissolução em 1929.

Em 1913, na região de Guaíra, a Empresa Laranjeira Mendes e Companhia, adquiriu os “[...] direitos da firma Insnardi Alves e Cia sobre um ramal de uma estrada

que teria sua origem no Porto ‘Monjoli’ e terminaria no porto ‘Mendes’, ambos na margem esquerda do rio Paraná” (TOMAZINHO, 1981, p. 36). À época foram construídas “[...] todas as obras de infra-estruturas necessárias, como depósitos, almoxarifado, oficina, estrada de ferro, estaleiro, serraria, marcenaria, armazém, farmácia, hospital, escola...” (TOMAZINHO, 1981, p. 43). Sobre estas bases estruturais assentaram-se as primeiras iniciativas de construção da escola, por volta de 1912, a qual, segundo a pesquisadora Maristela Bridi Guazzelli, foi chamada inicialmente, de Escola Afonso Camargo, em homenagem ao Vice-Presidente do Estado do Paraná de 1912 a 1916 e Presidente do Estado 1916 a 1920, período em que a Escola recebeu o nome efetivo de Francisco Mendes Gonçalves.

Na década de 1910, as relações políticas entre a Empresa Laranjeira Mendes & Cia e o Estado de Mato Grosso estavam abaladas. Parte dos deputados da assembléia legislativa de Cuiabá pleiteavam alterações no contrato de extração de erva-mate da referida Companhia e a outra parte defendia os interesses da mesma. Segundo Tomazinho (1981), o conflito teve início em 1907 quando o Procurador da Companhia, Henrique Augusto Santana, apresentou à Assembléia Legislativa de Mato Grosso a solicitação que visava a prorrogação do prazo final para o extrativismo dos ervais nativos do Sul do Estado de Mato Grosso de 1916 para 1930.

No mesmo documento o procurador requereu do Estado, a permissão para a Companhia organizar sua própria força policia e argumentando que a mesma era conveniente “[...] para a manutenção da ordem e vedar a estranhos permanecerem nos ervais sem sua autorização” (TOMAZINHO, 1981, p. 32). Os “estranhos” ao qual a Empresa se refere eram os pequenos proprietários já estabelecidos na região, que extraíam em pequena escala a erva-mate; também eram os migrantes que continuavam a vir para a região de domínio da Empresa na busca de fazer fortuna com a erva-mate.

De forma explícita, vê-se a tentativa da Empresa em constituir uma área sob sua total jurisdição, inclusive com força polícia própria para afastar os intrusos. A esse respeito comentou Queiroz (2009), que além do monopólio comercial, a Laranjeira Mendes & Cia reivindicava o monopólio produtivo, não admitindo concorrência. Entenda-se aqui, que a referida Empresa, não admitia sequer a existência de pequenos produtores de erva, dentro das terras que julgava ser sua.

Tendo analisado a petição, o governo do Estado de Mato Grosso, negou seu atendimento e propôs restrições ao trabalho da Companhia, pois considerou suas

pretensões desvantajosas ao interesse do Estado. Segundo a comissão de Indústria da Assembléia de Mato Grosso, as taxas de arrendamento propostas pela Empresa eram muito baixas e o preço que a Laranjeira Mendes & Cia ofereceu as terras ervateiras, que ela mesma pretendia escolher e comprar no Sul do Estado, era inferior ao preço legal.

4.3 Porfias políticas

O principal opositor aos interesses da referida Empresa, era o Coronel Pedro Celestino da Costa, que em virtude do seu poder de mando, liderava um grupo de deputados que exerceu pressão sobre a Assembléia Legislativa do Estado, obstruindo a aprovação das reformas propostas pela Empresa.

Para Queiroz (2009), uma “[...] importante parcela das elites políticas mato-grossenses, representada por Generoso Ponce e família, antes aliada dos Murtinhos, rompeu com estes em 1899 e tornou-se [...] forte adversária dos privilégios concedidos a CML e as suas sucessoras” (QUEIROZ, 2009, p. 13). A oposição liderada por esta família tradicional mato-grossense foi motivada por razões políticas, e a oposição a Empresa Laranjeira Mendes & Cia tornou-se um instrumento de luta pelo poder, que ganhou força a partir das levas migratórias para a cidade de Ponta Porã. A oposição, buscando esfacelar o monopólio da referida instituição, fomentou o apoio aos pequenos produtores de ervas, consolidando uma resistência contra a gigante do mate.

A análise dessa questão pelo referencial de Thompson (1981) nos permite afirmar que o movimento deliberado por Pedro Celestino e o grupo de deputados que minaram os interesses da Empresa, agiram “[...] sobre e contra as outras ‘vontades’ agrupadas” (THOMPSON, 1981, p. 101); Agiram “[...] como classes [...] uma colisão de interesses e forças de classe contraditórios” (THOMPSON, 1981, p. 101). A esse respeito, comenta o desembargador Joaquim da Costa Marques, Secretário de Estado do Interior, Justiça e Fazenda e representante do presidente do Estado de Mato Grosso:

Como sabeis, o projecto de novo arrendamento, após todas as dificuldades inesperadamente opostas á sua passagem por uma opposição partidária, que então se formou nesta Assembléa e por fora chefiada pelo Coronel Pedro Celestino, ficou sem andamento por haver a Empreza recusado aceitar as condições que o mesmo lhe impunha, por consideral-as desvantajosas aos seus interesses (MENSAGEM, 1915. p. 52).

Como se vê no relato acima, o representante do presidente do Estado de Mato Grosso Joaquim da Costa Marques, lamenta a derrota obtida pela Empresa na Assembléia Legislativa e evidencia a prepotência da mesma ao arrogar o direito de recusar as condições contratuais que o Estado de Mato Grosso lhe impunha. O mesmo desembargador, na Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso do ano de 1915, critica a postura dos parlamentares opositoristas à Laranjeira Mendes & Cia, acusando-os de serem contrários ao Governador e aos interesses do Estado de Mato Grosso.

A partir do relato do desembargador evidencia-se a explícita convivência do Governo mato-grossense com os interesses da Empresa. Ao que nos parece, a força da Laranjeira Mendes & Cia residia, em parte, no poderio que a mesma exercia na região Sul do Estado, mas também, em parte, nos deputados mato-grossenses, que defendiam seus interesses. Contudo, dada a oposição liderada por Pedro Celestino, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso aprovou em 24 de setembro de 1915, a Lei n. 725 que reduziu a área a ser arrendada para 400 léguas quadradas (1.440.000 hectares quadrados) e abriu possibilidades para concorrência pública na renovação do arrendamento, o que praticamente eliminava o monopólio da Empresa (Cf. TOMAZINHO, 1981, p. 33). A esse respeito comenta Ferreira (2007) que este ato do Governo de Mato Grosso, foi de fundamental importância para a quebra do monopólio da Laranjeira Mendes & Cia (Cf. FERREIRA, 2007, p. 32).

A partir do ano de 1916, o general Manuel Caetano de Faria e Albuquerque, presidente do Estado, concedeu a preferência a posseiros para a aquisição de lotes de no máximo 3600 hectares, dentro da área de arrendamento, desde que comprovassem morada anterior aquele ano no sul do antigo Estado de Mato Grosso. O artigo 31º da lei previa:

A cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavouras situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantido dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916, a preferência para a aquisição de um área superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais (CORREA FILHO, 1957, p. 67 Apud BRAND, 1997, P. 86, Apud. FERREIRA, 2007, p. 32).

A decisão do Governo Estadual provocou o conflito entre o presidente do Estado e a Assembléia Legislativa, “[...] constituída na sua totalidade por elementos do Partido Republicano Conservador, [...] favoráveis à Empresa Mate, o que deu causa à revolução” (ROSA, 2004, p. 23), terminando com a queda daquele partido. Ressaltamos que uma das ameaças consideradas significativas pela Laranjeira Mendes & Cia, era a investida de pequenos arrendatários no território que lhe pertencia por concessão do Estado, fato gerador de constantes conflitos entre os favoráveis aos posseiros e aos partidários do Monopólio da Laranjeira Mendes & CIA.

O conflito foi de proporções tão grandes que foi necessário a intervenção do Governo Federal para apaziguar os ânimos. Como consequência foram convocadas novas eleições no Estado, sendo eleito como presidente Dom Aquino Correa, Arcebispo de Cuiabá, “[...] apoiado pela corrente do Partido Republicano Mato-Grossense, chefiada pelo coronel Pedro Celestino” (ROSA, 2004, p. 24). A atuação do novo chefe de Estado deliberou os primeiros títulos de terras sitas na zona ervateira, caindo a preliminar exigida, de acordo com os interesses da Empresa, de que as matas não podiam ser vendidas” (ROSA, 2004, p. 24). Na seqüência dos acontecimentos, o contrato de arrendamento dos ervais foi renovado, contudo a área de atuação da companhia foi reduzida.

Na defesa dos posseiros, muito trabalhou o denodado causídico dr. João Batista de Azevedo, advogado formado pela Faculdade de Direito de Pernambuco, que se radicou em Ponta Porã, onde veio a ser chefe municipal do Partido Republicano Mato-Grossense. Contra o arrendamento dos ervais, pela Empresa Mate, muito lutou o dr. Moura Carneiro, pela imprensa, e surgiu também a rebelião armada, chefiada por João Ortt, em 1932, na qual perderam a vida algumas pessoas, inclusive ele, em consequência daqueles fatos (ROSA, 2004, p. 24).

Segundo a pesquisadora Isabel Cristina Martins Guillen, o advogado João Batista de Azevedo, defensor dos posseiros, um dos grandes opositores políticos da Companhia Matte Larangeira na cidade de Ponta Porã, foi assassinado por Heitor Mendes Gonçalves, no ano de 1923. Para Guillen (1999), “[...] não resta dúvida que o motivo foi político, já que [...] alguns meses antes, Batista de Azevedo tinha estado em Cuiabá, tratando de casos de posseiros, e conseguira a expedição de alguns títulos provisórios de diversos lotes de terra” (GUILLEN, 1999, p. 16)

Para o ex Governador de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo, alguns personagens da política pontaporanense, tais como Astúrio Monteiro de Lima, Valêncio de Brum e Modesto Dauzaker, mereceram destaques na luta contra o monopólio da Empresa Laranjeira Mendes & CIA. Assim se expressa o Ex Presidente:

Astúrio, nativo daquela faixa, empenhou-se a fundo na luta reivindicatória que empolgava toda aquela população. A Assembléia do Estado, sob a orientação política do Cel. Pedro Celestino, timoneiro seguro dos anseios mato-grossenses, havia deflagrado o movimento de defesa dos direitos do povo da fronteira, contra os desmandos da administração da Empresa Mate Laranjeira. E nesse embate nos empenhamos todos ao lado do povo, tendo à frente, em Ponta Porã, as figuras dos indômitos gaúchos Valêncio de Brum, Modesto Dauzaker e tantos outros valores que despontam na região, e entre eles e na primeira linha o nome do ardoroso jovem e simpático Astúrio Monteiro de Lima. (FIGUEIREDO *apud* SEREJO, 1980, p. 75-76, *Apud*, CENTENO 2007, p. 96).

À luz das orientações teóricas oferecidas por Thompson (2004) na obra *A Classe Operária Inglesa*, observamos que gradativamente foi nascendo em Mato Grosso uma consciência social entre posseiros, pequenos arrendatários e setores políticos. Contudo, ressaltamos que no caso do grupo liderado por Pedro Celestino, estes visavam a quebra do monopólio da Laranjeira Mendes & Cia e não necessariamente a promoção dos pequenos posseiros. A concessão de lotes aos mesmos, foi a maneira que uma parte dos políticos encontrou para reaver parte dos ervais outrora pertencentes a Empresa, colher mais impostos no Sul do Estado e conseguirem consolidação política nas bases populares.

Tomazinho (1981) ressalta que com a extinção do monopólio, a Companhia comprou do Estado os Ervais próximos do rio Amambaí, criando a administração na Fazenda Campanário, “[...] passando a dispensar tratos culturais aos ervais nativos, preparando-se assim para tempos futuros, quando a renovação do arrendamento, já diminuído, poderia não mais se concretizar” (TOMAZINHO, 1981, p. 33).

4.4 A Fazenda Campanário

A Fazenda Campanário foi a sede administrativa da Laranjeira Mendes & Cia inaugurada em 1918, no território do Município de Dourados. A esse respeito registra Rosa (2004):

Em 1918, foi inaugurada a administração de Campanário, que passou para a gestão do sr. Raul Mendes Gonçalves, o qual dedicou todos os seus esforços no sentido de nacionalizar a Companhia, de acordo com o que exigiam as leis brasileiras. Mais tarde a Companhia passou para a direção do capitão Heitor Mendes Gonçalves. Em Campanário foi edificada uma vila, com habitações higiênicas para todos os empregados. Foi construído o grupo escolar, hospital, hotel, armazém, farmácia, jardim, campos esportivos. A vila foi dotada de telefone, luz elétrica, enfim, de todo conforto moderno (ROSA 2004, p. 22).

Em passagem pela fazenda, o Engenheiro Filúvio Rodrigues em seu relatório durante o ano de 1942, registra que a cidade lá instalada era a mais desenvolvida do município, sobrepunha-se inclusive a cidade de Dourados.

É uma cidade com suas casas construídas, em sua maioria de madeira, tipos modernos e de chalés suíços que a Cia. Mate Laranjeira fez construir para seus empregados e sua alta administração, e onde estão os seus escritórios, instalações completas de serraria, carpintaria, ferraria, boas oficinas mecânicas, usinas de força e luz, um bom hotel, muito confortável, [...]. Com uma população de cerca de 1.500 habitantes, dispõe [...] de [...] campo de pouso de aviação militar [...]. É toda iluminada à luz elétrica, [...] ótima água, fossas, jardim, cinema, assistência médica modelar, com um bom hospital, um grande armazém de fornecimento, cooperativa dos trabalhadores [...] (IBGE, 1944, Apud. GRESSLER & SWENSSON, 1988, p. 71-72).

Ferreira (2007) explica que ao construir a Fazenda Campanário com toda uma estrutura de cidade, a Empresa Laranjeira, Mendes e Companhia visava, fornecer um modelo de civilização, ou seja “[...] tinha como intuito mostrar como uma cidade se constitui e, conseqüentemente, o seu habitante. A Fazenda Campanário era um modelo de cidade que dispunha de [...] uma vida social com muita ostentação” (FERREIRA, 2007, p. 62). Ressaltamos que na referida Fazenda foi erigido o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, como parte integrante da estrutura da cidade.

No ano de 1923 o Presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino mencionou as disparidades entre a receita do Estado e a da Companhia Mate Laranjeira, inferindo que os rendimentos da Companhia apresentados ao Estado de Mato Grosso, e o pagamento dos impostos foram superiores aos anos anteriores a partir da atuação do Corpo Fiscal das Fronteiras, comandado por Mario Gonçalves. Segundo o Presidente do Estado, “[...] a diferença notada no aumento da exportação é sem dúvida devida à ação desse aparelho fiscal, embora ainda falho de elementos que a experiência vae aconselhando corrigir” (MENSAGEM, 1923, p. 3).

Na Mensagem de Presidente de Estado do ano de 1927, Mario Correa fez um longo discurso sobre a “Questão Mate”:

No sentido de melhor habilitar-me para a solução desta questão, que já me preocupava desde antes de assumir o governo, resolvi visitar pessoalmente a região hervateira para bem conhecer a sua capacidade productora e poder assim apreciar *de visu* o aparelhamento e os capitães invertidos na organização do trabalho da exportação do matte, feita pela Companhia Matte Laranjeira á Empresa arrendatária. O problema [...] era complexo e delicado [...]. Foi com consciência da minha grande responsabilidade que o estudei [...] a fim de defender não só os magnos interesses do Estado, como também os da região hervateira em particular, de modo a tirar, dessa industria, o maximo em beneficio das rendas do Thesouro, sem prejudical-a, sem acarretar-lhe a ruína que teria, como resultado immediato e fatal, um collapse no admirável progresso com que a passos gigantes marcha o município de Ponta Porã (MENSAGEM, 1927, p. 22).

De acordo com a mesma Mensagem de Presidente de Estado, foram revogadas as disposições aprovadas no ano de 1923 e 1924, números 911 e 930, dado que segundo o Presidente de Estado, “[...] não haviam sido bem inspiradas, pois não consultaram os legítimos interesses do Estado” (MENSAGEM, 1927, p. 21). Também foi autorizado pela Assembléia Legislativa ao Poder Executivo Estadual, “[...] resolver o assumpto, ou renovar o contracto, da maneira que julgasse mais conveniente ao Estado” (MENSAGEM, 1927, p. 22).

Mario Correa aponta que foram feitas alterações no contrato celebrado em 1916, considerando que a área autorizada para a exploração da erva-mate no sul do antigo Estado de Mato Grosso não foi respeitada pela Empresa, sendo explorada por ela terrenos que não faziam parte da concessão.

Assim é que no antigo contracto de 1916, pelo arrendamento da área de 1.440.000 hectares ou quatrocentas léguas quadradas e exportação de quatrocentos mil arrobas de herva, pagava a Empresa arrendataria a importancia global de Rs. 350:000\$000. Como por arroba que excedesse das quatrocentas mil, o imposto fosse de setecentos réis (\$700), essa será a base que temos de calcular e fazer a separação do que era devido ao arrendamento e ao imposto de exportação. A setecentos réis (\$700) por arroba, a Empresa vinha pagar então de imposto de exportação pelas quatrocentas mil arrobas a importancia de duzentos e oitenta contos de réis (280:000\$000), ficando assim para arrendamento a quantia de setenta contos de réis (70:000\$000) annuaes. Cumpre, porém, ficar bem accentuado que esses setenta contos não eram relativos só ás quatrocentas léguas quadradas do contracto, pois a medição posteriormente realizada, accusou uma área usufruída e explorada de mais de um milhão oitocentos e oitenta mil (1.880.000) hectares, ou seja mais de quinhentas e vinte três léguas quadradas (MENSAGEM, 1927, p. 22).

A esse respeito comenta Rosa (2004) que a zona de atuação da Laranjeira Mendes & Cia “[...] ultrapassava de muito a área que devia ocupar; [...] abrangendo os

limites do atual município de Ponta Porã, até as margens do rio Paraná” (ROSA, 2004, p. 23). Segundo ele, o monopólio exercido pela Empresa e a “[...] sua longa ocupação [em MT] muito entrouvrou o povoamento do sul de Mato Grosso” (ROSA, 2004, p. 23).

O fato da Empresa ter sonogado impostos durante vários anos ao Estado de Mato Grosso, e dado que sua dívida havia crescido, entendemos que a referida Empresa adotou uma política de construção de benfeitorias na região de Ponta Porã, com o propósito de não precisar pagar os valores reais devidos aos cofres públicos.

O Estado por sua vez, para conseguir o que lhe era de direito, aceitava as construções de pontes, quartéis e escolas na região, como meio de reaver aos cofres públicos o dinheiro que não lhe seria devolvido a não ser por meio das referidas manobras políticas.

A medida adotada pela Laranjeira Mendes & Cia, ao mesmo tempo servia de contentamento para a população de Ponta Porã, que alheia a situação política da Empresa junto ao Estado, se regozijava com as melhorias no município; e apaziguava o ânimo daqueles políticos que a acusavam de explorar o Estado de Mato Grosso. Inferimos que o financiamento do Grupo Escolar Mendes Gonçalves, pela Empresa, se insere neste contexto. Contudo para a população de Ponta Porã, a Empresa foi vista como benfeitora, e promotora da educação na cidade.

Apesar das motivações que o Presidente de Estado de Mato Grosso apresentou na Mensagem de 1927, a situação real em relação ao pagamento de impostos não melhorou. A Mensagem de do ano de 1928 comentou as manobras da Empresa para burlar o pagamento do imposto devido ao Estado de Mato Grosso.

Desde 1º de janeiro de 1927 entrou a vigorar o novo contracto de arrendamento dos hervaes, celebrado a 26 de outubro de 1926 com a Empresa Matte Laranjeira S.A, passando então a ter cumprimento as suas clausulas obrigatorias e contractuales [...]. De acordo com o estabelecido na clausula 8ª desse contracto, a Empreza contribuiu durante o anno de 1927 com a quantia de Rs 325:000\$000 proveniente do arrendamento da área ocupada e pagou a importancia de Rs 439:697\$333 do imposto correspondente a 6.595.460. Não obstante as pertubações á boa marcha dos trabalhos da colheita e preparo do matte para exportação, em consequência ainda da invasão revolucionaria [...] Ella excedeu á estabelecida no contracto. Allega a Empresa arrendataria que viu-se obrigada pelo motivo acima exposto trabalhar com seu pessoal reduzidissimo, cujo número foi apenas de 2.300 homens, quando é sabido que Ella emprega annualmente nesse trabalho cerca de 6.000 operários (MENSAGEM, 1928, p. 67).

Segundo o Governador, o pagamento de impostos remetido ao Estado era praticamente irrisório em relação ao que realmente era produzido nos ervais. A partir do pesquisado, constatamos que as relações de poder que se estabeleciam entre a Laranjeira, Mendes e Companhia e o estado eram desiguais, pois este não tinha amplos domínios na região de Ponta Porã e se tornou refém das justificativas apresentadas pela Empresa. Isso se explicou porque o estado efetivamente não tinha o que fazer para barrar a sua atuação extrativista. Comentando a referida situação, o Presidente de Estado Mario Correa da Costa, comentou as medidas tomadas pela Empresa:

Desobrigando-se dos compromissos ainda assumidos, em virtude das cláusulas 15^a e 22^a do seu contracto, faz a Empresa entrega ao Estado da quantoa de Rs 120:000\$000, destinada á construção de um quartel para a Força Pública a ser edificado na cidade de Campo Grande, e, segundo comunicação [...] foi entregue o prédio, com as necessarias adaptações, destinadas a idêntico fim na cidade de Porto Murinho. Devem também ser iniciadas, dentro em breve, as obras do quartel que a concessionaria se obrigou a construir na cidade de Ponta Porã para um regimento de dous esquadrões de cavallaria da Força Pública [...] que deverá ficar concluida ainda este anno para ser entregue ao governo (MENSAGEM, 1928, p. 68).

Ressaltamos que os quartéis construídos pela Laranjeira Mendes & Cia, possivelmente serviriam como instrumentos no processo de consolidação do próprio domínio da Empresa sobre a região, pois fornecendo o necessário ao efetivo militar, angariaria as simpatias dos oficiais e, conseqüentemente não se rebelariam contra ela.

É relevante notar que não era o Estado de Mato Grosso que determinava as construções dos quartéis na região ou até escolas, mas a iniciativa privada que o fazia e o Estado apenas confirmava a criação das instituições. Pelo seu poder coercitivo, na região de Ponta Porã, a Empresa submetia os empregados, a sociedade pontaporanense como um todo, e inclusive considerável parcela das lideranças estaduais que viam nela um poderoso aliado político contra os partidos adversários. Somente com a implantação do território Federal de Ponta Porã em 1945 é que o domínio da Laranjeira Mendes & Cia foi dissolvido, conforme registra Rosa (2004):

Finalmente, criado o Território Federal de Ponta Porã, pelo governo do dr. Getúlio Vargas, em 1943, foram definitivamente liberadas aquelas terras, com a denegação de provisão ao contrato de arrendamento dos ervais, e feitas concessões aos posseiros, pelo governador, coronel Ramiro Noronha, o que foi continuado pelo dr. José Alves de Albuquerque, último governador, até a extinção do Território (ROSA, 2004, p. 24).

Para Queiroz (2009) importantes setores do Estado Novo viam na Empresa Mate Laranjeira um empecilho para o desenvolvimento da região de fronteira. Sendo assim, diversas providências fora tomadas visando o enfraquecimento da Empresa “[...] como por exemplo a recusa em renovar suas concessões, a imposição de taxas sobre a erva cancheada, o apoio aos produtores independentes e a criação, nas áreas de atuação da Empresa, territórios federais e colônias agrícolas nacionais” (QUEIROZ, 2009, p. 15).

5 Ponta Porã: a Cidade e a Escola

5.1 A formação do povoado e sua toponímia

Ponta Porã, cidade do sul do antigo Mato Grosso, tem suas origens remotas marcadas pela presença do nativo, especialmente dos cauiás e dos guaranis. Está situada na Serra de Amambai, continuidade da Serra de Maracaju, a 634 metros acima do nível do mar. Os escritos de José Manoel Richard Quintas, dão conta de que após a Guerra do Paraguai “[...] algumas pessoas [...] ficaram na região e transferiram-se depois para as margens da Laguna Punta Porã. [...] Dessa forma, Punta Porã foi o nome dado ao pequeno povoado situado às margens da lagoa de mesmo nome no Paraguai” (QUINTAS, 2006, p. 14).

Quintas (2006) argumenta que no final do século 19, com o aumento da população na região, houve necessidade das autoridades se “[...] instalarem do lado brasileiro. Embora já houvesse diversos casebres como nas proximidades da Porteira Ortiz, a região das três figueiras foi o local escolhido para ser o centro administrativo, policial e fiscal do povoado brasileiro” (QUINTAS, 2006, p. 14).

O memorialista João Portela Freire, assim, relata o início do povoado de Ponta Porã:

Os demarcadores (1872/1974) [da fronteira Brasil- Paraguai] encontrado esse nada, essa passagem e ou ‘paraje’ de Carretas Ervateiras [...] é que deliberaram desbravar e abrir uma passagem melhor e mais ampla que permitiu o transito ente Punta Porã e Concepción através da Cordilheira, unido Punta Porã ao Chiringuelo. E, então a surgir um trânsito maior, uns pontos de apoio e começa a surgir u m casario, estava nascendo Punta Porá, nas bordas da laguna, em terras paraguaias. Final do Século XVIII, mil oitocentos e qualquer coisa (FREIRE, 1999, p. 103).

Para Freire (1999), o nome surgiu graças à intensificação do transporte de erva-mate realizado num caminho que ligava o lugar onde se desenvolveu Ponta Porã a

Concepção, permitindo alcançar Chiringuelo (Paraguai). Assim, de simples lugar de passagem, na parte mais alta da Cordilheira do Amambay, onde vicejava uma pequena mata, emergiu o povoado de Ponta Porã (FREIRE, 1999, p. 116).

Na *Resenha Histórica de Mato Grosso*, Pedro Ângelo Rosa faz o seguinte esclarecimento a respeito da toponímia da cidade: “[...] Pela altitude do lugar, [...] e ausência de acidentes geográficos que sirvam de anteparo, as brisas suaves do verão sopram constantemente, amenizando-lhe o clima” (ROSA, 2004, p. 11).

Rosa (2004) ressalta que em virtude do aspecto topográfico e climático, surgiu o nome *Punta Porã*, de origem espanhol-guarani, que significa literalmente *Ponta Bonita* e com o passar do tempo evoluiu para Ponta Porã. O povoamento ocorreu a partir da periferia de um vasto brejo, o qual “[...] ia findar na orla de espessa mata virgem, situada aos fundos. Ao norte, delimitava essa zona a cabeceira do córrego S. João e ao sul a do córrego Estevão” (ROSA, 2004, p. 27).

Segundo a pesquisadora Eva Maria Luiz Ferreira, após a demarcação das fronteiras em 1874, as autoridades brasileiras visando proteger as novas terras oriundas do Paraguai, adotaram “como medida urgente radicar aí homens “brancos” e estabelecer postos militares, para impedir a entrada de estrangeiros. Dessa forma, o pós-guerra assistiu a um incremento na vinda, para o Sul de Mato Grosso, de inúmeros migrantes [...]” (FERREIRA, 2007, p. 28). A povoação recebeu maior impulso a partir de 1895 com a chegada de diversas famílias oriundas do Rio Grande do Sul. Estas fugiam dos conflitos armados deflagrados naquele Estado decorrente da proclamação da República, em 1889.

Conforme explicações de Torrecilha (2004), o povoado de Ponta Porã por volta de 1895, surgiu com alternativa para facilitar o escoamento da produção de Erva-Mate, antes realizada “[...] por meio do Porto de Concepcion, às margens do rio Paraguai, no lado Paraguai” (TORRECILHA, 2004, p. 63).

Vale ressaltar que o escoamento se dava de Ponta Porã para Porto Murtinho. Tomazinho (1981) comenta que a partir de então, os ervais, localizados no “[...] planalto de Amambaí passaram então a ser ligados a esse Porto [Murtinho] por um sistema regular de carretas que, percorrendo mais de 300 km de estradas [...] escoavam a produção” (TOMAZINHO, 1981, p. 34).

Os relatos de origem do povoado, mesmo que difiram na forma de apresentar os fatos, coincidem na sua maioria, quanto aos dados de como o povoado se estabeleceu.

Essa construção desajeitada da história do lugar, que não se firma em provas sólidas, encontra eco nas palavras de Hobsbawm (1997) quando falando da invenção das tradições, mencionando que a construção de um passado histórico é permeada por uma artificialidade.

Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante (HOBSBAWM, 1997, p. 10).

Na perspectiva de Hobsbawm (1997), a invenção da tradição fundadora de Ponta Porã nasceu da necessidade de se atribuir a região um passado que pudesse ser contado e conservado por meio das gerações.

No ano de 1900, por meio da Resolução n. 255 de 10 de abril, o Governo do Estado de Mato Grosso, Antônio Pedro Alves de Barros, criou a Paróquia de Ponta Porã e nomeou o cidadão João Antônio da Trindade, como Juiz de paz da referida localidade. Ponta Porã foi elevada a categoria de Vila em 18 de julho de 1912, por meio da Resolução n. 617 e a Município em 25 de março de 1913.

5.2 Escolarização republicana

A política de implantação de instituições escolares na região de Ponta Porã, foi gerada pela própria comunidade em virtude da necessidade de escolarização dos infantes. A esse respeito Centeno (2007) lembra que as poucas escolas que existiam eram fruto da iniciativa da própria gente (Cf. CENTENO, 2007, p. 15). “[...] A ajuda estatal vinha, sobretudo, dos governos municipais e, em escala quase desprezível, do governo estadual” (CENTENO, 2007, p. 15). A cultura escolar que permeava a comunidade pontaporanense era consolidada na perspectiva das lembranças de tempos de escolarização vivenciados em outras partes do Brasil ou do Paraguai.

A escola enquanto realidade ordinária, não fazia parte da vida cotidiana da população. Enquanto presença para legalizar o currículo e a ação dos professores e demais agentes escolares, o Estado era praticamente ausente.

Dado que a grande maioria da população era formada por nativos e paraguaios, Ponta Porã, se inseria num “Brasil a parte” do ponto de vista cultural inclusive, dado que os costumes locais e o próprio sistema educacional eram grandemente influenciado pelos paraguaios.

Em 1901, por meio da Lei estadual n. 294 de 11 de abril, criou-se a primeira escola mista da cidade tendo como primeiro professor o Sr. Júlio Alfredo Mangini (Figura 13) “[...] velho português residente no lugar, e com seus direitos já adquiridos de cidadão brasileiro, pela grande naturalização concedida pela República de 1889” (ROSA, 2004, p. 29).

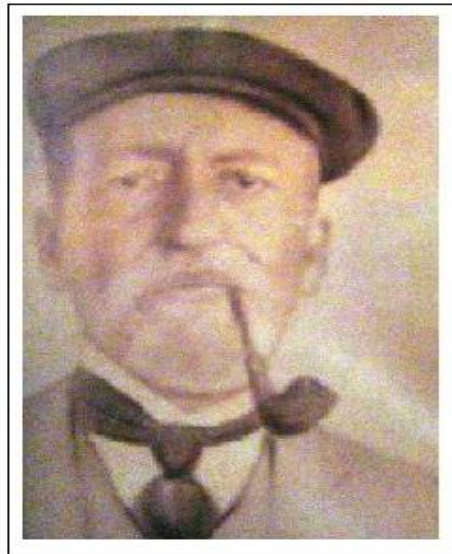


Figura 13 – Professor Júlio Alfredo Mangini
Fonte: Museu da Erva-mate – Ponta Porã - 1920

Esse fato representou uma conquista para o lugar, pois devido a precariedade do sistema de ensino e a falta de docentes qualificados, a contratação de professores era tarefa difícil.

A fim de prover a fiscalização do parco ensino ministrado em Ponta Porã, em 10 de março de 1902, foi nomeado Inspetor Escolar o senhor Afonso Rufino. Em 1908, foi nomeado professor da escola mista, Francisco Faustino de Mecnas e em 20 de maio 1909, por ato da presidência do Estado foi nomeado inspetor escolar de Ponta Porã, o senhor Francisco Marcos Tury Serejo.

Em 1912, Ponta Porã, recebeu a visita do Presidente de Estado de Mato Grosso Joaquim Augusto da Costa Marques que passou em visita a Escola Primária do professor Francisco Faustino de Mecenias. A respeito dos aspectos educacionais, o próprio presidente em seu relatório, constatou que “[...] as escolas públicas de Ponta Porã também não funcionavam, por falta de professores, obrigando as crianças brasileiras a frequentar aulas no lado paraguaio, em língua castelhana” (ROSA, 2010, p. 40). Na época Ponta Porã, contava com uma população 17.340 habitantes, com um total de 2.325 casas o povoado (Cf. ROSA, 2004, p. 40).

Diversos foram os professores que se empenharam em difundir a instrução Pública primária no sul do Estado de Mato Grosso, contudo, nesse período, como nas demais regiões internas do país o processo educacional estava esfacelado. O pouco que conseguiam ensinar era o resultado de um trabalho hercúleo que se pulverizava em meio a uma multidão de analfabetos preocupados com o seu próprio sustento.

Segundo Centeno (2007, p.15), grande parte da população “[...] não tinha acesso à escola, já que dissolvida num imenso espaço rural e concentrada na produção da erva-mate e na criação de gado” permanecia absorvida nos trabalhos para a sobrevivência. Centeno (2007), registra que a composição social na fronteira entre Brasil e Paraguai se dava por trabalhadores rurais, pequenos proprietário e fazendeiros. Segundo ela, “[...] não havia escolas nos ervais, pois não eram necessárias” (CENTENO, 2007B, p. 15).

A esse respeito as reflexões de Thompson (1988, p. 12-15) é basilar sobretudo ao afirmar que “[...] a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (THOMPSON, 2004, p. 12). Dessa consideração teórica, inferimos que a população pobre de Ponta Porã, se constituía numa classe, na medida em que compartilhava de uma mesma “[...] formação social e cultural” fundado no processo histórico de lutas, privações e sobrevivência. Dado que o sistema educacional em Ponta Porã era inexistente, a população consolidou formas institucionais próprias, como o aprendizado das primeiras letras nos ervais, e a frequência dos alunos em escolas do Paraguai. Nesta perspectiva, ao ultrapassar a fronteira geográfica para buscar escolarização, a população estabelecia uma profunda conexão com o Paraguai, não como estranho a realidade pontaporanense, mas como complementar.

Para os pequenos proprietários, pela ótica de Centeno (2007), nem se considerava a necessidade de escolarização, porque na concepção vigente a educação se

dava no próprio trabalho, na medida em que algum trabalhador já letrado ensinava as primeiras letras aos analfabetos. Thompson (1987), nos ajuda a explicar essa realidade por meio de suas reflexões: “[...] [os] instrutores, muitas vezes, eram os que contavam com a aprovação da opinião reformadora” (THOMPSON, 1987, p.303), ou seja, daqueles que viam a realidade de forma diferente.

A consciência da necessidade do letramento nos ervais, provavelmente surgiu em virtude da exploração sentida pelos trabalhadores. Sendo analfabetos não podiam conferir suas dívidas e créditos; sendo letrados, ao menos tinham consciência daquilo que lhes era oferecido ou negado. O ensino autodidata dos trabalhadores é comentado por Thompson (1987) na Formação da Classe Operária Inglesa e é classificado como sendo, “sobretudo uma consciência política” (THOMPSON, 1987, p. 303).

No caso de Ponta Porã, essa consciência autodidata pode ser observada nos escritos memorialístico de Hélio Serejo que por meio de detalhes minuciosos da realidade que o cercava, da vida dos ervateiros, deixou registrado para a posteridade, as impressões de como era a vida nos ervais sul mato-grossenses. Segundo Centeno (2007), Serejo, autodidata, “[...] descreve tudo que viu e ouviu, em alguns casos sem consulta a nenhum autor ou obra” (CENTENO, 2007, p. 5). Contudo, pelo fato de ser minoria, Serejo não se aventurou a exigir mudança, apenas restringiu-se a registrar os fatos e evitar a veiculação de nomes verdadeiros para evitar dissabores maiores. Centeno (2007, p. 5) relata que a denúncia da exploração feita por Serejo aparece carecendo de crítica na obra *Homens de aço*, e a condição servil dos trabalhadores “[...] é justificada, por vezes, como algo imanente à própria condição do trabalho.”

Nesta época, o ensino não era visto como prioridade para uma parcela da população. Isto porque a escola não fazia parte da vida dos indivíduos, o trabalho era a razão de suas vidas e o fim de suas existências no povoado.

A esse respeito Vidal (2006) infere que o afastamento das crianças do trabalho e do lar para frequentar as escolas, encontrava resistência por parte de grupos sociais (VIDAL, 2006, p. 9), pelo fato de se atribuir maior valor ao trabalho como meio de subsistência. No que concerne a instrução pública, Centeno (2007, p. 15) enfatiza que “[...] as poucas iniciativas de implantação de escolas partiam de fazendeiros e pequenos proprietários, que se uniam para atender às famílias próximas.”

Para compreendermos o contexto educacional na cidade de Ponta Porã, é necessário adentrarmos nas evidências menos aparentes que o cenário pontaporanense

da época nos apresenta. Segundo o historiador Carlos Ginzburg, “[...] para tanto, [...] é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, [...]. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados” (GINZBURG, 1990, p. 144). Nesta perspectiva faz-se mister perscrutar os interesses que permeavam as relações de poder na Fronteira Brasil Paraguai, de modo especial aqueles que interessavam a Companhia Mate Laranjeira e o Estado de Mato Grosso.

6 Crianças brasileiras em escolas paraguaias

Nos primeiros anos da República, o processo educacional no Mato Grosso era incerto e defasado, caracterizado pela precariedade de professores, material e estrutura escolar. Não era diferente com Ponta Porã, que distante dos centros urbanos, vivia a mercê dos seus governantes que pouco se importavam com a instrução pública daquele povoado. Centeno (2007) comenta que nas primeiras décadas do século 20, a população de Ponta Porã se constituía de “[...] fazendeiros, pequenos proprietários de terras e por uma maioria de trabalhadores que habitava os campos e trabalhava em atividades relacionadas à erva-mate e à pecuária.

Até mesmo as “crianças, [...] estavam ocupadas nesses tipos de atividades” (CENTENO, 2007, p. 234). À época, o interesse do Estado em Ponta Porã, se reduzia a captação de impostos obtidos com a venda da erva mate, com a salvaguarda da região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, e com a expansão da agricultura na região dado que as terras férteis eram propícias a plantação do trigo.

Em dois de junho de 1896, o presidente do Estado de Mato Grosso, por meio do decreto n. 68, dividiu a instrução primária no Estado de Mato Grosso em dois cursos distintos: o elementar, que seria ministrado por escolas de ambos os sexos em Cuiabá e em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados; e o curso complementar existente somente na Capital. No relatório, apresentado ao Presidente de Estado, Coronel Pedro Alves de Barros, o Diretor Geral da Instrução Pública em 30 de dezembro de 1899, apresentou uma lista com as escolas instaladas no Estado (Tabela 3). Dentre as 62 criadas, 57 foram destinadas ao curso elementar e sete escolas restaram a ser instaladas em localidades indefinidas.

Tabela 3. Número de escolas elementares, destinadas as primeiras letras- 1889

Escolas Elementares no Antigo Estado de Mato Grosso 1889	
Localidades	Número
Cuiabá	19
Coxipó da Ponte	1
Várzea Grande	1
Capão do Piqui	1
Passagem da Conceição	1
Melgaço	1
Mimoso	1
Santo Antonio do Rio Abaixo	2
povoação do Poço	1
Chapada	1
Guia	1
Brotas	1
Aldeia	1
Livramento	2
Cassange	1
Rosário	2
Grotas	1
Miranda	2
Nioac	2
Mato Grosso	1
Campo Grande	1
Vacarias	1
Dourados	1
Três Lagoas	1
Ribeirão das Malas	1
Aquidauana	1
Diamantino	2
Poconé	3
Cáceres	2
Barra do Rio dos Bugres	1
Rayzama	1
Corumbá	2
Ladário	1
Porto Murtinho	1
Araguaia	1
Coxim	1
Melo Taques	1
Santa Ana do Paranaíba	2
TOTAL	57

Fonte: Relatório, apresentado ao Presidente de Estado, Coronel Pedro Alves de Barros, o Diretor Geral da Instrução Pública em 30 de dezembro de 1899.

Pelo exposto na Tabela 3, vê-se que o maior número de escolas elementares, destinadas as primeiras letras, concentrava-se na Capital Cuiabá, e as demais localidades contavam com uma duas ou no máximo três escolas. Para a pesquisadora Elizabeth Madureira Siqueira (2000), a década de 80 recebeu contornos mais acentuados no que concerne a Instrução Pública, visto que em 4 de março de 1880, foi publicado pela Província de Mato Grosso, o Regulamento Orgânico da Instrução Pública que teve como fio condutor a obrigatoriedade do ensino primário, a liberdade de ensino e a criação do primeiro estabelecimento de ensino secundário da província.

Por ocasião da visita a cidade de Ponta Porã o Presidente do Estado, Joaquim Augusto da Costa, atestou em seu relatório que as escolas públicas não funcionavam por falta de professores, “[...] obrigando as crianças brasileiras a frequentar aulas no lado paraguaio, em língua castelhana.” (ROSA, 2004, p. 40). Observemos que tal relato confirma a parca instrução pública que os jornais de Ponta Porã relatavam e criticavam constantemente, com objetivo de provocar os ânimos dos responsáveis públicos. Centeno (2006), corrobora informação de que a instrução era tão defasada, que as crianças frequentavam aulas no Paraguai.

[...] Houve épocas, durante as décadas de 1910 até 1940, que a ínfima população escolarizada constituída por crianças brasileiras da fronteira, em boa parte era atendida pelas escolas dos municípios paraguaios da divisa. Para tanto, bastava à população atravessar a fronteira seca (CENTENO, 2007, p. 15-16).

De forma inegável, as evidências dão conta que os alunos de Ponta Porã frequentavam as escolas de Pedro Juan Caballero, Paraguai, em virtude das instituições escolares de Ponta Porã estarem sucateadas. O acesso dos alunos brasileiros ao Paraguai era feito pela fronteira seca, que constituía uma área de livre acesso a ambos os povos.

6.1 As condições da Instrução pública na região

Concernente aos diretores da Instrução Pública em Ponta Porã, no período de 1902 a 1919, em virtude das dificuldades educacionais, houve 4 professores que assumiram o cargo, a saber: Afonso Rufino, foi nomeada pela Secretaria do Interior, Justiça e Finanças em 10 de Março de 1902; Francisco Marcos Tury Serejo, nomeado por ato da Presidência do Estado, de 20 de maio 1909; Orcyro Freire, efetivado por ato

da Presidência do Estado, de 20 de maio de 1909 e Militão Viriato Baptista, nomeado em 30 de abril de 1919.

De acordo com a leitura da pesquisadora Maria Regina Martins Jacomeli (1998), as escolas isoladas de Mato Grosso não recebiam nenhum tipo de atenção por parte dos poderes públicos estaduais. O relatório do Diretor Geral da Instrução Pública de 1917 registra as condições da Instrução ao registrar a reclamação “[...] do sumiço do regimento das escolas primárias [...] que tinha sido entregue, pessoalmente em 18 de dezembro de 1913, ao então presidente Joaquim da Costa Marques, para que fosse aprovado...” (JACOMELI, 1998, p. 148).

Quanto a ajuda estatal às escolas isoladas, a fim de que estivessem equipadas com mobiliário e material escolar, encontramos apenas um relato do ano de 1915, no qual o Diretor Geral da Instrução Pública, José Corrêa, por meio do Ofício n.º 162 autorizou a entrega de materiais ao professor Philogônio de Paula Corrêa, a fim de serem enviados para as duas escolas primárias, da vila de Ponta-Porã. A lista constava de 36 carteiras americanas e 22 quadros de museu. Desconhecemos outras possíveis remessas de mobília ou material para as escolas isoladas de Ponta Porã.

Em três de novembro de 1921, o Presidente do Estado Dom Francisco de Aquino Correa, Bispo de Prusiade, por meio da Resolução n. 846 criou três grupos escolares no sul do Estado, sendo eles: Campo Grande, Três Lagoas e Aquidauana. No mesmo documento, o Bispo mencionou a reivindicação da população de Ponta Porã, pedindo a construção de um Grupo Escolar. Apesar das dificuldades pelas quais o Estado passava, o Governante se comprometeu em atender a referida solicitação, assim que fosse possível. Na mensagem de Presidente do ano de 1923, Pedro Celestino registrou a existência de 15 escolas isoladas estaduais na região da fronteira sul, sendo 5 em Ponta Porã, 4 em Bela Vista, 3 em Porto Murtinho, 3 em Nioac (Cf. MENSAGEM, 1923, p. 37).

A Mensagem de Presidente de Estado de 13 de maio de 1928 menciona que Ponta Porã possuía quatro escolas rurais estaduais sendo localizadas no povoado de Nhuverá, Dourados, Lagunita e Iguatemy, sem trazer registrado o número de alunos. Contudo, em 1929, a Mensagem de presidente de Estado, constatou que as escolas do povoado de Ponta Porã, registraram um movimento de 68 matrículas (MENSAGEM, 1929, p. 92-93).

A pesquisadora Centeno (2007), ao apresentar um resumo das estatísticas escolares do ano de 1933, frisa que em comparação aos dados apresentados pelo Presidente Pedro Celestinho em 1923, o número de escolas na fronteira aumentou. Segundo a autora tais resultados foram oriundos da “[...] maior participação do Governo do Estado na manutenção dessas escolas. Só em Ponta Porã, por exemplo, de 5 escolas isoladas, em 1923 (MATO GROSSO, 1923, p. 37) esse número passou para 16 em 1933” (CENTENO, 2007, p. 154). Para ela, não somente na fronteira Brasil-Paraguai, mas em todo o Estado de Mato Grosso, houve um maior “[...] desenvolvimento das escolas isoladas em comparação aos grupos escolares” (CENTENO, 2007, p. 155).

6.2 Imprensa e Instrução Pública

Em 10 de junho de 1923, o Jornal “O Progresso” de Ponta Porã, publicou um artigo no qual tecia uma série de críticas ao sistema educacional de Ponta Porã. Ao que nos parece este foi um dos tantos artigos que visavam refletir a realidade educacional no município e suscitar na população o desejo de reivindicar uma instrução pública eficaz.

O nosso ensino primário parece fadado a merecer a aplicação do brocado popular de careira de burro . . . Mudam-se os professores mas o aspecto não muda . . . para melhor pois n’ alguns casos parece tender a piorar. Era o Mecenas professor e todo o mundo achava que aquilo não andava bem. Frequencia havia, mas os alumnos, marcavam passos... como soldados, pois dera o antigo maestro para arregimentar o pessoal militarmente. Afinal o Mecenas foi demitido. Vindo em sua substituição um mestre diplomado, mas, quem pensar que a consa melhorou está na peor das ignorâncias. Nem mais a freqüência vistosa de tempos idos, existe agora. Com a escola do sexo femenino as cousas não andam melhor. A freqüência é tão diminuta que a casa da escola nos dá a impressão de casa deserta (O PROGRESSO, 1923, n. 166).

Neste trecho o redator utiliza-se do recurso da ironia para atacar aos professores e ao Inspetor escolar distrital de Ponta Porã: “[...] O Dr, Inspetor escolar deve deitar um pouco mais de energia, a menos que não nos queira trazer a convicção de que sua função se restringe a dar attestados de freqüência...” (O PROGRESSO, 1923, n. 166).

Pelas proposições de Hayden White a respeito das estratégias do discurso veremos que “[...] quando passamos das representações romancescas e cômicas para as representações trágicas e irônicas da história, [...] o elemento tema tende a se sobrepor

ao elemento enredo” (WHITE, 2008, p. 241). Nesta perspectiva, o Estado que era de fato o responsável pelo descaso da situação da Instrução Pública, saía de cena e a culpa recaía sobre o inspetor distrital. White (2008), citando Vico, conclui que sobre a ‘ironia’ “[...] não poderia ter surgido senão no período da reflexão, porque é moldada em falsidade por força de uma reflexão que usa a máscara da verdade” (WHITE, 2008, p. 224). É nesse sentido, que as críticas efetivadas pelo Jornal traduziam-se como respostas ao Inspetor Escolar, Bernardo de Souza, a partir de comunicação manuscrita endereçada à redação do ‘O Progresso’ datada de 11 de junho de 1923 e publicada em 17 de junho do mesmo ano.

O Inspetor em esclarecimento aos leitores do jornal admitia que a “[...] instrução primária [...] se encontra [va] em estado de anarchia e de desorganização” (O PROGRESSO, 1923, n. 166), contudo elencava as instâncias que, segundo ele, eram as culpadas do problema. Em primeiro lugar responsabiliza o poder público, pois “[...] não é culpado o magistério público local, mas sim, única e exclusivamente o poder público estadual” (O PROGRESSO, 1923, n. 166). Em segundo lugar o inspetor denunciava que as salas de aula não possuíam mobiliário “[...] meza, quadro negro, relógio” (O PROGRESSO, 1923, n. 166), e material didático, “[...] giz, papel, tinta, tinteiro, cannetas, pennas, lápis, livros escolares para os alunos pobres, livro de matrícula, caderneta de frequência, pote para água, vassoura, serviço sanitário” (O PROGRESSO, 1923, n. 166).

De acordo com o Jornal ‘O Progresso’ de 17 de junho de 1923, as correspondências da Inspetoria dirigidas “[...] a Directoria Geral da Intrucção Publica, solicitando esses míseros utensílios, não merecem resposta e as escolas continuam no regime do completo abandono, ao “[...] Deus Dara” (O PROGRESSO, 1923, n. 166).

Nesse sentido, a conjuntura educacional delineada por Bernardo de Souza, inspetor educacional de Ponta Porã, apresentava a lamentável situação dos professores que, privados do mínimo de material escolar e mobília necessária para lecionar, se encontravam impossibilitados de observar a solicitação do Diretório da Instrução Pública. Nesta perspectiva Luciano Mendes de Faria Filho (2000), considera que as escolas isoladas eram vista pelos governantes como símbolo do passado e da miséria, já que funcionavam em pardieiros, locais inadequados e sem o material pedagógico necessário. Bernardo de Souza, de forma enfática, descreve os estabelecimentos educacionais de Ponta Porã, como pardieiros infectos.

Todo o mundo sabe nesta terra, que as chamadas escolas estadoaes, não tem predio ou prédios próprios. Funcionam em barracões cobertos de zinco, pardieiros infectos, que aqui se chamam, por ironia da sorte, de casas. Ninguém ignora que uma escola não pode funcionar em qualquer predio, mas em edifício apropriado e construído de accordo com as regras traçadas pela hygiene escolar. Tanto é assim que, actualmente, se cogita da construcção de um predio para o grupo escolar desta cidade. Taes factos são públicos e notórios (CARTA ENDEREÇADA AO JORNAL O PROGRESSO, 11 de maio de 1923).

No caso de Ponta Porã, o Inspetor Bernardo de Souza relatava que a instrução Pública naquela localidade era inexistente e mencionava as dificuldades materiais pelas quais os professores passavam para manterem as escolas em funcionamento. Na defesa do corpo docente e de si mesmo, o inspetor, em artigo de 17 de junho de 1923 no Jornal O Progresso fez um desabafo público deixando claras as razões do fracasso da instrução pública: “[...] Os professores não podem, com seus miseráveis vencimentos, suprir a falta de material e desse modo se encontram impossibilitados de observarem exatamente o Regulamento, e de ministrarem a instrução tal como deve ser” (O PROGRESSO, 1923, n. 167).

A situação relatada pelo inspetor era comum nos primeiros anos da República. Em Mato Grosso, o processo educacional era incerto e defasado, caracterizado pela precariedade de professores, material e estrutura escolar. Para Vidal (2006), a melhoria desse cenário apenas se deu com a implantação dos Grupos Escolares que, segundo ela, “[...] fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais e educacionais” (VIDAL, 2006, p. 9).

A realidade não foi diferente com Ponta Porã, que distante dos centros urbanos, vivia a mercê dos seus governantes os quais pouco se importavam com a instrução pública daquele povoado. Evidentemente, o artigo buscava suscitar na população uma reação capaz de pressionar seus governantes a investirem na localidade

6.3 Semeando escolas: o empreendimento da Mate Laranjeira

Segundo Centeno (2007), as escolas na região de fronteira eram escassas e as que existiam se concentravam nos núcleos urbanos; no meio rural a existência das escolas “[...] dependia da iniciativa privada. Ainda havia as escolas do Paraguai, que

atendiam às crianças fronteiriças, inclusive as brasileiras” (CENTENO, 2007, p. 234). Segundo Centeno (2007), “[...] é importante observar, também, a influência da Cia. Matte Laranjeira na construção de escolas na região” (CENTENO, 2007, p. 234).

Argumenta a autora que a Empresa Mate Laranjeira contribuiu por meio da construção de prédios e por intermédio do fornecimento de materiais escolares para algumas instituições. De forma concreta, segundo o presidente de Estado Joaquim Augusto da Costa Marques, no ano de 1913, a Companhia teria doado todo o mobiliário para a única escola que funcionava em Bela Vista. “[...] Em Porto Murtinho, este presidente verificara, também, que o prédio onde funcionava a escola destinada ao sexo feminino, fora doado pela Companhia” (CENTENO, 2007, p. 26). No decorrer das nossas pesquisas, nos deparamos com três instituições escolares erigidas pela Laranjeira, Mendes & Cia, o GEMG em Guairá, GEMG na Fazenda Campanário e o GEMG na cidade de Ponta Porã, todos erigidos na área de Fronteira Brasil–Paraguai. Na Figura 14, é possível observar a localização das referidas instituições, dentro dos domínios da referida Companhia.

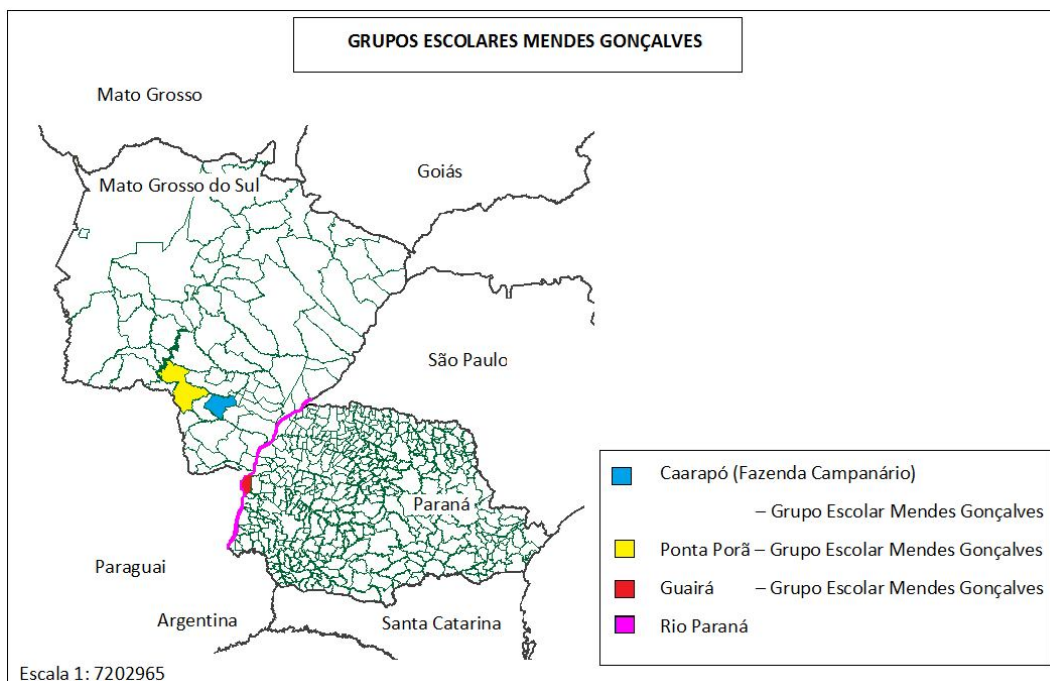


Figura 14 Grupos Escolares erigidos pela Laranjeira, Mendes & Cia Laranjeira, Mendes & Cia.

Fonte: Documentos diversos (PANEGÍRICO de Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra: a Matte Laranjeira; Relatos do engenheiro Flúvio Rodrigues) 1900-1931. Organização: TREVIZAN, Marcio Bogaz – 2011.

Pelo investigado, inferimos que a Empresa Laranjeira, Mendes & Cia, se empenhou na difusão de escolas na região da fronteira, possivelmente visando a difusão da língua portuguesa na região, pelo fato de que a maioria de seus funcionários eram paraguaios e nativos, falando apenas o castelhano e o guarani.

A esse respeito, no ano de 1926, em passagem pela fazenda Campanário, o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança registrou que “[...] a população ali falla o castelhano e o guarany; mas a Matte Larangeira procura conquistar toda aquella massa de índios e populações cruzadas com elementos indígenas à orbita de nossa influencia espiritual, ensinando-lhes o portuguez” (BRAGANÇA, 1926, p. 16, Apud, CENTENO, 2007, p. 234).

6.3.1 GEMG – Guairá - PR

O Grupo Escolar Mendes Gonçalves da cidade de Guaíra foi erigido por volta de 1912 e, inicialmente, recebeu o nome de escola Afonso Camargo em homenagem ao Vice-Presidente do Estado do Paraná durante os anos de 1912 a 1916. Fazia parte do complexo construído em Guaíra para dar início aos trabalhos de escoamento da erva-mate, para a Argentina, via Rio Paraná. Em meados da década de 1920, a referida escola recebeu o nome de Francisco Mendes Gonçalves em homenagem ao Comendador Mendes Gonçalves, um dos donos da Laranjeira, Mendes & Cia. Sobre a Escola Mendes Gonçalves de Guaíra, não encontramos material que abordasse a história da Instituição, apenas algumas fotografias da instituição e do transporte escolar utilizado na época para levar as crianças para o Grupo Escolar (Figura 15 e 16).



Figura 15- Fotos diversas do Grupo Escolar Mendes Gonçalves – Guaíra – PR.
Fonte: GEMG – Guaíra – PR – década de 1920-1950.

Na figura 15, a direita observa-se uma foto tradicional de uma aluna do GEMG da cidade de Guaíra, entre as décadas de 1920 a 1950. A Esquerda uma fotografia do transporte escolar da época, isto é, uma carroça puxada por cavalos e guiada por um cocheiro. Interessa notar que o “carro” era exclusivo para o transporte dos alunos, dado que um letreiro frontal descrevia sua função: “Transporte Escolar”.



Figura 16- Fotos diversas do Grupo Escolar Mendes Gonçalves – Guaíra – PR.
Fonte: GEMG – Guaíra – PR – década de 1920-1950.

Na Figura 16, observamos a direita, um grupo de alunos e alunas fazendo exercícios físicos no pátio do colégio. Todos trajavam camiseta, bermuda e sapatos adequados para as aulas de Educação Física. A esquerda da mesma figura, observamos o documento iconográfico acerca do GEMG de Guaíra, tendo a frente do Grupo Escolar os alunos uniformizados e perfilados em fotografia oficial.

Encontramos menções sobre o Grupo Escolar, nos seguintes trabalhos: monografia de graduação em Arquitetura e Urbanismo da professora Maristela Bridi Guazzelli, intitulada *Revitalização e Construção de nova unidade no Colégio Estadual Mendes Gonçalves – Guaíra – PR*, desenvolvida na Universidade Paranaense (UNIPAR) no ano de 2006; no livro *Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná*, organizado pelo professor Alfredo Fonceca Peris da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no ano de 2003; no livro memorialístico intitulado *Guahyrá Guaíra* de Hortência Zaballos Muntoreanu de 1992; e por fim, na monografia de Especialização em Metodologia do Ensino Superior, do pesquisador Paulo Alberto Tomazinho, defendida em 1981 sob o título *O Processo de ocupação do Sul de Mato Grosso e Oeste do Paraná: a economia ervateira e a Companhia Mate Larangeira S/A*.

A partir da Figura 16 e 17 inferimos que o Grupo Escolar Mendes Gonçalves de Guaíra, possuía ao seu redor, uma estrutura que possibilitava as crianças da região a terem acesso as aulas.

6.3.2 GEMG – Fazenda Campanário -Caarapó, MS

Concernente ao Grupo Escolar existente na Fazenda Campanário, os únicos registros que encontramos sobre sua existência foram o relato do Engenheiro Flávio Rodrigues que mencionou a existência de “[...] um grande Grupo Escolar, cuja frequência vai a 400 alunos diariamente” (IBGE, 1944, Apud. GRESSLER & SWENSSON, 1988, p. 71-72), e uma fotografia, (Figura 17) encontrada no Centro de Documentação da Universidade Federal da Grande Dourados.



Figura 17 – Escola Mendes Gonçalves – Fazenda Campanário (década de 1920)
 Fonte: Centro de documentação da UFGD – Fazenda Campanário.

Na fonte iconográfica acima é possível observar a Escola de madeira a direita da fotografia. Ao lado esquerdo uma carreira de árvores nas quais várias crianças se abrigam. Na frente da escola, observam-se as crianças de várias idades colocadas a postos, juntamente com os professores, numa pose tradicional para a fotografia. Apesar do documento não ser de boa qualidade, é possível verificar que os meninos estão trajando shorts e camisa de manga comprida e as meninas saia franzida e blusa de manga comprida. Todos com sapatos e meias brancas. No documento é possível observar um maior número de meninas em sala de aula, em relação ao número de meninos. Tal realidade pode consistir no fato de que o ensino era mais valorizado para as meninas ao passo que os meninos partiam mais cedo para o trabalho nos ervais ou em outras repartições da Empresa.

6.3.3 GEMG de Ponta Porã, MS

Em 13 de maio de 1923 o jornal O Progresso noticiou a construção do prédio para o Grupo Escolar e atribuiu ao tenente Heitor Mendes Gonçalves a intercessão junto à diretoria da Empresa Mate Laranjeira a fim de que financiasse o edifício.

Já podemos publicar, com segurança, que, dentro em breve, estará traduzido em facto o grupo escolar desta cidade. Há pouco tempo demos noticia de que o Tenente Heitor Mendes Gonçalves havia meneifestado desejos de que a Empresa Mate oferecesse a cidade prédio para tal fim. O prestigio do digno moço conterrâneo junto aos directores da Empreza que tão superiormente administra, deixava comprehender que o seu desejo seria approved sem restrições. E a directoria sabedara da necessidade que tinha Ponta Poran, escolheu com toda satisfação o desejo do seu preposto aqui, o que para nós representa um admirável serviço pelo imcremento que toda a nossa cidade esperava quentemente o nosso município (O PROGRESSO, 13 de maio de 1923).

O artigo do referido periódico louva a iniciativa da Empresa e atribui a ela o *status* de protetora das necessidades educacionais da cidade de Ponta Porã. Vale ressaltar que à época era Heitor Mendes Gonçalves (Figura 18) o diretor local da Empresa Laranjeira Mendes & Cia.



Figura 18 – Heitor Mendes Gonçalves–Administrador da Laranjeira Mendes & Cia (década de 1920).

Fonte: Acervo do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

No referido artigo, a Empresa foi enaltecida pela sua contribuição, assim se refere o redator:

Em sua hora veio ao encontro dessa necessidade a Empreza, sendo magma pars no caso illustre conterraneo a cujo trabalho rendemos sem favor o preito da nossa homenagem pelo gesto sympathico e eminentemente patriótico que

teve concorrendo para que nos fosse trazida tão grande contribuição ao nosso progresso.

Se de um lado, o jornal noticiava a contribuição da Empresa Mate Laranjeira, de outro se observa uma procura por benfeitores que pudessem doar o terreno para a construção do Grupo ou por pessoas que os vendessem a preços baixos. O Jornal O Progresso de 24 de junho de 1923, teceu críticas a falta de terreno para a construção do Grupo Escolar e para a edificação da Igreja Católica Matriz.

O periódico atribuiu a demora do início das obras dos referidos edifícios aos proprietários de lotes urbanos baldios e que se negavam a vendê-los por preço justo. O texto implicitamente denuncia a especulação imobiliária ou oportunismo dos proprietários que desejavam superfaturar a venda dos terrenos e lucrar com a construção do Grupo Escolar e da Igreja, mas ao mesmo tempo, de forma velada, evidencia a indisposição da parte da população em contribuir com a Empresa Laranjeira, Mendes e Companhia. Independente de esta ser a benfeitora do prédio para o Grupo Escolar, a população de forma silenciosa protestou, pois sendo ela o símbolo máximo do poder na região, evidentemente não necessitaria da parca doação de um terreno.

Alguns interessados na sua effectivação [do Grupo Escolar], tem procurado os possuidores de lotes baldios, recebendo a contestação de só os venderem por bons pares de contos de réis, de modo que a serem satisfeitos taes ganâncias, a verba destinada a edificação se vira de desfalcar, com provável prejuízo para um maior traçado. [...] Que taes precalsos venham de obstar as projectadas construcções em logares centraes da cidade, ainda baldios, é o cumulo das vergonhas. Não terá a Intendencia meios da desapropriar para utilidade publica, os terrenos necessários a taes construcções? (O PROGRESSO, 1924 n. ?)

Em 5 de agosto de 1923, o jornal 'O Progresso' voltou a tecer críticas à equipe que era responsável por conseguir o terreno para a instalação do prédio do Grupo Escolar e atacou o Intendente do povoado insinuando que o mesmo deveria utilizar de meios como a desapropriação para conseguir de imediato o local para o início das obras do Grupo Escolar. Não podemos esquecer que o Jornal O progresso era vinculado aos interesses da Laranjeira Mendes & Cia pelo fato desta ser a maior potencia econômica do lugar; era opositor ao governo do Estado de Mato Grosso, pois este era considerado nocivo aos interesses da referida empresa.

6.4 A instalação do Grupo Escolar Mendes Gonçalves

Para Sanfelice (2006), ao investigar uma instituição escolar, o historiador deve “[...] ir em busca das [...] origens [da instituição], do seu desenvolvimento no tempo” (SANFELICE, 2006, p.24). Nesta perspectiva, a fim de dar historicidade ao processo escolar do GEMG, recorreremos aos fatos que permitiram a consolidação da instituição na cidade de Ponta Porã.

No ano de 1923, o presidente Pedro Celestino Correa da Costa, na mensagem de Presidente de Estado, fez referência ao Grupo Escolar que o povoado de Ponta Porã reivindicava, entretanto alegou impossibilidades financeiras de atender o pedido, postergando a construção para o tempo oportuno. Leia-se, quando o Estado encontrasse algum interesse explícito em Ponta Porã, além de simplesmente extrativismo vegetal. O interesse do Estado em Ponta Porã, se reduzia a captação de impostos obtidos com a venda da erva-mate e com a salvaguarda da região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Não há dúvida de que sendo a Empresa Laranjeira Mendes e Companhia detentora dos ervais do sul do antigo Estado de Mato Grosso representava uma evasiva para que o Governo não investisse efetivamente na região, pois do ponto de vista prático a área era de domínio da Empresa, área eminentemente privada. Os interesses do Estado em Ponta Porã, se reduziam à captação de impostos obtidos com a venda da erva mate, com a salvaguarda da região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai e com a desestabilização da referida Empresa.

Em 5 de agosto de 1923, o Jornal *O Progresso* proferiu críticas diretas ao superintendente do Município de Ponta Porã, levando os leitores a se perguntarem quais eram as reais motivações da demora em se conseguir o terreno para a construção do Grupo.

E o Grupo Escolar? Tem arrefecido a Idea, ao que nos consta, devido a falta de terreno próprio e espaçoso para a sua construção. Não terá o Sr. Intendente a lembrança feliz de desapropriar o terreno da rua Costa Marques, pertencente ao Sr. Pedro Ribas, para offerecel-o ao Estado, de medo que venha de ter solução esse problema de tanta aspiração de todo o povo? (O PROGRESSO, 1923, p. 174).

O texto evidencia os questionamentos ou a cobrança traduzida nos “porquês” subjacentes relacionados à demora do início das obras, haja vista que houve a desapropriação de um terreno pertencente a Pedro Ribas, sito à rua Costa Marques. Sobre o ato de desapropriação, este é o único relato, restando o silêncio a respeito dos motivos pelos quais o Grupo não foi construído no lote em questão.

Em 30 de setembro de 1923, o Jornal *O Progresso* noticiou a doação do terreno por parte da Empresa Mate Laranjeira, sito à Travessa Barão de Melgaço e o início das obras do Grupo Escolar. É importante ressaltar que conforme o Ato n. 43, resolução n. 46 de 16 de outubro de 1915, documento que aprovou a planta da zona urbana da cidade de Ponta Porã, o terreno da referida Travessa, pertencia a Prefeitura. Sendo assim, as evidências dão conta que não foi a Empresa que o doou e sim o poder público local. Contudo, a Mate Laranjeira foi que ganhou os créditos do ato.

Graças aos esforços do nosso distinto amigo Tte. Heitor Mendes, vem de ser adquirido por compra pela Empresa Mate Laranjeira, de que é operoso administrador, neste Estado, um terreno sito, à travessa Barão de Melgaço desta cidade, para ser construído o prédio que essa firma pretende oferecer ao Estado, afim de nelle ser instalado o Grupo Escolar (O PROGRESSO, 1923, n. 182).

De certo modo, um dos artífices do GEMG em Ponta Porã, foi a população, que por meio de constantes pressões, cobravam dos governantes a instalação de um GE na cidade. Entretanto, de forma concreta o principal responsável pela construção do Grupo Escolar foi o administrador da Laranjeira Mendes & Cia, Heitor Mendes Gonçalves, a qual encampou a instalação do edifício para abrigar o GE. Quanto ao início das obras, o mesmo artigo noticiou o nome do Engenheiro responsável pela planta, Dr. Napoleão Michel e do engenheiro responsável pela construção.

As obras já foram iniciadas, sob a direção do engenheiro Frederico Behm a quem está confiada a execução da planta confeccionada pelo engenheiro Dr. Napoleão Michel. Em outra edição, daremos uma exposição do traçado a ser observado na importante obra (O PROGRESSO, 1923, n. 182).

Quanto ao pedreiro responsável pela obra, nossas pesquisas revelaram que foi Paulo Wincler (Figura 19), gaúcho, que migrou para Ponta Porã, junto com a família em meados de 1900.

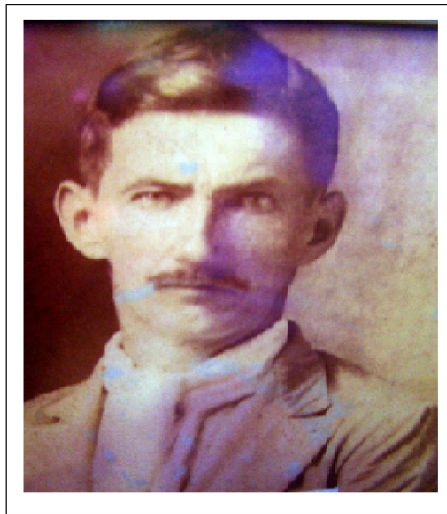


Figura 19 – Paulo Wincler – Construtor do GEMG (década de 1920).

Fonte: Museu da Erva-mate – Ponta Porã – década de 1930.

Em 13 de maio de 1924, a Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso, anunciou à assembléia a decisão da Empresa Mate Laranjeira de construir o edifício Escolar. Assim se refere o Presidente de Estado:

Tendo a Empresa Mate Laranjeira oferecido ao Estado um edifício já em construção para o funcionamento de um grupo escolar na cidade de Ponta Porã, eu vos pediria autorização para provê-lo do pessoal e material necessário.

No ano de 1924, arrefeceram-se os comentários do Jornal *O Progresso* às autoridades de Ponta Porã. Entretanto, tendo se passado quase um ano do anúncio formal da construção do Grupo Escolar, o folhetim de 18 de maio de 1924, desferiu uma severa crítica às autoridades locais.

Ponta Porã nada tem em melhoramentos de ordem material, devido a iniciativa do Governo do Estado. Senão vejamos: a casa onde funcionam as escolas publicas estadoaes foi construida a expensas do povo, mediante contribuição directa (espécie de subscrição caridosa), esta mesma esta muitissimo aquém do preenchimento do fim a que é destinada: não tem luz, espaço, hygiene nem outros requisitos que a ponham a coberto de uma condemnação em regra. [...] Pediu-se a creação d' um grupo escolar, exigiu [o Estado] que fosse construído o predio, e assim vai tudo, sem esperanças d' uma modificação qualquer (O PROGRESSO, 1924, n. 215).

O melhoramento de “ordem material” apenas chegou a Ponta Porã, com a construção das instalações do GEMG, contudo, à custa da Laranjeira Mendes & Cia. O

Estado de Mato Grosso continuou isento de investimentos na região, deixando a população a mercê do domínio da Empresa.

6.4.1 Analfabetismo vergonhoso

No artigo do jornal O Progresso, datado de 25 de maio de 1924, salta aos olhos a comparação do sistema educacional de Ponta Porã com o sistema educacional do Paraguai. O redator enfatiza que o país vizinho, possuía um aparato educacional bem consolidado, enquanto a cidade de Ponta Porã, padecia com a negligência de seus administradores. As conclusões que chegavam os redatores eram as piores possíveis, alegavam que o povo de Ponta Porã estava à mercê da própria sorte e indigente aos olhos do Estado de Mato Grosso.

Por muito que custe dizelo, Ponta Porã desmente o conceito que pretende ter. Todos falam em progresso, exigem-se benefícios em nome da civilização, [...] mas, ao lado disto, mostramos o maior descaso pela instrução. [...] As escolas estão desertas: a infância estiola-se e enférma no mais absoluto abandono dos cuidados...

O que vemos, o que se petenteia e o que, infelizmente, não passa de uma dura verdade, é que a vergonhosa onda do analfabetismo vai engrossando cada vez mais entre nós, mostrando-nos um numero superior a 500 creanças que para ahi tristemente perambulam á mercê dos caprichos e sugestões de um meio falho e falso, perfeitamente abandonadas... (O PROGRESSO, 1924, n. 216).

A constatação de que em média quinhentas crianças perambulavam por Ponta Porã, sem instrução, revela a falta de interesse das autoridades estaduais e a dura realidade do sistema educacional pontaporanense, sucateado e entregue a própria sorte.

Demais, nós estamos vis-á-vis de um povo que alimenta pretensões idênticas ás nossas [os paraguaios], assistindo-nos a obrigação de não consentir que elle nos passe adeante. [...] E com que triste espectáculo para nós: As suas escolas cheias. Repletas. Com uma freqüência superior a 300 alunos, ávidos por instruírem-se e educarem-se.____ a dizerem- nos que dentro de dez annos talvez não haja analfabetos no Paraguay. Nós, com mais recursos, mais condições de vida e muito maior campo de acção para desenvolver ... nem a décima parte das creanças na idade escolar temos a aprender, ao menos. A Lingua que falamos e que ellas devem falar também! (O PROGRESSO, 1924, n. 216).

Interessante notar que decorridos apenas 54 anos do fim do conflito da Tríplice Aliança, o Paraguai conseguiu resgatar o nível de desenvolvimento no âmbito da

educação. Dada às circunstâncias nas quais Ponta Porã se encontrava certamente seus cidadãos se sentiam inferiorizados em relação aos paraguaios, considerando que após a Guerra, nutriu-se uma idéia de superioridade dos brasileiros em relação ao país vizinho. Do ponto de vista educacional, o “vencido” estava em melhores condições que o “vencedor”.

Em artigo de 08 de agosto de 1925, o jornal trazia novamente ferrenhas críticas ao sistema educacional de Ponta Porã, alegando que na cidade não havia nenhuma escola pública mantida pelo Estado. Fato interessante é que o artigo revelava a existência de um Grupo Escolar no povoado de Ponta Porã, construído a “[...] quase dois anos” (O PROGRESSO, 1925, n. 233), contudo sem funcionamento. Tal informação nos leva a inferir que o grupo teve a sua construção finalizada entre final de 1923 e meados de 1924.

Infelizmente, a situação, presentemente, é a mesma. Não ha em Ponta Porã (cidade) uma so escola publica do Estado! Tem o município, ha quase dois anos, um predio para Grupo Escolar, que o senhor. Estevão prommeteu inaugurar, tão logo houvesse casa apropriada! Diante disso, só podemos acreditar que nosso município, só é lembrado pelos poderes publicos, quando se lhe pretende impor *ônus* mais pesados do que aquelles que já suportavam ou então, (os outros municípios são filhos de Deus e o nosso o é do Diabo) (O PROGRESSO, 1925, n. 233).

6.4.2 Uns são filhos de Deus outros do Diabo

A crítica feita ao Presidente do Estado de Mato Grosso, a respeito da demora em inaugurar o Grupo Escolar, encontrou seu eco no artigo publicado em 7 de agosto de 1927. Intitulado *Grupo Escolar - Os resultados obtidos*, o artigo afirma que após o término da construção do edifício para abrigar o Grupo Escolar, o Governador do Estado de Mato Grosso Estêvão Alves Correia, recusou-se a recebê-lo da Laranjeira, Mendes & Cia, pelo fato de ser ela a doadora do edifício.

Construindo o Grupo, o governo não quis nomear professores, dizendo-se que assim procedia por ter sido uma doação da Empreza. [...] o presidente de então jogou uma cartada política que julgou excelente. Excesso de patriotismo! Coube ao dr. Mario Correa prestar-nos o grande serviço que hoje bemdisemos (O PROGRESSO, 1927, 285).

A recusa possivelmente se deve aos conflitos deflagrados entre a Empresa e o Estado de Mato Grosso, em torno das questões referentes ao arrendamento da área de

ervais, assunto já discutido neste capítulo. Contudo, é interessante notar que o Estado de Mato Grosso foi apresentado como o “vilão” que barrava o progresso de Ponta Porã. O Governador era definido como homem de “Espírito pequenino” e “inteligência curtíssima”, enquanto Francisco Mendes Gonçalves, foi definido como “benemérito cidadão” que abraçou uma “ideia altruísta.”

Esta dicotomia entre Estado e Empresa era veiculada provavelmente para barrar os cidadãos pontaporanenses que faziam oposição a Laranjeira Mendes & Cia. A culpa pelos infortúnios de Ponta Porã, eram todas descarregadas no Poder Público. Pouquíssimas vezes ousavam criticar a mão poderosa da Empresa, tais como o advogado João Batista de Azevedo. A fim de convencer a população a respeito do altruísmo da Empresa, o redator do artigo *Grupo Escolar - Os resultados obtidos, propôs* contar o que ele chamou de “histórico desse estabelecimento.

Não é inoportuno contarmos aqui o histórico desse estabelecimento. Era delegado de Polícia o Sr. João Gualberto Cabral, e a sua actuação tornou-se notavel pela actividade desenvolvida. Mãe, homem, pobre, estava privado de manter a sua família e os vencimentos do cargo eram insufficientes, tanto que resolvera demittir-se. Sabedor disso, e admirador da acção do delegado, o capitão Heitor Mendes propôz-se a dar-lhe pela Empreza Matte, uma gratificação mensal a fim de que continuasse elle no posto. Cabral acceitou, propondo, porém, a condição de recebê-la oficialmente. Dirigindo-se no Conselho Municipal, Heitor Mendes promptificou-se a depositar nos cofres da Intendencia uma quantia, para que o Conselho arbitrasse uma gratificação ao delegado de Polícia. O conselho oppôz-se. Cabral não abriu mãos dum auxilio, e confessou que muito grato ficaria se a Empreza mandasse construir um prédio que servisse de Escola, pois tinha filhos a educar. (O PROGRESSO, 1927, 285).

Novamente a Empresa se via enaltecida e o aparelho de Estado, simbolizado pela “intendência”, criticado. A forma dicotômica com a qual o jornal tratava a questão, provavelmente, atraía a complacência de muitos dos cidadãos de Ponta Porã e a admiração pela Laranjeira Mendes & Cia.

No mesmo dia de 08 de agosto de 1925, o Jornal *O Progresso* publicou o artigo intitulado *Uns são filhos de Deus outros do Diabo*, manifestando o redator a sua revolta em ver o povoado de Campo Grande, inaugurar um novo prédio para a instalação do Grupo Escolar, e Ponta Porã, apesar de possuir o edifício do GE já terminado, ainda não estava em funcionamento. A matéria criticou duramente os Governantes do Estado de Mato Grosso, acusando-os de negligência no que se referia a instalação do GE na cidade de Ponta Porã.

Evidentemente que os *Filhos de Deus* referia-se aos campo-grandenses que receberam a benesse do Estado e os *Filhos do Diabo* tratava-se dos pontaporanenses que estavam à mercê da vontade de seus governantes. Se de um lado o Estado de Mato Grosso buscava naquele povoado impostos para o sustento estatal, de outro nada oferecia para aqueles que necessitavam da mão republicana dos governantes.

Após dois anos de existência do prédio para abrigar o Grupo Escolar, finalmente, em 06 de fevereiro de 1927, o Jornal *o Progresso* noticiou a nomeação do Diretor e de professores para o Grupo Escolar, entretanto não mencionou os nomes dos indicados para as funções. No dia 09 de fevereiro de 1927, o Jornal *Gazeta Oficial* publicou o Decreto n. 752, no qual o presidente do Estado de Mato Grosso, Mario Correa da Costa, criou o Grupo Escolar na cidade de Ponta Porã.

O Presidente do Estado de Mato Grosso atendendo á necessidade de ser creado, na cidade de Ponta Porã, um Grupo Escolar onde possa o ensino primário ser ministrado com mais eficiencia, dado o crescido numero de alumnos na idade escolar ali existente. Decreta. Art. 1 – Fica creado, na cidade de Ponta Porã, com a mesma organização dos actuais, um Grupo Escolar com a denominação de “Mendes Gonçalves” em homenagem ao Commendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da S. A. Empresa Mate Laranjeira, doadora do edificio em que vae funcionar o referido grupo. Art. 2 – A Directoria Geral da Instrucção Publica providenciará sobre a sua installação, revogadas as disposições em contrario. Palacio da Presidencia do Estado de Cuiabá, 29 de Janeiro de 1927, 39º da República. *Mario Correa da Costa / Carlos Gomes Borralho*. Decreto de criação do Grupo Escolar, n. 752 de 9 de fevereiro de 1927 (GAZETA OFICIAL, 1927, n. 5623).

Em homenagem ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da Empresa Mate Laranjeira (Figura 20), doadora do edifício, atribui o nome de *Mendes Gonçalves* ao referido estabelecimento educacional. Destacamos que referente ao GEMG, o personagem Francisco Mendes Gonçalves, não teve ação direta na consolidação da obra, considerando que a ação foi da Empresa Laranjeira, Mendes & Cia, tendo como protagonista o administrador Heitor Mendes Gonçalves.

Em 13 de fevereiro do mesmo ano, o jornal *O Progresso* noticiou em Ponta Porã, a criação do Grupo e publicou o nome do Diretor, o cuiabano Achilles Verlangieri (Figura 21) professor do Liceu Cuiabano.



Figura 20 - Francisco Mendes Gonçalves (1919).
Fonte: Acervo do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.



Figura 21 - Achilles Verlangieri – Diretor do GEMG – 1927.
Fonte: Acervo do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

Em 25 de maio do mesmo ano, o Diretor, professor Achilles Verlangieri publicou o primeiro Edital de Matrícula para o Grupo Escolar e a fim de cumprir as prescrições da Instrução Pública, exigia aos pretendentes a carteira de vacinação e o certidão de comprovante idade.

Edital de Matricula. Faço publico, para conhecimento dos interessados que, de conformidade com o art. 64 do regimento interno dos Grupos Escolares, em vigor, acham-se abertas, a partir de hoje e pelo prazo de 15 dias, as matriculas para as diversas classes neste Grupo Escolar. Em virtude do que preceitua o §1º do referido artigo, convido os interessados a exhibirem certidão de idade e atestado de vacinação ou revaccinação dos pretendentes á matricula. Ponta Porã 25 de Maio de 1927. Acchiles Verlangieri. Director (O PROGRESSO, 1927 n. 275).

De acordo com o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, as matrículas deveriam ser feitas pelo Diretor do Grupo Escolar e para tal bastava a solicitação verbal dos pais ou responsáveis, acompanhadas das crianças que buscavam o ingresso no Grupo. A matrícula nas escolas primárias do Estado eram gratuitas e obrigatórias, para todas as crianças com idade entre 7 a 12 anos, que residiam no “[...] raio de 2 quilômetros da escola pública” (REGULAMENTO, 1927, Art. 133).

Em ofício da Diretoria Geral da Instrução Pública, datado de 11 de maio de 1927, o Dr. Cesário Alves Corrêa propôs ao Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Major João Cunha, a incorporação das Escolas Masculinas e Femininas ao Grupo Escolar Mendes Gonçalves. Esta incorporação ao que tudo indica tinha como função, concentrar para fortalecer o sistema educacional em Ponta Porã.

Em 06 de março de 1927, o Jornal *O Progresso* apresentou algumas das dificuldades que supostamente Ponta Porã enfrentaria para manter o Grupo em funcionamento. A primeira apresentada foi o baixo salário com o qual os professores contariam, o qual estimava o redator em 60\$000 por mês, valor considerado insuficiente para a sobrevivência no vilarejo.

A segunda dificuldade, segundo o periódico, seria encontrar professores que se submetessem a lecionar num povoado tão distante da capital e por um salário tão pequeno. Como solução para tais problemas, o jornalista apresentava sutilmente à opinião pública, o nome da professora municipal Juvelina Gomes. De forma sutil, o periódico, afirmava que a mesma deveria ser transferida para o grupo escolar, sendo a escola municipal, onde a mesma lecionava, fechada e a verba municipal repassada ao GE. Desta maneira, o salário dos professores poderia aumentar, atraindo mestres para a localidade.

Dando prova da sua influência social e do seu peso nas decisões políticas em Ponta Porã, o jornal *O Progresso* publicou, em 01 de maio de 1927, a transferência da professora Juvelina Gomes e de sua Adjunta para o Grupo Escolar Mendes Gonçalves e o fechamento da Escola Municipal. Quanto aos salários reais pagos ao corpo docente e ao administrativo do GEMG, o demonstrativo anual da instituição, do ano de 1929 (Tabela 4), explicitou os valores recebidos por cada funcionário e registrou como trabalhadores efetivos, 11 funcionários, sendo 8 professores, 1 diretor, 1 porteiro e 1 servente, totalizando um gasto mensal de 26.760\$000.

Tabela 4 – Demonstrativo salarial dos funcionários do GEMG - 1926

n.º	Cargo	Ordenado	Gratificação	Total
1	Diretor	3:600\$000	1:800\$000	5:400\$000
8	Professores	1:600\$000	800\$000	19:200\$000
1	Porteiro	1:200\$000	600\$000	1:080\$000
1	Servente-diarista		1:080\$000	1:080\$000
Total Geral				26:760\$000

Fonte: Lei N.º 948, de 28 de junho de 1926. Livros de Leis e Decretos (biblioteca) p. 21.

Quanto ao aspecto econômico, ressaltamos que o salário do diretor era o mais alto, tendo um teto de 5:400\$000, enquanto o dos professores era de apenas 2:400\$000, praticamente metade do valor pago ao diretor local. Segundo Souza (1998), os primeiros governos do Estado republicano, em São Paulo, investiram na formação dos professores e na valorização do magistério por meio da reforma das Escolas Normais e da concessão de melhores salários aos professores. Contudo, em Ponta Porã, a realidade foi diferente, sendo salários baixos e condições de trabalhos precárias. Quanto ao porteiro e a servente-diarista, o salário era de 1:080\$000, muito inferior ao cargo dos professores.

O orçamento previsto para o ano de 1930, publicado pelo Presidente de Estado de Mato Grosso, Dr. Aníbal Benício de Toledo trouxe um aumento nos salários dos professores e diretor do GEMG (Tabela 5).

Tabela 5 – Demonstrativo salarial dos funcionários do GEMG – 1930

n.º	Cargo	Ordenado	Gratificação	Total
1	Diretor	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
8	Professores	2.240\$000	1.120\$000	3:360\$000
1	Porteiro	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1	Servente-diarista	1:800\$000		1:800\$000
Total Geral				14:700\$000

Fonte: Lei N.º 1083, de 16 de julho de 1930. APMT- Leis e Decretos (Biblioteca) p. 109

Por meio da Lei n.º 1083, de 16 de julho de 1930 os salários dos professores juntamente com a gratificação, passaram de 2:400\$000, para 3:520\$000. Os vencimentos do diretor somados a gratificação mensal, passou de 5:400\$000, para

7:200\$000. Interessante notar que os vencimentos da servente diarista continuou o mesmo valor, sendo reajustado apenas o valor devido ao porteiro, que passou de 1:800\$000, somando salário mais gratificação, para 2:400\$000.

6.4.3 A Inauguração do Grupo

A inauguração do Grupo Mendes Gonçalves foi noticiada pelo jornal *O Progresso* em 29 de maio de 1927, por meio da publicação da carta do professor Achilles Verlangieri, convidando a população para a solenidade de inauguração. Assim escreveu o diretor:

Sr. Dr. Director do O Progresso. Estando designado o dia 1º as 15 horas para a sessão inaugural do Grupo “Mendes Gonçalves” peço a fineza de fazerdes pelo vosso jornal um convite as cultas e distinctas sociedades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero para abrilhantarem esse acto de tanta relevancia para nós e que deve ter, por sua natureza um cunho essencialmente democrático. Agradecido antecipadamente subscrevo-me. Acchiles Verlangieri.

A notícia com os detalhes da inauguração foi veiculada pelo referido periódico em 12 de julho de 1927, esboçada na Figura 22. Durante a inauguração ocorrida às 15 horas do dia 5 de julho de 1927 esteve presente ao ato, o prefeito de Ponta Porã, Arnóbio de Miranda; Sr. Heitor Dias, Chefe Político de Pedro Juan Caballero; Dr. Lima Avelino, Inspetor Escolar; Major Policarpo De Avilla, Delegado de Polícia; Dr. Eduardo de Barros; Coronel Luiz Pinto e o Diretor do Grupo professor Achilles Verlangieri.

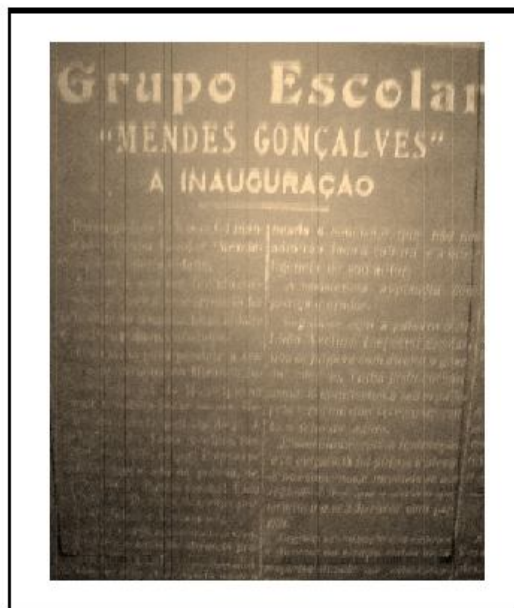


Figura 22 - Recorte Jornal O Progresso 1927.
Fonte: Jornal O Progresso, 12 de junho de 1927, n. 277.

Segundo o Jornal 'O Progresso', o Dr. Arnóbio de Miranda, além de inaugurar solenemente o referido Grupo (Figura 23), proferiu discurso com destaque para o importante papel da educação na formação do cidadão republicano (Figura 29. Na ocasião, Miranda registrou o mérito do Presidente Mario Correa da Costa, o qual foi comparado ao jurista e político brasileiro, Rui Barbosa, e ao cientista francês, Louis Pasteur, lembrado por todo o sempre pela instrução e ciência.



Figura 23 -Grupo Escolar Mendes Gonçalves (1925).
Fonte: Acervo do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

De acordo com o Regimento da instrução pública em vigor naquele ano, era necessária a assinatura da ata de fundação por parte de todos os presentes. Daí a incisiva ênfase dada ao evento pelo Jornal *O Progresso* de 12 de junho de 1927 aos registros dos presentes que assinaram a ata de instalação do Grupo Escolar, com destaque para o tenente Patrocínio que assinou o documento como representante do 11º Regimento de Cavallaria Independente de Ponta Porã, responsável pela segurança da fronteira Brasil-Paraguai.

Poucos meses após a inauguração do GEMG, o edifício começou a apresentar problemas no telhado. O periódico local datado de 12 de outubro de 1927 trouxe a notícia da substituição das telhadas do Grupo, por ordem do Presidente de Estado de Mato Grosso.

Pela Secretaria de Obras publicas do Estado, foi autorizada a Collectoria local a contractar a substituição do telhado do Grupo Escolar, “Mendes Gonçalves”, visto estar o mesmo danificado, e nessa conformidade, o Sr. Collector major Henrique de Carvalho, vem de contractar com o sr. Manoel Gregorio, pela importancia de 14.000\$000 toda a substituição por telhas francezas, exigindo o instrumento de contracto cuja leitura tivemos occasião

de assistir, que seja empregado material de optima qualidade. É esse um melhoramento de significação, pois, o prédio fora construído com alicerces de comprovada resistência, sendo de lamentar que o pouco escrupulo do constructor, abusando de attribuições que lhe foram confiadas tivesse empregado na cobertura material feito sem consistência (O PROGRESSO, 1927, n. 294).

O artigo em questão atribui aos construtores do GEMG os problemas ocorridos com o telhado, alegando que o mesmo deveria ser substituído por telhas de barro. Vale notar que quem forneceu o material utilizado para a edificação do prédio foi a Empresa Laranjeira, Mendes & Cia, não sendo então os construtores os responsáveis pelas telhas de baixa qualidade utilizadas na cobertura. Salientamos que o GEMG já estava edificado há dois anos, estando sem reparos. Outro ponto importante consiste no fato da Empresa construir o edifício e deixá-lo a mercê do Estado de Mato Grosso, considerando que poucos meses após a solenidade de instalação do GEMG, os reparos já eram de responsabilidade da Secretaria de Obras Públicas de Mato Grosso.

Em 7 de agosto de 1927, O Progresso trouxe artigo sobre os primeiros resultados obtidos com a implantação do Grupo Escolar, enaltecendo os métodos utilizados e a atuação das professoras do GEMG.

[...] É confortador o que vimos observando. Pelo methodo de ensino empregado, pela competência das distinctas preceptoras, e dada a capacidade do professor Achilles Verlangieri que dirige o modelar instituto, há verdadeiro estímulo, e as creanças têm demonstrado franco progresso. Com todo o nosso atrazo, força é notar que Matto Grosso está, com muito poucos Estados do Brasil, na vanguarda em questão de ensino. (O PROGRESSO, 1927, n. 285).

Ao finalizar o artigo, reconhece que o Estado de Mato Grosso, apesar do atraso educacional no qual estava mergulhado, figurava entre os Estados da Federação que estavam na vanguarda do ensino republicano. Para Silva (2006), “[...] floresceu em Mato Grosso uma cultura escolar próxima dos demais estados do país, [...] consolidando-se no ensino público desse estado e na memória da população mato-grossense” (SILVA, 2006, p. 231).

As evidências dão conta que a instalação do GE em Ponta Porã ensejou uma maior preocupação por parte dos professores e autoridades locais, para com a consolidação do republicanismo na região de fronteira. A presença do Estado de Mato Grosso, por meio das constantes intervenções no domínio da Laranjeira Mendes & Cia e a instalação do GE consistiram em atitudes concretas para fazer da fronteira um

território efetivamente brasileiro, visando eliminar as forças que se opunham a tal processo.

A instalação do GE, diferentemente do que se possa imaginar, não foi forçado pela Empresa, mas suportado por ela, isto é, a Laranjeira Mendes & Cia aceitou a intervenção do Estado, pois se fizesse oposição dificultaria as relações políticas, comprometendo a futura renovação dos contratos de arrendamento. Nessa perspectiva cabe afirmar que, a Laranjeira Mendes & Cia projetou e financiou o GE, os pedreiros, liderados por Paulo Wincler edificaram o prédio, conferindo-lhe existência material. Com a ocupação por alunos, professores e funcionários, esse espaço foi gerando cultura material escolar.

6.4.4 Arquitetura Escolar do Grupo Escolar Mendes Gonçalves

Para Bencosta (2005), a construção de edifícios específicos para os GE, surgiu como uma preocupação das administrações dos estados prósperos economicamente. Segundo o autor, “[...] em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime” (BENCOSTA, 2005, p. 95). No caso do GEMG, o edifício foi erigido justamente no terreno outrora reservado pela prefeitura para a construção de obras importantes, conforme já discutimos anteriormente. O edifício, construído pela Laranjeira Mendes & Cia, foi considerado grandioso na época, dado que na cidade de Ponta Porã, não havia grandes edificações em virtude das condições econômicas da população em geral. Entretanto, comparado aos outros edifícios escolares construídos pelo Estado de Mato Grosso, sua construção era modesta (Figura 24).



Figura 24 – Imagem comparativa entre o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (Ponta Porã, 1925), Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (Corumbá, 1918-1922) e Grupo escolar Correa da Costa (Aquidauana, 1924), respectivamente.

Nas imagens da Figura 24 é possível observar que o GE Luis de Albuquerque (1922) de Corumbá e o GE Antônio Correa (1924) de Aquidauana, apesar de serem contemporâneo do GEMG, tem arquitetura diferenciada do mesmo. Segundo Roberto Porcel Najar, a arquitetura dos edifícios escolares durante a primeira República, eram a expressão da consolidação e divulgação dos valores republicanos (PORCEL, 2006, p. 1). Contudo, no caso do GEMG, construído pela iniciativa privada, não se evidenciou por meio da estruturação arquitetônica do prédio, o esplendor do ideário republicano, considerando que o edifício era bastante inferior em relação aos construídos no mesmo período.

Apesar das instalações serem modestas se comparadas a outros GE erigidos no Estado de Mato Grosso, para Ponta Porã, o edifício podia ser considerado suntuoso e servia aos fins para o qual foi erigido, isto é, mostrar a influência da Laranjeira Mendes & Cia no aspecto educacional e, ao mesmo tempo, servir como sinal da escola republicana em Ponta Porã.

Em relatório publicado no ano de 1943, referente ao ano de 1942, o Diretor Geral da instrução pública de Mato Grosso Professor Francisco Ferreira Mendes mencionou que as privadas e o poço estavam localizados no pátio do recreio, “[...] ainda pelo sistema de buracos [...]” (RELATÓRIO, 1943, LIVRO 114). O mesmo relatório aponta o GE como uma construção sólida, possuindo quatro salas amplas e três menores, porém todas bem ventiladas e arejadas De acordo com o relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso do ano de 1931, o edifício do GEMG era de

aspecto elegante, embora tenha sofrido “[...] alguns reparos, sendo consertadas as instalações higiênicas” (RELATÓRIO, 1931).

No decorrer dos seus 85 anos de existência, o edifício do GEMG passou por inúmeras mudanças, ampliações, permanecendo poucas repartições sem modificações na fisionomia interna do edifício. Os demais espaços foram adaptados e ampliados com o decorrer do tempo e o surgimento das necessidades, conforme se pode observar na Figura 25.

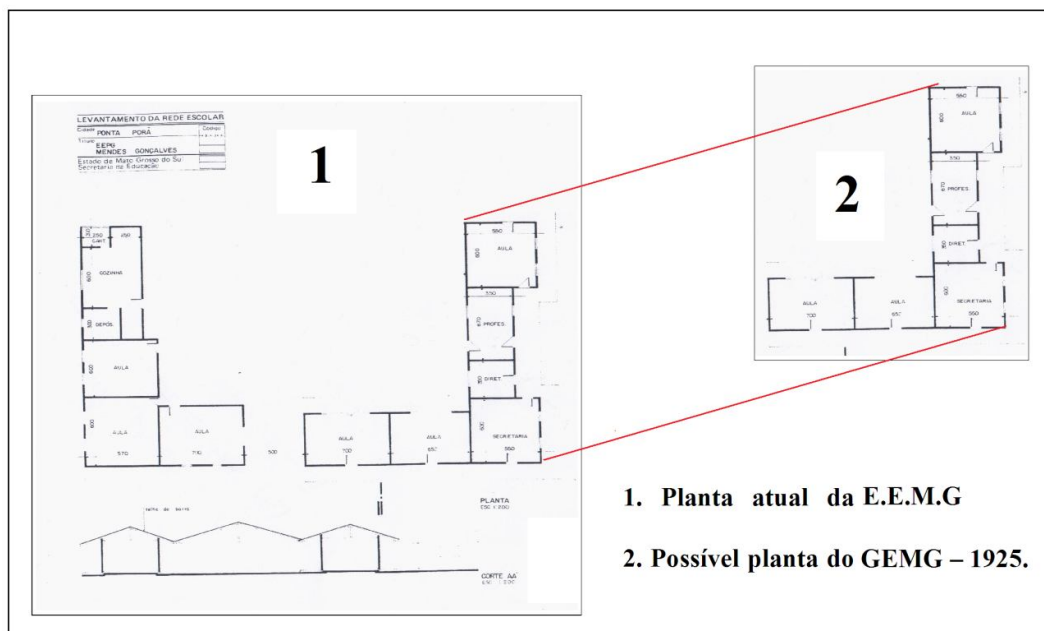


Figura 25 - Planta Atual da Escola Estadual Mendes Gonçalves – Ponta Porã – MS
 Fonte: Arquivo da Escola Estadual Mendes Gonçalves – Ponta Porã. A “Possível Planta do GEMG – 1925”, foi deduzida a partir da observação da instituição e dos documentos que relatam a estrutura escolar da época. (Arquivo do Grupo Escolar Mendes Gonçalves – Ponta Porã).

A atual Escola Estadual Mendes Gonçalves, instalada nas dependências do antigo GEMG, apresenta uma série de alterações em relação a planta antiga, descrita em documentos da época. Foram realizadas mudanças, ampliações e supressões de espaços, tais como a inserção dos banheiros masculino e feminino no interior do edifício, próximos a atual secretaria e a sala do diretor. As evidências indicam que da planta original foi conservado apenas a fachada e alguns espaços, tais como algumas salas de

aulas que passaram por reformas; a sala do diretor e as colunas que dão sustentação a parte do edifício.

6.5 Atores sociais do GEMG

A cidade de Ponta Porã, na década de 1920, segundo o pesquisador Mercolis Alexandre Ernandes (2009), se insere no contexto da fronteira sertão. A visão dicotômica remonta a idéia da existência de dois “brasis”, tese originária de Euclides da Cunha e reafirmada pelos integralistas dos anos 1920 e 1930. Segundo Marilena Chauí (2000), “para esta tese, o Brasil litorâneo, formal, caricatura letrada e burguesa da Europa liberal se opunha ao “[...] Brasil sertanejo, real, pobre analfabeto e inculto” (CHAUÍ, 2000, p. 67). Nesse Brasil sertão figurava o antigo Mato Grosso, como um lugar “[...] atrasado, longe e selvagem ao mesmo tempo em que era visto como uma reserva de brasilidade, uma fronteira da pátria a ser ocupada por bravos pioneiros” (GALETTI, 2002, p. 23). Nesta perspectiva, para fortalecer a República Brasileira em construção, era necessário superar as “[...] diferenças regionais [...] e suas áreas geográficas incorporadas à dinâmica nacional” (ERNANDES, 2009, p. 26).

Por ser uma região distante dos grandes centros urbanos, terra recém conquistada do Paraguai, ocupada na sua maioria por nativos e paraguaios, convivendo com migrantes gaúchos e paulistas, dentre outros, Ponta Porã era dividida entre a opulência dos dirigentes da Laranjeira Mendes & Cia e a pobreza dos *mineros* e nativos. Estes últimos, pobres, eram massa de manobra da Empresa e dos pequenos produtores que a ela eram atrelados em virtude da necessidade de sobrevivência, enquanto pequenos produtores de erva-mate.

Para Ernandes (2009), a região de fronteira era vista de forma negativa, “[...] uma região considerada atrasada, longe, violenta, inculta e incivilizada” (ERNANDES, 2009, p. 17). Para reverter tal visão, “[...] indivíduos e instituições procuraram enaltecer especificidades locais” (ERNANDES, 2009, p. 17). Neste contexto, as evidências dão conta que o discurso educacional gerado a partir da instalação do GEMG em Ponta Porã, se insere no contexto do discurso de Progresso e civilização, palavras chaves “[...] utilizadas para reverter às características negativas que a fronteira sertão apresentava” (ERNANDES, 2009, p. 17). Segundo Ernandes (2009), na década de 1920, “[...] em Ponta Porã a imprensa passou a publicar reportagens que enalteciam as qualidades da

região para se contrapor a realidade fronteiriça e sertaneja” (ERNANDES, 2009, p. 113). Em meio a situação educacional caótica que os jornais expunham sem temor, o GEMG, surgiu como uma possibilidade de esperança para os dirigentes, dado que foram estes os maiores beneficiados com a instalação da instituição.

As principais transformações educacionais ocorridas no modelo republicano que estiveram vigentes no GEMG, foram relacionadas a maneira de conceber a escola enquanto transmissora das ideias da República e no que concerne a utilização dos métodos e espaços escolares apropriados para as escolas.

Antes da implantação do GE em Ponta Porã, a única modalidade de ensino conhecida pela população eram as escolas isoladas, rurais e ambulantes, que funcionavam em condições precárias, em espaços cedidos e inadequados para abrigar a escola, como já foi exposto anteriormente. Com a implantação do GE, foi apresentado a comunidade pontaporanense espaços adequados para o funcionamento da escola, salas de aulas, arrumadas, instalações higiênicas, um corpo docente relativamente capacitado para prover a instituição de boa metodologia e conteúdo. Segundo Bencosta (2005), construir um edifício apropriado para a Escola, foi o desafio que os “[...] poderes públicos tiveram que enfrentar diante do comprometimento discursivo que coroava a instrução escolar como uma das principais colunas de sustentação da civilização” (BENCOSTA, 2005, p. 103).

A relação da comunidade com o ambiente escolar passou a ser regida por meio das leis vigentes no país, e apesar de Ponta Porã, ser distante dos grandes centros urbanos, nela estava presente o símbolo educacional da República, o Grupo Escolar, meio apropriado para a difusão do republicanismo na fronteira Brasil Paraguai. Entretanto, dadas as circunstâncias materiais nas quais o GEMG foi mergulhando com o passar do tempo, evidentemente não atingiu o objetivo de consolidar o republicanismo na cidade. Entretanto, lançou as bases para a consolidação dos ideais educacionais republicanos que chegaram ao auge com a formação do Território Federal de Ponta Porã em 1945.

6.5.1 Os Alunos do Grupo Escolar Mendes Gonçalves

Quanto aos alunos do GENG, as evidências contidas no material empírico examinado dão conta que estes eram filhos dos funcionários da Empresa Mate

Laranjeira, da elite local e talvez das famílias simples, porém não envolvidas diretamente no processo de produção da erva-mate. A esse respeito Centeno (2007), lembra que a escola, no caso a existente na Fazenda Campanário, era frequentada “[...] pelos filhos dos funcionários [...], pois os trabalhadores que trabalhavam no campo, na elaboração da erva-mate, ficavam bastante afastados dela e não tinham tempo livre para a escola” (CENTENO, 2007, p. 8). Comentando algumas passagens da obra memorialística de Hélio Serejo, a autora cita o seguinte texto:

[...] um guaino [menino aprendiz, também chamado de huayno] de treze anos ou quatorze anos muito comum nos ervais, pode conduzir na cabeça um raído de mais de cem quilos. A carga do mineiro adulto, aquele que sabe pisar o chão com técnica e maestria, pode ultrapassar 300 quilos. (SEREJOS, 197,-a, p. 85, Apud. CENTENO 2007, p. 8).

O relato do referido memorialista, deixa entrever que nos ervais a mão de obra infantil era uma prática comum, dado que crianças de “treze ou quatorze anos” realizavam trabalhos de adultos. Nesta perspectiva, é provável que a baixa frequência ao GEMG, esteja diretamente ligada ao trabalho infantil, pois apesar de haver *quorum* para se consolidar o Grupo, este tinha uma frequência diminuta pelo fato de ser frequentado na sua maioria pelos filhos da elite local, enquanto a grande massa infanto-juvenil ficava distante da escolarização. O documento iconográfico esboçado a seguir (Figura 27) evidencia o trabalho de crianças nos ervais de Ponta Porã; em meio à derrubada vê-se quatro infantes e três adolescentes posando para fotografia junto a outros adultos.

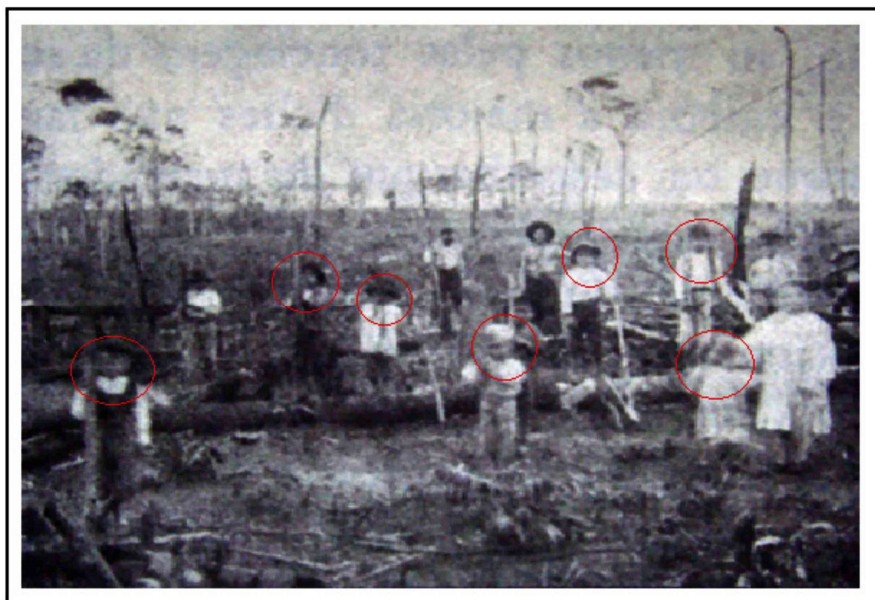


Figura 26 - Trabalho infantil nos ervais de Ponta Porã.
Fonte: Album Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1910.

Para Centeno (2007), dado que a elaboração da erva-mate necessitava de especialização, os trabalhadores começavam jovens no aprendizado deste ofício. Sendo assim, “[...] não havia escolas nos ervais, pois não eram necessárias. O tipo de trabalho lá realizado as dispensava” (CENTENO, 2007, p. 232). As evidências dão conta que os trabalhadores nos ervais eram na sua maioria paraguaios e indígenas.

Nesta perspectiva, os paraguaios não frequentavam a escola brasileira, pela imagem estereotipada construída e utilizada para definir ou limitar esse segmento na sociedade, tornando-o vítima do preconceito social. Essa construção de rejeição ao paraguaio, compartilhada coletivamente por brasileiros, passou a ocorrer após o término da Guerra. Da mesma forma, evoluiu particularmente no universo dos ervais a crença de que crianças indígenas não precisavam de escola, pois eram selvagens e faziam parte da natureza, servindo apenas para o trabalho. Essa construção influenciou marcadamente condutas e comportamentos de inter-atores alcançados por essa crença.

Na obra intitulada *O Sul de Mato Grosso*, o engenheiro Armando Pereira comentando sobre a situação educacional da região de Fronteira entre Brasil e Paraguai menciona que “[...] as escolas no lado paraguayo são mais numerosas e muito mais frequentadas do que as nossas. Em Bella Vista, segundo ali nos informaram, houve um tempo em que não existia escola no Brasil” (PEREIRA, 1928, p. 37-38). Novamente a precariedade de instituições escolares na região de fronteira era trazida a lume, denotando o desinteresse extremado das autoridades estaduais pela região.

Referente ao GEMG, Centeno (2007), baseando-se nos relatos do memorialista Elpídio dos Reis, afirma que o “[...] Grupo Escolar Mendes Gonçalves possuía somente as quatro séries iniciais do fundamental. Em Ponta Porã, [...] não havia ainda Ginásio e o aluno que quisesse continuar seus estudos teria de ir para Campo Grande (REIS, 1981, p. 76, Apud. CENTENO, 2007, p. 118).

Nos Exames finais de 1930, correspondente a seção masculinas do GEMG, realizados no mês de novembro, foram aprovados 21 alunos e 7 reprovados. Dentre os alunos aprovados plenamente, figura Leonel S. Mendes Gonçalves provavelmente filho de algum dos donos da Laranjeira Mendes e Cia. Segue no Quadro 26 a lista dos alunos:

Quadro 26 – Resultado dos exames finais do GEMG - ano letivo de 1930.

Resultado dos exames finais do GEMG - ano letivo de 1930 (Seção Masculina)				
Professora da Classe: Santa Nair de Pinho. Porcentagem de Aprovação: 75%.				
Aprovados com distinção	Aprovados Plenamente	Aprovados Simplesmente	Reprovados	Nota
Cleobulo de Souza Guimarães				100
Eraldino Sans de Mattos				100
Hernani do Amaral				100
Iraty Ferreira da Costa				100
Ivo Lucena				100
Ivo Vasquez				100
Leonel S. Mendes Gonçalves				100
Orindo Vieira Marques				100
Roberto do Amaral				100
Ruy de Oliveira				100
Washinton Coelho de Souza				100
	Antonio Oliveira Falcão			90
	José Gassiano Pedroso			90
	Rauh Monteiro			90
		Fausto Riveros		80
		José Alexandre Monteiro		80
		Clementino dos Santos		80
		Algaem Pessini,		70
		Narciso Anderson Ramiro		70
		Ramão Rubens Pinto de Magalhães		70
		Ramão dos Santos Palermo		70
			7 alunos, (não registrados)	

Fonte: Ata do Resultado dos Exames Finais do GEMG - ano letivo de 1930 (Seção Masculina)

No quadro 26, se observa apenas alguns alunos de sobrenome possivelmente de origem paraguaia, tais como Fausto *Riveros* e Narciso Anderson *Ramiro*, provavelmente pertencentes as camadas populares da região. Como alunos aprovados plenamente, a legislação da época designava aqueles que obtiveram nota máxima nos exames finais. Os alunos que eram aprovados, porém obtivessem média inferior a máxima eram designados como aprovados simplesmente. Em virtude da escassa documentação referente a este período, não encontramos outras listas de alunos que pudessem servir de suporte para averiguar números significativos de alunos paraguaios estudando no Grupo.

Dadas as condições sociais do município de Ponta Porã na década de 1920, é possível que a grande maioria das crianças pobres, não frequentasse o GEMG. Aqueles que por ventura lá estudassem, possivelmente permaneceriam na escola apenas nas séries iniciais, até adquirirem rudimentos de leitura e escrita e, em seguida migrariam para o trabalho a fim de se dedicar a colheita de erva-mate ou outros afazeres rentáveis. De modo geral, as evidências empíricas indicam que nos primeiros anos de funcionamento do GE, as crianças que frequentavam a instituição eram filhos das famílias mais abastadas da cidade (Figura 27), com exceções, a instituição era frequentada por crianças dos setores mais subalternizadas da população, que na sua maioria era paupérrima.



Figura 27 – Alunos do GEMG – década de 1920.
Fonte: Acervo do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

Quanto ao uniforme utilizado, observa-se na fotografia os meninos de calça preta, camisa branca e gravata preta, enquanto as meninas eram uniformizadas com saia preta franzida, blusa branca e gravata preta, sendo ambos os sexos calçados de sapatos pretos e meias brancas.

Os uniformes escolares eram articulados a ideia de democracia e acesso a escola pública, pois vestidos todos iguais não apareceriam às diferenças sociais

impostas pela vestimenta diferente uns dos outros. Contudo, segundo a pesquisadora Katiene Nogueira da Silva, nas Escolas Paulista da década de 1930, o problema residia no fato de muitas famílias não poderem comprar o uniforme para seus filhos.

Mesmo havendo as “[...] Caixas Escolares, instituições que auxiliavam a escola e eram destinadas a oferecer material escolar, roupas e sapatos àqueles que não tivessem condições de comprá-lo, seus recursos eram insuficientes para amparar todos os necessitados” (SILVA, 2006, p. 3623). No caso do GEMG, dada a precariedade financeira do lugar, é possível que o uniforme escolar fosse de fácil aquisição para aqueles de famílias abastadas, quando aos de famílias modestas, inferimos que as condições materiais lhes impediam de adquiri-los. Para Silva (2006), “[...] quanto mais pobre e mais simples era a região e a escola, menos alunos tinham condições financeiras de adquirir tal vestuário” (SILVA, 2006, p. 3026).

Segundo os relatos de João Augusto Capilé Júnior, dentre os habitantes da cidade figuravam “[...] as famílias tradicionais como os Pinto de Magalhães, Brandão, Pissini, Cardoso, Marques, Saldanha, Derzi, Moreira, Montiel, Messa, Pinto Costa, Pellufo entre outras” (JORNAL DA PRAÇA, 1999, Apud. SELLA, 2006, p. 72). A estas, acrescentamos, Souza, Barros, Mendes Gonçalves, Monteiro, Amaral, Torres e Matos.

Estes clãs sociais formavam os líderes da região, entretanto todos submetidos aos mandos dos “Mendes Gonçalves”, com exceção daqueles que com o passar do tempo assumiram uma postura pró Pedro Celestino, contudo sofriam as conseqüências das opções realizadas. Nesta perspectiva, ao analisar a lista de alunos aprovados durante o ano de 1930, observamos que vários dos discentes, possuíam os sobrenomes de famílias tradicionais de Ponta Porã, ou de personagens da vida pública no decorrer do século 20. Sendo assim, o diálogo com as evidências nos leva a inferir que o GEMG era reduto de parte dos filhos da elite pontaporanense. A parcela pobre da população, se é que o frequentava, permanecia a margem do processo educacional, posto que os livros didáticos e o material escolar deveriam ser adquirido pelos alunos. Nesse caso o Estado não os fornecia. As evidências apontam que vários dos alunos do GEMG eram filhos de famílias tradicionais de Ponta Porã (Quadro 27)

Quadro 27 – Alunos oriundos de famílias tradicionais de Ponta Porã -1930

Famílias	Cargos	Personagem	Alunos
Matos	Prefeito	Ponciano de Matos	Eraldino Sans de Mattos
Monteiro	Prefeito	Astúrio Monteiro de Lima	José Alexandre Monteiro Rauh Monteiro
Souza	Prefeito	Leonel de Souza Barros	Washinton Coelho de Souza
Mendes Gonçalves	Mate Laranjeira	Heitor Mendes Gonçalves	Leonel S. Mendes Gonçalves
Magalhães	Prefeito	Luiz Pinto Magalhães	Ramão Rubens Pinto de Magalhães
Pessini	Família tradicional		Algaem Pessini
Marques	Prefeito	Felisberto Marques	Orindo Vieira Marques

Fonte: Resultado dos exames finais do GEMG - ano letivo de 1930 (Seção Masculina) e Lista de Prefeitos da cidade de Ponta Porã, citado por FREIRE, Portela João. *Terra, Gente e Fronteira*. Editora Borbsa, 1999, p. 228-230.

Dentre os alunos que frequentaram o GEMG, figuraram personagens importantes da vida social mato-grossense, dentre eles citamos o memorialista Elpídio Reis, Weimar Gonçalves Torres, Júlio Capilé e João Augusto Capilé Júnior. Tais figuras públicas, pertenciam a famílias consideravelmente estabilizadas do ponto de vista financeiro, sendo filhos de pequenos proprietários que, submetendo-se aos mandos da Empresa Laranjeira Mendes & CIA, conseguiram se consolidar como lideranças na região.

Elpídio dos Reis nasceu na fazenda Jaguaretê, município de Ponta Porã, no ano de 1920 e consta que ele era filho de proprietários de terras, passando sua infância em fazendas ajudando sua família nas lides do campo (REIS, 1993, p.6-7, citado por CENTENO, 2007, p. 100) e ingressou no GEMG aos 10 anos de idade (Cf. CENTENO, 2007, p. 100). Ao que tudo indica seu ingresso na instituição se deu por volta de 1930.

De acordo com a memorialista Maria Aparecida Sella (2006), Weimar Gonçalves Torres, nasceu em 6 de dezembro de 1923, no município de Ponta Porã. Filho de José dos Passos Rangel Torres e de Dionísia Gonçalves Torres, “[...] fez seus primeiros estudos no Grupo Escolar Mendes Gonçalves e no colégio Salesiano em Ponta Porã” (SELLA, 2006, p. 72) e mudando-se para o Rio de Janeiro bacharelou-se em Direito.

Júlio Capilé e João Augusto Capilé Júnior, juntamente com seus dez irmãos e os genitores João Augusto e Júlia Capilé, chegaram a Ponta Porã em meados de 1926. Comentando suas impressões sobre a escola de Ponta Porã, João Augusto Capilé Júnior assim relata: “[...] Até o final daquele ano [1926] não tivemos escola, mas no princípio

de 1927 eu e meus irmãos fomos matriculados no Grupo Escolar Mendes Gonçalves, magnífico prédio rodeado de colunatas, situado bem no centro da cidade. (JORNAL DA PRAÇA, 1999, citado por SELLA, 2006, p. 72).

6.5.2 Professores do GEMG (1930-1931)

A partir da documentação arrolada, as pesquisas deixaram entrever um número de 18 professores que lecionaram no Grupo Escolar Mendes Gonçalves durante o período de 1930 a 1931. É preciso levar em conta que a grande maioria deles já lecionava no Grupo Escolar, entretanto seus nomes apareceram apenas na documentação referente aos anos mencionados. A partir das pesquisas inferimos que os professores na sua maioria eram migrantes, oriundos de Cuiabá e outras cidades do Estado de Mato Grosso, vindo para Ponta Porã objetivamente para lecionar no GEMG. Segundo Souza (1998), ser professor de algum GE era sinal de grande projeção social, pois eram instituições modernas, “[...] que ofereciam melhores salários e melhores condições de trabalho; além disso, eram considerados escolas de qualidade e grande prestígio social que se estendia aos docentes” (SOUZA, 1998, p. 73). No caso das mulheres, lecionar no GE significava o máximo da ascensão profissional, dado que os cargos superiores, tais como direção, eram reservados aos homens. Na época, a figura do professor era revestida de um caráter quase sacral, por ser considerado “[...] o arquiteto do porvir, o sustentáculo de todas as liberdades, o alicerce da Pátria. Faroes da civilização...” (Caetano de Campos, citado por SOUZA, 1998, p. 61). Para a pesquisadora Grinaura Medeiros de Moraes, este período era “[...] caracterizado pela figura do professor idôneo, sério, olhar firme e conduta socialmente padronizada, com requinte de letra e irrepreensível conduta moral, austeridade, seriedade” (MORAES, 2006, p. 1859).

De acordo com o artigo 58 do regimento de 1927, para os Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso, as classes de GE deveriam ser efetivamente preenchidas por professores que tivessem um ano de exercício efetivo em escola urbana, dois anos em escola rural e por professores normalistas com três anos de exercício interino.

Quadro 28 – Professores do GEMG – 1930-1931

PROFESSORES	
Nomes	Cargos
Manoel Ezequiel de Barros	Professor interino
Odila Saldanha	Professora adjunta interina
Nair Alves de Magalhães	Professora adjunta
Normelia Galvão Nahn	Professora adjunta
Benedicta de Oliveira Marcondes	Professora adjunta
Joanita Grezzi	Professora adjunta
Eneida Geluffo	Professora adjunta
Oscarlina Xavier Cabral	-----
Ada Moreira	-----
Nair Santos	Professora 1º Ano “A” Feminino
Nair de Pinho	Professora 1º Ano “B” Feminino
Calina Delamonica	Professora 2º Ano Misto
Gonçalo N. da Cunha	Professor 3º Ano Misto
Juvelina Gomes	Professora 4º Ano Misto
Eduardo Malhado:	Professor 1º Ano Masculino
Eneidad Paluffo	Professora interina
Geth Jausen	Professor adjunto
Joana Grezzi	Professora auxiliar

Fonte: Ofícios diversos (Ofício do Diretor do Grupo Escolar “Mendes Gonçalves”, de Ponta Porá, Eduardo Magalhães, ao Diretor do Tesouro do Estado, Eurico de Campos, Ponta Porã 28/03/1931; Ofício do Diretor Geral da Instrução Pública, Franklin C. da Silva, ao Secretário Geral do Estado, propondo a exoneração do professor adjunto do Grupo Escolar “Mendes Gonçalves”, de Ponta Porã, Geth Jausen, Cuiabá 15/04/1931) - 1930-1931 disponíveis no Acervo organizado por Marcio Bogaz Trevizan.

Nota-se que dos 18 professores admitidos ao GEMG, apenas 4 eram do sexo masculino, demonstrando uma crescente feminilização da profissão docente no Antigo Estado de Mato Grosso. Referente aos anos de 1927 as pesquisas demonstraram duas senhoras pleiteando a inscrição no concurso para provimento efetivo como professora do GEMG, a normalista Albertina Ezequiel de Barros e Gallina Esequiel de Barros. Segundo o ex aluno do GEMG e memorialista, João Augusto Capilé Júnior, figura importante na história do Grupo foi a professora Juvelina Coutinho Gomes.

Com muita saudade lembramos da professora Juvelina Coutinho. Era bastante enérgica ao mesmo tempo em que, com carinho, conquistou a amizade de seus alunos. [...] Pelos seus ensinamentos, muitos filhos da terra conseguiram bases firmes para projetarem-se nos mais diferentes ramos de atividade, por todos os recantos do país. Era diretor do colégio, um cuiabano de estatura baixa de nome Aquiles Verlangieri (JORNAL DA PRAÇA, 1999, Apud. SELLA, 2006, p. 72).

Centeno (2007), citando Reis (1981), afirma que a referida professora era filha de Humberto Coutinho e que em meados de 1933 mudou-se para Londrina, juntamente com a família (Cf. CENTENO, 37). Lembrando-se da figura enérgica da professora Juvelina, Capilé nos dá indícios do perfil dos docentes do GEMG. Denominado por ele de “enérgica”, a figura da professora nos oferece evidências acerca das características da pedagogia tradicional da época, difundida entre os Grupos Escolares, isto é uma prática escolar de caráter controladora e autoritária. A esse respeito comentou o pesquisador Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio, discorrendo sobre as representações acerca das experiências educacionais *em Campina Grande*. Para Gaudêncio (2008), em muitas instituições Escolares “há uma edificação de um painel escolar muitas vezes impiedoso e severo, marcada por aulas sufocantes e professores autoritários, que aterrorizam cotidianamente as crianças” (GAUDÊNCIO, 2008, p. 12).

6.5.3 Os Diretores do Grupo Escolar Mendes Gonçalves e suas obrigações

De acordo com o material pesquisado, encontramos as nomeações dos seguintes diretores para o Grupo Escolar Mendes Gonçalves: a) professor Achilles Verlangieri que assumiu a diretoria em 11 de fevereiro de 1927, sendo o primeiro Diretor do Grupo Escolar; b) Francisco Augusto Ribeiro, nomeado por ato presidencial nº 87, de 6 de Novembro de 1930; c) Eduardo Malhado, nomeado por ato presidencial nº 210, de 20 de Dezembro de 1930; Eduardo Magalhães que assumiu em 1931.

Para Marcus Levy Albino Bencostta, a figura de Diretor Escolar, surgiu com o aparecimento dos Grupos Escolares. Bencostta (2005) registra que segundo a mentalidade da época, o Diretor além de suas “[...] funções administrativas, com vistas a ordenar o cotidiano dos professores e alunos, [...] deveria ser o responsável por transmitir e atualizar junto ao corpo docente aqueles conteúdos discutidos nas escolas normais e entendidos como inovadores” (BENCOSTTA, 2005, p. 72).

Sendo os responsáveis pela instituição de ensino, os diretores representavam, interna e externamente, o Grupo Escolar para o qual foi nomeado. Tinham a função de efetuar a matrícula dos alunos e distribuí-los nas classes conforme o estipulado pelo regulamento em vigor. A ele competia propor ao Diretor Geral da Instrução Pública, o desdobramento, criação e supressão de classes de acordo com as necessidades do estabelecimento educacional. Competia-lhe abrir os livros de escrituração do Grupo,

numerá-los, escriturá-los e encerrá-los, com exceção daqueles que era-competência dos professores.

Como já mencionamos anteriormente, ao Diretor competia desempenhar, no Distrito, as funções de inspetor distrital, função nada fácil, e para a qual não recebia remuneração do Estado. Bencostta (2005) registra que apesar da “[...] crescente e acentuada presença de mulheres professoras, isto não impediu que este cargo fosse, por sucessivas décadas, ocupado quase que unicamente por homens...” (BENCOSTTA, 2005, p. 73). Por ser a autoridade máxima do Grupo Escolar, a ele competia a petição, distribuição e conservação do material e do mobiliário escolar, bem como organizar a folha do ponto mensal do pessoal.

Concernente aos professores, o Diretor era o responsável direto por chamar professores substitutos, interinos para a regência das classes vagas e tinha a autorização do Diretor Geral da Instrução Pública para dar-lhes posse, comunicando o seu ato imediatamente à Diretoria. A falta de comparecimento de professores do Grupo Escolar ou do Distrito a ele competia justificá-las, abrir e encerrar o livro de ponto diário dos funcionários, anotando as faltas de comparecimento.

Levando em conta que o Grupo Escolar era a forma principal de moldar o cidadão Republicano, ao Diretor competia comemorar as datas nacionais e estaduais e impor aos alunos e aos professores as penas de sua competência. A ele competia remeter ao diretor geral, até o dia 10 de cada mês, as folhas do movimento do Grupo Escolar no mês anterior e, até no máximo 30 dias após a realização dos exames finais; enviar o relatório dos trabalhos e ocorrências do ano escolar findo. Era sua função cuidar do prédio escolar e se necessário, orçar com profissional competente o valor das obras; enviar o orçamento e solicitar a autorização, justificando o seu pedido, ao Diretor Geral da Instrução pública. No caso de obter parecer positivo, ordenar a execução da mesma.

Referente à pedagogia escolar, competia-lhe promover uma palestra pedagógica mensal, entre os professores, assinar os boletins mensais dos alunos e entregá-los pessoalmente nas classes e, ainda, marcar os exames para os alunos do Grupo Escolar e para os do distrito. Referente às provas escolares, organizava as bancas examinadoras e presidia as provas principais. Era responsável por anuir, atender e despachar os compromissos do Grupo Escolar; dar posse aos professores do Grupo a qual pertence e do distrito, comunicando à Diretoria Geral a data do exercício. Assinava

a licença dos professores, encaminhava e informava à Diretoria Geral o início e o término das mesmas.

No caso de ausentar-se do Grupo Escolar por algum impedimento temporário, o diretor era substituído pelo professor mais antigo a trabalhar naquele estabelecimento. Segundo o regulamento de 1927, os diretores de Grupos Escolares e das escolas reunidas, só poderiam se ausentar dos mesmos em horário de expediente, se comunicassem previamente ao seu substituto legal (REGULAMENTO, 1927, Art. 173). Quanto aos Diretores das Escolas Reunidas, todas estas funções eram-lhe atribuídas e eram incumbidos obrigatoriamente de reger uma sala de aula na escola para a qual foi nomeado (REGULAMENTO, 1927, Art. 172).

6.5.4 Inspectores Escolares de Ponta Porã

No dia 12 de fevereiro de 1930 o Presidente de Estado Dr. Annibal Toledo, por meio do ato n. 32 nomeou o professor Sallustio Octavio de Araujo, como Inspetor Distrital da cidade de Ponta Porã. Segundo o artigo 174 do regimento da Instrução Pública em vigor, os inspetores distritais constituíam o aparelho fiscalizador das escolas isoladas. Cabia-lhes a as seguintes funções:

A este aparelho cumpre velar pelo funcionamento regular das escolas, acompanhando de perto a assiduidade e a pontualidade dos professores, promovendo o aumento das matrículas e a efetividade da freqüência, prestigiando o mestre perante os pais, encaminhando a correspondência entre o professor e o governo, informando acerca das pretensões daquele, zelando pelo material das escolas, na ausência dos professores (REGULAMENTO, 1927, Art. 175).

Todas estas atribuições, de caráter obrigatório, impostas ao Inspetor não eram remuneradas, ao invés eram “[...] gratuitas e conferidas pelo governo, livremente, a pessoas de critério reconhecido, independência de caráter, espírito de justiça e zelo pelo ensino, residentes no distrito” (REGULAMENTO, 1927, Art. 176).

Pelo fato de ser um trabalho gratuito da parte do professor que foi nomeado para tal fim, nem sempre o trabalho era feito a contento e apenas a ‘nomeção’ do Presidente do Estado, não era um símbolo tão expressivo para manter o professor devoto ao ofício, e mantê-lo de forma desapegada aos estímulos mensais.

Sendo assim, por diversas vezes aparecem nas Mensagens de Presidentes de Estado, reclames quanto ao desempenho destas funções nos diversos municípios do Estado, tanto que o presidente Mário Correa da Costa, elogiava àqueles que conseguiam se manter fiéis ao ofício. “[...] Merece louvores o inspector districtal que ministra á Directoria Geral a Instrucção esclarecimentos e informações sobre as escolas que lhe estão subordinadas” (MENSAGEM, 1929, p. 94).

Em seguida o próprio presidente comentou a negligência dos Inspetores Escolares: “[...] Na maioria dos casos, sob pretexto de não auferirem remuneração alguma dos cofres públicos, essas autoridades do ensino limitam-se a passar, sem fiscalização alguma, os attestados de exercício dos professores para que lhes possam receber seus vencimentos” (MENSAGEM, 1929, p. 94).

O desinteresse dos inspetores era um aspecto compreensível, dado que não recebiam nenhum estipêndio pelo trabalho. Vale ressaltar que o ofício desempenhado por eles era realmente um trabalho que deveria ser remunerado; ressaltamos que os mesmo eram fruto de um processo capitalista, enquanto o Estado os tratava como obreiros de caridade.

7 De Grupo Escolar à Escolas Reunidas

De acordo com o relatório do professor Franklin Cassiano da Silva, à época diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, enviado ao Secretário Geral do Estado, Leônidas Antero de Mattos, Ponta Porã, apesar de dispor de Grupo Escolar com prédio próprio e assentado na zona urbana, o ensino não gozava de boa reputação, pois era considerado “[...] um grupo sem eficiência no ensino” (RELATÓRIO 1931).

Foi justamente o amor a carreira que abracei desde a minha juventude e a qual venho dedicando toda a minha actividade há 19 longos annos, que me dictou a medida que tive a honra de sugerir ao Governo. Não podia permanecer-me indifferente diante a despeza que vinha fazendo o Estado para manter um grupo sem eficiencia no ensino e cuja matricula era de 146 alumnos, inferior portanto a de todas as escolas reunidas existentes no Estado. Estado vasto, com dois inspectores, para attender as duas zonas extensas em que se acha dividido, por isso não pode e não poderá ser efficaz a sua fiscalizaçãõ, dahi, muitos directores de grupo descurando das obrigações do cargo entregaram-se a outros mistereos donde lhes venham novos proventos pecuniários, pouco se interessado pelo desenvolvimento do estabelecimento cuja direcção lhes entregara a confiança governamental.

Nenhum typo de escola offerece, por isso, maior vantagem para o ensino que o das escolas reunidas (RELATÓRIO 1931).

Em relatório enviado ao Secretário geral do Estado em 15 de abril de 1931, o referido diretor sugeriu ao Secretário Geral da Instrução pública do Estado de Mato Grosso, que transformasse o Grupo Escolar Mendes Gonçalves em Escolas Reunidas alegando o fato de o Grupo possuir apenas 146 alunos, posto que o exigido pelo Regulamento da Instrução Pública, expedido pelo Decreto n. 757 de 22 de Abril de 1927, no art. 34, era uma frequência mínima de 250 alunos em idade escolar num raio de dois quilômetros.

Essas significativas informações necessárias para se estabelecer a diferenciação entre grupos escolares e escolas isoladas também foi mencionado pela pesquisadora Regina Teresa Cestari de Oliveira no artigo *Reformas educacionais Mato-Grossenses e a institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930)*. Vê-se claramente que o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, encontrava-se numa situação delicada. Em discordância ao relatório do professor Franklin Cassiano da Silva, o Prefeito de Ponta Porã Amaral Moreira, moveu protesto formal contra o Governo de Mato Grosso, contudo, o Estado não julgou oportuna a interferência da prefeitura e determinou a criação da Escola Reunida, com classes mistas, suprimindo assim o Grupo Escolar Mendes Gonçalves. Esse processo de redução do Grupo Escolar se deu durante o ano de 1931.

As chamadas escolas reunidas eram os estabelecimentos educacionais erigidos pelo governo quando num raio de dois quilômetros, funcionavam “[...] três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos” (REGULAMENTO 1927. Art 19). Estas por sua vez tinham no máximo sete classes e não poderiam funcionar com menos de três. A criação de escolas reunidas visava “[...] melhorar as condições pedagógicas e higiênicas das salas escolares; classificar os alunos pelo nível de desenvolvimento intelectual; facilitar e intensificar a inspeção” escolar. (REGULAMENTO 1927. Art 21). O curso tinha a duração de três anos e a escola era dirigida por um dos respectivos professores, nomeado pelo governo e com regência obrigatória de classe. (REGULAMENTO 1927. Art 25). Para as escolas era oferecido um porteiro que recebia o salário do Governo Estadual e que era livremente contratado ou dispensado pelo Secretário do Interior (Cf. REGULAMENTO 1927. Art 30).

Apesar de um retrocesso no *status quo* do GEMG que passou a ser denominado na prática de ‘Escolas reunidas’, o regime interno permaneceu o mesmo, pois o artigo 29 do Regulamento previa que a organização das escolas reunidas fosse o mesmo dos grupos escolares e que fossem submetidas a organização da Diretoria Geral da Instrução Pública e submetidas à aprovação do Governo.

Para sanar as dúvidas de como seria a nova estrutura do GEMG, o professor Franklin, por meio do relatório enviado ao Secretário Geral do Estado, explicou ao próprio Secretário, como seria o procedimento adotado em Ponta Porã.

Exemplifiquemos para esclarecer: Instala-se uma escolas reunidas. Nomeia-se o director. Em principio terá a escola somente três classes, o director terá alem dos seus vencimentos como professor uma gratificação de 60\$000 mensaes pelas duas outra classes excedentes. Pelo seu constante esforço ganha a escola a confiança popular, há um aumento considerável de matricula, desdobram-se as classes existentes e o director terá tantas vezes 30\$000 quantas forem as classes augmentadas.

Segundo o relatório do Professor Franklin Cassiano da Silva, apenas o primeiro ano da sessão masculina e feminina contava com o número mínimo de Matrícula, que era de 15 alunos por sala. Na Tabela 6, observamos que as demais salas, estavam abaixo da média exigida pelo Diretório Geral da Instrução Pública.

Tabela 6 – Alunos do Grupo Escolar Mendes Gonçalves – 1930.

SECÇÃO MASCULINA		SECÇÃO FEMININA	
1º ano	44	1º ano “A”	39
		1º ano “B”	19
2º ano	11	2º ano	12
3º ano	11	3º ano	11
4º ano	03	4º ano	04
Total	69	Total	85

Fonte: Relatório apresentado ao Ex.mo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, pelo professor Franklin Cassiano da Silva, Director Geral da Intrucção Pública. Cuiabá 15 de Abril de 1931 (Acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso).

Sendo assim, o Diretor Geral da Instrução Pública, aconselhou ao Diretor do Estabelecimento a organizar as classes de forma mista para evitar gastos desnecessários. Segundo ele, assim se tornaria dispensável os serviços de duas professoras (Cf. RELATÓRIO 1931).

7.1 Prejuízo aos professores do GEMG

Segundo o Artigo 61 do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso do ano de 1927, no caso de supressão de classes de grupos escolares, os primeiros a serem dispensados seriam os chamados professores interinos e, se necessário, em seguida os efetivos, na ordem crescente de antiguidade no cargo. Contudo, os professores, poderiam ser aproveitados ou não pelo Estado, isto é, poderiam ser remanejados para outras escolas ou despedidos.

De acordo com o que prescrevia o artigo 47 do referido regulamento, os professores interinos, seriam dispensados no mesmo ato da supressão e poderiam ser aproveitados, no prazo de 60 dias, para a escola mais próxima e de igual categoria, de preferência dentro do município. Quanto aos professores efetivos o mesmo artigo 47 dava-lhes o direito de escolher, num prazo de 30 dias, entre as escolas vagas de igual categoria, a que melhor lhes conviessem. Caso contrário os efetivos seriam aproveitados, dentro de 60 dias a contar da supressão, em escola mais próxima e de igual categoria, de preferência dentro do município.

Levando em conta que Ponta Porã, tinha um parco efetivo de alunos, provavelmente os professores dispensados a partir da transformação do GEMG em Escolas Reunidas, ou ficaram desempregados ou foram removidos para outro Grupo Escolar dentro do Estado. Destacamos que havia um grande número de crianças em idade escolar, contudo dadas as razões já apresentadas no decorrer desta pesquisa, não frequentavam as escolas.

Quanto aos professores ‘efetivos’ o mesmo artigo 47 dava-lhes o direito de escolher, num prazo de 30 dias, entre as escolas vagas de igual categoria, a que melhor lhes conviriam. Se não o fizessem seriam aproveitados, dentro de 60 dias a contar da supressão, para a escola mais próxima e de igual categoria, de preferência dentro do município.

Como já mencionamos anteriormente, Ponta Porã era um município com poucos recursos, e sem dúvida alguma com possibilidades de empregos remunerados quase inexistentes. Sendo assim, inferimos que uma das possíveis intervenções do prefeito Municipal se deu em virtude de salvaguardar o título do Estabelecimento como ‘Grupo Escolar’ mas ao mesmo tempo advogar em favor daqueles que ficariam privados dos seus vencimentos mensais.

Contudo, no Relatório enviado a Secretaria geral de Instrução Pública, o professor Franklin afirmava tacitamente que os conflitos causados em Ponta Porã, foram levantados pelo próprio Diretor do Grupo Escolar pelo fato de não entender os benefícios que a reforma traria para a instrução pública de Ponta Porã.

Qual foi pois o prejuízo que sofreu a população de Ponta Porã, com a transformação do Grupo em Escola Reunidas? Quer me parecer que toda a celeuma levantada sobre o caso seja provocada pelo próprio director que não quis ou não soube esclarecer as vantagens da medida posta em pratica (RELATÓRIO 1931).

As vantagens as quais se refere o Diretor Geral da Instrução Pública estão relacionadas a dois fatores: a) em primeiro lugar à redução dos gastos considerados pelo Estado como desnecessários para manter, segundo o Professor Franklin, “[...] um Grupo sem eficiência no ensino” (RELATÓRIO 1931); b) em segundo lugar a vantagem seria referente as benesses financeiras as quais o professor-diretor teria direito, além do seu vencimento como professor, se, se esforçasse para conseguir mais alunos e aumentar o número de classes na Escola Reunida.

Por cada classe aberta nas Escolas reunidas o Professor-Diretor, além do seu salário, ganharia, de acordo com o artigo 26 do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso “[...] uma gratificação mensal de 30\$000 por classe, não computada a sua” (RELATÓRIO 1931), isto é, a sua classe já lhe daria o direito de receber o seu devido salário, e as outras duas classes excedentes lhe dariam um rendimento mensal de 60\$000. Essa estratégia segundo o professor Franklin estimularia o professor-diretor a constantemente buscar novos alunos.

Evidencia-se aqui, um mecanismo de pressão pelo qual o Governo impulsionava o professor-diretor a buscar a melhoria da Escola, utilizando a sua vontade de obtenção de lucro. Observamos um duplo movimento. O primeiro se dá por meio do Governo que procura estimular a difusão da Instrução Pública em Ponta Porã; o segundo demonstra por meio da legislação, como era dado as relações de poder entre o Estado republicano e os cidadãos republicanos. Evidentemente conservava-se a visão imperial de Majestades e súditos, porém instrumentalizados pela procura de obtenção do lucro de ambas as partes: do Estado e do professor-diretor.

7.2 Salas mistas no GEMG a partir de 1931

No ano de 1931, de acordo com o Relatório elaborado pelo Professor Franklin Cassiano da Silva, no Grupo Escolar Mendes Gonçalves, apenas o primeiro ano primário da sessão masculina e feminina, contava com o número mínimo de matrícula, que era de 15 alunos por sala. Nesse aspecto as demais salas estavam abaixo da média exigida pelo Diretório Geral da Instrução Pública.

A classe do primeiro ano primário da seção masculina contava com 44 alunos, a do segundo ano com 11, o terceiro com 11 e o quarto ano com 3 alunos, totalizando um total de 69 alunos. Quanto a sessão feminina, o primeiro ano primário A contava com 39 alunas, o primeiro B com 19, o segundo com 12, o terceiro com 11 e o quarto ano primário com apenas 4 estudantes, totalizando 85 meninas. No total, 154 alunos frequentavam o Grupo Escolar Mendes Gonçalves no ano de 1931, número bem aquém da média exigida pelo Estado de Mato Grosso que era de 250 alunos. Diante da conjuntura, o Diretor Geral da Instrução Pública, aconselhou ao Diretor do Estabelecimento a organizar as classes de forma mista para evitar gastos desnecessários. Segundo ele, assim se tornaria “[...] desnecessário os serviços de duas professoras” (RELATÓRIO 1931).

Com a redução do Grupo Escolar Mendes Gonçalves em Escola Reunida, o regime interno da instituição permaneceu o mesmo, pautado no artigo 29 do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1927, o qual previa similaridade entre o regime interno das escolas reunidas e grupos escolares.

7.2.1 Dividindo as salas de aula

No Relatório de 15 de Abril de 1931, o professor Franklin apresentou uma tabela de como seriam organizadas as turmas, a quantidade de alunos por sala e seus respectivos professores (Tabela 7). Os dados revelam que foram lotadas cinco classes, sendo duas exclusivas do sexo feminino e uma para o sexo masculino. As outras três salas eram mistas. Ficou assim constituído o corpo docente:

Tabela 7 – Alunos das Escola Reunidas Mendes Gonçalves – 1930.

Anno do curso	Professora	Matricula	Total
1º Anno “A”(Fem)	Nair Santos	28	
1º Anno “B”(Fem)	Nair de Pinho	29	
2º Anno Mixto	Calina Delamonica	23	
3º Anno Mixto	Gonçalo N. da Cunha	22	
4º Anno Misto	Juvelina Gomes	07	
1º Anno Masc.	Eduardo Malhado	44	154

Fonte: Relatório apresentado ao Ex.mo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, pelo professor Franklin Cassiano da Silva, Director Geral da Instrução Pública. Cuiabá 15 de Abril de 1931. (Acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso).

É importante observar que o Grupo Escolar Mendes Gonçalves outrora contava com turmas divididas entre meninos e meninas. Após a reforma educacional transformando-o em Escolas Reunidas, o mesmo passou a ter 3 salas mistas, 2 para as meninas e 1 apenas para os meninos.

O artigo 27 do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso decretava que, as classes das escolas reunidas teriam “[...] no mínimo, 15 alunos e 45 no máximo, fundindo-se numa só classe dois ou mais anos do curso, ou formando-se classes mistas quando o número de alunos matriculados” fossem “[...] insuficiente para a separação de sexo e anos do curso em classes distintas” (REGULAMENTO 1927. Art 27). É interessante o fato de se buscar manter a separação do sexos por classe, fazendo a mistura dos mesmos somente na impossibilidade de mantê-los separados.

O Artigo 32 rezava que se no início do ano seguinte ao que se deu o desdobramento, persistisse o excesso de alunos e se necessitasse de novas salas, o governo criaria uma nova escola no “[...] lugar, incorporando-a ao estabelecimento e dando-lhe provimento efetivo” (REGULAMENTO 1927. Art 32).

8 Os objetos escolares do Grupo Escolar Mendes Gonçalves

Para Souza (1998), os objetos escolares manifestam um “[...] certo modo de entender e praticar o ensino, além de instituírem um discurso e um poder, eles informam valores e concepções subjacentes à educação e são tomados como [...] possibilidade e limite do processo ensino aprendizagem” (SOUZA, 1998, p. 223). São parte fundamental do contexto no qual se forma a cultura escolar de determinada instituição educacional.

No processo de renovação pedagógica do século 20, os materiais escolares figuraram como parte integrante da organização pedagógica do ensino. No período de consolidação dos GE no Brasil, os materiais escolares figuraram em exposições pedagógicas, tais como a ocorrida em 1883 na cidade do Rio de Janeiro, expressando “[...] a importância dada à composição material da escola e o interesse dos interesses dos intelectuais brasileiros pela renovação do ensino no final do Império” (ROSA, 1998, p. 224). Segundo a autora, os livros de leitura e os museus tiveram um importante significado na configuração da cultura escolar da escola primária paulista. Para Forquin (1993) a “[...] cultura é o conteúdo substancial da educação [...], a educação não é nada fora da cultura e sem ela. Mas, reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação [...] que a cultura se transmite e se perpetua” (FORQUIN, 1993, p. 14). No caso do GEMG, não encontramos registros da existência de um museu escolar, contudo, as evidências apontam para a lista de material escolar recebidos do Almojarifado da Instrução Pública Mato Grossoense, alguns livros escolares utilizados pelos professores, e para a arquitetura escolar do GEMG, pontos fundamentais que compõem a cultura escolar emergida naquela instituição.

8.1 Mobiliário e materiais didáticos

Em 13 de maio de 1923, logo após o jornal O Progresso noticiar a construção do Grupo Escolar, veiculou no mesmo artigo, a possibilidade do mobiliário ser doado pela própria população de Ponta Porã, evidenciando a preocupação dos dirigentes locais com o aparato necessário para o início das aulas. Segundo a Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso do ano de 1924 e 1928, o Grupo Escolar Mendes Gonçalves recebeu o mobiliário completo vindo de São Paulo, e o material didático e escolar fornecido pelo Almojarifado Geral da Instrução Pública.

8.1.2 Remessas antecipadas

Quanto ao material didático, os mesmos eram providos pelo Almojarifado Central do Estado de Mato Grosso, sendo os despachos registrados no Diário de entrada e saída de todos os artigos do Almojarifado. O primeiro registro de despacho de material para o GEMG, que temos notícia, encontra-se registrado no referido livro, sob

a ordem n. 19, inscrito nas páginas 112 do livro; entretanto não consta a data de saída do mesmo, sendo assim, tomamos como base de referência, a data de abertura do livro em 3 de junho de 1923. O despacho foi assim registrado: “[...] Descargas. Ao Grupo Escolar de Ponta Porã, forneceu-se o seguinte material: 2 listas impressas para a matrícula, a transportar” (ALMOXARIFADO, n. 19, p, 112). Nas páginas 113 do mesmo livro encontramos outro despacho de material registrado com a ordem n. 20, no qual se evidencia o início do ano letivo (Quadro 29):

Quadro 29– Despacho de Material Didático ao GEMG

Quant.	Material
5	caixas de giz branco.
2	livros em branco de 150 folhas.
2	resmas de papel almasso.
200	cadernos de caligraphia.
200	cadernos de linguagem.
10	programmas de ensino para Grupos.
24	borrachas school.

Fonte: Diário de entrada e saída de todos os artigos do Almojarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública, n. 20, p, 113. (Acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso).

É importante notar que para uma Escola que estava iniciando seus trabalhos letivos, o material enviado era praticamente irrisório, pois dadas as distâncias da Capital Cuiabá e a impossibilidade de fácil locomoção, tais materiais escolares findariam bem antes do ensino se desenvolver no decorrer do ano e dificilmente seria enviada nova remessa de material em tempo hábil para continuar as atividades a contento. Nas páginas 114 do Diário de entrada e saída de todos os artigos do Almojarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública, encontramos um despacho datado de 12 de março de 1924, registrado com a ordem n. 20 no qual se concede ao Grupo Escolar os seguintes materiais (Quadro 30):

Quadro 30 – Despacho de Material Didático ao GEMG

Quant.	Material
10	lapis de borracha
2	ditos bicolores
01	Raspadeira
200	grammas de gramma arábica
01	lata de tinta preta atlas
200	bolas
01	globo terrestre

Fonte: Diário de entrada e saída de todos os artigos do Almojarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública, n. 20, p. 114. (Acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso).

Fato interessante se nota nas remessas que eram feitas ao GEMG, antes ser inaugurado. Certamente se fazia o pedido dos materiais escolares com antecedência, visando à concessão dos mesmos em tempo hábil para o início das aulas, ou com a intenção de acumular material escolar, dado que o mesmo era de difícil acesso a uma população da periferia do Estado, como era o caso de Ponta Porã.

Souza (1998) relata que para muitos diretores paulistanos, os materiais escolares eram distinguidos entre supérfluos e essenciais. “[...] Os primeiros compreendiam livros de leitura instrutiva e literária, de ensino, cartas e globos geográficos e a palavra do mestre” (SOUZA, 1998, p. 227). Os supérfluos eram “[...] prendas domésticas, trabalhos manuais, tecelagem, cartonagem, apetrechos para os batalhões infantis, entre outros” (SOUZA, 1997, p. 228). As remessas enviadas ao GEMG são classificadas na perspectiva do mínimo essencial, dado que não se enquadravam nem no material essencial, e muito menos no supérfluo.

No ano de 1927 o almojarifado registrou um novo fluxo de materiais escolares ao GEMG, sendo enviado material cartográfico, provavelmente em função do início das aulas naquele mesmo ano. Foram remetidos a Ponta Porã entre outros objetos, mapas de várias partes do mundo, visando o ensino de Geografia (Quadro 31). Tais materiais eram considerados parte essencial de qualquer GE que quisesse se considerar adaptado as condições pedagógicas ideais para promover o ensino.

Quadro 31 – Despacho de Material Didático ao GEMG

Quant.	Material
1	Coleção de história natural
1	Mapa da Europa
1	Mapa da América do Sul
1	Mapa da África
1	Mapa da Oceania
1	Mapa de figuras geométricas
1	Mapa panorâmico da superf. da terra
1	Mapa de Mato Grosso
1	Globo terrestre

Fonte: Diário de entrada e saída de todos os artigos do Almojarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública, n. 20, p. 114. (Acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso).

Inicialmente, notamos uma reta intenção do Estado de Mato Grosso em prover os GEMG de materiais necessários ao seu bom funcionamento, contudo o material empírico analisado dá conta de que este empenho não durou por muito tempo, dado as distâncias entre a capital e a cidade e o descuido para com a instrução pública local.

No relatório apresentado ao Ex.mo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, pelo professor Franklin Cassiano da Silva, Director Geral da Intrucção Pública em 15 de Abril de 1931, referindo-se ao material escolar, o mesmo constata que “[...] material didactico não há” (RELATÓRIO, 1931).

Além disso, as evidências nos levam a inferir que a Laranjeira, Mendes & Cia, não mantinha o Grupo Escolar aparelhado, dado que a falta de material, sempre foi uma constante na instituição. A realidade era a mesma nas demais escolas do município de Ponta Porã. O professor Franklin Cassiano da Silva, ao comentar os fatos, relata: “[...] A situação geral do ensino naquela zona, é lastimável, pela falta quasi que completa de material didactico assim como pela desorientação em relação ao emprego de methodos” (RELATÓRIO, 1931, Apud, OLIVEIRA, 2009. p. 125).

8.1.3 Material didático utilizado no GEMG

Em 15 de agosto de 1925 o Jornal O Progresso, trouxe o anúncio da venda de “[...] Carteiras escolares, lousas, cadernos e livros escolares”. Interessante notar que o anúncio foi veiculado no mesmo ano em que as obras do edifício para o GE foram concluídas. Os livros escolares comumente oferecidos pelo jornal eram de autoria de Felisberto de Carvalho e de Rita de Macedo Barreto, colocados para a aquisição da

população desde meados de 1923, ano do início das obras do GE de Ponta Porã (Cf. O PROGRESSO, 1923, n. 185)

Segundo Souza (1998), os primeiros livros que se dedicaram a contemplar o ensino para os GE foram aqueles redigidos pelos professores paulistas comprometidos com o ensino renovado no Estado de São Paulo, com destaque para João Kopke, Arnaldo Barreto, Maria Guilhermina L. de Andrade e Julia Lopes. Em seguida vieram as cartilhas e livros de leitura graduada para crianças, com destaque para os materiais elaborados por João Kopke e Felisberto Carvalho. As notícias veiculadas no Jornal O Progresso, conforme assinalado, são fortes indícios de que os livros utilizados nos primeiros anos de existência do GEMG foram aqueles que já eram de comum circulação nos GE paulistas, com destaque para a coleção *Livros de Leitura* de Felisberto Carvalho e *Corações de Crianças* de Rita de Macedo Barreto (Figura 28).



Figura 28 - Coleção: Felisberto de Carvalho

Fonte: Núcleo de Pesquisa sobre Livro e História Editorial no Brasil - LIHED/UFF.

<http://ler-e-escrever.blogspot.com/2007/09/conhece-felisberto-de-carvalho.html>

Para Cabrini (2006), a prática pedagógica de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho era direcionada para o desenvolvimento do raciocínio do aluno e sugeria um método de ensino atraente, indo além da memorização.

A saber:

Os seus manuais contêm ilustrações e propõem a utilização de materiais concretos com o objetivo de aguçar o olhar, o ouvir e o sentir da criança. Segundo Felisberto de Carvalho, a criança deveria ficar em constante atividade, o que minimizaria problemas disciplinares, evitando assim os castigos físicos. Orienta o professor para solicitar dos demais alunos a correção necessária para, em seguida, o aluno que apresentou dificuldade de leitura, retome o texto com correção. As suas lições de leitura traziam situações exemplares, estimulando virtudes como a obediência e o respeito aos professores e aos pais. E, para possibilitar o desenvolvimento simultâneo de várias faculdades do aluno e controlar a disciplina, o autor propõe o ensino da leitura concomitante com o da escrita, pois dessa maneira o aluno estaria sempre ocupado (CABRINI, 2006, p. 4).

Segundo Reis e Ferro (2006), a Coleção foi elaborada tendo em vista o ensino seriado, introduzido pelos GE em todo o Brasil; “percebendo esta nova tendência, o mercado editorial e autores se mobilizam na produção de livros didáticos para atender a demanda gerada pela expansão do ensino primário” (REIS, FERRO, 2006, p. 2).

Pimentel (2004) informa que, em 1950, ano de centenário do nascimento de Felisberto de Carvalho, “todo o país, principalmente a imprensa, comemorou o acontecimento, exaltando as virtudes do mestre de tantas gerações” (PIMENTEL, 2004, p. 76).

Além da Coleção Felisberto de Carvalho havia a coleção *Corações de Criança*, composta por 6 livros destinados ao ensino primário, sendo 4 destinados às séries primárias, um dedicado às “leituras Preparatórias” e uma cartilha “Corações de Crianças” (Figura 26).



Figura 29 - Coleção: Corações de Crianças - professora Rita de Macêdo Barreto.

Fonte: Núcleo de Pesquisa sobre Livro e História Editorial no Brasil.

http://www.uff.br/lihed/index.php?option=com_content&view=article&id=117:bandeira-a-bevilaqua&catid=37:acervo

Os livros eram compostos por narrativas por meio das quais se deseja ensinar modelos de bom comportamento. Rita de Macedo Barreto foi uma das primeiras mulheres a se dedicar à escrita de livros didáticos no Brasil. “Sua condição de mulher fez com que seus livros tivessem boa aceitação, pois era pensamento da época, que ninguém melhor que a mulher com seu espírito maternal para entender os desejos dos infantes” (REIS, FERRO, 2006, p. 3).

Do ponto de vista de oportunidades editoriais, vê-se que alguns letrados de Ponta Porã não estavam aquém das obras e métodos utilizados nos principais GE do país, contudo, esta realidade era distante das condições sociais da população local, sendo os livros adquiridos, provavelmente, apenas pelos filhos da elite ponta-poranense que frequentavam o GEMG.

O jornal *O Progresso*, de 1º de maio de 1927, trouxe um anúncio, colocando à venda, livros didáticos comumente “utilizados nas escolas paulistanas”; a oferta compreendia livros de Gramática Portuguesa ‘*Por uma união de Professores*’, a Coleção de Thomaz Galhardo, para o 1º, 2º e 3º anos, e livros para a disciplina de Historia Natural, de autoria de Josaphat Bello.

Por outro lado, apesar da oferta de livros à venda, na sede do jornal local, o Inspetor Escolar da cidade de Ponta Porã, Bernardo de Souza, reclamava a ausência de material didático e escolar. Apesar da disponibilidade de material escolar no povoado, não havia como as escolas adquiri-los por falta de recursos financeiros. Ao que tudo indica, as famílias mais abastadas da região adquiriam o material didático e escolar de seus filhos, dando demonstrações evidentes de seu poder de compra. Em contrapartida, a população pobre permanecia à mercê do Estado de Mato Grosso, que dificilmente fazia remessas de materiais didáticos e escolares.

A pesquisadora Tereza Regina Cestari de Oliveria (2009), em seu artigo intitulado *Reformas educacionais Mato-Grossenses e a institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930)*, registrou que os Grupos Escolares no sul do Estado, durante os primeiros anos de funcionamento, enfrentaram dificuldades referente às condições físicas e materiais (OLIVEIRA, 2009, p. 125). O mesmo é registrado pelo professor Franklin Cassiano da Silva, no relatório de 29 de agosto de 1931, após retornar da viagem de inspeção aos diversos estabelecimentos educacionais na região sul do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar e refletir sobre a trajetória de uma instituição escolar, nas suas particularidades e no seu papel social equivale mergulhar numa dinâmica corrente de esforços acadêmicos empenhados no sentido de apreender ou captar a memória e ajudar a construir com ela a história da educação brasileira. Envolve uma instigante “operação historiográfica”, no dizer de Michel De Certeau (1982), que, inicialmente parece arriscada, incerta, indefinida, mas aos poucos se revela plena de novidade, sentidos e realizações.

Mas o estudo das instituições escolares não se resume em percorrer, sem rumo, os recortes das lembranças ou os meandros da memória. Não se limita tampouco realizar o levantamento puro e simples do dado empírico; A lógica histórica impõe olhar para além, em busca da trama que ligava todas essas coisas a realidade da época. Prescreve ao historiador que ele estabeleça a conexão entre as singularidades da instituição e a sociedade. Implica acima de tudo estabelecer o “diálogo” com a empiria, procurando escapar das armadilhas dos “reducionismos teóricos, tais como particularismo, culturalismo ornamental, saudosismo, personalismo, descrição laudatória ou apologética”, conforme observam os pesquisadores Paolo Nosella e Ester Buffa (2005, p. 335) a propósito das pesquisas sobre instituições escolares na perspectiva do método dialético.

Ao longo de nossa pesquisa procuramos ressaltar os aspectos singulares da instituição escolar com base nas análises do dado empírico coletado, como documentos, fotografias, jornais, discursos, livros de memórias, entre outros. Nessa direção nos identificamos bastante com “[...] o percurso de investigação” empreendido por Marilena A. Jorge Guedes de Carvalho, ao analisar a construção histórica da Escola “[...] Joaquim Ribeiro de Rio Claro”, traduzida no livro *Coisas Velhas*: “[...] o que me atraiu na investigação realizada foi ocupar-me destas “coisas velhas” guardadas [...] esquecidas e até mesmo ignoradas...” (CAMARGO, 200, p. 20-21). Esta foi justamente a nossa experiência.

Quando partimos em busca de dados para compor o cenário no qual se desenvolveu o GEMG, nos deparamos com as evidências de um passado nas instituições, no universo social e cultural e na memória coletiva de brasileiros e paraguaios.

De forma lenta e gradativa foi se descortinando para nós, um mundo desconhecido, a fronteira, o GEMG, a Companhia Mate Laranjeira, que interligados de

forma vital moldaram aspectos da cultura material de Ponta Porã no sul do antigo Estado de Mato Grosso.

No dizer de Sanfelice (2006) “[...] Mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é [...] tentar responder à questão de fundo: o que esta instituição singular instituiu?” (SANFELICE, 2006, p.24). Para responder esta questão, inferimos que o GEMG desde sua fundação em 1927 até sua redução em Escolas Isoladas em 1931, trouxe para Ponta Porã a novidade da Escola Republicana: a modernização dos espaços escolares, dos métodos pedagógicos e do material didático. Não obstante a falta de materiais escolares, sua atuação foi significativa, pois trouxe para o “sertão” mato-grossense o ideário republicano, até então anulado pela Laranjeira Mendes & Cia. De forma concreta o GEMG instituiu um novo modelo de escola que perdurou até 1975 quando por meio da Lei Federal nº 5.692/71 foi extinta.

A segunda questão levantada por Sanfelice (2006) é o que a Escola “instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está [va] inserida?” (SANFELICE, 2006, p.24). Para si o GEMG instituiu de forma definitiva a Escola moderna e republicana na Fronteira Brasil-Paraguai; para os sujeitos e para a sociedade de fronteira trouxe o espaço escolar, o meio de “[...] formar novos hábitos e atitudes para os alunos, um espaço que educa [va] um território vivenciado e incorporado à experiência e à memória dos alunos” (PYKOSZ, 2007, p. 73). Entretanto, a precariedade de materiais escolares e a baixa frequência dos alunos nos primeiros anos de seu funcionamento, evidenciaram o desinteresse dos governantes em prover o processo educacional de Ponta Porã. Desvelou a impossibilidade de setores da população frequentar o ensino primário, pois precisavam trabalhar para sobreviver. Enfim, a carência material da escola trouxe a tona o cotidiano dos segmentos mais subalternizados da região, a ganância de uma classe local que ocupou o espaço escolar público, como se fosse espaço escolar privado.

Possivelmente, as crianças pobres de Ponta Porã, continuaram a atravessar a fronteira em busca de escolas no Paraguai, em língua castelhana. Centeno (2007) infere que “[...] houve épocas, durante as décadas de 1910 até 1940, que a ínfima população escolarizada constituída por crianças brasileiras da fronteira, em boa parte era atendida pelas escolas dos municípios paraguaios da divisa” (CENTENO, 2007, p. 16). Aqueles que realmente necessitavam de instrução, estavam nos ervais, dissolvidos num imenso espaço rural, inteiramente concentrados “[...] na produção da erva-mate e na criação de gado” (CENTENO, 2007, p. 15).

Diante da terceira questão enunciada por Sanfelice (2006), “[...] qual é o sentido do que foi instituído?” (SANFELICE, 2006, p.24) inferimos que o sentido último do GE em Ponta Porã foi promover o processo de escolarização republicana primária na fronteira, outrora terra paraguaia, de língua, cultura e costumes diferenciados. Em última instância a função do GEMG, foi consolidar uma nova cultura escolar, voltada para a disciplina, empenho e valorização do Brasil republicano.

Dentre as hipóteses levantadas, carece de aprofundamento a que diz respeito à frequência de alunos paraguaios ao GEMG no período de 1927 a 1931. Os indícios encontrados a respeito foram praticamente nulos, entretanto documentos posteriores ao período estudado relatam a presença de crianças paraguaias no GEMG. A fim de aprofundar a questão, seria necessário desenvolver pesquisas no Paraguai para descobrir o quantitativo de crianças que foram estudar no GE de Ponta Porã. Outras questões dignas de aprofundamento e pesquisa, diz respeito ao estudo do currículo escolar e sua aplicação na área de fronteira, sobretudo acerca dos livros de leitura e outros materiais utilizados na instituição.

Um aspecto relevante que o estudo detectou e que aponta para futuras investigações é concernente aos diversos Grupos Escolares “Mendes Gonçalves” fundado pela Laranjeira Mendes & Cia, situados nos territórios de seu domínio durante as primeiras décadas do século 20. As pesquisas apontam para a existência dos mesmos no Município de Ponta Porã, Fazenda Campanário, fundado em 1924, sul do antigo Estado de Mato Grosso, e na cidade de Guaira, Estado do Paraná, erigido por volta de 1912, conforme procuramos demonstrar ao longo deste trabalho.

Diante do quadro apresentado, constatamos que há um campo fecundo de pesquisa sobre a influência do GEMG na fronteira Brasil-Paraguai. Entendemos que nosso trabalho representa um passo significativo no sentido de fazer avançar os estudos sobre instituições escolares na região. Esperamos que esses passos iniciais estimule outros pesquisadores a caminhar conosco com o propósito de penetrar num campo da educação ligado ao ensino primário na fronteira brasileira, de modo geral e de modo particular na fronteira Brasil Paraguai (Ponta Porã- Pedro Juan Caballero), cujo universo histórico certamente muitos ignoram.

IV. BIBLIOGRAFIA E FONTES

4.1. Fontes

LIVROS DE DECRETOS GERAIS 1827. Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827. Art. 6.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. Ofício do Secretário do Governo, Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada, ao Secretário da Assembléia Legislativa, Pe. Manoel Pereira Mendes. Cuiabá, 17 de junho de 1857.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. Provincial de Mato Grosso 1835 – doc. 116. Ofício do Secretário da Assembléia Legislativa Provincial ao Governo solicitando informações sobre as novas instruções dadas aos mestres de primeiras letras que fossem convenientes com os princípios da religião.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. Provincial de Mato Grosso 1848 – doc. 20, Resolução nº 4 criando uma escola de instrução primária de 2º grau. Cuiabá, 12 de maio de 1848.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. Ofício do Provincial de Projeto de Lei nº 4, criando uma escola de instrução primária de 2º grau e dispendo sobre o conteúdo e método de ensino. Mato Grosso, 1848 – doc. 155

GRUPO ESCOLAR MENDES GONÇALVES. Requerimento do professor interino do Grupo Escolar Mendes Gonçalves, da referida cidade, Manoel Ezequiel de Barros ao Dr. Mário Corrêa da Costa, Presidente do Estado, solicitando sua exoneração do cargo. Ponta Porã, 1 de maio de 1929.

GRUPO ESCOLAR MENDES GONÇALVES. Ofício do Diretor do grupo escolar “Mendes Gonçalves”, de Ponta Porã, Eduardo Magalhães, ao Diretor do Tesouro do Estado, Eurico de Campos, comunicando a posse da Professora Joanita Grezzi, Adjunta neste Grupo Escolar e dispensada a Professora Eneida Geluffo. Ponta Porã, 28 de março de 1931.

GRUPO ESCOLAR ISAC POVOAS. Ofício do Diretor do grupo escolar Isac Povoas ao Diretor do Tesouro do Estado –Jorge Bodstein Filho comunicando a nomeação de Athayde de Lima Bastos para o cargo de professora de História Natural daquele Instituto durante a licença do titular. Cuiabá, 24 de abril de 1930

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ato n.º 255, exonerando, a seu pedido, Felício Flores, do lugar de professor interino, da escola elementar mista, da Povoação de Ponta Porã. Cuiabá, 7 de maio de 1912.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Decreto de Criação do Grupo Escolar, n. 752 de 9 de fevereiro de 1927. In: GAZETA OFICIAL. Estado de Mato Grosso. Anno: XXXVIII – N. 5623: Cuiabá. 12 de fevereiro de 1927. (Disponível no acervo documental da Escola Mendes Gonçalves).

ALMOXARIFADO DA DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Diário de entrada e saída de todos os artigos, n. 19, p, 112.

ALMOXARIFADO DA DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Diário de entrada e saída de todos os artigos n. 20, p, 113.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório do Professor Francisco A. Ferreira Mendes, referente ao ano de 1942. Cuiabá, MT, 1942.

JARDIM, Ricardo José Gomes. Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Matto-Grosso na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em o 1º de março de 1845. Cuiabá, Typ. Provincial, 1845.

GAZETA OFICIAL. Estado de Mato Grosso. Anno: XXXVIII – N. 5623: Cuiabá. 12 de fevereiro de 1927. (Disponível no acervo documental da Escola Mendes Gonçalves).

INSTITUTO MEMÓRIA DO PODER LEGISLATIVO. Lei nº 3, fixando a gratificação dos professores de primeiras letras da Cidade de Mato Grosso, das Vilas de Poconé, Diamantino e das Freguesias de Pedro 2º, Livramento e São Luís de Vila Maria e fixa sua gratificação. Cuiabá, 21 de junho de 1853.

INSTITUTO MEMÓRIA DO PODER LEGISLATIVO. Resolução nº 2, estabelecendo um Liceu na capital e dispendo sobre sua estrutura. Cuiabá, 8 de julho de 1848.

JORNAL O PROGRESSO. E o Grupo Escolar? 5 de agosto de 1923. n. 174.

JORNAL O PROGRESSO. Prédio para o Grupo Escolar. Domingo, 30 de setembro de 1923, n.182.

JORNAL O PROGRESSO. 10 de junho de 1923, n. 166.

ORNAL O PROGRESSO. 17 de junho de 1923, n. 167.

JORNAL O PROGRESSO. 25 de maio de 1924

JORNAL O PROGRESSO. de 18 de maio de 1924.

JORNAL O PROGRESSO. 08 de Agosto de 1925, n. 233.

JORNAL O PROGRESSO. Grupo Escolar Mendes Gonçalves. Domingo, 29 maio de 1927 n. 275.

JORNAL O PROGRESSO. O Grupo Escolar. Domingo, 13 de fevereiro de 1927, n. 260.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Demonstrativo dos Professores Primários. E. M. T. N° 1 – 1910. APMT – Lata 1910.

MENSAGEM. Presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino, 1910. Citada por OLIVEIRA, Regina T. Cestari de. Reformas Educacionais Mato-Grossenses: A Instituição dos Grupos Escolares (1910-1950).

MENSAGEM. Presidente do estado de mato grosso Dr. Anibal Toledo, em 13 de maio de 1930.

MENSAGEM de presidente do estado de mato grosso Mario Corrêa da Costa, em 13 de maio de 1929.

MENSAGEM. Presidente do estado de mato grosso Pedro Celestino Corrêa Costa, em 13 de maio de 1922.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício da Diretoria geral da instrução pública, Dr. Cesário Alves Corrêa, ao Major João Cunha, Secretário do Interior, Justiça e Finanças, propondo a incorporação ao Grupo Escolar Mendes Gonçalves, de Ponta Porã, as Escolas masculinas e femininas, existentes na referida cidade. Cuiabá, 11 de maio de 1927. APMT Lata 1927 B.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício da Diretoria geral da instrução pública, Dr. Cesário Alves Corrêa, ao Major, João Cunha,

Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, enviando processo de inscrição ao concurso para provimento efetivo de uma das vagas de professora do Grupo Escolar “Mendes Gonçalves”, de Ponta Porã, referente à normalista Albertina Ezequiel de Barros. Cuiabá, 29 de março de 1927. APMT Lata 1927 B.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício da Diretoria geral da instrução pública, Dr. Cesário Alves Corrêa, ao Major, João Cunha, Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, enviando, afim de chegar ao Presidente do Estado, o processo de inscrição ao concurso das vagas do Grupo Escolar “Mendes Gonçalves”, de Ponta Porã, referente à normalista Gallina Ezequiel de Barros. Em anexo, documentação. Cuiabá, 29 de março de 1927. APMT Lata 1927 B.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício do Diretor geral da instrução pública, Dr. Cesário Alves Corrêa, ao Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, Dr. Virgílio Corrêa Filho, propondo a exoneração do Sr. Militão Veriato Batista, do cargo de Inspetor Escolar, da Vila de Ponta Porã. Cuiabá, 17 de abril de 1922. APMT – Lata 1922 – B.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício do Diretor geral da instrução pública, Franklin C. da Silva, ao Secretário Geral do Estado, propondo a exoneração do professor adjunto do Grupo Escolar “Mendes Gonçalves”, de Ponta Porã, Geth Jausen, visto que, o mesmo não comparece ao estabelecimento, desde o dia 2 de março. Cuiabá, 15 de abril de 1931. APMT Lata 1931/1.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. Ofício do Secretário da Assembléia ao Secretário do Governo comunicando que a Comissão de Instrução Pública recebeu uma representação dos moradores de Melgaço. Cuiabá, 1º de junho de 1860.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. Ofício do Secretário da Assembléia Legislativa, Pe. Manoel Pereira Mendes, ao Secretário do Governo, Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada. Cuiabá, 15 de junho de 1857.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício do Diretor Geral da Instrução, José Estêvão Corrêa, ao Presidente do Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques, solicitando a nomeação de Lino Viegas de Oliveira, Felício Flores e Ana de Barros Feitosa, para regerem as. e, respectivamente. Cuiabá, 9 de outubro de 1911. APMT Lata 1911 A.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício do Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Estêvão Alves Corrêa, ao Major João Cunha, Diretor da Tipografia Oficial, solicitando que seja remetido ao Sr. José M. da Conceição

dos Santos, professor da escola mista da povoação de Lagunita, município de Ponta Porã, os números da Gazeta Oficial já publicados. Cuiabá, ?? de ?? de 1918. APMT – Livro IP003–84 – verso p.190.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício do Diretor Geral da Instrução Pública, José Estêvão Corrêa, ao Secretário de Interior, Justiça e Fazenda, João Cunha, propondo a exoneração de Mário Vieira Miguel, do cargo de professor público interino, da vila de Ponta Porã. Cuiabá 23 de novembro de 1916. APMT Lata 1916 A.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício do professor José Estêvão Corrêa, ao Professor Philogônio de Paula Corrêa autorizando-o a entregar ao porteiro da Diretoria, Pedro Craveiro de Sá, 36 carteiras americanas, 22 quadros de museu escolar, a fim de serem enviados para as duas escolas primárias, da vila de Ponta-Porã. Cuiabá, 1 de setembro de 1915. APMT Livro IP 003-91 fl. 150.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício do Diretor da Instrução Pública, na pessoa do professor, servindo de Diretor, Januário da Silva Rondon, ao 1º Vice-presidente, solicitando a aprovação e nomeação de Carlos Augusto da Silva, como professor interino, na escola mista elementar, do povoado de Ponta Porã. Cuiabá, 17 de abril de 1906. APMT Lata 1906 A.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício do professor Franklin C. da Silva, para o Secretário Geral do Estado, comunicando que enviou o requerimento da Professora auxiliar interina do Grupo Escolar “Mendes Gonçalves”, da cidade de Ponta Porã, Joana Grezzi, solicitando sua exoneração. Em anexo, o requerimento. Cuiabá, 8 de junho de 1931. APMT Lata 1931 nº1.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ofício do professor Franklin C. da Silva, ao Diretor do Tesouro do Estado, comunicando que Eneidad Paluffo, assumiu no dia 4 de setembro de 1930, o exercício do cargo de adjunta interina do Grupo Escolar “Mendes Gonçalves”, em Ponta Porã. Cuiabá, 30 de março de 1931. APMT Lata 1931/3.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Ofício do professor Franklin C. da Silva, ao Diretor do Tesouro do Estado, Eurico Francisco de Campos, comunicando que Enéas de Vasconcelos, assumiu no último dia 28, o cargo de professor interino da Escola Regimental do 11º Regimento de Cavalaria Independente, com sede em Ponta Porã. Cuiabá, 30 de abril de 1931.

INSPETORIA ESCOLAR DE CAMPO GRANDE. Ofício do Diretor Interino Pedro L. de Araújo, ao Sr. Fernandes Novaes, Inspetor Escolar de Campo Grande, informando sobre a transferência do Sr. Raimundo Nonato Moreira, professor da 1ª escola de Campo Grande para a 1ª escola do sexo masculino da vila de Ponta Porã. Cuiabá, 19 de dezembro de 1917. APMT – Livro IP 003–84.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, fl. 163-227. Cuiabá, 22 de abril de 1927.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Ex.mo Sr. Coronel Antônio Pedro Alves de Barros, Presidente do Estado de Mato Grosso, pelo Diretor Geral da Instrução Pública. Cuiabá, MT–30 de dezembro de 1899. APMT – 1899.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Ex.mo. Sr. Coronel Paes Leme de Souza Ponce, Presidente do Estado de Mato Grosso, pelo Dr.º Estevão Alves Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado. Cuiabá, 22 de abril de 1908. APMT-1908.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública ao Ex.mo Sr. Coronel Presidente do Estado. Diretoria Geral da Instrução Pública. Cuiabá, 05 de abril de 1909. APMT – 1909.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Cesário Alves Corrêa, ao Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, Exmº Sr. Dr. Virgílio Alves Corrêa Filho. Cuiabá, 14 de março de 1922. APMT – Livro 108-A.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Sr. José Estevão Corrêa, ao Presidente do Estado, Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa. Diretoria Geral da Instrução Pública. Cuiabá, 27 de março de 1911. APMT – 1911.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado pelo professor Franklin Cassiano da Silva ao Secretario Geral do Estado. Cuiabá, 29 ago.1931.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado pelo Professor servindo de Diretor Geral da Instituição Pública, Januário da Silva Rondon, ao Presidente do Estado, Antônio Alves de Barros. Cuiabá, 15 de Dezembro de 1902. APMT – Livro 93, fl. 2-23.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório do Diretor Geral José Estevão Corrêa para o Secretário do Interior, Justiça e Fazenda - Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes. Cuiabá, 15 de março de 1913. APMT – 1913.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. Relatório do Presidente da província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854. No relatório published for 1855.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. Relatório do Presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1859. Cuiabá, Typ. Cuyabana, 1859.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MATO GROSSO. Relatório do Presidente da província de Mato Grosso, o coronel Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1860. Cuiabá, Typ. da Voz da Verdade, 1860.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, pelo professor. Franklin Cassiano da Silva, Diretor Geral da Instrução Pública. Cuiabá 15 de Abril de 1931. In: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT. 113. R.11.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Ex.mo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, pelo professor. Franklin Cassiano da Silva, Diretor Geral da Instrução Pública. Cuiabá 15 de Abril de 1931.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Requerimento da professora ao Diretor Geral da Instrução Pública Cesário Alves Corrêa, tendo que recomeçar as aulas na Escola Pública José Estevão, estava solicitando que fosse feita desobstrução da privada da referida escola. Ponta Porã, 3 de fevereiro de 1930. APMT CAIXA1930A.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Requerimento da professora da 1ª Escola do sexo feminino de Ponta Porã, Otília Gomes Monteiro, solicitando ao Secretário Geral do Estado, 90 dias de licença para tratamento de saúde. Em anexo, ofício da Diretoria Geral da Instrução Pública, atestado médico. Cuiabá, 2 de fevereiro de 1925. APMT Lata 1925 A.

4.2 Artigos

ALMEIDA, Marcos Antonio de. A prática evangelizadora como institucionalização da Igreja no Brasil: História Eclesiástica do Brasil (1724). *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 26ª Reunião – Julho de 2006, p. 6. (Comunicação).

ARAUJO (2004), Sônia Maria da Silva. Cultura e Educação: uma reflexão com base em Raymond Williams. In: GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03. 27ª Reunião Anual da anped. Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Normas técnicas de transcrição e edição de documentos manuscritos*. 1993. Disponível em www.aab.org.br/normtec.htm. Acesso em 13 ago. 2010.

BARATA, Almeida. A Maçonaria e a Ilustração brasileira. *História, Ciência, Saúde. Manguinhos I* (1). Julho-Outubro 1994.

BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Teixeira. O Brasil e o Movimento Republicano Português, 1880-1910. Disponível em: <http://www.museu-emigrantes.org/comFafe5Out03.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2011.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural – um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História*, UNB, volume 11 – nº 1 e 2, 2003, p.145-171.

BARROS, José D'Assunção. A Escola Britânica do Marxismo. *Artigo postado em 1 de janeiro de 2011, no blog Escrita da História*. <http://escritadahistoria.blogspot.com/2011/01/escola-inglesa-do-marxismo.html>

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005

BRAZIL, Maria do Carmo. FURTADO, Alessandra Cristina. Instituições Escolares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: primeiros apontamentos sobre a produção historiográfica nos séculos XX e XXI. p. 289. In. COSTA, Juvenal Célio; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, José Hermenegildo (ORG). *Fontes e Métodos em História da Educação*. Dourados, MS, Edu.UFGD, 2010, p. 289-290.

BRITO, S. H. A. O trabalho didático nos grupos escolares Joaquim Murтинho e Luís de Albuquerque (*Mato Grosso, 1910-1950*). *Série-Estudos* (UCDB), v. 25, p. 157-169, 2008.

BRITO, S. H. A. ; STEIN, N. R. M. A organização do trabalho didático na escola moderna: os grupos escolares no sul de Mato Grosso (1910-1950). In: *IV Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2006, Goiânia. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: EDUCG, 2006. v. 1.

CABRINI. Conceição Aparecida. Práticas de leitura e escrita nas lembranças de Carlos De Melo. In: *XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Brasília, 2006.

CHIARELI, Clarice Pavan. A imprensa como fonte histórica para o estudo da escola na primeira República. IN: *Educação e Fronteiras*, Dourados, MS, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007.

CLARK, Jorge Uilson. O Desenvolvimento da Política Provincial e da Educação no período de transição do império para a República. UNIMARCO/FAM. In: *Vinte anos de Histedbr*, 2006, Campinas. *Navegando na História da Educação Brasileira*, 1996. v. cdroom.

CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO. As Identidades/Diferenças Culturais em Contextos Pós-Coloniais. Campo Grande. *Anais culturais e fronteiras da exclusão*. Campo Grande: UCDB, 2001. CD-ROM.

CUNHA, E. F.; Gomes, Nailza da Costa Barbosa; GONÇALVES, Marcos Roberto. Grupos Escolares em Cuiabá (1910-1927) - Arquitetura, Construção e Pedagogia. In: *Seminário Educação 2007, Qualidade do Ensino na Contemporaneidade: Novos e Velhos Desafios*. UFMT, Cuiabá. 2007.

FALSARELLA, Luis Carlos. Gestão Escolar, Relações estabelecidas entre a Direção e o Corpo Docente do Grupo Escolar Municipal Noturno de Sorocaba (1937 – 1959). Universidade de Sorocaba, UNISO, 2004. In. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.21, mar. 2006 - ISSN: 1676-2584.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de. *Memórias Escolares em Campina Grande*. In: *XIII Encontro Estadual de História - Guarabira, PB*. ISBN: 978-85-8964-67-6.

GISOATO, Inivaldo. Angélica história de um povo. In: <http://angelicamsmaio.blogspot.com/2010/09/historia-de-angelica-ms-cidade-amor-no.html> (acesso em 27 de fevereiro de 2011 às 17hs09).

GONÇALVES, A. S.; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. *A Emergência dos Grupos Escolares: processo de implantação e de expansão no sul do estado de Mato Grosso (1920-1950)*. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação - A Educação e seus Sujeitos na História, 2006, Goiânia. *Anais do IIV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia, GO: Ed. da UCG, 2006. V. 1.

GONÇALVES, Arlene da Silva. CESTARI, Regina Tereza. A emergência dos Grupos Escolares: processo de implantação e de expansão no Sul do Estado de Mato Grosso 1920-1950). p. 4. In: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Arlene%20da%20Silva%20Goncalves%20e%20Regina%20Tereza%20Cestari%20de%20Oliveir.pdf> (retirado em 13 de outubro de 201º).

GRUPO ESCOLAR DO CARMO, 1890. In. Memorial da Educação. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=001>. Acesso em: 03 ago. 2010

GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DE SÃO PAULO. In. Memorial da Educação. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=001>. Acesso em 03 ago. 2010.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

JÚNIOR, Delcio Gatti. História e historiografia das instituições escolares: percursos e pesquisa e questões teórico-metodológicas. In: *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 28, n. 14, p. 147-171, jan./jun. 2007.

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson; experiência e cultura. In: *Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro 2006, p. 113-126.

MÜLLER, Gaspar Müller. *Revisitando E. P. Thompson e a Miséria da Teoria*. p.99. In: *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 11, n. 1/n. 2, p. 97-136, 2007.

NASCIMENTO, Maria Isabel. *O Império e as primeiras tentativas de organização da Educação Nacional (1822-1889)*. In. Moura http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Reconstrução histórica das Instituições Escolares Públicas do Paraná. In: *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 183-191, set.2009 - ISSN: 1676-2584*.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). *Educação e em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*, São Paulo, Escrituras, 2002, p. 11 – 31.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Das escolas reunidas ao Grupo Escolar de Tangará da Serra: a educação em Mato Grosso em região de colonização recente - 1968-1975. In. VII Jornada do HISTEDBR. Grupo de Estudo e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil. A organização do trabalho didático na História da Educação, 17 a 19 de setembro de 2007, Campo Grande – MS, CD ROM, Anais.

OLIVEIRA, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de. *O bispo de Olinda e seus acusadores no Tribunal do Bom Senso*. Rio de Janeiro: Editora Eletrônica Permanencia., 2003.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de . *A Educação Escolar Pública no Sul do Estado de Mato Grosso: o processo de implantação e de organização dos grupos escolares (1910-1940)*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, MG : Ed. UFO, 2006. v. 1.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de . *Política Educacional Mato-Grossense: O Processo de Implantação dos Grupos Escolares em Municípios do Sul do Estado (1910-1930)*. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 2009, Campinas, SP. Anais do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas, SP : FE/UNICAMP: HISTEDBR, 2009. v. 1.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de . *Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1950)*. In. VIII JORNADA do HISTEDBR, Universidade Federal de São Carlos UFSCar http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/trabalhos_eixos.htm

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de ; GONÇALVES, A. S. . A Educação Primária no Sul do Estado de Mato Grosso: organização e expansão dos grupos escolares em Campo Grande - 1910-1950. In: VII Jornada do HISTEDBR- História, Sociedade e Educação no Brasil, 2007, Campo Grande. Anais da VII Jornada do HISTEDBR- *História, Sociedade e Educação no Brasil*. Campo Grande, MS : UNIDERP, 2007. v.1.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de ; GONÇALVES, A. S. *Iniciativas de Modernização Escolar em Mato Grosso: grupos escolares e formação docente- o sul do estado (1910-1950)*. Série estudos. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, ISSN 1414-5138, Nº. 25, 2008.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. *A Educação Escolar Pública no Sul do Estado de Mato Grosso: o processo de implantação e de organização dos grupos escolares (1910-1940)*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, MG : Ed. UFO, 2006. v. 1.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. *Reformas educacionais Mato-Grossenses e a institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930)*. In: Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 1, n.1, p.105-129, jan/jun. 2009.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. *A Marcha para o Oeste e o progresso na imprensa Mato Grossense do século XX: uma análise enunciativa*. EMAT/UNICAMP, 2007.

OLIVEIRA, Silva Rosa de. JESUS, Cristiane costa de. MIRANDA, Mary Diana da silva. *A contextualização da Reforma Educacional Mato Grossense de 1910*. <http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt8/Poster/SILVA%20ROSA%20DE%20OLIVEIRA.pdf>

PINHEIRO, Welbert Feitosa. *De Tamboril a Isaías Coelho: A Educação dos Mestres Escola ao Grupo Escolar (1935 a 1970)*. UFPI, 2007. In. <http://www.ufpi.br/mesteduc/Resumos/resumos2007.pdf>.

REIS, Rosinete Maria dos . *A Implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso*. In: Nicanor Palhares Sá; Elizabeth Madureira Siqueira; Rosinete Maria dos Reis. (Org.). *Instantes e Memórias na História da Educação*. Brasília; Cuiabá: Inep; EdUFMT, 2006.

REIS, Rosinete Maria dos. A História dos Grupos Escolares em Mato Grosso. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação - *A Educação e seus Sujeitos na História*, 2006, Goiânia. Anais do IIV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia, GO : Ed. da UCG, 2006. v. 1.

REIS. Amada de Cássia Campos. FERRO. Maria do Amparo. “Corações de Crianças”: História e Memória de um livro didático. 29 Reunião Nacional da ANPED, Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: Desafios e Compromissos. Caxambu, MG, 15 a 18 de outubro de 2006.

RIBEIRO, Betânia Laterza. . SILVA, Elizabeth Farias da. Primórdios da Escola Pública Republicana no Triângulo Mineiro. UEMG/UFSC. In: II Congresso de Ensino e Pesquisa em História da educação em Minas Gerais.2003. ANAIS. Uberlândia. No prelo CD Room, 2003, Uberlândia - MG. *Primórdios da Escola Pública Republicana no Triângulo Mineiro*. 2003.

SANFELICE. José Luis. HISTÓRIA, INSTITUIÇÕES ESCOLARES E GESTORES EDUCACIONAIS. IN_ *Revista HISTEDBR on-line*. Número especial, Ago/2006 disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art4_22e.pdf

SANTOS, Alessandra De Souza dos. JACOMELI, Mara Regina Martins. *Grupos Escolares no interior do HISTEDBR: um mapeamento das pesquisas desenvolvidas e publicadas nos seus eventos*.

SANTOS, Ilzani Valeira dos. *Saberes e Programas Curriculares nos Grupos Escolares: Uma Proposta de Ordem e Civilização*. p. 2. In. XIII Encontro de História-ANPUH Rio, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Ilzani Valeira dos. *Saberes e Programas Curriculares nos Grupos Escolares: Uma Proposta de Ordem e Civilização*. p. 2. In. XIII Encontro de História-ANPUH Rio, Rio de Janeiro, 2008.

SCHUELER. Alessandra Frota de. Marxismo e Historiografia no Reino de Vitória: as contribuições de Edward Palmer Thompson. Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas. Nº 6, Ano III, maio de 2007 - Publicação semestral – ISSN 1981-061X.

SEKI, Ariella Lucia Sachertt ; Machado, MARIA Cristina Gomes . A disciplina de instrução moral e cívica na reforma educacional de Benjamin Constant de 1890. In: VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008, São Carlos. *VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008*. v. 1. p. 1-22.

SENA, D. M. ; BRITO, Silvia Helena Andrade de . A organização do trabalho didático-pedagógico no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá, MT (1924-1970). In: ALVES, Gilberto Luiz (ORG). *Pensamento e prática educacionais: entre clássicos, Instituições Escolares, Educadores e o Mercado*. Campo Grande, MS, Ed. UNIDERP, 2007.

SENA, D. M. ; BRITO, Silvia Helena Andrade de . Rituais escolares e civismo no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1930-1970). In: VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste, 2006, Cuiabá. *Ética, educação e democracia*. Cuiabá : Gráfica UFMT CD-ROM, Anais, 2006.

SENA, D. M. Funcionários e alunos: os personagens do Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá (1924-1970). In: III Seminário Intenacional: Fronteiras Étnico. SERTÓRIO, Maria Luíza Trouche Jordão. Grupo Escolar Thiago Costa: *A Educação Pública Estadual em Vassouras: 1940 – 1953*. Universidade Severino Sombra - USS.

SILVA, Adriane Cristine. Brazil, Maria do Carmo. História e memórias do espaço do Grupo Escolar Esperidião Marques - Cáceres, Mato Grosso (1910-1930). In. III ENCONTRO DE POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. História e Diversidade. *IV Encontro Estadual da ANFOPE*. 4, 5 e 6 de Julho, 2010 CR ROM\ ISSN 2176-4344, UCDB, UEMS, UFMS, UFGD.

SILVA, Katiene Nogueira. Vestidos adequadamente e com asseio: o discurso sobre os Uniformes escolares através de periódicos educacionais Brasileiros (1950/1970). In: *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação Percursos e Desafios da Pesquisa e o Ensino de História da Educação*, 17 a 20 de Abril de 2006, Universidade do Porto.

SILVA, Luciana Vicência do Carmo de Assis. Memória da cultura escolar mato-grossense: o ensino de leitura no grupo escolar Caetano de Albuquerque. Campinas – UNICAMP, *17º COLE*, 20 a 24 de julho de 2009.

SILVA, Luciana Vicência do Carmo de Assis. Memória da Cultura Escolar Mato-Grossense: *o ensino de leitura no Grupo Escolar Caetano de Albuquerque*. p. 1. In. http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_4031.pdf

SILVA, Vívía de Melo. Grupo Escolar Solon de Lucena: *um novo modelo de Escolarização primária para a cidade de Campina Grande-PB (1924-1937)*. UFPB, 2009. In. http://www.ce.ufpb.br/ppge/index.php?option=com_content&task=view&id=260&Itemid=52

SILVA, Alexandra Lima Da. Livros de leitura de Felisberto de Carvalho e Mario da Veiga Cabral: usos e significados. 17º COLE. In: alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais17/.../COLE_3013.pdf

SOUZA, Carla Monteiro de. Os ecos da modernidade no norte do Brasil: Boa Vista/RR na década de 1950. *X Encontro Nacional de História Oral, Testemunhos: História e Política*. Recife, 26 a 30 de abril de 2010, UFPE.

SOUZA, Neimar Machado de. Conflitos e alianças entre índios guarani, jesuítas, bandeirantes e encomendeiros no Itatim. (UCDB). In. *XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, Londrina PR – 17 a 22 de julho de 2005. <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/NMSousa.pdf>

STEIN, Neide, R. M & BRITO, Silvia, H. Andrade de. A organização do trabalho didático na escola moderna: os grupos escolares no sul de Mato Grosso (1910-1950). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: EDUCG, 2006. v. 1.

TANURI, L. M. A Historiografia da educação brasileira: uma contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de Pós graduação. In: MONARCA, C (org). *História da educação brasileira: Formação do Campo*. 2. Ed. *Revista e ampliada*. IJUÍ: UNIJUÍ, 2005.

TREVIZAN, M. B. ; BRAZIL, Maria do Carmo . Tempos de Escola Moderna no Sul do Antigo Estado de Mato Grosso. In: III Simpósio Internacional Sobre Religiosidades, 2009, Campo Grande. *III Simpósio Internacional sobre Religiosidades, Diálogos Culturais e Híbridos*. Campo Grande, MS : Editora UFMS, 2009.

TREVIZAN, M. B. ; BRAZIL, Maria do Carmo. Grupo Escolar Mendes Gonçalves: Vicissitudes da vida material da instituição no antigo sul de Mato Grosso - 1923-1931. In. *VIII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação: Infância, Juventude, e Relações de Gênero na História da Educação*. São Luis, Maranhão, 22 a 25 de Agosto de 2010, CD ROM.

TREVIZAN, M. B. ; BRAZIL, Maria do Carmo. Notas sobre a Escola Pública no Sul do Antigo Mato Grosso: Considerações sobre o Grupo Escolar Mendes Gonçalves de Ponta Porã - 1927-1931. In. *10ª Encontro de Pesquisa da ANPED - Centro Oeste*. Uberlândia, MG, julho 5 à 8 julho 2010, CD ROM, Anais.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. V. 23, n.45, jul. 2003.

VII Jornada do HISTEDBR. Grupo de Estudo e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil. A organização do trabalho didático na História da Educação, 17 a 19 de setembro de 2007, Campo Grande – MS, *Anais...* CD ROM, Anais.

XAVIER, Ana Paula da Silva. MARQUES, Abimael Antunes. Cultura Material Escolar na Província de Mato Grosso. In: *Anais* www.faced.ufu.br/.../387AnaPaulaXavier_e_AbimaelMarques.pdf.

ZOTTI, Solange Aparecida. Organização do Ensino Primário no Brasil: uma leitura da História do Currículo Oficial. *Histedbr* In: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_102.html. Retirado em 21 de Abril de 2010 às 09hs46.

4.3 Teses E Dissertações

ALVES, Miriam Fabia. *Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na primeira república*. Belo Horizonte, 2007. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. *O ideário modernizador do Governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a Reforma da Instituição Pública de 1924 em Sergipe*. Belo Horizonte,, 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. *Cultura Escolar e Civilização: Grupos Escolares em Sergipe (1911 / 1930)*. Rio Grande do Norte, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

BARRETO, Maria Ferreira. *Representações da EEFM (Monsenhor Catão Porfírio Sampaio em Itapagé –CE: Memórias do ‘Grupão’ (1936-1978)*. Fortaleza, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, 2008.

CABRAL, Anne Emílie Souza de Almeida. *A Difusão do Ideário Escolanovista em Grupos Escolares Sergipanos (1934-1960)*. Sergipe, 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, 2009.

CAES, André Luis. *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*. Campinas, 2002. (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Campinas, 2002.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. *A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha/MG, 1911-1929)*. Uberlândia, 2002, (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e Fronteira com o Paraguai na Historiografia Matogrossense (1870-1950)*. Campinas, 2007, (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Campinas, 2007.

COELHO, Maricilde Oliveira. *Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 2004.

COSTA, Lan Reinaldo da Costa. *O grupo escola na fazenda Amália: contribuições para a história da instituição entre 1942 e 1966*. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade de São Paulo, 2007.

CUNHA, Eduardo Ferreira da. *Grupo escolar Palácio da Instrução de Cuiabá (1900-1915): arquitetura e pedagogia*. Cuiabá, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

GALLEGO, Rita de Cassia Gallego. *Uso(s) do tempo: a organização das atividades de professores e alunos nas escolas primárias paulistas (1890-1929)*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 2003.

GERKEN, Maria Aparecida de Souza. *Entre bandeiras, árvores e bonecas: festas em escolas públicas primárias em Minas Gerais (1906-1930)*. Belo Horizonte, 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

GOMES, Antônia Simone Coelho. *Templo do Saber: a consagração da Escola Estadual Melo Viana em Carangola - Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação, (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

GOMES, Antonia Simone Coelho. *Albuns de pesquisa: práticas de escrita como expressão da escolarização da infância (1930-1950)*. Belo Horizonte, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Cultura Escolar, Práticas e Produção dos Grupos Escolares em (1891-1918)*. Belo Horizonte, 2004. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

GONÇALVES, Arlene da Silva. *Os Grupos escolares no estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)*. Campo Grande, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, 2009.

HAMDAN, Julia Cesario. *Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907-1937)*. Belo Horizonte, 2007. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais.

HOLANDA, Valkley Xavier Teixeira de. *A Expansão do Ensino no Rio Grande do Norte (1910-1920): Presença de professoras*. Natal, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. *Educação e civilização no sertão: práticas de constituição do modelo escolar no triângulo mineiro (1906-1920)*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução Pública primária em Mato Grosso na primeira República: 1891-1927*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 1998.

KLINKE, Karina. *Escolarização da leitura no ensino graduado em Minas Gerais (1906-1930)*. Belo Horizonte, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. *Superando a Pedagogia Sertaneja: Grupo Escolar, Escola Normal e Modernização da Escola Primária pública piauiense (1908-1930)*. Fortaleza, 2001. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, 2001.

MANCINI, Ana Paula Gomes. *Escola Normal da Corte (1876-1889): Um estudo por meio de fontes documentais*. Marília, 2005. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

MARGOTTO, Lilian Rose. *A Psicologia Chega à Escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (São Paulo -1890-1930)*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, 2000.

MARTIM, Sonia Regina. *A Escola Secundária e a Cidade: Osasco - Movimentos Sociais*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

MASCHIO, Elaine Catia Falcade. *A constituição do processo de escolarização primária no município de Colombo – Paraná*. Curitiba, 2005. Dissertação, (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2005.

MATIM, Sonia Regina. *A Escola primária em Osasco - 1900/1949: da Escola preliminar mixta da Estação de Osasco ao Grupo Escolar Marechal Bittencourt*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

MELO, Clarice Nascimento de. *Participação das Mulheres na História da Escola Mista no Pará - 1870/1901*. Natal, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008

MENON, Og Natal. *A Educação Escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MOREIRA, Aura Maria Fernandes. *A Escola Estadual Capistrano de Abreu - Guarulhos e a cartilha Sodré*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

MOUREIRA, Ana Zélia. *Um espaço pioneiro de modernidade educacional: grupo escolar “Augusto Severo.” Natal/RN (1908-1913)*. Natal, 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura em Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

MORENO, Jean Carlos. *Inventando a Escola, Inventando a Nação: Discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928)*. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2003.

NOBREGA, Paulo de. *Oligárquico, Nacionalização de imigrantes e Ensino Público: Modernização do ensino primário em Santa (1910-1930)*. São Carlos, 2006. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, 2006.

OLIVEIRA, Ana Célia. *Grupo Escolar Municipal Noturno de Sorocaba (1937 – 1945)*. Sorocaba, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Sorocaba, 2006.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. *Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil (1964 -1976)*. Uberlândia, 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PAULO DE NÓBREGA. *Ensino público, nacionalidade e controle social: política oligárquica em Santa Catarina na Primeira República: 1900-1922*. São Carlos, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, 2000.

PEREIRA, Jardel Costa. *Grupo Escolar de Lavras: Produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907-1918)*. Belo Horizonte, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

PERES. Eliane Terezinha Peres. *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir - a Escola como oficina da vida: Discursos Pedagógicos e Práticas Escolares da Escola Pública*. Belo Horizonte, 2000. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PINHEIRO, Welbert Feitosa. *De Tamboril a Isaías Coelho: A Educação dos Mestres Escola ao Grupo Escolar (1935 a 1970)*. Teresina, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Piauí, 2007.

REIS, Amada de Cássia Campos. *História e memória da educação em Oeiras-PI*. Teresina, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Piauí, 2006.

RESENDE, Fernanda Mendes. *O Domínio das coisas: o método intuitivo em Minas Gerais nas primeiras décadas Republicanas*. Belo Horizonte, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

RITT, Cibele Introvino. *Da Escola Isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, PR – 1947 a 1971*. Maringá, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá, 2009.

ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. *A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/Sabará*. Belo Horizonte, 2008. Dissertação (Mestrado Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

ROCHA, Manoel Pereira da. *A Educação da Mulher Norte-Rio-Grandese, segundo Júlia Medeiros (1920-1930)*. Natal, 2005. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

RODRIGUES, Adalgisa Silva. *Educação de Jovens e Adultos: Memórias do Grupo Escolar noturno Visconde de Nacar em Maringá (1947-1958)*. Maringá, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá 2009.

ROSA, Denise Gomes de Barros. *Gênese da Educação Escolar em Botucatu (1860-1915)*. Taquaral, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

SANTOS, Heloisa Occhiuze dos Santos. *Municipalização do Ensino em São Paulo: Vicissitudes do Ideário de Anísio Teixeira*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, 2000.

SERTÓRIO, Maria Luíza Trouche Jordão. *Grupo Escolar Thiago Costa - A Educação Pública Estadual em Vassouras: 1940 – 1953*. Vassouras, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Severino Sombra, 2000.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sa Poubel e. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá, 2006. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

SOUZA, Cristiane dos Santos. *A mulher professora na instrução pública de Curitiba (1903-1927): um estudo na perspectiva de gênero*. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2005.

SOUZA, Gizele. *Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929*. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.

SOUZA, Léia de Cassia Langnor e. *A educação pública de Itapeva - SP: da gênese ao Grupo Escolar Coronel Acácio Piedade (Séculos XIX e XX)*. Sorocaba, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Sorocaba, 2008.

STELLA, Paulo Rogério. *Ordem? Qual ordem? A circulação de valores em um arquivo de correspondências de um grupo escolar (1905-1911)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Linguística), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

TAVARES, Fausto Antonio Ramalho. *Na marcha do Ensino. A Organização Burocrática do Ensino Estadual no São Paulo Republicano: 1892 – 1910*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, 2004.

VENDRAMIM, Melissa Toffani Magalhães. *Os Primórdios da Educação em Itatibaia (SP), 1830 a 1930: imagens locais e fontes educacionais*. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2009.

VILLELA, Heloisa de O. S. *A primeira Escola Normal do Brasil – Uma contribuição à história da formação de professores*. Niterói, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, 1990.

XAVIER, Emilene Fontes de Oliveirar. *Cultura Brasileira e a Memória da Construção da Identidade Nacional no Grupo Escolar Leônidas de Matos (1937-1945)*. Cuiabá, 2005. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso, 2005.

4.4 Bibliografia

AGUIAR, Cláudio. *Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

ALMEIDA, J. R. Pires. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. *Ensino de Leitura e Grupos Escolares*. Cuiabá, EdUFMT, 2008.

ÀRRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: os Paradigmas Revolucionários*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República de 1889 a 1930*. São Paulo: Alfa Omega, 1981.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. Volume 1. 6. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

BASTOS, Maria Helena Camara. O Ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. II – Século XIX*. Editora Vozes, 2005.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – Século XX*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.

BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BITTENCOURT, R. Educação Brasileira no Império e na República. *Revista Brasileira de Estudo Pedagógicos*, v. 41. Rio de Janeiro: MEC/Inep, março de 1953.

LÔBO, Yolanda Lima. A Escola Normal da Corte: tensões entre a realidade e o proclamado. In: CHAVES, Miriam Waidenfeld. LOPES, Sonia de Castro (ORG). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*, Rio de Janeiro, FAPERJ, MAUAD X, 2009.

BOBBIO, Norberto. *Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant*. Tradução Alfredo Fait. 3. ed. Brasília: UNB, 1995.

BOBBIO, Norberto. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, BOUDON, Raymond. BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000. (Verbete Estado).

BOURDÉ Guy. MARTIN, Hervé. *As escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa – América: 2003.

BÚRIGO, Tania Bernadete Serafim. *Grupo Escolar Professor Padre Schüller – Educação e Memória em Cocal do Sul – Santa Catarina*. Criciúma, Santa Catarina, UNESC, 2008.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CAMARGO, Marilena. Aparecida Jorge Guedes de Camargo. *Coisas velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar no Instituto de Educação Joaquim Ribeiro de Rio Claro (1928-1958)*. 1997, USP.

CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Nacional, 1963.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república*. In: *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista, SP: DUSF, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASALI, Alípio. *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e Fronteira com o Paraguai na Historiografia Mato-grossense (1870-1950)*. Campinas – SP: UNICAMP, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. LOPES, Sonia de Castro (ORG). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*, Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD X, 2009.

CHERVEL, André. (1990). *História das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa*. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v. 2, 1990.

CONAR, Viro. *Avaliação ambiental estratégicas para o gás natural*. Rio de Janeiro, Interciência Dourados, MS: UEMS, 2006.

CURY, Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez, 1978.

DALARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2007. Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial, 1983.

DANIEL, Omar. *Erva-Mate: Sistema de produção e processamento industrial*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença Geocêntrica da atividade ervateira*. São Paulo: FCL de Presidente Prudente, 1968.

FILHO, Virgílio Correa. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Co-editora Brasília, 1920.

FILHO, Virgílio Corrêa. *Monografias Cuiabanas: Questões de Ensino*. (Vol), São Paulo: Gráfica Editora Monteiro Lobato, 1925.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GALHARDO, T. *Segundo livro de leitura: para a infância*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925 (45a edição).

Gianfranco. Dicionário de política. Tradução coordenada por João Ferreira. 5. ed.
GOMES, Mariano. *Município de Ponta Porã: dados geográficos e estatísticos*. Tipografia Minerva, Ponta Porã, 1933.

GRESSLER, Lori Alice, SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Dourados: L.A. Gressler, 1988.

HOBBSAWM (2006), Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JACOMELI, Maria R. M. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República 1891-1927*. UNICAMP, 1998.

LÔBO, Yolanda Lima. A Escola Normal da Corte: tensões entre a realidade e o proclamado. In: CHAVES, Miriam Waidenfeld. LOPES, Sonia de Castro (ORG). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*, Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD X, 2009.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. UFBA, 2009.

MARTINS, Karla Denise. O Sol e a Lua em tempo de eclipse: a reforma Católica e as questões políticas na Província do Grão Pará (1863-1878). Campinas, SP, UNICAMP, 2001, p. 25. In: AZZI, Riolando. *A Instituição Eclesiástica durante a primeira Época Colonial*. In: HOORNAERT, Eduardo. (Org). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II, Vol I.

MATTOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de Presença da Igreja Católica no Brasil*. Tomo 1 – Período Imperial e Transição Republicana. São Paulo: Paulinas, 2002.

MATTOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de Presença da Igreja Católica no Brasil*. Tomo 2 – Período Imperial e Transição Republicana. São Paulo: Paulinas, 2002.

MATTOS, Luiz Alves de. *Primórdios da Educação no Brasil: O Período Heróico (1549-1570)*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

MEDRADO, Moacir José Sales. Et Allii. *Implantação de Ervais*. Colombo: Embrapa Florestas, 2000.

MELO E SILVA, José de. *Fronteiras guaranis. (com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ñe-ê)*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império (Subsídios para a história da educação no Brasil 1854 – 1889)*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Companhia Editora Nacional. 1938 v.3.

MOACYR, Primitivo. *A instrução pública no Estado de São Paulo. São Paulo: 1890-1893*. São Paulo: Editora Nacional. 1942 v. 213 (Coleção Brasileira).

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU, 1974.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Escolas normais. In. VAINFAS, Ronaldo *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*.(Org.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

NOGUEIRA, Nelson Garcia. *O ideal republicano de Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Comércio Rodrigues e CIA. 1936.

NOSELLA, Paulo. *As Pesquisas sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico*. UNICAMP, 2005.

NOSELLA, Paulo. BUFFA, Ester. *As Pesquisas sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico*. UNICAMP, 2005.

NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica Editora, 1992.

OLIVEIRA, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de. *O bispo de Olinda e seus acusadores no Tribunal do Bom Senso*. Rio de Janeiro: Editora Eletrônica Permanencia. 2003.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. *A Marcha para o Oeste e o progresso na imprensa Mato Grossense do século XX: uma análise enunciativa*. UNEMAT/UNICAMP, 2007.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PEIXOTO, Afrânio. *Noções de História da Educação*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933.

PEREIRA, Armando de Arruda. *Construindo*. São Paulo: Graphica Paulista Editora, 1930.

PIMENTEL, Luiz Antônio. *Eles nasceram em Niterói*. ed. Niterói: 2004.

REIS, Casemiro Filho. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Editora Cortez & Moraes, 1978.

RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1987.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairos, 1979.

ROSA, Pedro Angelo. *Resenha histórica de Mato Grosso*: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS, 2004.

SÁ, Elizabeth Figueiredo. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: Ed.UFMT, 2007.

SÁ, Nicanor Palhares. *Instantes & Memória na História da Educação*. São Paulo, INEP, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SELLA, Maria Aparecida. *Ponta Porã: Fronteira sem limite! Um olhar de Gratidão*. Editora Borba, 2006.

SEREJO, Hélio. *Homens de aço: a luta nos ervais de Mato Grosso*. São Paulo: Cupolo, 1946.

SILVA, Elizabeth Poubel e. “O Florescer de uma Cultura Escolar no Ensino Público Mato-Grossense”. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

SILVA, Geraldo Bastos. *A Educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v. 94).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da educação brasileira*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.

SOUSA, Rosa Fatima de. *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. FILHO, Luciano Mendes de Faria. *A Contribuição dos Estudos sobre grupos escolares para a renovação da História do Ensino Primário no*

Brasil. In: VIDAL, Gonçalves Diana. *Grupos Escolares. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1979.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

THOMPSON, Edward, Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da Liberdade. Vol I*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.

TOMAZINHO, Paulo Alberto. *O Processo de ocupação do Sul de Mato Grosso e Noroeste do Paraná: a economia ervateira e a companhia Mate Larangeira S/A*. Umuarama, Paraná, 1981.

TORRECILHA, M. L. *A Fronteira, As Cidades e a Linha*. Campo Grande, UNIDERP, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

VIDAL, Gonçalves Daiana. *Grupos Escolares. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

WHITE, Haiden. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2008.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.